

Ana Claudia Duarte Rocha Marques

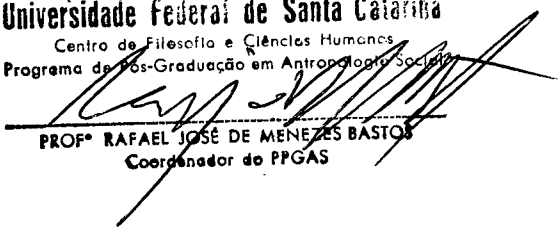
Domínios de Lampião
nomadismo e reciprocidade

Dissertação apresentada como
requisito parcial à obtenção do grau de Mestre
Curso de Pós-Graduação em Antropologia
Universidade Federal de Santa Catarina
Orientador: prof. dr. Hélio Silva

Florianópolis
1995

Universidade Federal de Santa Catarina

Centro de Filosofia e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social

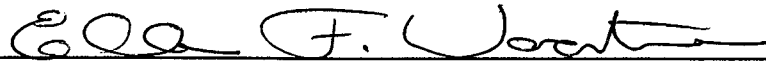


PROF. RAFAEL JOSÉ DE MENEZES BASTOS
Coordenador do PPGAS

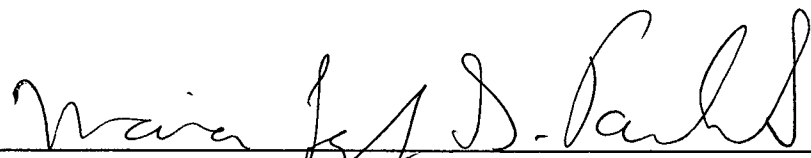
Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal de Santa Catarina, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Antropologia. Aprovado pelo Banca Examinadora composta pelos seguintes professores:



Dr. Hélio R. S. Silva



Dra. Ellen Woortmann



Dra. Maria Ignez Silveira Paulilo

Je compris que la royauté alliée au dénouement fait sans doute plus sûrement un bandit qu'un mendiant, mais roi-bandit-mendiant ont en commun de se situer en marge du commerce ordinaire des hommes et de ne rien acquérir par échange ou travail.

Michel Tournier

Ao Jorge

Agradecimentos

Contraí, por minha conta, muitas dívidas de gratidão para com aqueles que tão generosamente me ajudaram, de tantas maneiras, neste trabalho. Agradeço particularmente ao Dr. Frederico Pernambucano de Mello, da Fundação Joaquim Nabuco (Recife), onde nos reunimos para prolongadas conversas sobre os cangaceiros. A formidável riqueza de seu conhecimento sobre o tema é proporcional ao valor de seu contributo para este trabalho; à Sila, D. Cira Britto e Paulo Britto, Sr. Francino e D. Mariá, Sr. Jerônimo e Sr. José Ramos, Sr. Edeval, tanto pelas valiosas informações prestadas, fundamentais para este trabalho, quanto pela atenção e amabilidade que me dispensaram ao receber-me em suas casas; à Noêmia Zaidan, Hildo Leal e Kátia Pereira, do Arquivo Jordão Emerenciano (Recife), a quem devo a oportunidade de consulta de documentos raros, essenciais para minha pesquisa e que dificilmente me chegariam às mãos não fosse pelo empenho pessoal de cada um deles; ao pessoal do setor de iconografia da Fundação Joaquim Nabuco, especialmente à solidária Betti; ao soldado Rosemário Barbosa do Quartel dos Aflitos, de Salvador, que voluntariosamente se dispôs a detectar volumes de boletins diários da Polícia Militar da época de Lampião em meio ao insondável arquivo, a olhos leigos, daquele quartel. Muitas outras pessoas, sem contribuir diretamente, deram seu apoio. Dentre todos desejo referir o Alésio e a Cléa, amigos infatigáveis ante as minhas infindáveis solicitações ao longo destes dois anos.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	7
PRIMEIRA PARTE	
1. O Domínio do Sertão	
A Marcha dos Conquistadores	14
A Fixação dos Sertanejos	26
2. As Dimensões dos Poderes	
Redutos Familiares	47
Os Homens do Coronel	67
Cangaceiros: homens livres da ordem do coronel	84
3. Laços e Lutas de Família	
O Poder da Dívida	88
O Valor da Dívida	102
SEGUNDA PARTE	
4. Domínios de Cangaceiros	
O Legado de Sinhô Pereira	118
O Investimento de Lampião	128
5. Nomadismo, Alteridade e Domínio	
Laços Cangaceiros	145
Lutas Cangaceiras	174
CONSIDERAÇÕES FINAIS	192
BIBLIOGRAFIA	198
ÍNDICE DE TEMAS	206

ABSTRACT

In the social context of northeastern *sertão*, the personal ties, regulated by reciprocal obligations, constitute the supports of political, economic, religious and moral life. The givers in these relations receive in return prestige and a position of dominance. The attraction of grateful loyalties through their gifts of things and benefits is a very important factor in a context where public and private spheres tend to confound themselves. It is in this cultural context, with roots fixed in the moment of the Conquest and Colonization of the Sertão, where the banditry of *cangaço de Lampião* is interjected. Without belonging to dominant class of society, Lampião was able to revert to this own favour the terms of relationships which necessarily were established with the legal segments of society, thus conquering a position of dominance which evokes, but is not identical of the local leaders. In this sense, his nomadism is at the same time a war and a power strategy.

Introdução

Se quando vivo Lampião já despertava sentimentos contraditórios em seus perseguidores e aliados, com maior razão provocou-os quando tornado símbolo. Desde cedo e para muitos analistas, seus crimes tornaram-se inseparáveis de um ambiente sócio-político marcado pelas desigualdades, violências, injustiças (e.g. Facó, 1965; Lima, 1965; Maciel, 1980; Hobsbawn, 1966; Machado, 1969; Meneses, 1937). Em algumas obras foi quase promovido a herói; noutras, rebaixado a uma espécie de vítima de seu meio; noutras ainda, praticamente reduzido a mais um instrumento de poder dos coronéis. O que haverá em comum entre as teses que fazem de Lampião um sicário, um rebelde, um opressor, um guerreiro valoroso? Creio que todas elas exprimem interpretações acerca da diferença. Lampião encarnou o outro do já outro nordeste. Num cenário já exótico aos olhos urbanos e litorâneos, em que conviveram nas caatingas vaqueiros, beatos, fanáticos, coronéis, jagunços, para citar alguns personagens, o cangaceiro e mais especificamente Lampião destaca-se e estarrece. Não é uma figura tipicamente sertaneja e ao mesmo tempo não é desvinculável daquele contexto. É precisamente sobre as continuidades e rupturas introduzidas por Lampião num certo ambiente social que se concentram as minhas preocupações ao longo deste trabalho.

De certa forma, minhas investigações tiveram origem antes numa problemática do que em um tema e dizia respeito ao nomadismo. O nômade é tradicionalmente o outro, do ponto de vista de todas as sociedades sedentárias com as quais mantém alguma forma de contato. Supus ser aquele um atributo do cangaço de Lampião e isso constituiu ao longo do processo de pesquisa uma questão crucial. O nômade deve ser distinguido do transumante, do migrante, do peregrino, em sua espacialidade específica, destituída de centralidade, de trajetórias pré-definidas por sazonalidade ou rotas e por ocupar, enfim, um espaço indefinido, aberto, não delimitado. Devido ao fato do termo ser amiúde utilizado de forma indiscriminada, um problema de definição permeou minha investigação, sem no entanto constituir seu objeto central.

A partir de todos os elementos que pude recolher no âmbito de minhas investigações considero que o cangaço de Lampião constituiu um movimento nômade e que este seu caráter articulou-se profundamente com a questão da alteridade. Mas Lampião e seus

cangaceiros nem sempre foram “outros” - como tampouco nasceram nômades. Por qualquer motivo, nalgum momento, ocorreu uma ruptura com uma certa ordem, uma deriva que durou cerca de 20 anos. Justificar a vida de cangaceiro por injustiças sofridas, um crime cometido por uma questão de honra, por exemplo, não proporciona uma explicação satisfatória ao fenômeno. Junto com Lampião, o cangaço, na forma que por ele lhe foi dada, desapareceu. Situações como as exemplificadas encontravam outras soluções tradicionalmente disponíveis na sociedade sertaneja. O cangaço de Lampião apenas apresentou-se, entre as demais, como uma outra alternativa, muito aliciante, mas também muito arriscada. Para além disso, a impossibilidade de dar continuidade à existência sob os moldes a que se está habituado não oferece elementos suficientes para a compreensão da adoção e muito menos da invenção de um modo de vida extraordinário relativamente a um certo contexto social.

Em que sentido o cangaço de Lampião constituiu uma ruptura? A partir de que elementos culturalmente disponíveis pôde ser inventado? Eis as perguntas que pautaram toda a minha investigação. É pouco convincente que haja novidade absoluta em cada um dos aspectos daquela organização guerreira. Inclino-me antes à hipótese de que o cangaço tenha efetuado um rearranjo a partir de fragmentos de códigos sociais sertanejos, articulados com elementos novos, dispostos numa determinada combinação. Lampião fora almocreve: será que sua experiência de viagens estaria implicada de algum modo em sua nova vida? Teria ele levado a defesa da honra ao limite? Guardaria aquele cangaço semelhanças com o jaguncismo? Até que ponto se poderá considerar Lampião um mero produto de seu meio?

Todas essas perguntas e muitas outras afins induziram-me a voltar meu olhar para outros aspectos da sociedade sertaneja: se se trata de situar o fenômeno do cangaço de Lampião como uma ruptura a uma certa ordem, é preciso esboçar esta última em função da problemática a ser discutida. Em termos temporais, o cangaço é associável ao coronelismo, à Primeira República, ao jaguncismo, a outras formas de banditismo. Entretanto, tais fenômenos são pouco compreensíveis se por sua vez não forem situados historicamente.

Entendi ser necessário ampliar cronologicamente meu foco de análise, sendo que da mesma forma que me abstive de narrar mais uma vez a história do cangaço, tampouco

me propus a titânica tarefa de fazer a história da civilização do sertão nordestino. Debruicei-me basicamente sobre fontes secundárias e alguns relatos de viajantes. Mas incluir uma perspectiva temporal mais dilatada permitiu-me dimensionar com maior segurança a articulação de alguns fenômenos e principalmente de algumas das figuras mais proeminentes daquela sociedade a eles relacionadas, como a dos líderes locais, seus parentes e aliados, vaqueiros e guerreiros. Não é casual que a primeira parte da dissertação seja dedicada à análise de certas relações vinculativas, de solidariedade e reciprocidade.

No capítulo 1, procuro destacar alguns aspectos relativos à empresa da conquista e do povoamento do sertão nordestino, como por exemplo as transformações espaciais introduzidas naquele processo. Com a conquista inaugura-se um processo de repartição e recorte da terra que tem continuidade ao longo dos séculos e que se confunde com a própria civilização do sertão. Tal processo tem na redução dos indígenas, para quem o espaço nas suas qualidades originais era vital, a sua contrapartida.

É interessante como o movimento nômade liderado por Lampião passa por uma anulação de certas demarcações territoriais ou, pelo menos, por atribuir certas qualidades ao espaço diversas, e divergentes a uma produção espacial dominante, fundamentada nos recortes e repartições. É possível que as similaridades encontradas entre as descrições de cangaceiros e de indígenas, quanto, por exemplo, ao pendor pela guerra, à resistência à penúria, ao nomadismo, tenha influenciado decisivamente as análises que procuraram raízes raciais ao fenômeno do cangaço. Mas tais semelhanças não encerram qualquer identidade e aquela forma de banditismo sertanejo não significou, em nenhuma perspectiva, um retorno às origens. Inclino-me antes à idéia de que a grande semelhança situa-se no fato de constituírem diferenças com relação aos modos de vida dominantes. Embora tal diferença não tenha impedido um convívio social intenso, a irredutibilidade à sujeição à ordem vigente gerou relações inevitavelmente - mas não exclusivamente - conflitantes.

Retornando ao tema do capítulo 1, procuro salientar alguns traços dos perfis dos principais personagens envolvidos na colonização sertaneja, salientando a forma como eles relacionaram-se entre si, noutras palavras, como o processo de colonização pressupôs o vínculo entre seus agentes.

O capítulo 2 versa fundamentalmente sobre a natureza dos vínculos sociais estabelecidos no sertão. O cangaço figura aí em suas articulações com um contexto que o ultrapassa. Resumidamente, procurei compreender as circunstâncias em que tais vínculos eram estabelecidos, a quais critérios obedeciam, em que resultaram política, econômica e socialmente a cada parte. Nesse contexto, a vida de armas aparece genericamente como objeto de apropriação de líderes locais, e como um corolário das relações de reciprocidade, cujo saldo positivo é o prestígio de uns, contra o ônus da dependência de outros. Mas o prestígio só deriva da condição de doador: o peso da dependência é amenizado pelos benefícios que ele redistribui. Ainda neste capítulo procuro ressaltar o cangaço como uma organização de guerra não passível de apropriação, o que resulta numa problematização em torno dos termos das relações entre cangaceiros e os segmentos dominantes.

A relação entre o modelo vincutivo sertanejo, fortemente apoiado em laços parentais e de dependência, a guerra e o poder é o objeto principal do capítulo 3. O poder político resulta de uma posição de dominância pessoal nas teias de aliança, fundamento do mandonismo que caracterizou por séculos a política do sertão nordestino. Mas também sustenta-se na capacidade de mobilização de guerra dos líderes articulados, que se deriva largamente das relações de dependência descritas no capítulo precedente. O vínculo e a guerra são discutidos neste capítulo como indissociáveis entre si e das relações de poder, que se pautam portanto nas relações pessoais e de lealdade. Naquele contexto sócio-político e cultural, a questão da honra tampouco se desvincula dessa discussão, como procuro demonstrar. Ao mesmo tempo que se pode verificar um código de honra bastante preciso, ele oferece margem à sua utilização como justificativa da violência e da guerra: a honra é um aspecto do poder pessoal. Neste sentido, Lampião, mas não somente ele, serviu-se do código sertanejo de honra como um instrumento de poder.

As discussões dos três capítulos da primeira parte deste trabalho proporcionaram-me compreender mais nitidamente o lugar que os cangaceiros de Lampião vieram a ocupar naquele ambiente sócio-cultural, em que condições vieram por sua vez a relacionar-se com cada segmento social e como tudo isto esteve associado a sua produção espacial específica, o que já é objeto da segunda parte da dissertação. Com todos os pressupostos

apontados nos capítulos precedentes procuro dar relevância ao modo como Lampião conquistou uma posição inusitada no seio da sociedade sertaneja mediante suas estratégias guerreiras, sua produção espacial específica e impondo novas condições em suas relações vinculativas.

Para pesquisar o cangaço propriamente dito utilizei-me de um material mais diversificado. Além de trabalhos e filmes sobre o tema, servi-me de jornais da época de Lampião, telegramas trocados entre autoridades do governo e da polícia, de relatórios de chefes de polícia e de presidentes de província de Pernambuco, de boletins diários do comando geral e dos destacamentos de polícia do nordeste do estado da Bahia, de alguns processos de indulto de cangaceiros e de entrevistas com pessoas que de alguma forma estiveram envolvidas no fenômeno.

Através das notas publicadas pela imprensa, daqueles telegramas, de fragmentos de depoimentos de ex-cangaceiros publicados e de algumas obras mais tendencialmente biográficas procurei compreender a produção espacial do cangaço numa perspectiva diacrônica. Por meio de tais fontes em conjunto, e submetendo os dados que fornecem à comparação, é possível verificar eventuais pontos no espaço que tenham sido privilegiados pelos cangaceiros, as trajetórias percorridas, a localização de pontos de apoio e acatamento, o modo imprevisível como se deslocavam, com sucessivas mudanças de direção e como seu nomadismo, uma vez verificado, enquanto estratégia de guerra, impunha dificuldades aos seus perseguidores.

Os depoimentos indiretos e diretamente colhidos foram extremamente importantes - muito mais do que eu supunha inicialmente - para a compreensão dos termos das relações de Lampião e seus homens com os diversos segmentos sociais. Paralelamente, mas em sincronia com o fenômeno do cangaço, foram também extremamente úteis para a análise de outras relações vinculativas verificadas no sertão. Em conjunto, todas as fontes são fundamentais para a percepção do impacto que significou o cangaço na sociedade sertaneja (e mesmo no litoral). Conseqüentemente tornam-se um auxílio indispensável para melhor definir o sentido em que Lampião fez-se outro e indicar como, não obstante isso, a este outro foi reconhecido um lugar naquele contexto social.

O êxito de Lampião como cangaceiro decerto deve muito à sua participação no bando de Sinhô Pereira, através de quem ele começou a relacionar-se, mantendo sua autonomia, com figuras poderosas do sertão. Todavia as versões que cada um desses líderes deram ao cangaço são bastante divergentes: Lampião não se limitou a reproduzir as estratégias de guerra e de aliança de Sinhô Pereira. Foi-lhe necessário criar as suas próprias, o que certamente relaciona-se com sua posição social de origem (ao contrário de Sinhô, Lampião não pertencia à camada dominante), fator de maior vulnerabilidade à constituição de laços de dependência que lhe desfavoreceriam. As relações espaciais de Lampião nos primeiros tempos como líder de bando, seus deslocamentos e paradas preferenciais, refletem o processo de conquista de uma posição favorável nas suas alianças com membros dos segmentos dominantes. Toda essa discussão é objeto do capítulo 4.

No capítulo 5 procuro compreender o nomadismo como uma estratégia cujas repercussões não se reduzem à espacialidade, embora seja este um fator fundamental na sua definição. Tal estratégia repercute na própria possibilidade de autonomia de Lampião com relação aos seus aliados mais poderosos, cuja proteção continuada no tempo e no espaço ofereceria grande margem à sua dependência. A recusa a tal proteção acaba por viabilizar a multiplicação de aliados, pertencentes às diversas camadas sociais sertanejas. Assim, o poder de Lampião deriva da sua situação favorável em suas relações de aliança, de um modo que remete àquelas articulações discutidas na primeira parte da dissertação. Tal como os líderes sertanejos, Lampião tornou-se também um centro de redistribuição de bens e de benefícios, ou seja, das suas relações de reciprocidade resultou-lhe como saldo positivo o prestígio. Mas isso não significa que Lampião reproduziu literalmente as estratégias vinculativas e de guerra dos líderes sertanejos.

Tanto nas suas relações de aliança quanto na guerra, conforme procuro descrever, o cangaceiro era demasiado outro, demasiado imprevisível, para que pudesse ser identificado a qualquer outra figura sertaneja. Mas era um outro dominante. O nomadismo de Lampião foi uma estratégia de aliança, de guerra e de poder.

PRIMEIRA PARTE

1. O Domínio do Sertão

A Marcha dos Conquistadores

Avançava o segundo século de colonização do Brasil e os sertões do Nordeste permaneciam desconhecidos na sua maior parte. Do imenso território pertencente ao reino de Portugal, apenas uma estreita linha litorânea havia sido efetivamente dominada. O interior estava por conquistar, apesar de nominalmente constituir território português. Será a partir de meados do século XVII que tomará maior fôlego tal empresa, que é verdadeiramente de conquista e de descoberta. Segundo Abreu (1930a :57), na segunda metade do século XVIII “não se penetrava no Recife além de Bezerras, a quinze léguas para o interior”. Em 1639, em suas *Descrições Gerais da Capitania da Paraíba*, Herckmans dá conta da pequena faixa litorânea conhecida até então. A penetração para o interior acompanhava as margens dos rios, pelas quais espalhavam-se engenhos, que rareavam à medida que se afastavam do litoral. As difíceis condições de conquista são relevadas quando se tem em mente que o rio São Francisco foi o caminho natural das conquistas do interior, tendo sido alvo de entrada já no século XVI (cf. Andrade 1964:177). Mas aquele que viria a ser chamado o “rio da integração nacional” tinha na “cachoeira grande” (Paulo Afonso) um obstáculo intransponível. Ademais, não proporcionava, para muito além das suas margens, amenidade alguma à vegetação da caatinga. Eis o aliado natural de maior valia para a conquista daquele território.

Com uma possessão em que as riquezas não eram facilmente obtidas, como nas Índias Orientais¹ (cf. Lins, 1983:20) e também debilitada com a crise decorrente do período de domínio espanhol encerrado em 1640 (cf. Porto, s.d.:19), o investimento nas terras brasileiras seria, para a Coroa, um passo natural na tentativa de alcançar uma solução. Mas uma solução que não afasta mais problemas, já conhecidos. Desde as primeiras décadas a seguir ao descobrimento, ficou bastante claro para a Coroa que, ao contrário de outras possessões, não bastava, no Brasil, que um pequeno número de comerciantes

¹ Riquezas fáceis, mas que devem ter contribuído para a crise portuguesa, como previra o Conde de Vimoso,

“... que, ‘perguntando a Vasco da Gama o que trouxera da Índia e o que a Índia queria de Portugal, e respondendo-lhe o Almirante que de lá trouxera pimenta, canela, gengibre, âmbar e almíscar e que lá queriam ouro, prata, veludos e escarlatas lhe observara: - ‘Dêsse modo eles é que nos descobriram a nós’”. [História da Colonização Portuguesa, III, p. IX., apud Porto (s.d.:19)]

aqui se instalasse a fim de viabilizar a administração, a defesa e o comércio do que a terra oferecia.

Os índios, ainda quando amistosos, diz Faoro, nada de valor tinham a oferecer, do ponto de vista da economia colonial portuguesa; a terra carecia de povoamento. Em nenhuma outra capitania concedida pela Coroa portuguesa foi reconhecido o direito de sucessão por linha bastarda (cf. Faoro, 1976:118; Weckmann, 1993:89). Esta facilidade no território americano, sinteticamente, a partir das deduções de Faoro, relaciona-se com a intenção política que regeu a distribuição de terras a colonos: primeiro, em virtude da defesa do território, eram basicamente homens que vinham fazer aqui suas estadias de enriquecimento. Condiçionava-se também a continuidade de concessão das sesmarias ao aproveitamento da terra, fator de rendimento que implicava numa permanência mais demorada. O cruzamento entre raças decorrente auxiliou no povoamento, e seu reconhecimento pela via do casamento foi fator de estímulo à lealdade dos colonos à Coroa. Teve sucesso o aparato montado para a exploração da terra tão longínqua, do que dá provas o lucro do açúcar, que além de alimentar a Coroa, deu ares de nobreza aos prósperos senhores de engenho daqui.

As levas de reinóis que vieram instalar-se no novo mundo, a partir de meados do séculos XVII encontraram pela frente um regime econômico e social já bastante definido. A atividade econômica próspera da exploração de açúcar exigia uma grande inversão de capital (Cf. Koster:1942:442-443), enormes riscos², numa terra de qualidade específica, com uma distância do litoral adequada ao escoamento do produto para o mercado externo. Essas terras eram para os poucos que viviam sob o império da opulência. Porto (s.d.:19-20) assim justifica o rumo do sertão tomado pelos reinóis recém chegados que não quiseram “acostar-se às Casas Grandes”. Suas ambições conciliavam-se ainda com a crescente necessidade de terras para pasto do gado necessário ao Engenho, como força motriz, transporte e, segundo o autor (*idem*:31), para alimentação do pessoal numeroso

² Na seqüência de uma enorme lista de bens infundáveis, caríssimos e indispensáveis ao bom funcionamento de um engenho, Antonil conclui:

“... é para pasmar, como hoje se atrevem tantos a levantar engenhocas tanto que chegaram a ter algum número de escravos, e que acharam quem lhes emprestasse alguma quantidade de dinheiro, para começar a tratar de uma obra de que não são capazes por falta de governo e de agência, e muito mais por ficarem logo na primeira safra tão empenhados com dívidas, que na segunda ou terceira já se declaram perdidos.” (Antonil, 1982:76)

do engenho³. Para os senhores de engenho, a combinação do gado com a cana só era conveniente na época da colheita. O regime da plantação não permitia, nas terras a ela destinadas, a criação do gado nas quantidades que lhe eram necessárias. Relaciona-se a isso a expulsão progressiva dos currais para cada vez mais longe, rumo às terras interiores (cf. Sodré, 1970:122-124). O aspecto irreconciliável da agricultura e do pastoreio, neste caso específico, ficou mais tarde formalizado em Carta Régia de 1701 que proibia a criação de gado até dez léguas além da costa (cf. Simonsen, 1957:151). No entanto, documentos de concessão de sesmarias podiam mencionar criação de gado como motivo de revogação de data para fins agrícolas, como se verifica já em 1651 (cf. Porto, s.d.: 30-31). Como um mal necessário, a criação de gado tornou-se desde logo um fator que compelia à integração do sertão no regime econômico da colônia.

Correspondendo às ambições dos donos de engenho, de reinóis recém chegados, de homens livres e da própria Coroa lá estavam os sertões, intocados. Mas quem se atreveria a conspurcar sua virgindade hostil? Decerto que não seriam aqueles senhores de engenho, como mais tarde foi descrito o capitão-mor da Paraíba, membro da numerosa e poderosíssima família Cavalcanti, em seu *chambre* e suas chinelas, “indumentaria típica de pessoas que nada têm a fazer”, como observa Koster (1942:98). Para o século XVII, as observações de Freyre não são divergentes. Apesar dos raros rompantes guerreiros dos senhores, isto é, daqueles “homens e as mulheres, amarelos, de tanto viverem deitados dentro de casa e de tanto andarem de rede ou de palanquim”, que terão empunhado espada com suas “mãos de mulher”, sua vida era votada ao ócio e aos prazeres. (1987:429-430).

A Coroa também não se dispunha a despende muito com a causa. Viu-se onerada desde cedo com sua aventura de império colonial que, para ser mantido, não fixava no reino as riquezas obtidas pelo comércio (Faoro, 1976:116-117). Alia-se simplesmente à iniciativa de novos aventureiros, com o estímulo de doações de sesmarias e recursos não muito substanciais, mas apreciados, na nova empresa do Novo Mundo:

“O primeiro impeto do bandeirismo paulista se deveu ao estímulo do sétimo governador-geral do Brasil (1591-1602), D. Francisco de Souza, que buscava a descoberta de pedras e metais preciosos. As expedições sertanistas receberam dele estrutura oficial, com divisões militares, ouvidores do campo, escrivães e roteiros preestabelecidos”. (Faoro,1976:156)

³ Herckmans afirma que a criação litorânea não alimentava o pessoal do engenho; o peixe teria este propósito (apud. Joffily, s/d:123).

Para levar a cabo o intento restam aqueles, reinóis ou não, para quem o lucro do açúcar era inalcançável, mas que bem podiam financiá-los, e que estivessem dispostos a arriscar a si e a seus recursos. O risco encontrava compensação, mas não necessariamente em riquezas. A coroa prodigalizou títulos militares, honorários e mercês em retribuição aos serviços dos conquistadores e bandeirantes. É deste modo, salienta Faoro (1976:160), que se forma uma camada de potentados, futura aristocracia sertaneja do século XIX, fortemente assentada em sua força militar.

As entradas ensaiadas em Pernambuco já no século anterior ganham maior envergadura com a expulsão de Maurício de Nassau em 1648 e o incremento das doações experimentado desde então. O rio São Francisco cumprirá doravante mais do que nunca o seu papel integrador. Em suas margens se constituirão os primeiros postos avançados que viabilizarão a conquista das terras mais longínquas. É seguindo os cursos dos rios, num caminho naturalmente demarcado que as bandeiras penetrarão, as mais importantes vindas de São Paulo e da Bahia (Abreu, 1930a:67-68). Theodoro Sampaio em carta para Abreu sintetiza o esquema de penetração:

‘A conquista parece fazer um movimento de flanco; caminha-se ao longo das praias. Attinge-se Sergipe, para dahi subir-se pelo S. Francisco, onde se obtém sesmaria após sesmaria, fazenda após fazenda, para mais tarde procurar-se ou voltar-se ao centro irradiante pelo caminho mais curto. É que V. chamou o traçado pela hypotenusa.’ (Abreu, 1930a:77)

Mas dadas as dificuldades do ambiente para além de suas margens, o São Francisco é o ponto em que se fixam postos avançados:

‘Nas margens do S. Francisco recolhi a tradição de que os primeiros catingueiros que ousaram enveredar para os lados do Piauí, carregavam água em borracha⁴, e penetravam rompendo a catinga até onde a água permittia, e voltando ao rio S. Francisco para renovar as provisões emquanto o fogo, deitado á catinga systematicamente, ia desbravando a região e abrindo as veredas’. (Abreu, 1930a:78)

A marcha iniciada no século anterior por alguns pioneiros, dentre os quais os fundadores da Casa da Torre, toma então as proporções ajustadas ao efetivo povoamento dos sertões pela via das ribeiras. Os entradistas, com seus homens vão penetrando nas novas terras, deixando sementes de gado e os poucos homens necessários ao seu cuidado. Seguem adiante, a partir daí, obtendo novas sesmarias. Foi este o modelo de anexação de terras, de emenda de sesmaria após sesmaria, acumuladas por um ou vários membros da mesma família, que culminou nas 260 léguas no rio São

⁴ Recipiente em couro para água.

Francisco (cf. Abreu, 1930a:99), ou mais de 340 léguas às suas margens e de seus afluentes, como calcula Andrade (1964:176), pertencentes à Casa da Torre dos Ávila. Dimensões de um verdadeiro reino, construído ao cabo de algumas gerações dedicadas à mesma empresa, iniciada já em meados do século XVI (cf. Lins, 1983: 27). A Casa da Ponte, alcança 160 léguas em sesmarias, também pelo São Francisco, “desde o morro dos Chapéus, até a nascente do rio das Velhas” (Abreu, 1930a:99), mesmo tendo iniciado sua marcha quase um século depois. Domingos Afonso Sertão expandiu seus domínios depois que partiu das vizinhanças da Casa da Torre, a qual estaria ligado sendo dela rendeiro⁵ até o Piauí, seguindo sempre, após ter ganhado a ribeira do Parnaíba e do Piauí em sua marcha (Abreu, 1930a:82).

Na capitania da Paraíba, o governo concedeu auxílio para a formação de duas bandeiras, sendo uma delas comandada por Teodósio de Oliveira Ledo. Depreende-se da obra de Joffily (s.d.:32-33) que ao cabo de menos de trinta anos este bandeirante já havia cruzado a extensão do atual território da Paraíba, de leste a oeste, lutando contra os “tapuias brabos”, tornando-se capitão-mor das Piranhas e Piancó, região vizinha ao estado do Ceará, em fins do século XVII.

Segundo Menezes (1970:33), no Ceará, o desbravamento dos sertões através do Jaguaribe, tomando portanto o sentido norte-sul, é iniciado apenas nos últimos anos do século XVII. É ainda posterior a penetração, seguindo o mesmo sentido, no Rio Grande. Nos Inhamuns, ao sul do estado do Ceará, no entanto, a primeira sesmaria, datada de 1707, é concedida aos irmãos Lourenço e Francisco Alves Feitosa. Cerca de um século mais tarde esses irmãos serão os sesmeiros mais importantes da região (Chandler, 1980:21-22). Os Feitosas, se de fato estavam ligados à colonização do sertão anteriormente à sua chegada nos Inhamuns, como consta da tradição colhida por Chandler, terão trilhado caminho não muito diverso daquele percorrido por seus contemporâneos, designadamente os baianos, que

“...procurando terrenos apropriados á criação do gado, passaram á serra do Espinhaço, e, favorecidos pelas catingas deciduas, chegaram ao rio S. Francisco, espontaram todos os vistosos rios seccos que retalham Pernambuco, Parahiba, Rio Grande do Norte, Ceará, chegando á grande bacia do Parnahiba. E como esta desde a éra de 1670 fôra explorada por Vital Maciel Parente, e conhecia-se que no lugar onde existe Caxias, o Itapicurú e o Parnahiba ficavam á pequena distancia, e não se encontravam

⁵ Muito embora Domingos Afonso tenha sido um dos maiores vultos da conquista, ele foi um agente de expansão do domínio da Casa da Torre, conforme uma nota de Geraldo Irineo Joffily à página 36 da obra fac-similada de Irineo Joffily (s.d.).

obstáculos á navegação do Itapicurú até sua foz na Bahia de S. José, a E. da Ilha do Maranhão, deu-se mais um passo no programa geographico da dominação do Amazonas". (Abreu, 1930b: 223-224)

Nem sempre, no entanto, as sesmarias se constituem em vestígios de passagem desses conquistadores. Assim ocorreu com Domingos Jorge Velho, que entre 1688 e 1691 percorreu sertões das capitanias de Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte⁶. A sua passagem pela Paraíba e pelo Piauí não foram acompanhadas de requerimento de sesmarias. Geraldo Joffily encontra explicação em Barbosa Lima Sobrinho, que observa que eram os homens influentes das cidades aqueles que sabiam como requerer as cartas (*apud*. Joffily, G. s.d.:347)⁷. Segundo Menezes (1970:33), a concessão estava vinculada às condições econômicas do requerente, já que eram concedidas a "indivíduos de algumas posses", 'tendo-se em consideração a boa fortuna do requerente', como se disse para atender ao Des. Soares Reimão". A seletividade justifica-se, do ponto de vista da Coroa: o aproveitamento da terra, razão da concessão das sesmarias, implicava em investimentos nela.

Percebe-se então uma heterogeneidade entre aqueles homens célebres por suas conquistas. Domingos Afonso Sertão não partilhava dos status dos Ávila, aliás era um seu rendeiro. Francisco Dias D'Ávila, um dos conquistadores do Piauí foi considerado pelo frei Martim de Nantes o homem mais rico do Brasil. Terá sido ele quem custeou a "entrada às aldeias dos Gurgueias nos currais do São Francisco" em agosto de 1674, ao lado de 100 homens. Nesta ocasião estava acompanhado justamente por Domingos Afonso Sertão, o "capitão-mor de metade da gente armada" (Doc. Hist. XII:16, *apud*. Calmon, 1985, vol.I).

Talvez as gerações que antecederam já em plena prosperidade esse homem mais rico do Brasil tenham-lhe conferido uma aparência socialmente mais aprovada, não obstante

⁶ Cf. nota de Geraldo Joffily (s.d.) à página 35 do fac-símile da obra de Irineo Joffily (s.d.).

⁷ Combina com esta tese a suspeita de Porto, referindo-se a criadores de gado:

"Em 1706, Francisco Barroso Viana e José Batista, moradores na Bahia, pedem ao Governador Francisco de Castro Menezes terras nas cabeceiras do Rio Jaguaribe, alegando não terem onde 'acomodar 14 mil cabeças de gado de criar que têm produzido do contrato dos dízimos que arremataram quatro anos efetivos'; idêntico pedido faz Gonçalo Neto; do mesmo teor é a petição de Domingos de Moura Coutinho e Francisco de Magalhães; e de Francisco Gonçalves Fiuza e João Lopes Fiuza; também do Capitão Nicolau Lopes Fiuza e D. Isabel Barreto Menezes; e de Francisco Seixas e do Capitão Manuel Dias Filgueiras. [Documentação Histórica, 135] Sômente aí vamos encontrar mais de 80 mil cabeças. É de despertar dúvidas, de certo, o fato de todos pedirem terras no mesmo local, alegando possuir o mesmo número de cabeças, obtidas do mesmo modo, sendo de levar em conta que todos agem através de procuradores; possivelmente, as diversas petições não passam de cópias, repetindo, o procurador, os mesmos dizeres, sem preocupação maior pela verdade". (s.d.: 43-44)

seu envolvimento num modo de vida rude como o das entradas e guerras contra o gentio. O certo é que Domingos Jorge Velho não gozava de uma reputação de homem refinado, à despeito das obras que realizou - ao fim e ao cabo para a Coroa e por ela investido de autoridade, ou para os que pudessem melhor aproveitar-se dela. O bispo de Olinda não mede as palavras para descrevê-lo:

‘Esse homem é um dos maiores selvagens com quem tenho topado, trouxe consigo uma língua porque nem sabe falar’ (Taunay, 1961, t.I:187, apud Joffily, s.d.:349)

Nessas condições, é procedente a observação referida acerca das condições individuais de requisitar sesmarias. Em todo caso, a rudeza desses conquistadores se faz notar também entre aqueles que aparentemente souberam tirar melhor proveito das instâncias oficiais. Teodósio de Oliveira Ledo, auxiliado pelo governo, não deixou de ser advertido pelo rei em virtude de sua conduta excessivamente cruel com os índios por ocasião da fundação do arraial que deu origem a Campina Grande⁸. Este baiano era sobrinho do português Antônio de Oliveira Ledo e, de acordo com a sugestão de Joffily (s.d.:125), a bandeira que comandou bem pode dever-se à solicitação de auxílio ao governo de Pernambuco por parte de seu tio, pelo menos nem sempre tão cruel quanto o sobrinho, correspondendo melhor, por isso mesmo, aos desígnios da Coroa, conforme o relato frei Martim de Nantes permite verificar:

‘Cette aldée, ou bourgade d’Indiens, fut découverte en l’année 1670 par un portugais nommé Antonio de Oliveira, qui cherchant une paturage pour y mettre du bétail, rencontra, sur la rivière du Parahyba, une troupe de ces Indiens, qui péchaient, á cinquante lieux environs de la ville du Parahyba. Ce capitaine ayant obtenu d’eux la liberté et la sûreté de mettre lá du bétail, après leur avoir donné quelques petits présents, vint incontinent á Pernambuco, voir s’il ne trouverait pas quelque missionnaire qui voulût s’établir avec ses Indiens, et á la fâveur duquel son bétail put être en sûreté’.(apud. Joffily, s.d.:125)

Tudo isso invoca a idéia de que a ousadia da conquista que alguns notabilizou não repeliu a interferência de alianças proveitosas com aqueles que de algum modo pudessem prestar auxílio, não só para a conquista em si, mas aos rendimentos altos que ela proporcionou a certos indivíduos nelas envolvidos mais ativamente. Distingue-se desde já, *grosso modo*, duas classes de homens aí implicados: aqueles que invertem seus próprios recursos na empresa da conquista, com a finalidade de ampliá-los, ou pelo menos de assegurar o que já foi obtido, envolvendo-se ou não pessoalmente na árdua tarefa, o que nem sempre é facilmente inferido; e aqueles a quem os recursos próprios

⁸ Ver, a este respeito, as observações de Geraldo Joffily (Joffily, s.d.:349)

não permitem seu investimento independente na conquista, mas que nem por isso deixam de realizá-la e de lucrar com ela. Resulta da articulação da primeira com a segunda a expansão colonizadora da Casa da Torre, que segundo Simonsen (1957:152) alcançou o Maranhão, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará. Apesar de ter sido responsável pela ampliação da força da Casa da Torre, Domingos Afonso Sertão “fundou e possuiu dezenas de fazendas; trinta legou aos jesuítas” (Abreu, 1930a:82). O rude Domingos Jorge Velho logrou, de todo modo, ser sesmeiro no Piancó, certamente uma mercê pelos trabalhos por ele prestados. Eliminando a interferência do gentio, entre outras coisas, abriu caminho para a multiplicação dos currais. Geraldo Joffily sugere, no entanto, que ele não poderia competir com a Casa da Torre, visto que

“(…) algumas sesmarias foram doadas com a seguinte advertência: ‘Com a condição de que, tendo a Casa da Torre títulos por onde estas terras lhe pertençam, seria a sesmaria pedida de nenhum vigor’”. (*Synopsis das Sesmarias da Parahyba*, *apud*. Joffily, p.157, ed. de 1894, *apud*. Joffily, G., s.d.:349)

Teodósio de Oliveira Ledo, mesmo que possa ter-se servido de um eventual acesso de seu tio às instâncias oficiais, não deixou de alcançar o honorífico posto de Capitão-Mor das Piranhas e Piancó. Ele mesmo tornado, ao menos por algum tempo, veículo da expansão da influência da Casa da Torre na Paraíba, ainda que indiretamente. A ligação entre estes potentados, de diferentes portes, se expressa nas vias de comunicação que primeiro a conquista dos sertões nordestinos estabeleceu. O veio inicial das mais importantes delas, o São Francisco, onde reinava a Casa da Torre, continuou sendo por muito tempo o ponto de comunicação com o litoral, com o abastecimento de todo tipo de recursos de que podiam dispor os agentes da conquista - das armas aos homens - quando a frente conquistadora já tinha alcançado o Piauí e a Paraíba. É do médio São Francisco que Teodósio de Oliveira Ledo obtém seus suprimentos (cf. Taunay, 1950, t. VII:138, *apud* Joffily, s.d.:349). Joffily aventava a possibilidade de por anos o governo da capitania paraibana ter ignorado o destino de Antonio e Teodósio de Oliveira Ledo pelo fato do primeiro comunicar-se com Pernambuco e segundo com a Bahia, até este último ter logrado restabelecer contato direto com a capitania da Paraíba (s.d:125-126).

A potência da conquista dependia da força de que pudessem dispor os conquistadores. Essa força se mediu largamente no número de homens que puderam de alguma forma atrair para sua empresa, cujo caráter militar é expressivo. Não se trata apenas daqueles que nela investiram ou para ela captaram recursos, mas também

daqueles que a realizaram, sob as ordens dos primeiros. Domingos Jorge Velho teria condições de mobilizar mais de 600 homens (Joffily, G. s.d.: 347)⁹. Ele teria autorização para “distribuir hábitos e patentes entre os companheiros mais esforçados” (cf. Faoro, 1976:155), o que deve ter constituído no grande estímulo de seus auxiliares, maior até que os eventuais resultados econômicos diretamente oferecidos pelas novas terras.

A conquista dos sertões nordestinos foi antes de tudo resultado de investimentos privados e pessoais; deverá ter seguido o rumo antecipado pela política articulada às bandeiras, que deu continuidade a seu papel desbravador ali. É aos bandeirantes paulistas, dedicados a procura de minas que se refere Faoro, a seguir, mas seus atributos não são incompatíveis aos dos potentados envolvidos na conquista deste novo território.

“O conquistador é, basicamente, um militar, comissionado nessa categoria ou com o cargo à época atribuído à milícia. Militar mais guerreiro do que burocrata, dentro dos sistemas dos séculos XVI e XVII. Sua empresa obedecia a um desígnio público, mas se alimentava de vantagens pessoais, capazes de equipar a tropa e assegurar o lucro da atividade”. (Faoro, 1976:158)

Vantagens essas vinculadas ao sucesso da empresa de conquista, cujos vestígios documentais deixam verificar, um pouco por todo lado, a omissão - mas não desinteresse - da Coroa em sua execução. O conquistador, segundo Faoro, tinha atribuições públicas - sem ser um funcionário - e lhe cabia na maioria das vezes, as outras cabia ao Estado, equipar as suas tropas. A conquista como um todo terá sido, como foi as bandeiras, “uma iniciativa oficial com meios particulares” (Faoro, 1976:156;162). Os cargos militares administrativos foram distribuídos entre os expoentes de alguma forma engajados na conquista. As principais famílias assim envolvidas, como a dos Ávila, acumulam entre seus membros, títulos que além de lhes investir de autoridade, concedem-lhes fidalguia, o que vem a demonstrar, como ressalta Faoro, o modo como soube pairar a Coroa, insistente, sobre a conquista. Mesmo quando se digna a oferecer seus préstimos materiais, a metrópole se apoia sobejamente nos recursos dos colonizadores - e dos colonizados. Disso é exemplo uma carta do rei, datada de 13 de janeiro de 1701, para o capitão-mor da Paraíba José de Freitas Serrão. Revela-se ali um pouco da desproporção do objetivo projetado ante os meios oferecidos, que os artificios persuasivos de Sua Majestade não escondem:

⁹ Joffily refere que em 1695 Domingos Jorge Velho tinha condições de reunir 1000 homens sob suas ordens (s.d.:35).

“Por ser presente que nos sertões dessa capitania se achão hoje muitos indios aldeados, e ser conveniente o conservarem-se estes e fazer-se toda diligencia para se aldearem os que andão espalhados, dando-se-lhes tudo o que for necessario para que possam preestir nas ditas aldeias e radicarem-se na fé (...) Fui servido resolver que na aldeia de Camaratuba se faça uma Igreja e que nella exista um Missionario (...) com o titulo de capellão (...) e que se lhe dê de congrua vinte e cinco mil réis para fabrica e guisamento de hostias e vinho, e que isto mesmo se obre com o que existe em Campina-Grande e (...) o das Piranhas, pagando-se-lhe as congruas e fabricas da Fazenda Real. E para edificação destas igrejas me pareceo ordenar-vos persuadais e obrigueis aos moradores, que se achão visinhos e juntos aos sitios destas mesmas aldeias, concorrer para as despesas que se entende não poder ser de grande importancia..... junto assim poderem os mesmos indios ajudar no trabalho destas obras, e o mais que faltar se suprira da Fazenda Real e dareis a entender aos ditos moradores o grande beneficio que lograrão em terem estas Igrejas e Padres, porque escusão ir satisfazer o preceito da Igreja em maior distancia e sobre tudo que poderão ter com estas aldeias uma mais importante conveniencia, como costumão ter onde ha indios domesticos, (...)“ (Joffily, s.d.:313-314 - apêndice)

As próprias sesmarias com que eram agraciados os colonizadores eram doadas mediante requisições em que se fazia constar o empreendimento pessoal do solicitante. Este, “servindo a S. M. em todas as guerras e entradas, que se têm offerecido contra o Tapuia levantado” e devendo a descoberta da terra pretendida ao “grande trabalho e despesa de sua fazenda”, como foi o caso de Teodósio de Oliveira Ledo (Joffily, s.d.:234 - apêndice). Nalguns casos a inversão de recursos próprios nem sequer reverte em beneficio exclusivo do investidor, como no caso das obras públicas. Antonio Vieira de Melo, herdeiro e administrador da imensa sesmaria de Arabó, foi o único responsável pela primeira estrada carroçável do agreste pernambucano (Luna & Barbalho, 1983:50-51).

A empresa da conquista por longo tempo constituiu uma brecha para novos potentados no regime econômico colonial. O apetite fiscal da Coroa estava muito mais voltado para a cana-de-açúcar e as minas; ao mesmo tempo, tornou-se política e economicamente interessante a distribuição de terras que demandavam recursos muito inferiores aos que se faziam necessários no litoral. Além desse lado mais tangível que a empresa da conquista viabilizou, ela também aticou a suscetibilidade dos povoadores ante a possibilidade de deter poderes administrativos. A nomeação dos que se faziam assim agraciados apoiava-se nas suas posses. Segundo Koster (1942:259), era invariavelmente algum proprietário próspero na região que iria administrá-la. Ocorre que os poderes delegados aos potentados eram também militares, o que favoreceu a constituição de um forte autoritarismo. A isso tampouco foi indiferente o fato do

capitão-mor de um distrito constituir localmente na maior instância de poder. Seu dever de prestar contas se resumia às autoridades longínquas. À custa de estender ao limite máximo o seu domínio, a Coroa apoiava-se cada vez mais em potentados locais, titãs por ela mesma gerados, que a contragosto acatavam a sua interferência, acabando por gerar-lhe problemas que, muito embora tenha estado atenta a eles, sobreviveram-lhe. O caráter autônomo dos poderes locais, sob diversas máscaras ajustadas aos sistemas de governo subseqüentes, soube permanecer, não obstante toda política centralizadora esboçada ao longo de séculos.

Na ambição de adquirir possessões e riquezas, mediante as vantagens oferecidas pela Coroa, mas só à custa dos próprios esforços, os novos aventureiros aparecem vinculados a potentados irredutivelmente estabelecidos e munidos de autoridade assim constituída. Este modo de atuação resulta num entrelaçado de relações pessoais aqui sugerida entre alguns expoentes da conquista. Não se constata nenhum altruísmo da parte de potentados da Casa da Torre, nem da parte de seus prepostos: o método serviu ao interesse de ambos. Mas certamente ele terá alcance mais vasto. Só foram referidas aqui algumas figuras de maior vulto que tomaram parte nesta história. Muitas outras tomaram parte, sem mencionar toda uma massa obscura, de vaqueiros, mamelucos, já referida como agente efetivo da povoação daquelas plagas (cf. Andrade, 1964:176).

“Para as novas sesmarias, descobertas pelos audaciosos sertanistas, afluíram os indivíduos que não dispunham de emprego estritamente produtivo, ou vadios, isto é as populações livres dos mestiços de toda a costa. A êsses, atraíam os grandes sesmeiros para fundar currais, pois o pastoreio, como observa Oliveira Vianna, é a forma mais generalizada da exploração da terra no período colonial”. (Simonsen, 1957:153)

Os homens que se incumbiram da multiplicação das boiadas, colaborando num negócio que veio a tornar-se significativamente lucrativo para o sesmeiro, estabeleciam com estes últimos relações de trabalho muito distintas da escravocrata. Tinham de ser tão livres quanto fiéis, uma vez que respondiam pelo cuidado do gado e pela prestação de contas sobre os rendimentos das boiadas aos patrões. Em reforço dessa idéia cabe destacar a primeira das duas fases do processo de povoamento apontadas por Abreu, a respeito do sertão do Ceará (1930b:228). Suas observações terão também validade, pelo menos, para as regiões mais distantes do rio São Francisco. Esta fase

“(…) caracteriza-se pelo absentismo, isto é: homens ricos, moradores em outras capitânicas, requerem e obtêm sesmarias para onde mandaram vaqueiros com algumas sementes de gado; eles, porém, em geral bahianos, não visitam suas propriedades, contentes com o reembolso do preço das boiadas.” (Abreu, 1930b:228)

No Rio Grande, em fins de 1810, Koster (1942:103) veio a encontrar em seu engenho, o Cunhaú, o coronel André de Albuquerque Maranhão. Embora possuísse numerosa escravaria - 150 negros conforme o cômputo do viajante - suas terras abrigariam o quádruplo ou o quántuplo, em vista das suas extensões. De acordo com os cálculos de Koster (1942:443), um engenho de primeira classe deveria contar com 80 escravos, no mínimo, fora os trabalhadores livres aos quais ficavam entregues uma parte dos serviços necessários. Diante desses dados, fornecidos por alguém dotado de uma observação acurada, como lhe gabam seus apreciadores, e que ademais veio a tomar posse de um engenho, bem se pode avaliar a prosperidade do coronel do Cunhaú. Mas ele concentrava sua atenção no gado, que se criavam em suas terras no sertão, com que seu pai aumentara-lhe a fortuna¹⁰. É notável como se avultou o rendimento pastoril ao cabo de uma única geração. Decerto que houve motivos de sobra para que muitos fossem internar-se nos sertões, para colher também seus frutos em tamanha abundância, em particular no caso de indivíduos menos abonados. Mas houve também os que fizeram o caminho contrário, já convenientemente empapuçados dos proveitos que aquelas terras adustas souberam prodigalizar.

O absentismo parece definir diretamente a condição dos herdeiros da Casa da Torre. Mas sabe-se que ao destino urbano e confortável não esteve alheio o próprio Domingos Afonso Sertão. Vê-se que seguiu mais uma vez a trilha escolhida por contemporâneos mais poderosos, pois

‘(...) a gente da Casa da Ponte, já em Portugal, mandava liquidar as propriedades do Vale do São Francisco; os descendentes de Garcia d'Ávila não voltavam mais ao sertão e, para maior decepção nossa, Domingos Afonso Sertão (...) termina seus dias na capital da Bahia (...), emprestando dinheiro a juros. Não era mais vaqueiro (...)’.(M. Cavalcanti Proença, A Ribeira do São Francisco, p. 97, apud. Lins 1983:33)

Implicando expansão de fronteiras e fixação do homem no interior, a empresa colonial teve um dupla função. No entanto, os agentes de cada uma delas não foram necessariamente os mesmos. Mais ainda, seus papéis eram passíveis de alteração. A obtenção propriamente dita de terras não foi, por algum tempo, um fator que compelissem à fixação, mas o contrário: estimulava o prosseguimento da marcha, ou justificava o retorno ao litoral. A segunda função fundamental à anexação de terras era passível de ser

¹⁰ “As plantações de Cunhaú ocupam quatorze leguas ao longo da estrada e foi adquirida outra terra vizinha, igualmente vasta. Do mesmo modo, as terras que elle possui no Sertão, para pastagens do gado. Supõem não inferiores de trinta e quarenta leguas, desta que é preciso andar-se tres ou quatro horas para vencer-se uma”. (Koster, 1942:101)

cumprida por outro. Este, no entanto, nutriu esperanças de ser servido também com a concessão de terras, uma vez estabelecido nos sertões.

Este esquema de engajamento e vinculação entre agentes da conquista repercutiu decisivamente na forma como o imenso território do sertão nordestino veio a ser colonizado. Os rendimentos alcançados pelos conquistadores decorriam de um empenho demorado no empreendimento em questão. Não se tratava de uma mera demarcação e guarda de fronteiras: era necessário um efetivo povoamento. Em virtude disto, o espaço do sertão não foi somente demarcado, mas também - e sobretudo - foi recortado, desde o início e ao longo de todo o processo de povoamento. Um recorte produzido em concomitância à marcha expansionista e que tem continuidade em função da ligação necessária entre as frentes de conquista com o litoral e as suas retaguardas.

A Fixação dos Sertanejos

O aspecto guerreiro do colonizador é insuficiente para dar conta da fixação dos elementos civilizadores daquela vasta região. O gado e o índio são dois dos fatores mais importantes à concretização da grande empresa. Se o São Francisco atraiu os primeiros aventureiros em busca de ouro, o gado, mais tarde, veio a se converter no verdadeiro tesouro sertanejo, além de ter protagonizado, ao lado do índio, a penetração, visto que

“só o gado poude primeiro trilhar a catinga; e naquellas regiões onde o europeu primeiro penetrou através della, foi sem dúvida pela trilha do indio, e guiado pelo indio” (carta de Theodoro Sampaio, apud Abreu, 1930a:77).

Além de guerreiro, Domingos Afonso já foi referido como vaqueiro, e entre os grandes criadores baianos destacaram-se os jesuítas das missões e o próprio Garcia D'Ávila (Abreu, 1930a:80). As frentes de colonização, conduzia o gado que sob o domínio da caatinga, “multiplicou-se de modo maravilhoso” (Abreu, 1930a:92), contrariando as expectativas dos primeiros colonos que

“(…)nos requerimentos de sesmaria allegam sempre que as terras não têm pasto sufficiente, por causa das catingas. Mais tarde, porém, accomodaram-se com ellas: porque entre um tronco e outro ha sempre comédia; entre uma catinga e outra ha sempre campos; de certas arvores que não perdem a folha, aproveita-se a rama para alimentar a gadaria contra o flagelo das seccas”. (Abreu, 1930a:79-80)

Ao mesmo tempo multiplicando o gado e induzindo os fazendeiros a expandir para mais longe os seus domínios, a inóspita caatinga, cada vez mais recortada, acaba por se

converter em aliada. O resultado não se fez esperar demais. Antonil calcula em 500 mil o rebanho baiano e em 800 mil o pernambucano já na aurora do século XVIII (1982:200)

São inúmeros os requerimentos de sesmarias cuja bem sucedida justificativa era a busca de mais e melhores pastagens para o gado. Mas enquanto a frente de colonização seguia, ficavam os currais, “que garantiam a retaguarda” de um desbravamento relativamente lento (se comparado ao das regiões agrícolas e auríferas), e de um povoamento moroso, mas eficaz (Lins, 1983:19). O gado se constitui, mais do que qualquer outro, no fator de fixação nas terras desbravadas, condicionando e proporcionando, na mesma medida, um método de avanço de conquista peculiar,

“...porque sua penetração se fazia por contiguidade, caminhando aos poucos e sem pressa, conservando os novos currais alguma ligação com o ponto de partida, e sendo embora, reduzidíssimo o elemento humano, o curral ia criando condições existenciais para que, mais tarde se desabotoassem nódulos populacionais coesos e fortes”. (Porto, s.d.: 33)

Sendo assim, os próprios desbravadores, na medida em que conduziam seus numerosos contingentes, deviam conduzir boiadas destinadas, no mínimo, a servir de alimentação à tropa (cf. Joffily, G. s.d.:347). Mas parte dela deixavam ficar, povoando sesmarias, que por esta época eram

“...fundadas sómente ás margens dos principais rios, guardavão de uma a outra a distancia média de tres leguas; porque não excediam desta extensão em comprimento, com uma legua de largura, as sesmarias concedidas aos exploradores, servindo o leito do rio de linha central, - *espinhaço*, e medindo-se meia legua para cada banda ou margem”. (Joffily, s.d.:126)¹¹

Mais numerosos que os homens, o gado forneceu bem mais que alimentação aos povoadores. Está tão intrincadamente vinculado à povoação do sertão quanto se pode inferir da expressão “civilização do couro”, criada por Abreu, que bem exprime o modo de vida específico que nesta região se desenhou, e mais concretamente alusiva aos numerosos artefatos dos quais o couro era a matéria-prima, de que são exemplos as portas das cabanas, os leitões, cordas, borrachas para água, alforjes, as roupas dos vaqueiros, entre muitos outros mais. É assim que, conforme a síntese do autor de *Roteiro do Maranhão a Goiás pela Capitania do Piauí*, “levantada uma casa coberta pela maior parte de palha, feitos uns curraes e introduzidos os gados estão povoadas tres

¹¹ Simonsen (1957:154) refere estas cifra de três léguas de profundidade por uma de largura, com uma légua devoluta entre cada sesmaria, como limite das dimensões de sesmarias assim definidos desde começos do século XVIII.

leguas de terra”, de modo que “pouco se muda á superfície da terra” (apud Abreu, 1930a: 100). São poucos os elementos que compuseram a paisagem da conquista.

Esta situação perdura e se alastra consideravelmente, já bem longe no tempo e no espaço dos primeiros colonizadores, como se constata através do quadro descrito por Koster de acordo com o que conheceu no Rio Grande, na viagem iniciada em fins de 1810. Chamando sertão, ainda, uma região bastante próxima ao litoral, mas dominada pela pecuária, Koster via em sua passagem duas ou três fazendas por dia, isoladas umas das outras por algumas léguas de distância.

“Cada fazenda possuía uma casa de tolerável decência, onde residia o dono ou o vaqueiro e, de ordinário, havia muitas casinhas espalhadas no campo circundante. Os currais são próximos á casa principal e habilitavam o viajante distinguir, logo e a distancia, uma fazenda”. (Koster, 1942:131)

Verifica-se, no entanto, que as terras interiores - e por muito tempo sertão designa uma região bem mais vasta, por incluir zonas bem próximas ao litoral, do a que hoje é assim designada - são salpicadas de manchas mais férteis, capazes de suportar, por mais rudimentar, uma cultura agrícola, seja nos “brejos” das serras, seja nas várzeas dos rios. Não inexistindo de todo, ela não foi no entanto dominante, servindo de apoio às áreas pastoris e onde pudesse ser praticada com maior chance de êxito, como ocorreu na Paraíba, melhor dotada neste aspecto do que o Ceará (Menezes, 1970:37). Já carente de maior estímulo, frente à pecuária, a inclemência das secas, que se fez logo notar, certamente ajudou a limitar desde o início o desenvolvimento da agricultura no interior. Joffily (s.d.:90) teve notícias de seca já em 1692, quando o gado e o homem que, emigrando ou morrendo, abandonam um território já tão fracamente povoado do Ceará, Rio Grande e Paraíba. A inutilidade de despender esforços numa aventura agrícola de maior envergadura evidencia-se rapidamente. O panorama não muda muito, mesmo numa região mais densamente povoada, como a que Spix e Martius (1928:190) percorreram mais de um século depois. Eles relataram que do São Francisco procediam os víveres, durante uma seca que abalou o sertão baiano, conforme vivenciaram em 1918-19, a preços exorbitantes. Somente no seu período de apogeu, mesmo assim em focos irregulares, a cultura algodoeira desempenhará um papel mais importante enquanto motor de fixação e povoamento no sertão, embora ilhada num panorama pastoril (Menezes, 1970:76-77)

Convertido o gado em riqueza, foi para sua criação que as terras primeiro foram concedidas¹². Assistiu-se então a uma espécie de inversão do que ocorria no litoral, onde criação era empurrada para o interior, inclusive através de disposições legais como o da já citada Carta Régia de 1701. Num documento de concessão de sesmaria de 1702, requerida por Teodósio de Oliveira Ledo lê-se que

“Ouvido o Provedor, informou este, que as terras de que tratava o supplicante estavam compreendidas na data concedida ao P. Manoel de Aguiar e mais companheiros para crear gados; porém como o supplicante pedia na serra de Botopitá para plantar legumes e roças, é de parecer que se dê a terra pedida, com a condição porém, que tendo nella alguma capaz para crear gado pertencerá ás ditas pessoas, que as tem já pedido”. (Jofilly, 1893:234 - apêndice)

Visto que de início os sesmeiros não eram residentes em suas propriedades, Jofilly supõe que os primeiros habitantes dos “brejos” foram os agregados das fazendas de criação, “que alli faziam plantar lavouras para mais facil abastecimento de todo o pessoal das fazendas e dos aventureiros que o acompanhavam como soldados” (s.d.:117). A difícil comunicação com os eventuais fornecedores de gêneros agrícolas¹³ acaba por estimular o aproveitamento dos focos úmidos das serras do interior para a nova atividade, conforme refere aquele mesmo documento. Alegando as dificuldades de condução de farinha por

“(…) mais de 50 e 60 legoas, por não serem capazes de as produzir as terras, que estão povoadas nos ditos sertões: e porque elle supplicante tenha descoberto (...) um brejo de cannas bravas, e mattas em que ha um olho d’agua, (...), e nesses brejos e mattas que nella ha lhe parecem capazes de produzir roças e outros legumes necessarios para a conservação com mais commodo, não só da guerra contra o Tapuio, mas tambem dos moradores do dito sertão que com mais facilidade as poderão povoar e assistir nellas; por isso requeria a mercê de quatro legoas de comprimento e uma de largura...” (Jofilly, s.d.:234 - apêndice)

Durante os primeiros impulsos coloniais, e por muito tempo, no sertão a inversão do papel produtivo da agricultura relativamente ao que desempenhava no litoral é bastante clara: ela jaz à sombra dos currais, “encurralada” nos brejos, de forma semelhante a que

¹²No início do século XIX, Koster expressa significativamente o valor alcançado pelo gado, que chega a ser emprestado à própria terra:

“A divisão das propriedades no Sertão é extremamente vaga, e pode ser bem imaginada quando se disser que o modo usual de descrever uma fazenda á computar sua distância em leguas, ou em muitos casos, informar quantos mil bezerros anuais, sem a referencia á quantidade de terras possuidas”. (1942:212)

¹³Andrade (1964:184-185) generaliza quanto ao não abastecimento das fazendas de gado do interior com gêneros do litoral. O sesmeiro não teria comprometimento com o abastecimento de viveres dos seus prepostos, isto é, os raros ocupantes das suas fazendas. Mesmo o sal, acrescenta era proveniente do São Francisco e de alguns de seus afluentes, e não da costa.

expulsou a pecuária para o interior. Semelhante às avessas é também o destino dos produtos sertanejos: de uma maneira geral, os agricultores atendem ao mercado interno¹⁴, enquanto as boiadas tomam o rumo do litoral.

Na medida em que a pecuária visou os mercados costeiros, o trabalho de condução do gado se faz supor presente bem cedo, ainda na expansão das fronteiras de conquista dos sertões. Tal como as demais atividades relativas ao cuidado do gado, também a sua condução implicou num trabalho de adequação às novas condições ambientais, precocemente desenvolvido. Abreu (1930a:82) afirmou que foi graças ao método de atravessar rios caudalosos descrito por Antonil, no início do século XVIII, segundo o qual um guia coloca uma armação de boi na cabeça e, nadando, se faz seguir pela boiada (cf. Antonil, 1982:202), que a margem pernambucana do São Francisco se fez acessível à criação, viabilizando, portanto, a conquista dos territórios interiores mais a norte.

A expansão da conquista deve ter tido sempre como contrapartida, o desenvolvimento dos meios de contato com o litoral. O gado fez a riqueza dos fazendeiros do sertão porque contou com um consumidor ávido, fiel e rico, que afinal, foi motor de seus penosos roteiros. Quanto mais avançava, tanto maior o percurso de retorno. Com seu desenvolvimento tão bem sucedido no interior, não tardou para que se intensificasse a circulação de mercadorias e fossem estabelecidas relações comerciais com o litoral¹⁵, mediadas por feiras, costumeiramente localizadas a meio caminho das terras interiores desde a costa. Para lá são tangidas as boiadas, cujo vigor reprodutivo, e intensidade de comercialização, como se depreende da contabilidade de Antonil, num caso específico, não deixa margem a dúvidas:

‘Constam as boiadas que ordinariamente vêm para a Bahia de cem, cento e sessenta, duzentas e trezentas cabeças de gado; e destas quase toda semana chegam algumas a

¹⁴ São necessárias algumas considerações acerca de culturas como a da cana-de-açúcar, do algodão e do café. Aparecem engenhos de açúcar no sertão já no início do século XIX. Mas dadas as distâncias do litoral e o preço pouco competitivo que o produto alcançaria após as perdas e os custos de um prolongado transporte, a rapadura, produto preferencial dos engenhos das manchas úmidas do interior, tiveram como mercado o próprio interior. O algodão, cuja cultura veio a sobrepujar a da cana, teve destino diferente, voltando-se para o mercado internacional particularmente durante o surto algodoeiro, movido pela Guerra de Secessão americana. Mas desde a segunda metade do século XVIII, o algodão é cultivado no sertão e no agreste, e largamente consumido internamente. Eram voltados para o consumo interno os algodoads vistos por Gardner no Ceará em 1838 (1959:78). O café passou a ser cultivado, a partir de 1940, nas terras úmidas e altas, por vezes roubadas à cultura da cana. Passou a abastecer não apenas o mercado interno, mas também ao mercado externo. (Andrade, 1964:184-194)

¹⁵ Sodré (1970:124) observa que por algum momento as boiadas sertanejas abasteceram também regiões de mineração, a sul da área de pecuária.

Capoame, lugar distante da cidade oito léguas, aonde têm pastos e aonde os marchantes as compram; e alguns tempos ha semanas em que cada dia chegam boiadas'. (Antonil, 1982:202)

A imagem das feiras revelam pouco da longa jornada enfrentada pelas boiadas até atingi-las. Era necessário aos rebanhos mais distantes do litoral vencer muitas léguas ao longo de muito tempo, notadamente nos períodos de seca que muito os privava de pastagens e água, chegando extenuados e emagrecidos às feiras (cf. Andrade, 1964:183)¹⁶. O desenvolvimento econômico do sertão desde muito cedo repousou largamente no implemento de melhoria nas redes de caminhos, meio de incremento da circulação interna de homens e bens e de contato de todo tipo com o litoral.

Se é verdade que a vida no sertão teve um aspecto de confinamento, não é de menor importância o fato de ter sempre buscado relações com o litoral, ainda que mediado, no caso do comércio de gado, pelas feiras, uma espécie de posto avançado da costa. Daí a importância dos caminhos de boi, tão prematuramente traçados, de início “pela hipotenusa”, como define Abreu¹⁷, através dos quais as boiadas escoavam para atender seu grande mercado. Num segundo momento roteiros mais cômodos ao transporte foram sendo criados, facilitando um pouco as longas jornadas e alterando, não só pelo seu traçado, a fisionomia da paisagem sertaneja.

Situados num panorama de acentuada dispersão populacional, os caminhos sertanejos ganham um aspecto movimentado e plural; neles, por comparação, a vida pulula. Ligam-se mais diretamente ao povoamento da região. Como soube ressaltar, por volta de 1770 o autor de *Roteiro do Maranhão a Goiaz pela Capitania do Piauhy*:

‘(...) A experiencia ensinou certos povoadores a estabelecerem-se pelos caminhos, a fazerem açudes, a plantarem mantimentos, que não precisavam ser exportados, porque se vendiam na porta aos transeuntes, a comprarem as rezes transviadas ou desfallecidas que, tratadas com cuidados, ou serviam á alimentação ou revendiam com lucro. Assim os caminhos se foram povoando lentamente, e as malhas de povoamento apertaram-se mais na Bahia que em outra parte, excepto em algumas da capitania de Pernambuco igualmente pastoris.’(apud. Abreu, 1930a:99-101)

¹⁶ Antonil refere o extenuante transporte das boiadas; “As suas jornadas são de quatro, cinco e seis léguas, conforme a comodidades dos pastos aonde hão de parar. Porém, aonde há falta de água, seguem o caminho e vinte léguas, marchando de dia e de noite, com pouco descanso, até que achem paragem aonde possam parar”. (1982:202)

¹⁷ É o caso do caminho de Geremoabo, referido pelo frei Martim de Nantes em fins do século XVII. O “traçado pela hipotenusa” corresponde à linha tendendo a reta, entre o litoral, no caso específico Salvador e seu recôncavo, e um ponto alcançado pela expansão da conquista, empreendida ao longo das margens dos rios.

É assim que serão verificadas mais tarde as estradas nos relatos de viajantes. Através de Spix e Martius, é verdade, verifica-se o quanto a estrada ainda estava vinculada, já no século XIX, a condução de boiadas. É com curiosidade que os moradores dos arredores da Feira da Conceição assistem a passagem da expedição dos dois cientistas, acostumados que estavam a ver passar ali ordinariamente as boiadas provenientes do Piauí (1928:172). Gardner, em 1838, tendo deixado Aracati em direção a Icó, na estrada que conduzia ao interior do Ceará e do Piauí, a cerca de 10 léguas do seu ponto de partida, caracteriza as casas de estrada através do copiar que têm em sua frente, “debaixo do qual os viajantes pedem licença para fazer o pouso da noite, suspendendo suas rêdes aos ganchos que para isso ali estão”. Os viajantes conduziam, conforme pôde observar por si mesmo, desde seu acampamento,

“Carros cheios de algodão e couro [que] desciam, enquanto outros, bem como tropas de cavalos, subiam carregados de mercadorias européias e de sal, que é raro e caro no interior”. (Gardner, 1959:75)

Os caminhos e os percursos das boiadas fizeram emergir personagens para povoar aquele cenário. Inicialmente o gado era vendido diretamente pelo próprio vaqueiro, que o encaminhava aos centros de consumo com ajuda dos tangerinos (Cf. Soares, 1968:53). Não tardou a multiplicar-se os empregados empenhados no transporte e condução das boiadas:

“Quem quer que entrega a sua boiada ao passador, para que a leve das Jacobinas, v.g., até Capoame, que é jornada de quinze ou dezesseis até dezessete dias, lhe dá por paga do seu trabalho um cruzado por cada cabeça da dita boiada; e este corre com os gastos dos tangedores e guias; (...). Aos índios que das Jacobinas vêm para Capoame se dão quatro até cinco mil réis, e ao homem que com seu cavalo guia a boiada, oito mil réis. Sendo as distâncias maiores, cresce proporcionalmente a paga de todos.” (Antonil, 1982:202)

Surge no século XVIII, com a introdução do gado muar, a figura do tropeiro (cf. Simonsen, R.1957:186). Em algum momento a figura do mascate passou a coadjuvar nas estradas, circulando com suas mercadorias, com a particularidade de comercializar ao longo de todo o percurso, transacionando bens do litoral, mas também os localmente fabricados (cf. Koster, 1942:214-215), aceitando o que lhe oferecessem em troca de suas mercadorias, rompendo, embora um tanto repetitivo, um pouco da monotonia cotidiana. Mas era pelas estradas que se podia experimentar outras raridades. Por vezes chegava a um povoado distante dois cavalos. Um, conduzido por um rapaz, trazia um altar portátil e outros objetos rituais católicos. No segundo vinha o padre, que com a ajuda do rapaz

realizava, mediante pagamento, o ofício religioso. Assim relata Koster, que salienta-se este um dos poucos meios pelos quais o habitante de distritos mais distantes poderiam ter acesso ao culto religioso, visto que “algumas partes ficam a vinte e trinta leguas da igreja mais próxima” (1942:131-132).

No momento da conquista do sertão, as boiadas foram o grande veículo da civilização, inseparáveis das modificações pouco nítidas porém inexoráveis daquele espaço. É em sua função que o sertão é recortado por estradas e caminhos, repartido em fazendas, sempre intercomunicáveis. Signo da riqueza e da frugalidade sertanejas a um só tempo, foi desde o início o grande propulsor da ocupação do interior nordestino. Foi o frete e o meio de transporte, no dizer de Abreu (1930b:227). Sua importância perdura ainda no século XX, e ao longo do tempo verifica-se que o caráter econômico da pecuária é insuficiente para a compreensão de um contexto ao qual chamar “civilização do couro” não constitui exagero. O gado tem no seu valor de troca apenas um de seus aspectos, ponto de partida de imensa riqueza, mas ele mesmo se converte em meio de vida. Consta na curta lista dos assuntos preferenciais dos sertanejos contemporâneos de Koster (1942:203), é objeto de um cuidado quase incompreensível a olhos urbanos em tempos de seca¹⁸, e de uma afeição especial do criador. Koster (1942: 214) narra que “comadre” era o termo usado para designar as cabras cujo leite alimentava as crianças. Sr. Francino, morador em Tucano, na Bahia, em fevereiro de 1995, relata que, estando cego e com dificuldade de caminhar, por vezes é levado por um genro para acariciar longamente as reses de sua estima.

* * *

Habitavam as inóspitas caatingas sertanejas elementos humanos ambigualmente relacionados à conquista. Os indígenas, ou *tapuias*, termo que os designou genericamente a despeito da diversidade daqueles grupos¹⁹, foram grandes aliados e grandes obstáculos. Adversários a muito custo reduzidos, souberam atrasar com

¹⁸ Gustavo Barroso, em *Terra de Sol*, descreve longamente o árduo trabalho dos vaqueiros com o gado na seca, desde conduzi-lo a fontes de água, por vezes muito distante, até, para evitar que uma vaca morra quando cai exaurida e desnutrida, incapaz de se erguer sozinha. Ela será suspensa, depois apoiada pela barriga, e deixada à sombra de um juazeiro. Como se não bastassem todos esses esforços, que envolvem vários homens para o salvamento de uma rês, ela deverá ser alimentada individualmente, diariamente, pelo tempo que durar a estiagem, enquanto sobreviver.

¹⁹ Para além dos já referidos, os Icó, Paiacus, Cariris, Caririaçu, Jenipapos, Xocós, entre muitos outros.

eficiência as tentativas de penetração dos conquistadores. Relaciona-se à sua capitulação a chegada dos paulistas que, já sobejamente experimentados noutras guerras do mesmo tipo, foram atraídos para as fileiras de seus já numerosos inimigos, lucrando e logrando, genericamente, dar fim à longa guerra travada em tão vasta região.

Eram muitos os grupos indígenas que habitavam - não dispersa, mas densamente, como ressalta Menezes (1970:27) - as terras interiores, e de maneiras variadas eles se relacionaram com os conquistadores. Mas, de uma forma global, para ter início o povoamento do sertão os colonizadores trataram primeiro de despovoá-lo. Certos documentos informam o processo:

‘O capitão-mór da Parahyba, Manoel Soares da Albergaria, em carta de 14 de Maio deste anno (1699) dá conta a V. M. em como no 1º de Dezembro de 1697 fôra áquella cidade o capitão-mór das Piranhas e Piancó, Theodosio de Oliveira Ledo, e o informava do estado em que se achavão os sertões daquelle districto, despovoado pelas invasões que tinha feito o gentio barbaro Tapuya; e que era conveniente que estes se tomassem a povoar com gados, curraes, etc., para o que lhe era necessario que elle o ajudasse com alguma gente e munições para nas ditas Piranhas fazer arraial; - que trouxera consigo uma nação de Tapuyas, chamados Ariús, (...)’ (apud. Joffily, s.d.:33-34)

A gana exterminadora dos colonizadores deveu-se muito à proteção de seus preciosos rebanhos, com os quais, esses sim, queriam povoar aquelas vastidões. Os indígenas, como as onças, mas muito mais numerosos e perigosos, eram recalcitrantes nos ataques ao gado. Esses caçadores deviam ser mais atuantes nos períodos de seca, justo quando mais debilitada estava a criação - e menos abundante era a caça. Não espanta que na calamitosa estiagem de 1692, vários grupos tenham se reunido e armado ataques maciços às fazendas, como relata Joffily (s.d.:97). Mesmo porque elas iam rapidamente ocupando o espaço vital dos primeiros habitantes, que por sua vez, segundo Andrade (1964:178) ficavam relegados às áreas cada vez mais secas, deixando as de mais recursos para o gado. De todo modo não deviam surpreender os ataques dos indígenas aos rebanhos, pois na época de Herckmans já eram sobejamente conhecidos alguns de seus hábitos menos apreciados, que tanto prejuízo causavam.

“Levam uma vida inteiramente bestial e descuidadosa. Não semeiam, não plantam nem se esforçam para fazer alguma provisão de víveres. Quando vão a algum lugar na região interior fora de suas terras, onde há gado e outros animais, posto que sejam selvagens e não se deixam apanhar nos bosques, eles podem todavia alcançá-los e atirar-lhes as suas azagaias, de modo que os abatem, e por então fazem disso seu alimento. Comem tudo, sem guardar coisa alguma para o dia de amanhã. Quando estão em lugar onde há abundância, um homem pode comer tanto quanto cinco ou seis dos nossos; e quando se acham pelo contrário em lugares escassos também podem jejuar quatro ou cinco dias (...)

“A gula dos tapuias é tal que nas suas excursões, eles não podem demorar-se em um lugar mais de dois a três dias, porquanto tendo comido tudo o que há aí, devem ir procurar outros sítios. Por isso não levantam casas a não ser de alguns ramos e para servirem de abrigo contra a chuva ou o sol ardente”. (Herckmans, *Descrições Gerais da Capitania da Paraíba*:41)

Os indígenas das caatingas são por toda parte descritos como caçadores e guerreiros, ferozes, pelo menos em certos casos. Os relatos de Staden, já no século XVI ofereceram contornos nada favoráveis a uma boa disposição com relação aos índios. Suas observações não tardaram a encontrar eco entre os colonizadores. A caatinga e o índio foram decerto o maior obstáculo à grande obra de civilização do sertão. Já se viu que a primeira só lentamente cedeu à ação dos conquistadores e povoadores, que consistiu na repartição e recorte daquele espaço. De certa forma fez parte do processo de modificação daquele espaço a eliminação daqueles que primitivamente o povoavam. Mas se os recém chegados já vinham com disposições contrárias a seu respeito, estiveram prontos desde logo contra as novas arremetidas.

Atentos aos inimigos, os tapuias souberam usar de diferentes estratégias para se sair o melhor que pudessem frente ao novo panorama que se compunha. Ou talvez tenham apenas escolhido entre as alternativas que se lhes oferecia o modo como teriam seu fim, por morte ou por transformação, súbito ou gradativo. A aliança com os colonizadores não foi desprezada e não serviu exclusivamente às ambições destes últimos; a guerra movida entre diversos grupos indígenas não se encerrou com a chegada dos brancos, que vieram trazer modificações no cenário das lutas. Terá sido à Missão de Ibiapaba que recorreram os Cratéus, em fins do século XVI, até então insubmissos, fugindo ao massacre iminente que lhes inflingiria os seus vizinhos Jucás, tal como viria ocorrer aos Quixelôs em 1700 (Freitas, 1972:35). Souberam também articular-se noutras guerras, movidas entre os próprios fazendeiros, computando nos seus exércitos, movendo lutas particulares num contexto estranho. Não foi a docilidade o único recurso, provavelmente nem o melhor, para enfrentar o novo quadro que se impôs. Será sempre com um olhar surpreso, quando não contrariado, que serão vistos pelos representantes das outras raças.

Ainda em 1639, quando jazia desconhecida toda a imensa região paraibana para além de umas poucas léguas do litoral, Herckmans, em sua *Descrição*, caracteriza os índios de uma forma não muito distinta do que se verá pelos séculos que se seguiram.

“Esta gente é mui própria para perseguir o inimigo em fuga, pois todos sem distinção são mui fortes no correr, venceriam um cavalo; e na ocasião da vitória são mui pensosos

a matar indistintamente, usam uma arma feita de pau-brasil, (...) Usam também de arcos e setas e geralmente azagaias (...) Usam ainda de pequenos machados de mão com os cabos compridos, como arma contra os seus inimigos. Da arma dos nossos soldados não fazem caso, dizendo que são obras ou artes do diabo.

“Não marcham em ordem, e sim correm em confusão. Contudo sabem pôr as suas emboscadas, donde fazem muito mal aos seus inimigos, o que os nossos soldados dão testemunho de ter visto várias vezes praticado por eles.” (Herckmans, *Descrição Geral da Capitania de Paraíba*, p.40)

Bem se compreende a vantagem que tiveram os colonizadores em incluir gente daquela têmpera nos seus exércitos. Se não fossem aliados decerto que seriam inimigos. A alternativa permaneceu em vigor por muito tempo, pelo que se depreende de Menezes (1970:39-40): em 1842, segundo ele, os fazendeiros do Piancó, Pajeú e Borborema se debatiam contra bandos de ‘índios’ que “depredavam e roubavam” e Minaus e Xicós são o alvo dos fazendeiros organizados em bandos armados. Não causaria surpresa tais bandos empregassem outros índios, tal como fizeram os Montes e os Feitosas em sua guerra privada, nos Inhamuns, mais de um século antes (Chandler, 1980).

A guerra e a pacificação dos indígenas revelam-se duas faces do mesmo processo, isto é, de sua redução, sendo que a pacificação por aliança assegurava resultados muito mais interessantes aos colonizadores - além de melhor garantir a sobrevivência dos outros - visto que os exércitos se preenchiam de elementos contra os quais de outro modo deveriam lutar. De resto, a passagem das colunas podia deixar pela retaguarda habitantes que salvaguardassem as regiões já conquistadas e as fazendas estabelecidas. Tais habitantes poderiam ser indígenas, segundo a Abreu (1930a:60), que situa nesse momento o início do entrelaçamento das suas raças no sertão. Nessa perspectiva, os indígenas acabam de ser debelados na miscigenação; mas ela também não deixou incólume os elementos alienígenas. Não é preciso ir buscar nas teorias raciais as razões pelas quais os primeiros participaram ativamente na composição de um certo temperamento, com que os sertanejos foram usualmente descritos. A despeito de nas batalhas terem sido repetidamente dizimados, tanto quanto foi possível, de não conhecer limites a crueldade de seus adversários - novos e velhos -, de terem sido indubitavelmente vencidos, de algum modo souberam resistir. Infiltraram-se na vida social que se montava, introduzindo alterações em comportamentos e costumes dos novos habitantes perante um novo meio, contribuindo na confecção de uma civilização que soube destacar-se daquela estabelecida no litoral.

Foi de uma forma peculiar, desde um ponto de vista global, que os indígenas se introduziram no novo contexto social. Muitas das características apontadas por Herckmans²⁰ são novamente apontadas por Koster quase dois séculos mais tarde, quando à sua maneira, já estavam integrados ao novo meio, sem que deixassem de ser alvo sistemático do desprezo ou má compreensão dos seus vizinhos mais recentes.:

“Os indígenas são geralmente um povo inofensivo e tranquilo mas não tendo fidelidade aos seus amos. (...) Não é surpresa, logicamente, que esteja em sua vontade abandonar as aldeias, tomar-se livre, mas, mesmo assim, tendo fugido do férreo domínio do diretor, jamais se fixam num lugar.

“O indígena raramente planta para si, e quando o faz, dificilmente espera a colheita,(...) indo para outro distrito. As ocupações favoritas são a caça e a pesca. Um lago ou um rio podem induzi-lo a ficar por mais tempo. Tem um temperamento independente, detestando tudo que o possa deprimir e reter sua ação. (...) Um indígena nunca está disposto a chamar o patrão, que o haja alugado, por *senhor*, embora o uso comum dos brancos entre si quando falam, e por todos os homens livres da região. (...) Dirigem-se ao seu senhor temporário pelos termos de *amo* ou *patrão*.

“...Sendo possível comem imoderadamente, mas havendo necessidade, contentam-se com verdadeiras migalhas de alimento, quando a preguiça os reduz a isso. São muito amigos de bebidas e dansas de roda (...) bebendo, dia e noite, sem pausa. (...) Os mulatos se consideram superiores aos indígenas e mesmo os negros-creólos os olham de alto a baixo. (...) Parecem ter mediocrementemente os sentimentos afetivos, tendo menos ansia pela vida e bem estar dos filhos que qualquer outro homem morador nessa região. As mulheres, mesmo vivendo com os homens semi-barbaros, não fazem trabalhos pesados. Enquanto a mulher está em casa, ele busca água no rio e lenha no mato, construindo sua cabana, ficando a esposa num refugio pelas redondezas. (...)

O instinto, porque não sei como chamar, que esses indígenas possuem, acima dos outros viventes, para encontrar seu caminho através da floresta e chegar a lugar certo, sem marcas e estradas, é surpreendente. Encontram pegadas impressas nas folhas murchas, tombadas das árvores. Os mensageiros, de uma para outra província, são, em maioria, indígenas, e pelo hábito que os faz resistir às grandes fadigas, são capazes de andar, dia apoz dia, quase um mez, com pequenos repousos. (...) Mesmo que um cavalo possa adiantar-se sobre esses homens nos primeiros dias, se a viagem for prolongada, o indígena, no fim, chegará primeiro. Quando um criminoso ilude as diligências dos oficiais da Polícia, os indígenas são enviados em sua perseguição como último recurso. (...)

(...) O indígena parece estar sem ação e energia, desprovido do bem e do mal. (...) Para guia e carregadores são excelentemente adaptados pelos seus hábitos de vida errante que essas ocupações exigem. Como trabalhadores são comumente inclinados a trapacear, mas seus enganos, logo descobertos. (Koster, 1942:170-173)

²⁰ A semelhança do relato de Herckmans e Koster sobre os índios, em particular sobre seus costumes nômades, sua mobilidade e acuidade dos sentidos e sua resistência física. Seu desinteresse em se dispor ante a autoridade de um patrão pode bem remeter à natureza da chefia indígena, oscilante conforme os tempos de paz e de guerra, conforme Herckmans descreveu, e que caracterizaria as sociedades sem Estado:

“Esta nação é mui submissa ao seu chefe e inteiramente às suas ordens, quando saem com ela a combater o inimigo; então o rei deve ir adiante e tem autoridade, mas quando se acha em casa ou longe dos inimigos, não é tão honrado”. (1982:40)

Como distinguir o momento exato em que, no espectro, uma cor se converte noutra? Do mesmo modo que é possível apontar o amarelo e o laranja, deverá ter sido simples por algum tempo apontar os indígenas e descrevê-los. Não fosse pelas suas características físicas, pelo fato de serem “outros” com relação aos colonizadores, o que ficou expresso por um modo peculiar de inserção dos índios na sociedade colonial. Em larga medida conservaram-se irredutíveis ao atrelamento mais perene conforme era exigido em certas relações de trabalho, como as que presidiram no regime da plantação de cana. Tornou-se senso comum atribuir certas características psicológicas aos índios, enquanto seus traços físicos misturavam-se mediante miscigenação iniciada muito prematuramente. Em função da diferença que representaram, ou, dito de outro modo, pelo fato de serem reconhecidos como “outros”, os indígenas passaram a ser paradoxalmente confundidos, indistintos numa massa que ajudaram a criar mas que não lhe era idêntica. As características etno-psicológicas apontadas nos índios acabaram por ser também atribuídas às de toda uma massa de aventureiros anônimos que terá encontrado no sertão uma oportunidade de vida à qual, por qualquer motivo, melhor se adequavam, para além da atraente oportunidade de enriquecimento. O *Roteiro do Maranhão pela Capitania do Piauí*, atribuído a João Pereira Caldas se antecipou na referência básica para a compreensão da formação da população sertaneja:

“Nos sertões da Bahia, Pernambuco e Ceará, diz elle, principalmente pelas vizinhanças do rio S. Francisco, abundam mulatos, mestiços e pretos forros [devia acrescentar indios mais ou menos mansos]. Esta gente perversa, ociosa e inutil pela aversão que tem ao trabalho da agricultura, é muito differentemente empregada nas fazendas de gado. Tem a este exercicio uma tal inclinação que procura com empenho ser nelle occupada, constituindo toda a sua maior felicidade em merecer nalgum dia o nome de vaqueiro.”(apud. Abreu, 1930b:226-227 - os parênteses retos foram adicionado por Abreu)

Se foram esses os efetivos povoadores do sertão, predominantes, uma vez que os primeiros fazendeiros caracterizam-se pelo absenteísmo, a extensão da visão - e do estranhamento - daquele “outro” para o sertanejo em geral é um passo curto, que foi efetivamente dado pelos estudiosos do “outro Nordeste”. E será entre índios que Menezes procurará raízes do cangaceirismo, encontrando um feliz momento de passagem, do ponto de vista da consolidação de sua tese, em documentos de meados do século XIX, que chegam a designar certos índios depredadores, em 1844, por cangaceiros (1970:39).

Muito antes Cunha já fora buscar nos indígenas as raízes dos jagunços fanáticos e por conta disso desenha toda uma teoria do desenvolvimento de uma especificidade étnica sertaneja, em que a miscigenação, quase exclusivamente do branco com o índio, não daria origem a um tipo degenerado como deu, segundo seu ponto de vista, no litoral e no sul. Assim, não estariam nos indígenas as raízes do fenômeno que Cunha descreveu, mas, desde sua perspectiva, nas condições de mestiçagem, sob a influência de um meio que preservou daquela raça seus caracteres considerados mais puros e mais louváveis. Os índios teriam sucumbido à conquista branca, e em particular dos bandeirantes paulistas, estes últimos filhos de um entrelaçamento de raças apontados como positivo, mas que se teria perdido, ao longo do período que os separou de sua origem, para ser novamente reiniciado em moldes semelhantes aos iniciais, nas terras do sertão nordestino onde detiveram, seduzidos e enriquecidos, a sua longa marcha em busca de minas e de índios para escravizar (cf. Cunha, 1927: 93-113).

Todas essas considerações, ao fim e ao cabo, buscam dar conta da diferença da civilização sertaneja (por comparação a do litoral nordestino). Simplificadamente, parece prevalecer uma espécie de silogismo: se o índio é o “outro” e a civilização sertaneja também é marcada por sua diferença com relação ao litoral, então a alteridade sertaneja repousa na sua composição étnica pela qual se distingue, isto é, o sertanejo é outro na medida em que é índio. Tal raciocínio parece estar latente no rol das teses segundo as quais é do índio que o sertanejo retirou seus principais, mais marcantes atributos que o distinguem do homem das cidades do litoral.

Características como o nomadismo, o apetite imoderado, bem como a resistência à penúria prolongada, o pendor para a guerra, particularmente para a guerrilha, o gosto pela liberdade e autonomia, uma sobranceria de caráter, a irredutibilidade, para não deixar de citar algumas, foram amiúde tomados como modo de invocar genericamente os índios. Todavia, é freqüentemente difícil distinguir a quem se referiam tais invocações, pelo menos por dois motivos. Primeiro porque, ao se utilizar o termo *tapuia*, criou-se um conceito singular para designar uma multiplicidade. O *tapuia*, neste sentido, é algo que nunca existiu. Em segundo lugar, porque aos olhos daqueles que descreveram os sertões, principalmente os viajantes, mas também os historiadores, a estranheza frente a cultura do interior nordestino, do sertanejo, traduziu-se freqüentemente na sua associação àquele conceito já pleno de imprecisões - ainda que, sob uma diferença de grau, mais do que de

natureza, com relação aos tapuias -, que encontrou contornos materiais na figura mista do “mamaluco”. Assistiu-se a um novo deslocamento do problema da alteridade com a emergência do cangaço, muito particularmente o de Lampião: do “outro” gerou-se um “outro”, sucessivamente. Em suma, o fim do índio e o nascimento do sertanejo e posteriormente do cangaceiro confundem-se, indistintos, como a faixa que separa o amarelo do laranja.

* * *

Dentre todos os personagens do povoamento do sertão, anônimo, mas espacialmente fixo, reina o vaqueiro absoluto. A emergência e a multiplicação desse personagem é fruto, conforme usualmente tem-se descrito, da disseminação do gado, que seguindo a trilha dos conquistadores, é deixado ficar - e junto a ele alguns homens -, como a marcar a passagem e, preferencialmente, a posse. Mais difícil do que compreender o processo de sua emergência é definir o personagem. É certo que frequentemente o papel do vaqueiro foi atribuído àqueles mamelucos, supostamente mais adequados ao labor viril e exigente de habilidades. O gado foi criado sob um sistema ultra extensivo; solto, tornava-se quase selvagem. Num dado momento era preciso reuni-lo para marcá-lo e devolver as reses alheias que porventura viessem ter nos pastos de uma fazenda estranha: são as *juntas* e *apartações* (cf. Joffily, s.d.:127). Por muito tempo viriam a se realizar por ocasião das vaquejadas, convertidas em festas, cujo ponto alto seria justamente a captura dos garrotes tresmalhados, ato exigente de grande audácia, força e habilidade do vaqueiro. As marcas gravadas nas reses são claros indicadores duma tradição calcada no que Koster designa por “tendência deambulatória dos animais de cornos” (1942:209). Transpostos estes aspectos da criação para o contexto inicial da fundação dos currais, perdidos na imensidão de terra quase deserta de homens e ainda pouco marcada por suas modificações, deve ter sido de grande valia aos vaqueiros sua eventual qualidade de caçador e sua resistência física. Mas as habilidades resultantes de uma prática produtiva, por excesso, foram transferidas para um conceito racial. É dos vaqueiros que Joffily fala, na seguinte passagem, cujo conteúdo remete aos comentários de Koster e Herckmans acerca dos indígenas, conforme foram comentados acima:

“Tinham no mais elevado grão de desenvolvimento os sentidos da vista e da audição. Rastejando, vião sinais imperceptíveis, seguião com segurança uma pista invisível para qualquer outra pessoa; e distinguão os mais leves rumores, determinando exactamente a distancia e a direcção de onde partião, e os animaes que o fazião”. (Joffily, s.d.: 155-156)

A associação bastante difundida da figura do vaqueiro ao mameluco e ao indígena fez-se acompanhar de uma alegada inadequação às lides ganadeiras de homens de outras proveniências. Os negros, mais tardiamente introduzidos no sertão, não teriam trazido consigo as habilidades necessárias para o ofício de vaqueiro e confinaram-se nos serviços domésticos (cf. Koster, 1942:521; Joffily, s.d.:156; Freitas, 1972:55). Já aos mamelucos conviria a liberdade, concedida pelo cuidado do gado e pela distância, durante a maior parte do ano, da fiscalização do patrão, estes empenhados noutras preocupações particulares. Mas quem são afinal esses mamelucos? E o que são ou o que vieram a ser os currais?

Em termos estritamente raciais, eram também mamelucos boa parte da fina flor dos conquistadores: a mestiçagem do branco com o índio conferiu nova tonalidade entre as mais célebres genealogias sertanejas (cf. Calmon, 1983; Freitas, 1972:53 e segs.). Sob tal critério, vaqueiro não se distingue de sertanejo - “todo sertanejo é vaqueiro”, afirmou Cunha (1927:121); deste modo o perfil dos vaqueiros é demasiado vago. Quanto aos currais, eles dão indicações de uma importância muito maior dos vaqueiros do que inicialmente se imagina. A enormidade dos rebanhos possuídos por certos sesmeiros era possível não apenas em virtude do sistema de acúmulo de concessões de terras, mas também pela fundação em cada uma delas de numerosos currais, conforme descreve Antonil:

“Sendo o sertão da Bahia tão dilatado, como temos referido, quase todo pertencente a duas das principais famílias da mesma cidade, que são a da Torre, e a do defunto mestre de campo Antônio Guedes de Brito. (...)E nestas terras, parte os donos dela têm currais próprios, e parte são dos que arrendaram sítios delas, pagando por cada sitio, que ordinariamente é de uma légua, cada ano, dez mil réis de foro. E, assim como há currais no território da Bahia e de Pernambuco, e de outras capitânicas, de duzentas, trezentas, quatrocentas, quinhentas, oitocentas e mil cabeças de gado, assim há fazendas a quem pertencem tantos currais que chegam a ter seis mil, oito mil, dez mil, quinze mil e mais de vinte mil cabeças de gado, donde se tiram cada ano muitas boiadas, conforme os tempos são mais ou menos favoráveis à parição e multiplicação do mesmo gado, e aos pastos assim nos sítios, como também nos caminhos”. (Antonil, 1982:200)

Resta então saber quem arrendava os sítios das sesmarias, por uma quantia pouco módica, e em termos mais gerais, a cargo de quem estiveram os currais. Andrade afirma ter-se tratado de posseiros, desprovidos do prestígio necessário à obtenção da graça de uma sesmaria. Colocavam-se então sob a proteção de um senhor, evitando desta forma uma eventual perseguição dos potentados de Salvador. Aqueles sim, ao lado dos demais

vaqueiros, “muitas vezes escravos”, ligados diretamente aos sesmeiros, teriam sido os efetivos povoadores do sertão (1964:176).

No entanto, o quadro torna-se nebuloso tendo em conta que em alguns casos, por mais raros que venham a ter sido, é suposta uma ligação mais estreita entre os sesmeiros e suas terras no sertão, quando investidos de autoridade local, a que não se fizeram indiferentes. E mais ainda: os elementos das classes mais abonadas do sertão não viveram sob um regime de fausto, e opulência, semelhante ao que se assistiu no litoral. Mesmo tendo acesso a maiores comodidades e a certos luxos, exibidos através dos objetos importados da Europa, os fazendeiros não eram alheios à rusticidade do ambiente geral. Koster (1942:121) encontra em sua viagem um major, filho de um coronel, vestido de vaqueiro. Ele corria perigo de perseguição por ter comprado uma grande quantidade de farinha, transgredindo assim uma disposição governamental, para levar a sua fazenda no interior, onde ele e sua família moravam e estavam ameaçados pela seca. Por outro lado, ao regime pastoril implantado no nordeste, tem-se ligado, mesmo em períodos mais recuados (cf. Joffily, s.d.:128), à *quarteação*, espécie de pagamento atrelado ao lucro dos rendimentos reprodutivos da boiada, mais precisamente uma em cada quatro novas crias. O vaqueiro, define Joffily, seria uma “espécie de sócio da indústria”. Esses sistema permitiu, tendo perdurado por séculos, que vaqueiros juntassem reses suficientes para eles mesmos converterem-se em rendeiros e eventualmente, mais tarde, fazendeiros. Computou-se entre quatro e seis anos, quando da primeira separação das reses, o tempo necessário para que um vaqueiro dispusesse do capital necessário para arrendar seu curral (Porto, s.d.:29-30). Soares calcula o preço da renda anual no equivalente a cinco bois gordos (1968:47).

Sendo muitas vezes verificável o fato de que os sesmeiros entregaram a outrem a exploração de suas terras ou sequer as visitaram, em certos casos, o vínculo à terra pode bem ter sido efetivo. No curso do longo processo de expansão das terras da pecuária, certos sesmeiros empenharam-se pessoalmente e a sua família - deve-se acrescentar seus aliados - no processo de conquista.

Quando os ancestrais dos Feitosas dos Inhamuns chegaram àquela região cearense, obtiveram sesmarias, e sua história prende-os desde então àqueles sertões. Não deve ser

menos importante o fato de serem descendentes de um sesmeiro da região de Penedo²¹, desde o início do século XVII: isso sugere que vinham num fluxo de expansão de terras, cujo modelo já foi alhures explicitado. Nos Inhamuns especificamente, verifica-se, localmente, o modo como as sesmarias eram associadamente distribuídas: aos irmãos Feitosas, juntos a outros quatro indivíduos, concedeu-se sesmarias contíguas. A história demonstrou a influência que tiveram regionalmente e a forma violenta como resistiram a ver seu domínio regional, para além dos limites das suas terras, mas nelas apoiados, ameaçado pelos Montes, do Icó, que, aparentemente, adotavam a mesma estratégia (cf. Chandler, 1981).

Tendo obtido suas primeiras datas, em terras virgens, em 1707, os Feitosas acumularam outras na região até 1821 (Chandler, 1981:21). Sua história revela um aspecto no processo da conquista: o vínculo, por vezes parental, entre seus agentes e aqueles cujo nome se ligam apenas à sua promoção. Assim, em certos casos, os agentes de expansão, pelo menos a nível local, são ao mesmo tempo, parentes integrados na conquista de terras e de poder de sua família, por mais que seus benefícios individuais pudessem contar, da mesma forma como nos demais casos em que os prepostos não possuem vínculos da mesma natureza, como causa de tão temerário empenho²².

É relevante o fato de que no sertão as terras eram muito abundantes e o seu povoamento lento. Por um bom tempo houve mais terras do que gente para fundar nelas fazendas, apesar da prodigalidade na concessão de datas sesmárias. Estas condições, acrescidas ainda dos rendimentos das boiadas, terão atraído para regiões cada vez mais longínquas segmentos populacionais menos abonados. Mais uma vez as observações de Koster ajudam a dar conta do desencadeamento do processo no tempo:

“..as margens do rio Itapicurú (...), ha um espaço incalculavel para novos colonos. A Capitania do Piauí e o interior do Estado do Maranhão abundam em gado e essas regiões não são sujeitas ás sêcas. (...). Grande numero de bois é, anualmente, enviado dessas

²¹ Segundo João Brígido e Théberge, os Feitosa emigraram de Serinhaem, no litoral pernambucano. O primeiro chega a datar a chegada dos primeiros membros daquela família aos Inhamuns ainda durante o período de ocupação holandesa do Nordeste (apud. Macedo, 1980a:36). A fonte de Chandler, que aponta o ascendente dos Feitosa como sesmeiro de Penedo, na foz do São Francisco, é a “tradição”. Os Feitosa poderiam não estar ligados de antemão à empresa expansionista e colonial. Em todo caso a família não engrossou as fileiras dos absenteístas.

²² Ainda que o engajamento dos Feitosas na conquista do sertão tenha tido início apenas com a chegada dos dois irmãos nos Inhamuns, é assinalável o fato da expansão de suas terras mediante concessões de sesmarias ter prosseguido por mais de um século, ao longo de gerações sucessivas. Elas também terão contribuído, de toda forma, para o fortalecimento da família, em termos de riqueza e de poder.

regiões sertanejas para a Baía e Pernambuco. Os proprietários dessas fazendas situadas em distritos tão longínquos são às vezes turbulentos, e um destacamento de soldados, enviado para prender um desses homens, voltou sem efetuar seu objetivo.

Entre outras anedotas, ouvi que um escravo mulato fugira do seu amo e, com o passar dos anos tornou-se rico, comprando terras, abundante de gado. Numa certa ocasião, (...) quando um desconhecido, sozinho, vindo de longe segundo parecia, parou e lhe pediu uma conversa em particular. Depois de pouco tempo (...) o dono da casa disse: "Agradeço não ter o senhor denunciado a ligação que existe entre nós enquanto os meus vaqueiros estavam presentes". Era o antigo amo, pobre, em circunstâncias miseráveis, que lhe vinha fazer uma visita na esperança de obter algum fraco recurso. (...) Sabia que não era possível reclamar o escravo e estava no poder de um homem que podia dar ordem para assassina-lo imediatamente. O escravo ofereceu ao seu amo muitas centenas de bois e ordenou a um homem que o acompanhasse até o mercado, dizendo aos seus vaqueiros que acabava de pagar uma velha dívida, de que só agora ouvira falar. Um homem capaz de realizar um ato desta forma merecia a liberdade que resolvera conquistar. (Koster, 1942:246-247)

Como não reconhecer os proveitos individuais daqueles que se fixaram no sertão? Por que haveriam de se embrenhar nas caatingas e expor-se aos ataques indígenas? Não os teria movido a esperança de um dia conseguirem eles mesmos as suas terras, ainda que fosse para repetir com relação a ela o esquema de arrendamento ou de multiplicação dos currais entregues aos cuidados de outrem? O meio de fazê-lo mediante o vínculo com senhores de melhor trânsito burocrático não terá vindo beneficiar com outras doações, talvez antecedidas pelo arrendamento, mesmo aqueles colonizadores cujas chances iniciais eram em aparência remotas? Joffily afirma: "os descendentes dos primeiros agregados e dos indígenas tornarão-se foreiros dos grandes proprietários". Um outro fator a ser ressaltado, ainda com a intervenção de Joffily, é o da perda de terras que, tendo sido requeridas e exploradas por bandeirantes, ao serem abandonadas foram perdidas por eles e redistribuídas a colonos que nelas despendessem seus recursos (s.d.:116); o governo, afinal de contas, não se deixa desvirtuar completamente de seus desígnios.

Seria insuficiente reter-se no caráter de subordinação implicado por esses vínculos, visto eles pressuporem também um aspecto de solidariedade e de confiança mútua²³, mesmo que se depreenda dele uma mera conjugação de interesses particulares a cada parte. O senhor vê seus domínios expandidos e o seu subordinado uma oportunidade de vir a ser senhor. Bem se pode inferir de uma tal aliança seu componente de tensão. Uma

²³ O Capitão Antonio Vieira de Melo terá repartido a imensa sesmaria de Ararabó em vários sítios, tendo entregue cada um deles a "administradores de confiança com mulher de pouca moral para uso próprio". Nem por isso afastou-se de suas terras, pois que terá vivido em peregrinação, a cavalo, entre um e outro sítio. (Luna & Barbalho, 1983:50-51).

forma de resolvê-la, garantindo a satisfação de ambas as partes, é justamente incrementando o seu aspecto vinculativo e solidário. Em algum momento, pelo menos, esse incremento fez-se mediante laços parentais, do que os Feitosas podem ser apontados como exemplo. Mas a questão da confiança deve ter sido cuidadosamente cultivada. Para que os senhores realizassem as suas ambições deve ter sido necessário garantir a seus associados a possibilidade deles mesmos realizarem as suas. Estes certamente não lograriam êxito sem uma contraparte favorável daqueles. Não se viu acima que certas sesmarias só eram dadas com a condição que a casa da Torre não tivesse obtido nelas concessões? Seus prepostos não vieram eles mesmos a tornar-se sesmeiros? No vale do São Francisco, refere Lins, a conquista ainda nos primeiros passos, repetiram-se as rebeliões de agregados dos currais, além dos choques contra casas com que se rivalizava em virtude da aquisição de mais terras (1983:28). Algo deveria ser implantado no sentido de salvaguardar a expansão e a manutenção do que foi sendo conquistado, cada vez a distâncias maiores, em regiões dispersas e de difícil acesso.

Pesa sobre os conquistadores e povoadores do sertão nordestino o preço de uma autonomia quase irrestrita, motivada pelas condições de um meio humana e fisicamente agressivo. Ao embrenhar-se nas caatingas remotas, o indivíduo lograva alijar-se da vigilância efetuada por um aparato administrativo mais eficaz, e não terá sido outro o motivo do rumo tomado por muitos. Em virtude desse mesmo alijamento, seu destino ficava entregue a si mesmo, e por sua conta ficava a defesa de sua vida e dos seus bens, ameaçados pelos ataques de índios, a calamidade das secas, a hostilidade dos vizinhos e eventuais visitantes que, vivendo sob condições semelhantes, não mediam meios para saciar seu apetite de terras e de rapina. Rude era a vida daqueles homens, e violentos muitas vezes eram os meios de sobrevivência.

A lealdade, mais do que a subordinação, neste contexto, teria de ser o caráter cultivado no encarregado dos interesses do fazendeiro por tanto tempo ausente. Neste sentido, durante a reprodução do esquema de expansão territorial, quantos outros vaqueiros não terão sido também beneficiados? Sob que laços estariam eles ligados aos fazendeiros, senão os que viabilizassem a defesa dos interesses de ambos? A sólida vinculação entre eles tem sido amiúde comentada. Localmente, é o representante do fazendeiro, principalmente na sua ausência, o que faz derivar do próprio absenteísmo o

seu poder e autonomia. Compete a ele o cômputo do rendimento da boiada, a divisão das partes que cabe a cada um. Por que entregar tão grande responsabilidade para indivíduos não confiáveis e desleais? É necessária uma garantia de fidelidade, que na verdade vem a confirmar-se nas relações do vaqueiro e do fazendeiro por séculos e que é mediada por uma série de contrapartidas favoráveis àquele, inclusive com a virtual aquisição de suas próprias terras; quando o ex-patrão converte-se em aliado, o vínculo pode permanecer ou fortalecer-se, inclusive incrementado por razões políticas. Dos dados sobre o regime pastoril sertanejo verifica-se que restaram brechas suficientes para permitir que o arrojo de certos aventureiros - e por extensão, vaqueiros - fosse compensado por uma real ascensão econômica, social e virtualmente política. Se é possível apontar um segmento sertanejo passível de lograr um salto econômico e social, como resultado do êxito de sua atividade produtiva, certamente o dos vaqueiros deve ser destacado.

2. As Dimensões dos Poderes

Redutos Familiares

“Casa teu filho com a filha do vizinho” diria o provérbio seguido por João de Almeida, um dos primeiros e mais eminentes fazendeiros dos Inhamuns (Freitas, 1972:42). O parentesco parece ter fornecido o modelo vinculativo essencial nas relações humanas no sertão. “E’ entre os moradores desses distritos longínquos, como este de onde viéra, que os vínculos de amor á família existem com maior intensidade”, diz Koster (1942:314). E é compreensível que tenha sido assim. Seus poucos povoadores encontraram com fartura as adversidades. Deparavam-se com obstáculos diversos: a natureza, o gentio, os bandidos, aventureiros cobiçosos de terras e de bens. Joffily refere que os fazendeiros mais abastados “forão obrigados a levantar forças para a sua defesa” contra os “tapuios” e cangaceiros, particularmente atuantes por ocasiões das secas. (s.d.:96). A autonomia sertaneja não dispensou auxílio, que deveria partir de gente da mesma têmpera. Contra todos os obstáculos, a melhor saída deve ter sido a união; o vínculo, a grande conquista, sem o que, nada poderia ser levado adiante.

Uma contradição no sertão nordestino foi permanente: a vastidão da terra, frente a escassez de habitantes. O número de moradores de uma fazenda era muito limitado, contando com vaqueiros, agregados, eventualmente a família do proprietário. Mas a sua defesa não teria mais ninguém a quem pudesse estar entregue, internamente. Se, durante o processo prolongado de internação cada vez mais acentuada pelos sertões, os membros das novas gerações engajavam-se na conquista de novas concessões, ou ao contrário, não voltavam às suas fazendas, os núcleos familiares tenderam à dispersão no espaço. Mas à dispersão não correspondeu um afrouxamento nos laços familiares; ao contrário, assistiu-se a seu estreitamento. Quando indivíduos deslocados de seu lugar de origem finalmente estabelecem suas residências algures no sertão, exibem uma sorte de critério gregário espacialmente expresso.

Com a fundação de fazendas e dos pequenos núcleos de povoamento emergem lideranças locais que ganham respaldo do governo central, portadores que eram, já no período colonial, de títulos a uma só vez administrativos e militares. As mudanças de regime no Brasil, pelos séculos subseqüentes não vão alterar substancialmente o processo de emergência espontânea de líderes, que dominam uma dada região sertaneja,

a despeito de conjunturas políticas nacionais desfavoráveis. Seu poder possui uma correspondência no espaço: ao líder sertanejo cabe um reduto.

Militão Plácido de França Antunes, relata Lins (1983:44-45), desde sua fazenda Caroa, na primeira metade do século passado, era influente na região de Pilão Arcado, Xique-Xique e Santo-Sé, por onde sua família espalhava-se, fortalecendo-o, e não tornando difuso o seu poder. Se o investimento de título e de autoridade obedeceu primeiramente ao critério da posse dos agraciados, não tardou que fosse influenciado pelo poder de atração de alianças demonstrado por certos líderes naturais, por assim dizer. E não custa a entender porquê. Atende às conveniências governamentais a existência de uma liderança localmente reconhecida e por isso mesmo reforçada por alianças. A delegação de autoridade por sua parte corresponde a de um poder preexistente para o cumprimento de suas designações. De sua parte, aos outros fazendeiros, interessa ter a seu lado alguém com trânsito no governo, que ademais reúne sob seu comando uma força armada, organizada para defender o que lhe parecer necessário. Ser um seu aliado significa poder influir nas suas decisões, fazer possivelmente com que causas alheias sejam tomadas como suas. Dessa forma monta-se um esquema político que caracterizou por longo tempo o sertão.

Muito antes dos França Antunes, nos Inhamuns, a família Feitosa cumpriu um papel semelhante, tornando-se célebre a tal ponto que, à voz corrente, teriam fundado uma povoação própria naquela região. Essa foi a tradição colhida por Koster, e apesar de Cascudo negar tal existência, a difusão da idéia já basta aqui como exemplo de correspondência espacial da predominância social de certos grupos. Na imensidão de um território desocupado, uma sorte de conquista político-geográfica tem continuidade localmente, através da proliferação dos membros de uma família, que vão ocupando terras em boa parte das vezes contíguas. O próprio Cascudo afirmaria alhures: “Essas famílias tradicionais que dominam regiões inteiras (...) são herdeiras diretas dos povoadores” (1984:32)

No pequeno povoado de São Francisco, no Pajeú, concentrava-se a família Pereira, no início do século XX. O povoado emergira como “dependências das glebas dos Pereiras” em meados do século anterior (Parreira, s.d.:170). Decerto não reduzia seu espaço de influência ao pequeno povoado, como nos demais casos. Na mesma época

Manoel Pereira da Silva Jacobina, mais conhecido por Padre Pereira (embora não fosse sacerdote) era líder político de Vila Bela (Ferraz, 1978:41), de porte superior ao de São Francisco. Mas neste lugarejo a família ganha um universo que domina mais ampla e incontestavelmente. A tal ponto que, identificando-se com um espaço, acaba por lhe conferir seu predicado social mais nítido, pelo qual uma vila perdida no sertão passa a ser reconhecida: São Francisco é o lugar dos Pereiras. Em Vila Bela, o poder era dividido. Consta, segundo Parreira (s.d.:178), que os Carvalhos eram dominantes ali, constituindo mesmo a maioria dos habitantes. Eles teriam hábitos mais urbanos que os Pereira, embora também estes habitassem no município de Vila Bela, mas em suas fazendas espalhadas pelos arredores. Não muito longe dali, surge em 1917 a povoação de Nazaré, que apesar de nova não se dissocia de um já longo passado. Segundo Ferraz (1978:77), em terras hoje abrangidas pelos municípios de Floresta e Serra Talhada, instalou-se um dos primeiros colonizadores daquele sertão pernambucano Jerônimo de Souza Ferraz. Foi seu neto quem, em 1823, confirmou a escritura da fazenda Algodões que arrendou quatro anos antes numa região que já era por duas gerações a terra de sua família. Mas foi somente em 1917, quase um século mais tarde que surgiu o povoado de Nazaré nos domínios da antiga fazenda Algodões, sonho de Domingos Soriano Lopes Ferraz. Este contribuiu concretamente para a sua fundação, através da doação trinta braças de terra, exemplo seguido, a seu conselho, por um vizinho, Antonio Campo Alegre (Ferraz, 1978:93). Nazaré, mais tarde Carqueja, é a residência de várias famílias vinculadas, aparentadas mesmo. Não é a toa que serão conhecidos como Nazarenos, os mais célebres perseguidores de Lampião. Dentre eles destacam-se os Flor, liderados por João de Souza Nogueira, bisneto de Manoel de Souza Ferraz, o fundador da fazenda Algodões (Ferraz,1978:78). Um reduto sertanejo define-se, quanto ao aspecto que está sendo ressaltado, pelo predomínio claramente imputável a certas famílias, dentre as quais uma prepondera, estando coligadas às demais, que lhe são, preferencialmente, aparentadas.

O domínio sobre uma certa região apoiava-se largamente, então, nos laços de parentesco. O casamento foi no sertão, como em tantas outras partes, um assunto de negócio atinente à família. Através de alianças matrimoniais, núcleos parentais capacitaram-se a formar blocos de aliança quase impenetráveis ao forasteiro. Lins afirma que isso ocorre se o recém chegado “não for rico ou descender de uma família

tradicional do estado” (1983:24). De um modo mais global, para além do sucesso econômico¹, sua aceitação dependerá largamente do conhecimento e aprovação local de suas referências vinculativas prévias ou pelo menos da avaliação de suas qualidades pessoais. Por este expediente, os redutos locais puderam manter um certo controle sobre influências exógenas, o que contribuiu largamente para a composição do quadro de especificidade cultural sertaneja. Pinto (s.d.:30) busca na colônia as raízes destas organizações familiares, fundadas na autoridade paterna e no clientelismo, na união de sangue e de interesses, e promovidas especificamente para atender às necessidades de defesa. Ainda a partir de sua tese, tal organização, que substituiria o isolamento do indivíduo, permaneceria fortalecida, para além do período colonial.

As ameaças nem sempre partiam de bandidos, de índios ou de onças. No caso de Militão Antunes, partiu de Bernardo Guerreiro e consistia não nas suas armas, mas na sua prosperidade. A guerra que se assistiu ali foi pelo poder. Bernardo era um português que, tendo chegado a Pilão Arcado, conseguiu a despeito de tudo enriquecer e casar numa família local antiga (Lins, 1983:45). Logrou ainda travar amizades importantes, através das quais deu mais um golpe na autoridade de Militão: este, contrariadas todas as expectativas, não foi contemplado com uma patente da Guarda Nacional que quando foram distribuídas em Pilão Arcado favoreceram três dos filhos de Bernardo Guerreiro (1983:48).

Como se vê, resulta dos arranjos de aliança sertanejos todo um aspecto simbólico e político. Seria redutor encontrar exclusivamente na defesa mútua a causa da adoção de um certo padrão vinculativo. Ademais, o modelo assim adotado serviu não somente para

¹ O poder econômico do pretendente não foi um critério generalizado de seleção de cônjuges. A expansão pecuária levada a cabo no sertão abriu brechas de ascensão econômica, virtualmente impossível no regime produtivo do litoral. Certos arranjos foram mobilizados para atender aos desejos de famílias enriquecidas que por qualquer motivo não contavam localmente com pretendentes qualificados para as suas filhas. O criado de Spix foi cogitado como possível marido, tendo recusado, porém, a oferta. Koster comenta como chegou ao seu engenho um homem incumbido da tarefa de encontrar um genro para um amigo (1942:482). Genericamente, foi entre brancos e forasteiros que aquelas famílias procuraram seus cônjuges. Pode parecer que em tais segmentos houve maior permeabilidade, portanto, com relação a entrada na família de elementos exógenos, mas é preciso relativizar este aspecto. No relato de Koster, o analfabetismo de um rapaz foi o suficiente para desqualificá-lo como candidato (1942:482-483), pese-se que a alfabetização era privilégio de muito poucos. Esta prática descrita pelos viajantes permite entrever um dilema encontrado pelas famílias enriquecidas no sertão. Por um lado seu sucesso econômico podia não bastar para que alcançassem ou se aproximassem do status das famílias localmente mais importantes, permanecendo por algum motivo indesejáveis desde o ponto de vista destas. Por outro, a eventual reserva de pretendentes locais parece não ter sido satisfatória do ponto de vista das primeiras.

as famílias mais poderosas juntarem suas forças, mas como método de ascensão social: ninguém se faz reconhecer isoladamente; importam suas relações de aliança no seu modo de inserção social. Um casamento bem sucedido corresponde a portas abertas para o destaque pessoal social e talvez politicamente. Não houve portanto um fechamento absoluto por parte dos blocos aliados à integração de novos membros pela via do casamento. Houve antes um critério de seleção de cônjuges que atendia aos desejos de predomínio social e político das camadas dominantes.

A distribuição espacial de famílias das camadas médias sertanejas nas primeiras décadas deste século sugere que para elas, talvez mais do que para as camadas dominantes, a vizinhança tenha sido um critério relevante. Ela é vantajosa, desde já, em virtude das famílias poderem-se pautar no reconhecimento prévio dos novos elementos ligados a ela. Mas dentro da especificidade sertaneja, a vizinhança favorece a manutenção dos laços familiares após o matrimônio, ampliando destarte o alcance das relações de aliança sem detrimento das filiativas. É comum famílias, mesmo mais modestas, distribuírem-se mais ou menos contiguamente, como permitem vislumbrar depoimentos de sertanejos publicados ou colhidos por mim diretamente. Durval, um personagem importante da história do cangaço, explica a Araújo (1982b:105) como se espalhavam pelas cercanias as diversas fazendas pertencentes a vários membros de sua família, nas cercanias do rio São Francisco. De um lado a sua, de outro a do cunhado e padrinho, a casa do tio para outra direção: percebe-se que todos estavam ao alcance. Referências similares são encontradas no depoimento do ex-cangaceiro Jurubeba a Shaker (1979:58-59). Através do relato da cangaceira Sila, verifica-se como não obstante sua irmã ter casado com o vaqueiro de um fazendeiro importante, aquela a visitava com certa frequência, demonstrando a manutenção dos laços originais viabilizada por uma distância passível de ser vencida sem maior dificuldade. Por sua vez, Dadá, a esposa do célebre Corisco, também em seus depoimentos a Araújo (1982a) refere várias vezes percursos efetuados por ela, antes de se ter engajado no cangaço, relacionados a um modo de vida em que as relações familiares condicionam deslocamentos, e ao mesmo tempo traçam uma área que lhes serve de referencial. Seria ali que ela se teria casado, pois já tinha um pretendente local, não fosse a interferência inexorável de Corisco em sua vida. Em Tucano, no sertão baiano, concentram-se vários núcleos de uma família, a qual o seu Viló significativamente designa por “povo dos

cabritos”, com as suas respectivas fazendas espalhadas pelos arredores. O coronel Jerônimo mostrou o convite de casamento que recebeu, em sua residência em Uauá, da irmã de seu vaqueiro e explicou: “ela vai casar com um rapazinho de lá mesmo, da área. Rapazinho também amigo dessa família”. Por certo, o tema dos arranjos matrimoniais nas camadas médias sertanejas em tempos mais remotos bem mereceria uma pesquisa que lhe fosse especificamente dedicada. Mas a constância de referências desta natureza sugere que tais segmentos não estiveram alheios a uma prática vinculativa que se repercutiram nos matrimônios e na sua distribuição espacial. Ramos (1981:129) refere que em torno da casa do proprietário, semelhantes a ela, espalhavam-se a casa dos moradores, quase todos da mesma família, e quase todos vaqueiros. Nota-se que as famílias mais poderosas, que exerciam uma força de atração em torno de si, também encontram expressão de seu poder na distribuição espacial humana nas fazendas.

Não é exagero afirmar que, politicamente, o sertão nordestino esteve subdividido em áreas de influência sobrepostas às fronteiras político-administrativas. Nem sempre uma e outra divisão foram coincidentes. Durante a República, por exemplo, o poder de um líder local poderia ter um alcance maior que os limites municipais, ou distritais, e não raro ignorava limites estaduais. Foi o caso de José Pereira Lima, chefe político de Princesa, na Paraíba, cidade vizinha a Pernambuco. Por outro lado poderia, no interior de uma dada área, dividir seu poder com outros líderes antagônicos, como aconteceu a Militão e Bernardo no Império. No Pajeú confrontaram-se duas famílias já mencionadas, por um período prolongadíssimo, até princípios da década de 20: os Pereiras e os Carvalhos. Albuquerque (1976:203) considera plausível que a guerra sangrenta que uma área considerável do sertão veio a assistir nas primeiras décadas do século pode ter tido um germe quase centenário. Em 1848, os Liberais Francisco Barbosa Nogueira Pais e Francisco Alves de Carvalho, opuseram-se à posse do novo Delegado de Polícia de Flores do Pajeú, do Partido Conservador, o Coronel Pereira da Silva. Parreira (s.d.:109-111) relaciona a conjuntura política no sertão com aquela do litoral. Em consequência da derrota dos aliados dos Carvalhos no litoral, por ocasião da revolução praieira, o governo nomeou o Major Manuel Pereira, “investindo-o em título oficial” para tomar posse da Câmara e Comarca de Flores. Ante a negativa do Coronel Francisco Barbosa

Nogueira da Paz, deflagrou-se a luta armada que deu vitória aos Pereiras². Né Dadu (ou Né Pereira) não reagiu de modo muito diferente, quando em 1907 João Nogueira veio assumir o posto de subdelegado do qual o primeiro fora exonerado, em seu reduto. Quando em certo dia daquele ano Padre Pereira chegou a São Francisco, veio logo a saber da rixa criada entre eles, que eram respectivamente seu sobrinho e seu cunhado. João Nogueira, no entanto, pertencia a rival família dos Carvalhos, e sua posse foi impedida pelos Pereiras, liderados por Né Dadu (Albuquerque, 1976:211).

O alcance político e espacial destas lideranças sertanejas fez-se fundamentalmente através de alianças, principalmente seladas por casamento, embora não apenas por elas. O fenômeno do coronelismo, em toda sua articulação com a questão dos votos, encontrou já pronto e muito bem cultivado o terreno sobre o qual pisaria. Colheu fartamente os frutos plantados já na Colônia, entre os quais constam a endogamia e a repetição de alianças matrimoniais entre famílias constam entre eles. Por este meio, o vínculo estabelecido numa geração se reforça nas gerações futuras, expandindo, inclusive espacialmente, o alcance das influências familiares.

Na genealogia da Casa da Torre, descrita pelo frei Jaboatão (Calmon, 1985: 155 e segs.) verifica-se que pelo menos em três gerações sucessivas, a começar pela de Garcia D'Ávila, filho de Francisco Dias D'Ávila, os três chefes de família contraíram matrimônios com mulheres muito proximamente aparentadas. Dois desses casamentos realizaram-se entre tios e sobrinhos uterinos. Não é irrelevante o fato desses casamentos consorciarem duas gerações, uma vez que eles demonstram a tendência do fechamento de um bloco de aliança sobre si mesmo, aparentemente o mais apropriado para aquelas famílias de poder incontestável. Talvez por este motivo Garcia D'Ávila, o segundo, tenha-se casado com sua tia matrilateral, uma vez que as duas irmãs eram filhas de "gente honrada de Porto Seguro". Catharina Fogaça, uma filha deste casal - cujo nome evoca aquela que era sua avó e bisavó ao mesmo tempo - não foi capaz de se sujeitar ao descontentamento, nem de omiti-lo, trazido por uma de suas filhas, que ousou casar

² Albuquerque e Parreira estão com toda certeza narrando o mesmo episódio, que envolve os mesmos protagonistas. A comarca em questão é Flores, e a ocorrência se dá no mesmo ano de 1848. No que se refere aos nomes, há uma mera modificação de grafia no caso do Francisco Barbosa Nogueira Pais ou da Paz. O caso do Pereira promovido configura a maior divergência entre as duas narrativas. José Pereira da Silva é, segundo Parreira, o pai do Major Manoel Pereira, que foi nomeado, e patriarca dos Pereiras naquela região. Ele seria o avô do Barão do Pajeú, e não pai, como afirmou Albuquerque. Todavia, a natureza do conflito está dada nas duas obras, como também o envolvimento de caráter familiar que implicou.

contra sua vontade com um capitão. Em nome do marido já morto, desertou-a. Tanto melhor para a outra filha, muito bem casada com o irmão de sua mãe, não obstante seu marido ter duas filhas bastardas com uma certa Clara Dias. Francisco Dias D'Ávila, o marido e tio em questão, notabilizou-se também por ter ido ao Rio São Francisco, em 1680, com seus escravos e índios, tendo sucesso na pacificação do gentio, degolando os irredutíveis.

No entanto, a Casa da Torre alijou-se de seus domínios sertanejos. É importante verificar com maior atenção os arranjos matrimoniais verificados no seio das grandes famílias devidamente instaladas no sertão. Muito mais acentuada é a prática endogâmica realizada na família Feitosa. Chandler (1980:23) encontra, através da genealogia fornecida por Leonardo Feitosa, entre 40 casamentos realizados em 3 gerações subseqüentes à chegada do patriarca à região, nada menos do que 32 endogâmicos, e acrescenta que muitos deles entre primos em primeiro grau e tios e sobrinhos. O casamento de Josefa Alves Feitosa já expressa a tendência dos Feitosas em encontrar cônjuges no seio de seu grupo familiar. Aquela filha do pioneiro Francisco Alves Feitosa teve por marido Francisco Ferreira Pedrosa, enteado de seu pai. O patriarca, forasteiro que era, contraiu núpcias por três vezes, todas com viúvas de famílias importantes na região. Como os demais membros que contraíram casamento exogâmico, parece não ter feito mais do que abrir o leque de alternativas endogâmicas ou de repetição de matrimônio com membros de famílias já aliadas - por casamento - às gerações futuras. O capitão José Alves Feitosa, por exemplo, filho daquele primeiro casal, casou-se com Maria Madalena Vieira que, como ele, era neta de Francisco, o pioneiro. Seu filho seguiu, literalmente, o exemplo do pai: chamava-se José Alves Feitosa - para distingui-lo vale mencionar o título de capitão-mor, de que foi investido em 1791 -; casou-se com Maria Madalena Vieira, outra neta de Francisco, e de sua segunda esposa. Não era somente homônima, mas também da mesma geração da mãe do capitão-mor. O casamento do único filho do capitão-mor, José do Vale Pedrosa, é exogâmico com relação ao grupo familiar dos Feitosas. A sua noiva, Ana Gonçalves Vieira, descendia dos Araújo. Tal casamento é expressão da aliança entre as duas famílias.

Quando Koster (1842:176-178) narra a tradição da história da prisão do chefe dos Feitosas, está-se referindo a Manoel Martins Chaves, embora não o nomeie. É Cascudo, em suas observações à obra do viajante inglês, quem fornece dados complementares - e

nem sempre acordes - do episódio. Era o capitão-mor José Alves Feitosa, na verdade, o líder dos Feitosas na época, e não Manoel Martins Chaves. A confusão de Koster bem sugere a natureza dos laços que uniram as duas famílias. Chandler (1980:23) nega que a ligação de parentesco entre duas famílias encerre uma identidade entre elas: somente os membros deslocados de um grupo familiar é que podem ser absorvidos num outro. Com efeito, na região do Pajeú, Pereiras e Carvalhos intercasavam-se e nem por isso fundiram-se; neste caso preciso, as alianças matrimoniais não evitaram os conflitos armados que marcou por longo período a relação entre as duas famílias³.

O episódio⁴ acerca de Manoel Martins Chaves é também digno de nota no tocante à questão da solidariedade familiar. Ele terá sido preso inocentemente - embora já tivesse sua prisão solicitada por outros motivos - encobrendo um crime cometido por seu irmão Antônio da Costa Leitão. Este não fugiu à retribuição, hospedando a cunhada em sua casa, para o resto da vida, e fazendo herdeira universal de seus bens a sobrinha (Ana Gonçalves Vieira), uma vez que a fortuna de Manoel Martins Chaves havia sido confiscada.

Outros casamentos realizaram-se entre as famílias Araújo e Feitosa (cf. Chandler, 1980:61), reforçando ainda mais a aliança entre elas. Com frequência, os descendentes de casais exógamos casam-se entre si, como fizeram, por exemplo, os filhos de Eufrásia Feitosa (irmã do capitão-mor José Alves Feitosa) com seu marido Leandro Custódio de Oliveira e os do Major José do Vale Pedrosa e Ana Gonçalves Vieira. Esses descendentes reproduzem assim uma espécie de eterno retorno do mesmo: o círculo só abre, entreabre, para melhor poder cerrar-se.

Dentre os exemplos dados aqui retifica-se a prática de casamentos entre gerações diferentes. Certamente isto pode ser efeito da diferença de idade no seio da prole de um só casal, mas a incidência de casos (contando os descendentes do casal José Pedrosa e

³ Tendo em vista que as hostilidades entre Pereiras e Carvalhos vinham de longa data, mesmo não se tendo expressado sob as formas mais violentas como se verificou a partir da primeira década do século XX, o casamento entre Nogueiras e Pereiras uniam indivíduos de blocos inimigos. Foi o que aconteceu com João Nogueira, casado com uma irmã de Padre Pereira, segundo Albuquerque (1976:212). Ferraz informa ainda que Francisco Nogueira, irmão de João era sogro de Praxedes Pereira de Sá, irmão do Sebastião Pereira, aquele que lideraria a facção dos Pereiras na luta contra os Carvalhos, de que os Nogueira fizeram parte (1978:111). Parreira (s.d.:110) também refere casamentos entre as duas famílias, não obstante serem inimigas, em meados do século XIX, quando os conflitos armados são iniciados entre elas.

⁴ cf. nota 29 de Cascudo à obra de Koster (1942:184-186).

Anna Vieira) chega a ser superior a dos casamentos no interior da mesma geração, abrindo caminho para algumas hipóteses. É possível que a preferência de casamentos assim atenda a uma exigência local. Um membro deslocado de uma família decerto teria de enfrentar circunstâncias muito menos favoráveis fora de seu reduto familiar, o que não ocorre no caso de casamento entre primos e tios e sobrinhos que descendam de dois casais locais. Nos exemplos aqui fornecidos, no entanto, as alternativas de casamentos intrageracionais viram-se reduzidas porque o Major José do Vale Pedrosa era filho único do capitão-mor José Alves Feitosa. Os filhos de sua irmã Eufrásia parecem ter esperado por uma geração para casarem-se no interior daquele grupo familiar.

A família Feitosa apresenta um quadro endogâmico particularmente acentuado, nas primeiras gerações sediadas no sertão. Mas exibem uma tendência que bem pode ter persistido no tempo e nesse sentido não constituiria apenas um exemplo exagerado de um contexto mais difuso. É isso que sugere a genealogia de José Bezerra de Araújo Galvão, “chefe inconteste da zona do Seridó”, no Rio Grande do Norte. Muito embora as famílias importantes do sertão chamem a atenção de muitos estudiosos para seu aspecto genealógico não são facilmente encontrados nem precisos os dados relativos a relações de parentesco em seu interior. No caso da família do Coronel José Bezerra de Araújo Galvão os dados foram colhidos em profusão (cf. Melo, 1985:87-96), mas sem se deter em outras relações entre os membros além da filiativa e das esposais. Uma forma de calcular o índice de endogamia seria através dos sobrenomes dos membros da família. Todavia, não há como ter garantia de que estes nomes sejam transmitidos da forma usual no contexto urbano e atual⁵. Corre-se o risco de não identificar o parentesco de homens que adotem outros sobrenomes, nem detectar forasteiros que adotem o sobrenome importante localmente. O caso da mulheres complica-se mais, visto adotarem os nomes de seus maridos, não sendo sempre evidente tratar-se de uma parente ou somente esposa. Melo construiu as linhas filiativas a partir do Coronel José Bezerra (não foi incluído na árvore genealógica seu irmão, o Coronel Silvino Bezerra, chefe político da vizinha Acari) e sua esposa, até a quarta geração de seus descendentes. A partir dos dados relativos às três gerações constituídas por membros já casados é somente possível estabelecer com precisão o parentesco de quatro casais. Dentre eles o parentesco mais

⁵ Na genealogia descrita por Melo (1985:87-96) verifica-se um modo de transmissão de nomes bastante regular, do ponto de vista da prática dominante no Brasil a este respeito. Mas no contexto sertanejo sabe-se que fatores como compadrio, amizade, etc. intervêm na adoção ou atribuição de nomes.

próximo entre os esposos é o de primo cruzado⁶. Todavia, proliferam os sobrenome de Galvão, Bezerra ou Araújo entre os cônjuges. Um número considerável deles chama-se também Pereira, tal como a esposa do próprio Coronel Bezerra, filha do Patriarca de Saco do Martins, João Damasceno Pereira. Embora seja impossível indicar com a exatidão desejável as relações de parentesco no interior daquela genealogia, ela exprime claramente algumas tendências com relação aos arranjos matrimoniais. A repetição exaustiva dos mesmos sobrenomes entre os maridos, por exemplo, sugere que uma descendente direta do Coronel Bezerra pode ter em torno de 70% de chance de encontrar seu cônjuge no seio de sua família extensa, isto é no conjunto dos parentes pertencentes a seu grupo familiar ou a ele ligados por casamentos anteriores. Desta observação resulta o seguinte: à força de alianças repetirem-se por gerações entre duas famílias, elas acabam por aparentar-se entre si. É importante neste caso ter em conta que, não importando o grau de parentesco que acabam por estabelecer, permanecem distinguíveis. Isto se deve em parte à sua disposição espacial, que por sua vez espelha distribuição das lideranças das parentelas e seus blocos familiares (os Pereiras têm seu reduto em São Francisco, os Ferraz em Nazaré, os Carvalhos em Vila Bela, etc.). Os focos de poder das parentelas espacialmente refletidos repercutem no seu reconhecimento social como grupos familiares diferentes. A aliança neste contexto pressupõe, afinal, elementos semelhantes, aparentados, mas não idênticos.

Resulta deste sistema vinculativo, no qual o casamento desempenha um papel importante e modelar, uma unidade social caracterizada por uma forte solidariedade interna e pela obediência a um líder em torno do qual os demais membros gravitam. A força de uma unidade assim constituída dependeu, tradicionalmente, do prestígio de seu líder e do seu porte numérico. Quanto maior e mais coesa a parentela⁷, maior o destaque do líder. A imagem do coronel, e particularmente, de um líder político local é genericamente associável a uma enorme família em torno de si. Uma boa forma para dar início a uma numerosa parentela é certamente gerar muitos filhos, que futuramente atrairão muitos genros e noras e netos e amigos e parentes de todos eles. Foi bem o que

⁶ Os outros dois matrimônios realizaram-se entre a filha de uma prima paralela matrilateral e primo paralelo matrilateral da mãe e entre a filha do primo paralelo matrilateral da mãe e o filho da prima paralela matrilateral do pai.

⁷ Uma parentela sertaneja pode incluir compadres, empregados com ligação prolongada a uma dada família, agregados em geral. É um conceito mais abrangente do que o de família extensa (cf. Queiroz, 1968; 1977; Chandler, 1980:14-15)

fez um dos mais importantes coronéis da região sãofranciscana das Alagoas. As primeiras frases do depoimento de D. Cira Britto Bezerra, pelas quais ela se apresenta, são suficientes para situá-la e a sua família, notadamente seu avô, com precisão em seu contexto social.

“Papai era Francisco Correia Britto. Meu pai era sobrinho de meu avô. Conhecido como Sinhô Correia. Filho de uma irmã de meu avô. Antonio Britto era meu avô materno. Quando diz avô eu fico meio atrapalhada, porque eu só chamava ele de “pai nosso”. Papai era primo legítimo de mamãe. E daí nasceram apenas 21 filhos. Todo ano um. Ia registrar dois, três e botada a idade do primeiro no segundo. Hoje são 12”.

A endogamia estrita acaba por envolver um paradoxo: o casamento no interior do grupo familiar sendo tão favorável a uma primeira análise, pode acabar por reduzir as chances de aliança entre blocos de parentesco diferentes, germe da constituição das parentelas. São duas as determinações a serem cumpridas por uma família poderosa: fortalecer-se por laços no seu interior, e atrair alianças que sejam interessantes. Tais pressupostos de validade geral repercutem nos seus arranjos matrimoniais. Caso um bloco comece a realizar casamentos repetidos com outras e várias famílias o custo pode ser sua dissolução em meio estranho. É necessário, então, preservar no seu interior uma reserva de membros, e aí deve computar os mais importantes das gerações futuras. Se o Major José do Vale Pedrosa, filho único, abandona seu reduto familiar, quem herdará a chefia da família? Um estranho? Torna-se imperioso que ele fique - tanto de seu ponto de vista quanto de seus parentes mais próximos -, bem como todos aqueles cuja presença seja relevante por razões da mesma ordem. Mas uma reserva também é necessária para a efetuação de novas alianças e reprodução das antigas. É justamente a força da família que será capaz de atraí-las. Os casamentos exogâmicos, bem administrados, ao mesmo tempo que podem prevenir fissões internas, também promovem o fortalecimento de um certo grupo familiar, capaz de contrair boas alianças. Assim sendo, uma família, no tocante a seus arranjos matrimoniais, deve jogar com as duas variáveis, dosando-as, de modo a obter o melhor resultado em termos de poder. Quanto mais forte internamente, maior o prestígio de seu líder e maior sua potência vinculativa qualitativa e quantitativamente. Em termos físicos, os resultados são também conferidos. Cascudo chega a encontrar uma diferença étnica entre sertão e litoral norteriograndense, por conta da auto-suficiência pastoril, que dispensou o escravo negro, de resto afugentado com a seca de 1877 (1984:22-24). Mas a endogamia e a repetição de casamentos entre famílias aliadas é também assinalável neste contexto.

“Os troncos seculares que foram replantados de Portugal pertenciam aos ‘homens-bons’ ou à fidalguia das ilhas, agricultores e criadores de S. Miguel, Terceira e Faial. Os Soares, Araújo, Bezerras, Medeiros, Raposo da Câmara, Pimentas, Fernandes, Queirós, Ferreira de Melo, Vieiras, Cunhas Nogueiras, vinte outros nomes, vinham com a certeza do combate áspero contra o selvagem, contra a natureza, sem adaptação às exigências do homem europeu, contra maneiras de alimentação, indumento, viagem, o próprio passo com que se habituara no Minho, Trás os Montes ou Algarve. Eis por que diferenciamos o sertanejo etnicamente. Ele ficou, séculos, quase sem misturar-se. Casando nas famílias aparentadas. Ainda hoje vemos os Gondins, Queirós, Fernandes Pimentas, Fernandes, manter um quase tipo, uma pigmentação constante, a cor dos olhos, o formato da face, denunciadora da pureza do veio comum e antigo.” (Cascudo, 1984:32)

Em termos sumamente semelhantes, Macedo (1967:17-23) apresenta os Pinto de Mesquita, cujo patriarca, Sargento-Mor João Pinto de Mesquita, instalou-se em 1702, tendo vindo de Portugal, em sua sesmaria sertaneja, no rio Jucurutu, no norte do Ceará. Esta família não se terá entregado “exageradamente” aos hábitos endogâmicos, “tão comum nos velhos clãs, que povoavam a terra na manhã da colonização” (1967:24). Assim, seus arranjos matrimoniais parecem ter sido bem dosados, pois além de não deixarem de praticar a endogamia, ligaram o nome dos Pinto de Mesquita a outros de expressão social e política similar ao seu.

“Os Magalhães, os Torres, os Vasconcelos, os Cavalcanti de Albuquerque, os Alves da Fonseca, os Paula Pessoa, os Sabóia, os Gomes Parente, os Barbosa Cordeiro, os Frota, os Accioly, os Bezerra de Menezes, os Viriato de Medeiros, os Arruda, os Jucá, os Sanford, os Brito, os Castro, os Lessa, os Pires Ferreira, os Alves Pequeno, os Linhares, os Figueiredo, os Miranda, os Holandas, os Faria, os Pinho, os Bessa, os Lopes Freire, os Martins, os Ponte, os Fontenelle, os Memórias, os Araújo, os Andrade - todas, originárias umas de Pernambuco e do Rio Grande do Norte outras da Paraíba e do Piauí, aliando-se, pelo casamento, às matrizes raciais da casa senhorial do português João Pinto de Mesquita, concorreram para ampliar a fronde da sua árvore genealógica.” (Macedo, 1967:24)

A listagem fornecida por Macedo bem sugere o papel dos matrimônios no sertão e a sua repetição entre blocos aliados. Fica evidenciado que os matrimônios vinculam mais as famílias do que indivíduos - não é o nome dos cônjuges que Cascudo e Macedo fornecem. A própria possibilidade de designação supõe que a união entre os blocos familiares não era fortuita, para o que corrobora a inclusão nesta lista de algumas das mais tradicionais famílias do sertão.

* * *

No parentesco, nos laços vinculativos de uma parentela, reside o seu capital de força. Mas em nenhum momento isto será mais claramente mensurável do que nos momentos de conflito. Aí contará o prestígio do líder da parentela, o valor de seus membros, as

alianças de que se vale. Os choques encontram razão de ser na medida de força que exibem; consistem no último recurso, quando todas as hostilidades redundam insolucionáveis e não restà o mínimo de ânimo para qualquer tentativa de restabelecimento de um convívio aceitável de forças contrárias no mesmo espaço. Dado que as lideranças locais escoram-se nas armas - são autoridades militares ordinariamente, ou desejam sê-lo - o conflito ganha caráter de guerra. A potência guerreira das unidades em confronto repousa na distribuição numérica de seus membros, mobilizada, neste caso, através de toda uma organização familiar e de alianças prévias. Por séculos resiste este pressuposto, mesmo tendo passado a conquista e os ataques dos índios: no sertão nordestino, afirmar que a organização do parentesco é voltada para o poder é ao mesmo tempo dizer, em bom número de casos, que o é também para a guerra.

O sertão pernambucano foi - e continua sendo - cenário de vários conflitos familiares, que, sem fugir à regra, são denominados através das facções contrárias. Por fazê-lo, acabam omitindo, à superfície, um engajamento de indivíduos muito maior do que seria de supor, se os conflitos opusessem realmente apenas dois ramos familiares, ainda que seguissem sendo significativos, tendo em conta a extensão que eles alcançam ordinariamente. Com efeito, sob a modesta designação de “Pereiras X Carvalhos”, enfrentam-se Nogueiras, Barros, Ferraz, Flores, Ferreiras, para não deixar de citar alguns. Leites e Nunes, em sua querela também incluem os Moura e mais toda uma série de envolvidos, cujo nome a história sequer menciona (cf. Ferraz, 1978:30). Não apenas porque possam estar ligados por laços de parentesco, como acontece entre Nogueiras e Carvalhos, Leites e Mouras, por exemplo, mas porque, em virtude de rixas particulares, de efeitos mais ou menos desastrosos, novas facções vão-se introduzindo numa guerra preexistente e que até então não lhes dizia respeito, e quando o fazem arriscam levar consigo aliados e desafetos, estes para a facção contrária. Assim, pequenos acontecimentos, particularmente os que dizem respeito a questões de honra, podem tomar proporções avassaladoras. Ferraz é uma autora pródiga no fornecimento de detalhes da vida violenta vivida nos sertões do Pajeú. A partir de sua obra é possível destacar pequenos acontecimentos com efeitos de bola de neve. Em 1920, um certo Antônio Matilde vê chegar em sua casa um pequeno destacamento, que dizia estar sendo conduzido até ali por uma pista do bando do celeberrimo Sinhô Pereira - o líder da facção de seu nome. Matilde crê que a “pista” foi um ardil de José Saturnino, genro de

João Nogueira, e nestas condições ligado aos Carvalhos. Resolve não deixar por menos. Vai a Alagoas, atrás dos irmãos Porcino, líderes de um pequeno grupo armado, e volta com dois subgrupos, um dos quais liderados por ele, o outro por um jovem acérrimo inimigo de Saturnino: Virgulino, um contraparente seu (a mulher de Matilde era enteada de uma tia de Virgulino), que então ainda engatinhava na carreira do mais notável cangaceiro da História. Saturnino, por sua vez, não cruza os braços: recorre a seu parente Casimiro Honório para sua defesa, um valentão cuja vida em armas dispensava apresentações na área, e que aliás teria lamentado o fato de se opor a Matilde, antigo companheiro de luta (Ferraz, 1978:121-122). Não tardará para que as alianças e inimizades encaminhem Virgulino e seus irmãos para o bando de Sinhô Pereira, que já tinha tentado uma fuga daquela região e da sua guerra, sem êxito. Doravante aquele jovem e experiente guerreiro passa a viver ao lado dos novos e ainda mais jovens companheiros o período talvez mais aguerrido de sua vida de combatente, como se pode verificar pelo número de batalhas que então desferiu, conforme declara em entrevista concedida a Osvaldo Amorim do *Jornal do Brasil*, após décadas sem que se tivesse nenhuma notícia de seu destino, desde que conseguiu efetivamente abandonar aquele cenário de lutas. Dois anos depois “Virgulino Ferreira, vulgo Lampião”, como costumava assinar então, cometerá o primeiro dos seus grandes assassinatos, ganhando menções na imprensa da capital, quando ainda seu nome era desconhecido⁸.

⁸ Em 28 de setembro o *Jornal Pequeno*, de Recife publicaria a seguinte notícia:

“Não são tranquilizadoras as notícias chegadas do alto sertão, onde grupos de cangaceiros estão invadindo os diversos municípios, entre os quais Bodocó, Exu, Triumpho, Villa Bella e a villa Bom Nome que se acha na imminência de um assalto.

(...)

“Agora mesmo sabe-se, por telegrama chegado, anti-hontem, a esta cidade, achar-se ameaçado de um ataque, o tenente da Força Pública, Graciliano Lopes Salgado, commandante de uma das forças volantes do interior. Segundo o despacho, os cangaceiros acham-se concentrados nas immediações de Bodocó, onde se encontra o tenente Salgado, que ainda segundo o telegrama, não está aparelhado para sair d'ali e nem offerece resistencia ao grupo, em caso de ataque.

“É chefe do grupo de cangaceiros aliás numeroso, o bandoleiro Severino “Lampeão”, que já tem feito innumerous ataques, depredações e assassinatos.”

Menos de um mês depois, no dia 20 de outubro, o mesmo órgão da Imprensa publica na primeira página um telegrama da esposa de Luiz Gonzaga nos seguintes termos:

“Cidade hoje madrugada foi atacada grupo *Tiburtino Ignacio Lampeão*, ordem, com certeza, familia Pereira, com maior responsabilidade Yoyo Maroto, residente este municipio, inimigo coronel Luiz Gonzaga”.

“Oppoz grande resistencia o referido coronel. Parte grupo entrou casa, roubaram destruíram tudo e assassinaram com barbaridade coronel Luiz Gonzaga. Reina grande pezar perda ao prestimoso cidadão”. (Os grifos são meus).

Entre todos os conflitos armados entre grupos de parentes nenhum foi mais famoso do que aquele em que se debateram os Montes do Icó e os Feitosas dos Inhamuns, na segunda década do século XVIII. O corolário desta gesta cearense é todo o jogo político colonial que deixou raízes bem fundas, em pleno vigor até o século XX. Seria excessivo relatar aqui uma história tantas vezes narrada, e sobre a qual debruçaram-se tantos estudiosos, que fizeram dela seu objeto primeiro. Mas vale a pena apontar suas linhas gerais, privilegiando alguns aspectos da luta que possuem relevância enquanto prática política regional, e que nestas condições explicam uma série de fenômenos que serão aqui discutidos. Os dados, que serão analisados subseqüentemente, foram obtidos através de Chandler (1980:34-50).

Por questões de disputas de terra ou de honra - a primeira esposa de Francisco teria sido a irmã de um Montes⁹ -, a guerra propriamente dita deflagra em 1724 e dura aproximadamente um ano. O primeiro ato terá sido o do ataque de Lourenço e Francisco Feitosa ao lado de um bando de índios liderado pelo Coronel João da Fonseca Ferreira ao Cariri Novo, onde mataram quatro pessoas e seqüestraram escravos e mulheres; seguiram-se represálias e mais respostas violentas entre os blocos aliados dos Montes e dos Feitosas, incluídos aí os respectivos bandos de índios inimigos entre si. Os irmãos Feitosa alegaram, com relação ao primeiro ataque, estarem cumprindo ordens do ouvidor José Mendes Machado. Os documentos examinados por Chandler, permitem concluir que o ouvidor - que fugiu daquele palco de lutas e veio a morrer vários anos mais tarde, sem jamais ter prestado depoimento - mandante ou não, não esteve inocente na querela: era aliado dos Feitosas¹⁰. O capitão-mor Manuel Francês entra no cenário político da luta dos Inhamuns, tentando ao mesmo tempo apurar os acontecimentos e controlar o conflito, porém sem êxito. Demonstra ter conhecimento do rumo tomado pelas autoridades locais, uma vez que chega a dar o comando temporário dos Inhamuns a José de Araújo Chaves, após suspender os irmãos Feitosas de seus postos de milícia.

⁹ Macedo (1980a:38) afirma que uma das esposas de Francisco Alves Feitosa era irmã do capitão-mor Geraldo do Monte, o líder da parentela rival

¹⁰ Segundo Macedo (1980a:37-38), foi em 1723 que o Ceará teve seu primeiro ouvidor, uma vez que até então estava subordinado à jurisdição da Paraíba e do Rio Grande do Norte. Este ouvidor, apelidado sugestivamente de "Tubarão" teria já inimizado com o capitão-mor pertencente aos Montes; daí a aliança do ouvidor com os Feitosas. Estes teriam recorrido a ele, quando da instauração de uma "devassa fiscal" que acreditaram favorecer os Montes. O ouvidor teria de fato ordenado a prisão dos Montes.

Meses depois será a vez do governador de Pernambuco intervir, ainda em 1725. Em abril perdoa todos os envolvidos na luta, condenando somente os mandantes. Três meses depois recua na decisão, proibindo apenas que eles constituíssem tropas, e obrigando os índios a prestarem obediência ao capitão-mor Francês. Assiste-se desde então a um período de maior calmaria, mas de constante ameaça. A Coroa acaba tomando conhecimento dos fatos, mas as instâncias judiciárias mostram-se hesitantes quanto a decisões mais radicais, uma vez que dar fim às lideranças militares locais poderia concorrer para o agravamento do problema, dada a perda do controle do governo na área. Assim mesmo, em 1738 Montes e Feitosas são substituídos em seus postos de milícia, e a prisão dos líderes é decretada; a exequibilidade desta ordem, avança Chandler, dificilmente se verificaria, tendo em atenção os aliados dos Feitosas em seu reduto, que os advertiria ante toda ameaça iminente. O desfecho do caso ocorre finalmente em 1745, quando é levado ao conhecimento da Corte de Lisboa o resultado das investigações, que declararia os Montes como responsáveis pelas lutas. Das seis léguas de terras punitivamente perdidas por Francisco, três são recuperadas dois anos depois. A partir das conclusões de Chandler¹¹, percebe-se que os efeitos das investigações só vieram a reiterar e oficializar o que já havia sido decidido por meios mais violentos. Os Montes haviam sido definitivamente esmagados, a ponto de desaparecerem por completo da região.

Sabe-se o que se seguiu a todo o conflito: os Feitosas continuaram comandando os rumos políticos da região, envolvendo-se nos principais acontecimentos, desde a fundação da vila de São João do Príncipe a construção de Igrejas e tudo o mais que demandasse personalidades de prestígio (cf. Freitas, 1972:68). Os efeitos mais importantes das sensacionais histórias ligadas aos Feitosa a serem destacados aqui, dizem respeito à continuidade de sua liderança local e do apoio do governo central, que acaba tendo neles o único veículo de controle daquelas áreas. O apoio popular não pode ser negligenciado, tendo sido mencionado por autoridades como obstáculos à prisão do ouvidor e dos líderes da luta, provocando recuos a cada passo que tentavam tomar, ajudando talvez na demora de mais de vinte anos necessários à conclusão do caso. Ainda que alheio a qualquer compromisso democrático, não restava ao governo alternativa

¹¹ Chandler aponta a seca de 1729, a fuga dos líderes dos Feitosas (Lourenço para Pernambuco e Francisco para o Piauí) e a acomodação das represálias como causas mais certas do abrandamento das lutas (1980:49-50)

diversa a de se vergar ante as lideranças locais se quisesse manter algum controle político-administrativo da região.

Incorre-se em dois riscos, ordinariamente, na análise do mandonismo político sertanejo: um deles, na seqüência do que acaba de ser mencionado, corresponde a uma redução na compreensão das relações entre os líderes e as camadas populares da sociedade; o outro é o da superdimensão dos poderes locais, em consequência de uma possível negligência acerca da natureza da articulação entre os poderes locais e o central. Ambos os problemas serão abordados aqui mais detidamente. Agora importa avançar algumas observações sobre o segundo, lembrando que eles têm implicações recíprocas.

O governo central não esteve alheio aos desmandos locais e, por mais contraditório que aparente, a história dos Feitosa fornece o argumento que sustenta esta idéia. Deflagrado o conflito armado, iniciam-se as intervenções superiores; assiste-se, ao longo dos anos, a migração da incumbência de solução do caso para instâncias governamentais sempre superiores. O capitão-mor, por exemplo, incapaz de controlar a situação, chega a consentir, em outubro de 1724, na nomeação irregular de um novo ouvidor para a Câmara de Aquiraz (Chandler, 1980:40). Debruçam-se como ele todos os personagens representantes do governo na tentativa de solução eficaz. Esbarram-se, porém, sempre no mesmo: fazer desmoronar as engrenagens políticas locais poderia ameaçar seriamente o domínio do governo central na área. Isto significa que é reconhecida a força do poder local? Que os líderes eram passíveis de cometer abusos no desempenho de suas atribuições oficiais? Que a Coroa acabou por ter de enfrentar potentados para cuja existência ela mesma contribuiu? Definitivamente, sim. Mas justamente foi este o meio de estender seu próprio domínio sobre limites extremos. Seu êxito é verificável no caso dos Inhamuns. Francisco e Lourenço viram-se obrigados a afastar-se do cenário. Décadas depois, Manoel Martins Chaves amargou até seus últimos dias na prisão do Limoeiro em Lisboa. Se os Feitosas recuperaram o comando da área, não o fizeram sem perdas e sem ter de reavaliar seu modo de domínio, em função das objeções do governo central. E se seu retorno foi-lhes favorável, não o deixou de ser para a Coroa. Como pensar, no decurso do século XVIII, em estabelecer uma representação de seu poder localmente, a despeito de todas as articulações políticas e pessoais prévias a favorecerem certos líderes? Quem seria capaz de manter o controle dos ânimos, sozinho, no meio de uma multidão unida contra si que com muito mais facilidade reconhecia poder a um líder

conhecido do que a um representante de um governo distante? Ciente da inutilidade disto, a Coroa, tão interessada quanto os potentados locais, alia-se a eles; quando o faz, introduz no jogo político as suas regras, tratando de reprimir as eventuais tentativas de transgressão que lhe sejam prejudiciais, dosando por meios diversos o poder das autoridades que constituiu. Nos Inhamuns, a Coroa não dá a razão aos Feitosas porque não podia com eles, mas para mantê-los sob seu jugo: liquidados, os Montes já não mais serviam aos seus interesses.

É verdade que se reproduzem os comentários acerca do excesso de autoridade de um líder local, que realmente são verificáveis. Ele preenche todas as lacunas deixadas pelo aparelho de Estado, e aí estão incluídas as de caráter jurídico, religioso, educativo, militar, etc. Nestas condições eles serão utilizados pelo governo, tornados seus representantes e, neste momento, quando seu poder atinge o auge, ele se vê obrigado a vergar-se também. Em síntese, a melhor forma de conter ou de regular os poderes locais, desde o ponto de vista do governo da coroa, foi reconhecer as lideranças já estabelecidas. Doravante toda a força concentrada neles poderá ser dirigida à satisfação dos interesses do Estado. Pinto chega a afirmar que no Império o familismo torna-se “sinônimo de administração pública”¹² (s.d.: 30) Do choque entre interesses privados e públicos, locais e centrais, é que vai saltar, como efeito, o limite do âmbito dos poderes locais no contexto nacional. É importante ter em mente que a essência desta política do governo central presidiu todo o processo de expansão colonial no sertão nordestino, tendo sofrido ajustes e refinamentos quando da fixação e multiplicação dos núcleos de povoamento. Assim, dando continuidade à mesma política de alternância de mercês e ameaças de punição, não deve ter sido tão grande a surpresa da Coroa quando ocorriam casos como o dos Feitosas. Os regimes de governo que se sucederam já encontraram bem encaminhada e definida uma realidade à qual se aliar ou enfrentar, não havendo portanto, mais uma vez, razão para maior espanto. O consórcio com o poder local tem neles continuidade, sob moldes semelhantes, não obstante as novas premissas adotadas: há instabilidade quanto ao peso político central e local, ora oscilando em favor de um,

¹² Pinto concebe a política colonial como descentralizadora, em oposição absoluta a tese que Faoro veio a desenvolver, e que vem servindo de base aqui. Este autor encontra uma política descentralizadora, ao contrário, em certo período do Segundo Reinado, que logo se vê rompida por uma retomada centralizadora (s.d.:303-311). De todo modo, permanece válida a perspectiva local de constituição de poder, apoiada em alianças de caráter tendencialmente familiar, que sob sua forma peculiar relaciona-se com as outras instâncias de governo.

ora de outro, mas o jogo permanece constante. No Pajeú, os protagonistas da luta entre Pereiras e Carvalhos continuam embolando suas vidas públicas em suas querelas particulares. Em dado momento, o governo do estado interfere, segundo um método que evoca a intervenção da Coroa quase dois séculos antes nos Inhamuns, guardadas as proporções. O General Dantas Barreto ordena a prisão temporária de vários membros de ambas as facções, em 1911, visando acalmar aquele conflito (Ferraz, 1978:45-46). Talvez sua atitude punitiva tenha sido mais suave do que as que sofreram aos membros da parentela dos Feitosa, que se viram obrigados a exilar ou foram presos em Lisboa. Mas não corresponde certamente a gravidade da situação a que se refere¹³. Não tardou a que a luta fosse retomada, com novas lideranças e sangrentas conseqüências.

Em boa parte, o poder dos chefes locais deveu-se ao investimento de autoridade pública de que se fizeram beneficiados. Mas as graças não lhes foram rendidas gratuitamente. A solidez de sua autoridade deveu-se mais do que tudo, à profundidade com que soube infiltrar-se em todos os mais importantes aspectos da vida social e privada do sertão. Foi bem isso o que mais lhes valeu nos momentos de guerra - que em geral atraem mais a atenção do que a monotonia dos tempos de paz - quando foram capazes de mobilizar verdadeiros exércitos, por vezes maiores do que dispunham os agentes de instâncias governamentais superiores¹⁴. Deixando de lado as hostilidades prévias de grupos indígenas que serviram aos Feitosas, como fazer interessar a tantos indivíduos - muitas vezes sem propriedades a defender, pobres, alijados da vida política - os conflitos privados dos potentados? Como ter êxito numa luta semelhante, sem engajar nela o interesse dos combatentes? Sua familiaridade com o sertão do Pajeú permite a Ferraz (1978:99) comparar as lutas locais com partidas de futebol, em que as facções ganhariam aspecto de time, pelos quais os espectadores desenvolviam suas preferências. Pais aflitos com seus filhos fugidos chegavam a ir procurá-los nos bandos armados, para conduzi-los de volta às suas casas, caso fossem de fato encontrados. A analogia parece

¹³ A maior suavidade da punição provavelmente tem explicação no novo contexto político em que se inclui essa luta e principalmente a posse do General Dantas Barreto. Embora tendo derrubado a chamada oligarquia Rosa e Silva do governo estadual, Dantas Barreto perdeu as eleições em todos os municípios do interior, exceto em Salgueiro e, justamente, em Vila Bela, onde foi apoiado pelo prestigioso chefe político Antônio Pereira. Embora as urnas não lhe tenham dado a vitória, a força armada da União tratou de assegurar-lhe a vitória e a posse (cf. Faoro, 1976:640). Todos os fatores políticos, inclusive aqueles fora do âmbito local influenciaram, certamente, a atitude do general com relação ao conflito entre Pereiras e Carvalhos.

¹⁴ Numa carta de 23 de outubro de 1724, o capitão-mor queixa-se de não dispor de soldados suficientes para fazer cumprir suas ordens nos Inhamuns (cf. Chandler, 1980:40)

proceder até do ponto de vista das ambições profissionais dos mais jovens. Todavia, considero a atração dos mais aventureiros sobre os feitos de armas apenas um aspecto de uma questão mais complexa, relacionada em última instância a uma certa forma de constituição do poder. Da mesma forma, a guerra demonstra ser um momento em que ficam particularmente perceptíveis as relações entre diversos segmentos sociais sertanejos, em comunhão aos objetivos dos líderes dos conflitos, que são ao fim e ao cabo, líderes também nos momentos de paz. O certo é que estes últimos souberam cultivar com maestria o solo humano que sustentou seu domínio regional.

Os Homens do Coronel

As relações entre os fazendeiros e seus empregados ultrapassava em muito o âmbito profissional ou empregatício. Era mais do que de um serviçal o que um patrão precisava dispor. Para ele era necessário realizar com o outro uma associação de interesses. Talvez o que se verifica no sertão nordestino, por séculos, não tenha obedecido a princípios conscientes, mas certamente vínculos profundos foram estabelecidos entre segmentos sociais muito diversos, que viabilizaram em última instância o mandonismo político. Além de empregados eficientes, os fazendeiros souberam gerar homens de confiança. Entre todos os personagens que podem ser assim designados, o vaqueiro encabeça a lista.

No capítulo anterior foram apontados alguns elementos da gênese da personagem sobre a qual serão discutidos aqui novos aspectos. Aqueles sócios da indústria pastoril, ganharam novos contornos no momento em que seus patrões vieram fixar-se nas terras entregues a seus cuidados. Eventualmente passaram a sofrer uma vigilância pouco apreciada, inconveniente à sua autonomia, mas não ficou sem contrapartida. Permaneceu sócio de indústria, potencial fazendeiro. O proprietário continuou a ter ocupações fora dos domínios de suas terras - na medida em que os povoados foram se multiplicando, vilas e cidades sendo criadas, foi comum instalarem lá suas residências - de modo que continuaram cabendo ao vaqueiro as responsabilidades sobre a reprodução da principal riqueza da região. Mas ele mesmo acaba por ganhar novas atribuições, para além do cuidado com o gado. Quanto mais o vaqueiro se mostrasse solidário a seu patrão,

maiores os benefícios que poderia lograr. A presença do chefe trazia consigo sua prodigalidade, num meio de poucos confortos; ele soube fazer uso dela.

A descrição do modelo vincutivo que presidiu a formação de blocos de aliança foi detida em seu aspecto horizontal¹⁵, ou seja, como famílias dotadas de prestígio e força semelhantes fortaleceram-se a si mesmas e, nestas condições e com o mesmo propósito, uniram-se. É só aparentemente que os demais segmentos populacionais estiveram alheios aos laços assim estabelecidos. Por um lado porque eles mesmos, à sua maneira e voltados para seus interesses mais imediatos, parecem ter reproduzido o empenho nos arranjos matrimoniais; mas por outro - e é este que interessa neste momento - porque se introduziram, e não só como números, mas como pessoas, nos blocos de aliança, ainda que na qualidade de vaqueiros, ou homens de confiança, em termos mais genéricos, não pertencessem ao mesmo escalão que os seus patrões.

A instituição do compadrio consolidou, costumeiramente, o vínculo que se estabelece quando o vaqueiro cumpre funções relativas a aspectos diversos do simples trato dos rebanhos do patrão, quando, afinal, ele se torna homem de confiança deste último. Esta instituição articula-se com o modelo vincutivo sertanejo, estabelecendo laços equivalentes aos parentais entre os dois compadres. Não contradiz os princípios que presidem aquele modelo; ao contrário, estende-os em outra direção. O compadrio não é ali uma mera celebração expressiva da estima que o patrão pode nutrir por um seu subordinado e vice-versa. É também meio de distribuição de bens, e de transferência de uma parcela de poder para indivíduos menos abonados. Os compadres, aliás, da mesma forma que Franco (1969:78) verificou no universo dos sitiantes paulistas, poderiam pertencer a mesma família, uma vez que estas não eram nem política nem economicamente homogêneas. Mas no caso do vaqueiro particularmente, o compadrio ganha relevância, na medida em que ele é um fazendeiro potencial, capaz, no transcurso do tempo, de reproduzir por sua vez o papel do patrão. Neste sentido, e em função da proximidade expressa com seu patrão, eventualmente um potentado da terra, arrebanha também outros indivíduos interessados em cair nas suas boas graças. Ele mesmo é um elemento capaz de emitir ordens.

¹⁵ As parentelas sertanejas abrangiam segmentos social e economicamente diversos, pelos quais se distribuem, inclusive, parentes consanguíneos (cf. Queiroz, 1975:503; 1977:165)

Uma parte da força numérica de que dispõem os líderes locais é arregimentada através de vínculos conforme foram descritos. Assim, os exércitos privados sertanejos não configuraram uma classe à parte. Seus componentes, de um modo geral, não tiravam da guerra o seu sustento. Neste sentido, os homens em armas sertanejos estavam relacionados com os líderes de uma forma que ultrapassava o dever de obediência e ao mesmo tempo o reforçava; havia o interesse pessoal em empenhar-se da melhor forma possível nos assuntos atinentes ao patrão. Estabeleceu-se na sociedade sertaneja um padrão de relações através do qual, o benefício logrado pelo líder desdobrava-se em benefício geral. Destarte, para além do cumprimento dos deveres relativos às funções de que estavam incumbidos, os homens de confiança do patrão, e de um modo geral todos os seus subordinados eram também seus partidários fiéis.

De forma alguma a fidelidade expressa aqui uma relação igualitária; a diferença de poder entre as partes nestas relações sempre foram indiscutíveis. Na medida em que o patrão medeia todos os benefícios a que porventura seu empregado tenha acesso, este segundo torna-se dependente do primeiro: a dependência é fator de fidelidade. O vínculo do compadrio atenua, sem anular, o desnível em termos de domínio entre as partes. Os compadres serão mais próximos que o patrão e o empregado, mas é aquele o incumbido de apadrinhar o filho deste e, nestas condições, o desnível mantém-se indubitável. O compadrio apresenta a curiosa característica de ser ao mesmo tempo um vínculo de aspecto horizontal, mediado por outro claramente vertical. Não obstante, se as desigualdades não são de todo desfeitas, elas encontram modos peculiares de serem compensadas. Se é verdade que os homens de confiança executavam ordens inteiramente diversas das que seriam supostas no exercício de suas funções ordinárias, também é que absolutamente nada nem ninguém poderia oferecer-lhes benefícios equivalentes aos concedidos por seus patrões. Assim a dependência é estabelecida como corolário de uma prática de reciprocidade.

No capítulo 1 foi discutida a questão da autonomia do homem sertanejo, do qual o vaqueiro seria a expressão melhor acabada. Como conceber um ser autônomo e dependente ao mesmo tempo? A confiabilidade do homem sertanejo repousa, sem dúvida, no seu caráter autônomo, que lhe confere a capacidade de enfrentar desafios por sua conta, de tomar decisões dispensando até o comando do chefe. O vínculo estabelecido entre os dois, assim, deve ser fundado numa comunhão de objetivos. O

patrão oferecerá ao seu empregado aquilo que a sua autonomia não é suficiente para obter, em suma, tudo aquilo que implique em posses mais largas e prestígio reconhecido. Decerto que se uma tal relação apresenta um ônus, ele pesa para o lado do empregado, que vive desta forma sob uma contradição; mas uma contradição que é minimizada pelo fato da dominação do patrão ser experimentada como uma graça pelo empregado, tal como Franco (1969:103) verificou entre os homens livres - e dependentes - em seu universo de pesquisa. No mandonismo nordestino a prodigalidade e o prestígio possuem relação diretamente proporcional e possuem a fidelidade e a dependência como contraparte.

A relação entre o chefe e seus dependentes, particularmente seus compadres, ganham um aspecto bem mais suave do que se pode imaginar quando a descrição é detida no aspecto funcional do mandonismo. Quando um homem cai nas boas graças de seu prestigiado patrão, trava-se entre eles uma amizade que não contradiz em absoluto o pressuposto de desigualdade entre as partes, mas permite preservar, a par disto, os traços do caráter autônomo do primeiro. Um homem de confiança participa da intimidade de seu patrão, do seu cotidiano, de suas amarguras, preocupações, alegrias, em suma, de sua vida privada. A recíproca é também verdadeira. Assim, por mais respeitosa que seja, trata-se sem qualquer dúvida de uma amizade. São “como se fizessem parte da família”. Seu Zé Ramos, por exemplo, parece não sair da casa do coronel Jerônimo Ribeiro, chefe político de Uauá; possui sua casa, sua família, sua fazenda, como vim a saber, mas basta ir a casa do seu compadre, sempre de portas abertas aos visitantes, e se terá grande chance de dar com a presença constante de Zé Ramos. Este participava de um tumultuadíssimo jogo de cartas na casa do coronel Jerônimo quando me foi apresentado. Olhar agudo, penetrante, postura ereta, sobranceiro, elegante. Assim assistiu, durante nossa conversa, ao entra e sai barulhento dos dias de feira, das legiões que chegam para jogar um carteadado, para um dedo de prosa ou só para beijar a mão do padrinho. Ambiente semelhante ao que presenciei na casa do coronel Jerônimo foi descrito por Melo, quando retratou Manezinho Carlos, de Pendência de Cima, no Rio Grande do Norte.

“Chefe natural de numerosíssima prole, não só a sua própria como de toda a parentela em derredor, todos tomavam-lhe a benção, chamando-lhe Padrinho Nezinho ou simplesmente tio Nezinho. Os mais velhos eram, invariavelmente, compadres. Os mais moços, sobrinhos ou afilhados”. (Melo, 1985: 47)

A intimidade da vida familiar do patrão é também visível através do relato de D. Cira Britto Bezerra, em momentos variados de nossas conversas, em que ela deu conta do tipo de relação que ela e sua família tinham com os empregados e com o vaqueiro Domingos¹⁶ em particular.

“Ele era um empregado de meu avô, de muitos anos e era um amigo. Meu avô queria muito bem a ele e ele queria muito bem a meu avô como a toda a família. Eu por exemplo, ele me queria bem como se eu fosse uma filha dele. Porque eu era da idade da filha dele, Valdemira. (...)”

“Valdemira [e eu], nós éramos muito amigas. Nós nos considerávamos irmãs. Fui criada junto com ela. Era costume de meu avô veranearmos na fazenda. Todos os anos nós passávamos um mês, dois, lá na fazenda. Na fase invermosa nós íamos pra lá e eu brincava muito com Valdemira”.

“Quando nós íamos pra fazenda, então eu ficava com eles. (...) A casa dos empregados eram conjugadas, nem banheiro tem. A casa do pai nosso era de tijolo. A casa de Domingos era de taipa. Tinha divisões. Às vezes eu comia [lá]. Mas eu chegava em casa, não queria comer e mãe nossa brigava: você comeu na casa de Domingos, não foi? Eu achava gostosa a comida. Tinha [carne]. Tinha caça, porco do mato...”

“Tinha a Valdemira, tinha Odilon, o José, tinha Laura. Laura morreu afogada num tanque da fazenda. E eles viviam muito bem até que Corisco matou. Nós convivíamos como irmãos. Porque na casa de meu avô eu era só. E eu então era muita amiga deles. Eles me respeitavam muito.

“Se eu fiquei triste? Ela era como uma irmã. Eu não voltei mais nunca na Lagoa dos Patos. Todos amávamos muito. Nós amávamos muito os nossos empregados. Eles não eram escravos. Eram nossos amigos. Papai tinha compadre Celestino que era um empregado de toda a confiança. Papai viajava com ele. Aí ficavam os outros empregados: Caçamba, Neném, tinha outro que eu estou esquecida, me lembro da fisionomia dele. Tinha Siá Emília, na cozinha. Os de papai eu me esqueço que eu não tinha muito contato”.

“Oito da noite impreterivelmente Domingos vinha com a família pra casa de pai nosso. Pai nosso deitado numa rede, mãe nossa numa cadeira de balanço junto e a gente, filhos, netos e os empregados. Tínhamos bancos de madeira, que a mulher do vaqueiro se sentava ali, o vaqueiro... Que iam contar histórias de Trancoso.”

Ordinariamente não é esta a faceta privilegiada pelos investigadores do mandonismo, mais inclinados a destacar aspectos eleitorais e violentos do fenômeno. Em virtude deste ponto de vista analítico, a relação com os empregados acaba ganhando contornos mais pesados, traduzidos preferencialmente na “troca de favores”.

“(…) É que na concepção do chefe sertanejo um favor se paga com outro favor. Para êle, favor é dar um dia de serviço quando o pobre está passando fome; é não deixar que vá prêso quando se embriaga e tenta subverter a ordem pública; é dar a roupa e o calçado

¹⁶ O vaqueiro Domingos, da fazenda Lagoa dos Patos, tornou-se célebre porque foi morto e degolado, junto com outros membros de sua família, por Corisco, que pretendeu vingar Lampião, poucos dias após o massacre de Angicos. Como referiu D. Cira, Corisco errou em sua suposição de que havia sido Domingos quem denunciou o coito de Lampião.

para votar, é dar o remédio e o médico quando o pobre está doente; é afiançá-lo na loja do comerciante para comprar a roupa; é dar-lhe terra e fornecer dinheiro para plantar e limpar o roçado. Em troca desses favores exige naturalmente outros favores. Exige que leve e traga os recados. Exige que vá à feira comprar e trazer as mercadorias. Exige respeito e acatamento às suas ordens. Exige que açoite e mate o adversário quando lhe ofende. Exige que bote água e lenha em casa. Exige, finalmente, o voto (...). (Melo, 1985:112)

Nada há de incorreto em tais definições sintéticas. Apenas, talvez, o verbo “exigir” devesse ser trocado, genericamente, pelo “esperar”. A reciprocidade das relações entre os empregados e os patrões, principalmente quando os primeiros são homens de confiança, desenha-se menos como uma imposição da parte deste do que um pressuposto válido para ambos. A não retribuição é muito menos um ato de desobediência do que de traição, senão de infâmia. É uma falta grave de compreensão transferir sumariamente para o panorama sertanejo a divergência de interesses entre as classes tal como se verificaria num contexto urbano e proletário. Talvez também por isso tantos estudiosos tenham preferido aproximar politicamente o sertão do feudalismo, intuindo ou verificando que a sustentação daquelas “relações de exploração” seja uma moral. Moral da palavra empenhada, da reciprocidade, da lealdade, de morrer pelo patrão. O velho Januário, empregado de muitos anos de José Nogueira, sem ligação com a vida de armas, foi capaz de arriscar sua própria vida para salvar a daquele seu patrão, por ocasião de um ataque do bando de Lampião (Ferraz, 1978:233-240). Já nem tinha muito o que lucrar com isso, sozinho e no fim da vida. Apenas demonstrou, através de seu feito inesperado, o grau de estima que nutria pelo seu compadre. A fidelidade pode ser expressa sob as formas mais contundentes. Quando o coronel Jerônimo expressou o amor do vaqueiro pelo gado, sua ilustração não deixou dúvidas quanto a devoção daquele pelo patrão:

“... naquele tempo, como hoje, o vaqueiro se constituía numa pessoa amiga, sem nenhum interesse.(...) ‘Oh Deus! Mandai Vossa compaixão/ mate eu que sou vaqueiro/ que sou rapaz solteiro/ mas deixe morrer derradeiro/ as vacas de meu patrão’. É um apelo dramático, né?”

Noutro momento, o mesmo coronel Jerônimo expressa o outro aspecto da relação - válido ainda hoje - mais alegre e festivo, também mais íntimo, sempre deixando claro como sabe reconhecer os préstimos de seus amigos menos abastados e poderosos. Ele mostra o convite de casamento escrito à mão da irmã de seu vaqueiro, a ser realizado no sábado seguinte:

“Seu Jerônimo. Prezado amigo seu Jerônimo, a finalidade dessa carta é para lhe convidar para o meu casamento que será realizado no próximo dia 4 às 6 horas da tarde aqui em minha casa. Agradeço a sua presença com a dona Marisa.’ Vou lá. Forró, vai

rolá. Uísque, vou levar uísque, vou levar cerveja pra eles. É irmã do meu vaqueiro a quem eu estimo e quero bem, toma conta do que eu possuo com toda a dedicação, toda a lealdade.(...)

“A cerimônia é um baile, com duas testemunhas do noivo, duas testemunhas da moça. É na própria casa do pai da noiva. Ou vem prá aqui ... Eu aconselhei que eles vissem pra aqui, que eu convidava muita gente, mas não, eles vão fazer lá (...) eles matam uns bichinhos, matam porcos, matam ovelha, matam carneiro para recepcionar os que vão assistir o casamento, os convidados. Muitos, depende do grau, da condição do cara que faz o casamento. Se é um fazendeiro mais abastado é natural vir mais gente. Ele mata mais bicho, oferece mais bebida. Vão ter mais amigos a quem convide”.

Bem calcado nos seus laços de parentesco, compadrio e amizade é que os chefes locais, investidos de autoridade política, vão convocar seus aliados como auxiliares e coligados em sua vida pública, misturando-a à privada até beirar a confusão. Notória é a distribuição nepótica de cargos públicos no coronelismo. Mas também sabe recrutar entre os seus compadres e homens de confiança aqueles mais inclinados a resolução de certos problemas locais. A contrapartida destes será um poder que dificilmente alcançaria sem o intermédio do compadre. Seu Zé Ramos, já com experiência na perseguição ao crime - foi contratado das forças volantes cujo objetivo maior era dar fim ao cangaço de Lampião - tornou-se delegado de Uauá, quando o coronel Jerônimo tornou-se prefeito. Foi neste cargo que Zé Ramos protagonizou uma história que é uma nítida ilustração das relações de amizade, fidelidade, proteção entre os potentados e seus homens, articuladas na vida pública de um município. O coronel Jerônimo explica que teve problemas sérios com um juiz de direito, quando era Prefeito. Por um motivo não explicitado, houve uma briga e o homem que acompanhava o Juiz matou um rapaz. “Aí, o juiz para aliviar a situação penal do cara envolveu duas outras pessoas, pessoas distintas, porque na briga o cara correu e largou a faca lá...”. Naturalmente, Zé Ramos foi incumbido da tarefa, e tendo-a cumprido foi avisar ao juiz que os intimados estavam na delegacia a sua espera. Recebeu então a ordem de prendê-los. “O rapaz era protegido do juiz porque [era seu] guarda-costas. Tinha fama de valente”, explicou o coronel Jerônimo. Zé Ramos ficou contrariado, e não quis obedecer:

- _ Só se o senhor me der um mandato de prisão.
- _ Já disse ao senhor, não me desobedeça! - insiste o juiz
- _ Não sem o mandato! - Zé Ramos decididamente não se sujeita a qualquer ordem.
- _ O senhor está preso.

Ao ouvir estas palavras, o delegado reage. Saca da sua arma e aponta para o juiz. Seus atos e suas palavras não escondem que para ele de nada lhe valia a autoridade de quem contrariasse os seus princípios e os interesses de seus amigos:

— Preso o que! Preso tá você! Você é juiz de briga de galo, sai que eu te meto na cadeia. Sai!

“O homem era valente”, gaba o Coronel Jerônimo num sorriso. Zé Ramos o levou para a delegacia. Depois, foi a sua vez de entrar na história, a sua briga para defender seu compadre no tribunal.

A vida pública, sem dúvida bem mais expressiva, do coronel José Bezerra de Currais Novos teve início quando seu irmão Silvino Bezerra, já chefe político, convidou-o para ser delegado, na tentativa de restabelecer a ordem tão conturbada por bandidos naqueles tempos de seca. Era o ano de 1877. José aceitou, depois de satisfeitas suas condições: “carta branca para fazer e desfazer o que fôsse necessário sem ouvir o chefe de polícia, presidente de província ou chefe político”. Dentro de pouco tempo, acrescenta Melo, “estava sanada a peste da ladroeira e limpo o campo dos ladrões”. Teria o governo do estado se compadecido das dificuldades sofridas pelo povo honesto e trabalhador curraisnovense? Pelo visto não foi necessário, pois o Coronel José Bezerra cuidou de tudo. Mas não esteve sozinho:

“...durante a sua vida, nunca o município de Currais Novos foi policiado por forças do governo. Os seus homens-de-confiança eram os guardiões da segurança da cidade, do município, da redondeza. Vem daí, em grande parte, o seu prestígio, a sua força moral, perante o povo bom, honesto, e simples do sertão.”(Melo, 1985:48)

É da vida pública, mas também da vida privada, que vem o prestígio do coronel, como uma contraprestação intangível de suas dádivas. A passagem acima adianta um pouco da natureza da sua dedicação à vida pública que será melhor esclarecida mais adiante. Mas sua condição de doador tem início na esfera privada. Os chefes, no sentido mais lato de fazendeiro de prestígio, não paga aos seus empregados pelos seus serviços: ele compensa com dons a sua dedicação fiel a seus interesses. O coronel Jerônimo, outra vez, explica como acontece:

“O vaqueiro cuida da vida da fazenda. Vaqueja gado, planta roça, cuida do cavalo, pega o boi, faz todos os trabalhos peculiares ao seu trabalho. Eventualmente numa necessidade dessa...¹⁷ Ele é meramente um trabalhador para a fazenda. É claro que o

¹⁷ Refere-se a necessidade de proteção armada de uma fazenda, “onde você podia ser violentado, podia ser morto”

fazendeiro toma fé em uma pessoa desse tipo, cujo relacionamento lhe ofereça segurança e a confiança (...) [O fazendeiro] é padrinho do filho, é o cumpadre, paga bem...”

“Se ele trabalha com o criatório, especificamente com o gado, o meu vaqueiro, nasce quatro cabeças ele tem uma, quer dizer, ele tem 25% líquido. Tem a casa pra morar, tem a água, tem o remédio, e tem a ajuda (...) no fim de cada sexta-feira (...) alimentação por exemplo, hoje eu comprei pra ele 22 pacotes de massa de milho (pra passar o mês), seis pacotes de café, 5 latas de óleo, 4 kilos de arroz, 4 pacotes de macarrão, soja, macarrão, sabão, sabão em pó, detergente, bombril. Pra ele e pra família, só que a família dele toda trabalha pra mim e ele tem que ter essa compensação. E assim quase todos os outros fazem”.

Ora, se o fazendeiro assume despesas de seus empregados, por que então não lhe paga um salário correspondente aos seus gastos, ao invés de se dar ao trabalho de enviar todos estes produtos? Custaria mais caro? Dificilmente; nada mais barato do que o salário no Brasil, notadamente em meio rural. O coronel Jerônimo, como “quase todos os outros” preferiram arcar até com a depreciação do dinheiro em meio a inflação e tantos planos econômicos. Mas obstina-se em não pagar o equivalente em dinheiro, retirando de seu empregado o poder de decisão do que fará de seu salário. Será então isso? Tais fazendeiros estarão semi-escravizando seus empregados? Inibindo até, arditosamente, que estes disponham livremente de sua força de trabalho para vendê-la por melhor preço, uma vez que compensados desta forma, perdem a noção plena do valor de seu trabalho? Teoricamente, na verdade, estes empregados são tão livres quanto qualquer assalariado; com a vantagem indiscutível de contar com recursos materiais superiores aos dos trabalhadores de áreas sertanejas mais “progressistas”, onde o pagamento substitui a compensação. Além disso, o sistema de quarteação, associado ao sustento do vaqueiro fornecido pelo patrão e sua fazenda, por muito tempo permitiu efetivamente que aquele juntasse o capital necessário para comprar suas próprias terras. Foi o caso do pai do sr. Francino que, depois de anos de dedicação ao seu patrão e compadre, como vaqueiro, logrou comprar sua própria fazenda. A introdução do salário veio a dar fim a esta perspectiva, real, na vida dos trabalhadores rurais do sertão nordestino (cf. Andrade, 1964: 196-197). Perspectiva às quais, aliás, alguns patrões não se opuseram; não raro emprestaram parte do recurso necessário para que seu vaqueiro viesse a possuir sua própria fazenda, mesmo sabendo que para isso ele estaria abrindo mão de seu velho e leal empregado (mas não do compadre e amigo) e de sua família¹⁸.

¹⁸ Soares com justiça, chama estes novos fazendeiros de vaqueiros autônomos. Nestas condições, ele não pode sustentar em sua nova propriedade um outro vaqueiro: ele e sua família terão de se dedicar sozinhos a todos os trabalhos necessários (1968:47). Assim, não resta ao seu ex-patrão contar com um de seus filhos, por exemplo, como seu novo vaqueiro, já conhecido e merecedor de confiança.

Será então necessário depreender que tal atitude dos fazendeiros seja desinteressada e altruísta? O fato é que não é nada desprezível a sua contrapartida, e não é preciso pensar na lucratividade de suas fazendas para chegar a esta conclusão. Financiam, por assim dizer, uma lealdade agradecida, constituindo-se credores de uma dívida (infinita) que será paga (eternamente), não tanto em bens materiais como através de um bem intangível. Sua prodigalidade lhe traz prestígio e fidelidade.

Dar, receber e retribuir são os termos da equação política sertaneja¹⁹. A variável da dádiva é, no entanto, a que realmente pesa no resultado do poder. A lógica que preside a relação do fazendeiro com seu empregado tem validade geral e é generalizadamente atualizada. O coronel não é necessariamente um fazendeiro, nem sequer um homem muito rico, adverte Faoro, com razão. Mas é indispensável que seja prestigiado localmente. A equação está dada - há muito tempo já estava.

* * *

Embora grandes fazendeiros tenham sido contemplados com títulos militares, durante todo o período colonial e após a Independência, e nesta condição estiveram vinculados aos exércitos oficiais - acrescente-se a isto a tradição militarista dos líderes locais, que remonta aos tempos coloniais - eles estiveram aptos a constituir suas tropas paralelas particulares. Continuaram fazendo também na República. Não atende só ao plano estrito da política a efetuação de alianças horizontais e verticais sob os moldes descritos até aqui. Se a política vira palco destas sortes de arranjos é porque os líderes interpretaram sua vida pública como extensão dos princípios que regiam a ordem privada. Aliás, a boa situação política irá favorecer o agente assim beneficiado nas suas questiúnculas privadas e estas poderão ganhar foros políticos, na medida em que eventuais adversários venham a se valer de expedientes semelhantes. As tropas paralelas, que tiveram participação tão importante na vida política e social sertaneja eram em parte constituídas pelos homens de confiança de um líder e de seus aliados. Mas nelas engajavam-se também o pessoal, que sem possuir um vínculo tão estreito com as lideranças do conflito, também era de algum modo beneficiado por elas.

¹⁹ Dispensável dizer o quanto minha análise é inspirada no *Essai Sur Le Don*, de Mauss, cuja noção de reciprocidade tomo de empréstimo aqui e em muitos outros momentos deste trabalho.

Computavam também nas fileiras destas milícias os moradores e agregados das fazendas, empregados na terra em que o fazendeiro permitia erguer uma casa para abrigar as suas famílias. Poderiam ser numerosos nas fazendas mais extensas. A “cabroeira”, conforme explica o coronel Jerônimo, era composta simplesmente das “pessoas que apareciam na fazenda e o dono ia contratando”. Gozando então de moradia e terras para cultivar e tirar o seu modesto sustento, incumbiam-se em contrapartida da defesa das fazendas e, não raro, dos interesses de seu protetor, conforme admitiu aquele informante. Inclusive daqueles relacionados aos conflitos entre famílias. Mas o cabra não se profissionaliza no serviço das armas, muito embora seja um “homem de armas que possui patrão ou chefe, desempenhando mandados tanto de ordem ofensiva quanto defensiva” (Mello, 1985:22). É que, dependendo das vicissitudes da vida do chefe, “se este está em paz, o cabra cuida de botar uma horta ou se entrega a outra qualquer tarefa pacífica” (Mello, 1985.:26).

Em virtude de algum serviço mais ousado, porém, um desses “cabras” poderia ver-se envolvido numa situação penal mais grave. Mais uma vez, é hora da generosidade do seu chefe e dos aliados dele entrar em jogo. É preciso proteger o criminoso, e por vezes não resta outra alternativa a não ser foragir-se da jurisdição em que se deu o delito. Não tanto porque se teme o que ele poderá vir a declarar na justiça, temporariamente fora de controle; mais para compensar alguém que soube oferecer seus préstimos a uma boa causa. Afinal, as arbitrariedades não são necessariamente desprovidas de critérios. E aliás, não seria de nenhuma utilidade para os fazendeiros, a longo prazo, entregar os homens que lhe prestassem serviços tão importantes e perigosos à sua própria sorte, visto o seu poder repousar em grande parte nas fidelidades que alicia, pela via da proteção. Por outro lado, a própria seleção dos protegidos pode ser também criteriosa. Pelo menos era este o caso do tantas vezes mencionado coronel José Bezerra, que vez por outra recebia de encomenda um cabra vindo da parte de um de seus influentes e poderosos aliados da Paraíba.

“Os presentes e encomendas que aceitava, localizando-os nas suas propriedades eram mais por satisfação aos amigos do que por índole trabuqueira e revolucionária. Em face desses adventícios tinha sempre um código a impôr: criminoso de morte em legítima defesa tinha sempre o seu amparo; criminoso por defloração ou roubo jamais encontrava apoio de sua parte; mesmo assim impunha ao primeiro, não andar armado, não andar em lugar público, não frequentar reuniões, terços, bailes. Qualquer desobediência a essas regras, seria punida com a prisão. Em compensação dava-lhe trabalho, na agricultura, até que a situação do município onde se dera o crime permitisse

recolhê-lo e livrá-lo por ocasião do juri. Muitos dêesses criminosos saiam da Aba da Serra com capital de 2, 3, 4, 5 contos de réis ganhos na agricultura". (Melo, 1985:75)

Ficou por esclarecer do que ou de quem era a legítima defesa à que se referia o coronel Bezerra. Poderia ser, por exemplo, da sua honra ou a do seu protetor, da propriedade deste, da vida de ambos. Naquele ambiente sócio-cultural sertanejo não é nada raro que tudo isso se confunda um pouco: a propriedade do chefe e a vida do seu cabra, a honra de um e de outro... Dependendo de onde partisse a afronta sofrida, ou da sua natureza, e do vínculo estabelecido com o cabra, o assunto passava a concernir também a seu protetor. Mas mesmo por sua própria conta, uma saída real que se oferecia ao indivíduo que cometesse um crime - sem porém fazer da violência o seu meio de sustento - que evitava sua prestação de contas à Justiça, era procurar refúgio junto a um grande fazendeiro, um proprietário política e socialmente bem relacionado²⁰. Ele ofereceu um lugar em seus domínios para elementos segregados pela ordem oficial. Koster refere que para os Feitosas eram bem-vindos os assassinos que houvessem praticado o crime vingando-se de uma injúria (1942:177), o que indica uma tradição referente tanto ao abrigo quanto à seletividade de que são objeto os acolhidos, de que o Coronel Bezerra é apenas um exemplo. Mas o foragido que assim encontra pouso arrisca-se a ser um eterno devedor, se já não o era, daquele que doravante protege-o.

Os deveres de reciprocidade pressupostos numa relação estabelecida em tais condições de subordinação poderão fazer do protegido alguém sempre cogitado para as empreitadas sinistras, tão amiúde repetidas naquele ambiente, principalmente se ele mostrar-se apto para tal exercício. De certa forma é vantajoso para o acoitado caso isso aconteça, visto que assim se destaca, entre a cabroeira, tornando-se alvo de maior desvelo de seu protetor e patrão. Um cabra que ganhe a confiança deste último a ponto de ser incumbido de sua defesa pessoal constante, partilhando com ele de sua intimidade mais rotineira, e também a do seu lar e sua família, reúne assim as características que o definem como capanga, e como tal um homem de confiança de seu patrão (cf. Mello, 1985:22-23). A confiança só estreita o vínculo, multiplicando os deveres de lealdade, mas também os benefícios oferecidos pelo chefe. Nada disso é possível sem um

²⁰ Note-se que a prática de dar coito a criminosos não tem origem no sertão, que lhe dá continuidade apenas. O próprio Koster (1942:296), pelo simples fato de ser rendeiro de um engenho, deparou-se com indivíduos que pressupunham que ele lhes daria cobertura, ainda que na condição de criminosos. O acolhimento de criminosos, portanto, nada tinha de extraordinário, nem de novo, ainda que não se saia do contexto brasileiro e nordestino em particular.

conhecimento recíproco a nível pessoal, de modo que seria contraproducente, neste sentido, um distanciamento a nível privado. Não convém ao cabra permanecer desconhecido; o anonimato constitui uma causa de estagnação social naquele ambiente em que invariavelmente toda melhoria de vida é mediada pelos mais poderosos. Muito menos passível de perdão do que a dívida com a Justiça é a de gratidão. Sendo assim, a dependência está estabelecida, não obstante seja dada continuidade às relações de reciprocidade, intensificando-as, ou não, a partir do momento em que um cabra, por um motivo ou outro vem instala-se em terras de outrem, agora seu protetor. O distanciamento com relação a este não anula sua dependência e ainda apresenta o inconveniente de não atenuar o peso de uma dívida com o benefício de novas dádivas.

A sociedade sertaneja como um todo fez-se apta a absorver os indivíduos que se dispuseram, através da violência, a subverter a legalidade, nestas condições tornando-se segregados segundo os parâmetros da ordem oficial. Ofereceram ao fim e ao cabo mais uma oportunidade para serem incluídos sob a égide da dependência de protetores poderosos, na qualidade de seus cabras ou capangas. Mas esta não é uma oportunidade qualquer, pois o emprego das armas, pela constância com que é utilizado, e pela importância dos fatores em jogo nestes casos, valoriza os agentes de violência. Vale mencionar aqui o respeito generalizado de que são objeto os homens em armas sertanejos. Não só em consequência do temor que proporcionam, mas sobretudo quando seus feitos são associáveis a certos predicados como os da valentia, coragem, justiça, honradez, ousadia. Assim, a violência, mesmo resvalando na mais impiedosa crueldade, não tende a ser julgada em si mesma, mas principalmente em função da causa a que se presta. Os potentados sertanejos estiveram prontos a acobertar criminosos e a envolvê-los em suas próprias causas. Agindo assim, não feriam necessariamente nem a dignidade do protegido, nem a moral vigente; muito ao contrário, podiam ganhar a cumplicidade de um e o respeito, senão simpatia, da população em geral. Outra vez, a sua generosidade traduz-se em fazer coincidir seus objetivos com o interesse dos dependentes, que se confunde com a graça de sua proteção.

A vida de armas acaba por conceder uma oportunidade para outros segmentos que estiveram dispostos a dedicar-lhes maior empenho. Apesar de estarem também relacionados aos grandes fazendeiros e às suas questões privadas, acabaram por efetuar uma certa especialização na vida das armas, que lhes terá valido um lugar particular

naquele panorama. Em virtude do sertão tradicionalmente ter atraído e gerado foras-da-lei, pelo próprio ambiente sócio-cultural que se desenvolveu ali²¹, um forte segmento de indivíduos foragidos à justiça encontrava proteção entre os agentes da ordem local. Os grandes fazendeiros engrossavam as fileiras de suas tropas através do pressuposto que o abrigo fornecido a estes elementos teria de ser retribuído da forma para a qual eles estavam melhor preparados. Assim, o criminoso sertanejo esteve tradicionalmente acobertado pelo poder de um líder ao qual se ligava. De espírito porventura mais independente, poderia alternar os beneficiários de seus préstimos, mas o fato de ser um foragido tolhia a sua autonomia mais completa. Seus crimes, suas emboscadas, visavam menos suas próprias causas do que as de um interessado que compensasse sua empreitada. O vínculo estabelecido entre as duas partes deste tipo de acordo pode ser então muito mais tênue e não pressupor o fator de lealdade tão caro aos líderes sertanejos.

O termo “jagunço” pode designar aquele segmento de homens predispostos a pegar em armas nos conflitos armados, de caráter privado ou público. Eles acabam por constituir verdadeiros exércitos, prontos a serem mobilizados para qualquer eventualidade, e a dispersar logo em seguida se necessário. Eles não possuem necessariamente uma ligação mais estreita a uma terra, o que é implicado pelo fato de não possuírem uma noção personalizada de chefe, que mais facilmente caracterizaria o cabra (Mello, 1985:27) e naturalmente o capanga, como uma sua variável. O vínculo que une os chefes a seus homens de confiança faculta que os atos dos últimos sejam diretamente imputáveis a uma ordem dos primeiros, o que nem sempre é conveniente.

Consoante as circunstâncias em que são empregados os jagunços, eles podem ser recrutados de modo a formar grupos mais ou menos numerosos. Genericamente, eles se

²¹ Koster refere um local denominado “Os Marcos”, um vale profundo que era “habitado por negros fugidos e criminosos” (1942:103). Com efeito, as terras mais remotamente localizadas serviram tradicionalmente como esconderijo para foragidos à Justiça. Pelo menos no contexto do sertão nordestino, estes redutos de criminosos não estiveram inteiramente segregados da sociedade “legal”, que soube recorrer a seus préstimos, empregando-os em serviços violentos. Ferraz (1978:33-38) descreve como isto acontecia com relação aos negros da Serra do Uman, que configura um reduto de criminosos - quase inexpugnável, resistindo por décadas a toda tentativa de penetração policial, a qual só no princípio do século XX começou a ter êxito - evocando neste sentido a referência de Koster. Estes criminosos iriam mais tarde engrossar as fileiras de outros grupos de bandoleiros, e mesmo de Lampião. Mas isso parece expressar um momento de profissionalização, pois aqueles “homens rudes e altamente perigosos “atacavam indistintamente pobres e ricos, quer residissem nas elevações ou nas vizinhanças, em troca de dinheiro, objetos, favores e gêneos alimentícios” (1978:33). Domingos Bandeira, na segunda década do século XX teria, a mando de outrem, assassinado um fazendeiro em troca de um queijo (1978:35).

prestam a todo tipo de empreitada armada, o que lhes confere um caráter pouco definido. Como salienta Mello (1985:28), um sicário pode facilmente converter-se em herói, bastando que a causa de seu chefe seja socialmente aprovada. O jagunço possui, por esta razão e ainda por outras, um lugar singular no contexto deste sistema vinculativo sertanejo, segundo a ótica que tem sido utilizada aqui. As atitudes dos homens de confiança, na seqüência do que foi descrito, podem ser consideradas um desdobramento da vontade do líder. Por comparação, os jagunços teriam maior autonomia no que diz respeito a seus atos, prestando seus serviços a indivíduos sem com eles estabelecer necessariamente outro tipo de relação. No entanto, sua autonomia é atenuada em virtude do fato de seus êxitos e fracassos, e seu próprio reconhecimento enquanto indivíduo, serem mediados pela figura de um chefe, com a desvantagem de não ser estabelecido entre eles um vínculo mais estreito que assegure ao jagunço a proteção de que os cabras acabam por ser alvo. Parte da sua garantia pessoal repousa em suas próprias armas, mas principalmente, no serviço que presta através delas, capaz de conceder-lhe proteção temporária. Num sertão armado, o risco é constante. As próprias armas não dão conta facilmente de todos os inimigos que se arrebanha numa vida guerreira. Como as guerras em que participa não são próprias, o jagunço arrisca atrair todas as inimizades alheias para si. O melhor que tem a fazer, então, é fazer parte tão constantemente quanto possível de exércitos de potentados, misturando sua própria defesa com a das causas e das pessoas de seus chefes. Distinguem-se e aproximam-se, neste sentido, dos “valentões” (cf. Mello, 1985:21-22), espécie de justiceiros que emprestam sua violência pessoal a causas e pessoas que consideram merecedoras. Tomam a causa dos outros como sua e tal atitude pressupõe o seu julgamento moral sobre a razão da luta, ordinariamente uma vingança: não são meros prestadores de serviço. Spix e Martius (1928:19), que tiveram oportunidade de conhecer um, já referiam no século XIX que, embora cometessem crimes de toda espécie, os valentões escapavam à justiça porque conheciam bem a região onde agiam e porque tinham o auxílio de aliados e parentes. Terminada a luta, o valentão volta para sua casa e sua terra, possui uma vida pacífica que lhe espera (cf. Mello, 1985). Mas entre um serviço e outro, o jagunço precisa ter a garantia de quem o acoberte. Em virtude desta dependência efetiva de um chefe, ele fica a meio caminho da condição de cabra e de cangaceiro, sem que se deva presumir desta assertiva uma relação genética entre as três figuras.

Jagunço é um termo bastante passível de equivocidade (e lamentavelmente não é o único) na literatura concernente aos agentes da violência sertanejos. Seu emprego fica a mercê das distinções pessoais dos autores²², que por vezes não se preocupam em oferecer ao leitor a definição que está utilizada para cada um dos vários agentes de violência. O esforço empreendido por Mello (1985) neste sentido é singular e justifica sua utilização aqui, onde a intenção não é a de elaborar uma nova conceptualização - que afinal já foi realizada. Importa sim a sua análise em função das relações travadas com os segmentos a que prestam serviços. Por isto, é necessário referir que o jagunço é mencionado também como elemento que compõe um exército particular, cuja manutenção, por parte de um chefe político, é considerada, inclusive, como fator de prestígio (cf. Mello, 1985:28). A definição proposta por Lins (1983:97-101) complementa aquela já citada de Mello, embora a diferença com relação ao cabra seja menos assinalada. Segundo Lins, a diferença entre o jagunço e outro agregado qualquer - o que neste momento corresponde ao cabra - é o fato daquele ter o direito de guardar em casa o fuzil do coronel, só distribuído aos demais na hora de brigar (1983:99). A isto corresponderia, com efeito, uma especialização na vida de armas, que concederia ao jagunço um prestígio maior do que um cabra comum poderia desfrutar. Ao mesmo tempo, evidencia uma relação de confiança com um chefe sob moldes similares aos já descritos para cabras e capangas. Na concepção de Lins, o jagunço não deixaria de ser um vaqueiro ou roceiro, mas também um “inconformado” que desejaria uma melhoria de vida, o que não seria no seu caso uma impossibilidade, dado que vários lograram vir a “ocupar um lugar de relevo entre os seus antigos senhores” (1983:100). Mas seu êxito, ainda que passível de ser conquistado pelas armas, ao fim e ao cabo, é mediado pela figura de um chefe, sob as ordens de quem, exclusivamente, ele luta²³.

²² Chiavenatto (1990:13), por exemplo, concebe o jagunço como um bandido solitário que raramente agia em grupo: um criminoso de aluguel. Esta definição parece bem mais próxima da de pistoleiro do que a de jagunço, segundo definições fornecidas por Mello (1985). Na literatura que versa sobre aspectos políticos do sertão não é raro a menção de exércitos de centenas de jagunços. Lins (1983), por sua vez define o jagunço de forma mais próxima daquela com que Mello define o cabra, fazendo salientar como uma das suas características que o jagunço seria, nos tempos de paz, um lavrador, apegado a terra. Por sua vez, Vidal conclui que jagunço é o mesmo que cangaceiro na região do São Francisco (1944:20). Mencione-se *Os Sertões* de Euclides da Cunha, em que o termo reúne os seguidores e guerreiros de Antônio Conselheiro.

²³ O fato do jagunço só lutar sob ordem de um chefe é certamente um dos seus traços mais assimilados (cf. Lins, 1983: 98). Macedo afirma que nenhum dos jagunços liderados por Floro Bartolomeu contra Franco Rabello se levantaria contra o governo sem o consentimento do Padre Cícero (1970:128)

Liderados por um potentado local, tais exércitos podem servir também a interesses públicos, e até nacionais, conforme salienta Mello (1985:28). A chefia destes exércitos torna-se peculiarmente dúbia. Por um lado, cabe a certos indivíduos que os mantêm de alguma forma, e por outro diz respeito a liderança de um dado conflito que o mobiliza temporariamente. Zé Ramos, por exemplo, mencionou o caso de Cajuí, um fazendeiro de Jaguarari, chefe de jagunços prontos para qualquer eventualidade, que se fazia contratar e a seus homens para defender uma facção em luta, normalmente envolvida em conflitos de família. Como ele, acrescentou, havia outros, como “o Franklin”, “o Chico Leoba”. Refere-se, no caso deste, a um chefe político de Remanso. O outro é Franklin Albuquerque, cuja condição de chefe de jagunços é também sobejamente conhecida. A chefia de jagunços tem, portanto, um caráter peculiar. Se um potentado está capacitado a manter um exército de jagunços, é presumível que ele seja capaz de render aos acólitos a proteção que não obteriam caso estivessem entregues à sua própria sorte. Esta capacidade é indiscutível em casos como de Franklin Albuquerque, apto também a se valer de sua própria influência pessoal e política em defesa própria e de seus homens. José Américo de Almeida definiu os jagunços de José Pereira, de Princesa, como seus homens de confiança (cf. Camargo, et al., 1984:151-152). O mesmo não é certo com relação à chefia estranha, reduzida à ocasião do conflito, que não pressupõe preocupação maior com os comandados. O que é certo no que se refere à utilização do termo jagunço é sua associação com a prestação de serviços a causas alheias, o que presume uma chefia exterior ao grupo e não permanente. Sob esta perspectiva, o jagunço vê-se desprotegido ou só protegido durante o desempenho de seus préstimos, conforme discutido acima. Na medida em que formem grupos mais ou menos coesos e estáveis, e sobretudo providos de uma liderança própria, ainda que sirvam ocasionalmente a chefes diversos, é de supor que no interior destes grupos a proteção passe a ser partilhada entre os elementos, cabendo ao líder a posição prestigiosa de que são instrumentos os demais. Seus acólitos passam a ter dentro do grupo uma posição mais próxima do cabra, eventualmente sem várias de suas prerrogativas proporcionadas por uma vida pacífica, mas contando com o prestígio que a vida de armas oferece. De um modo ou de outro, nas duas relações que trava, e é isso que importa aqui, o jagunço não é independente, cedendo a outrem as decisões concernentes a seus atos, sua defesa, seus vínculos e suas inimizades. Sua força

guerreira é por definição alvo de uma apropriação, que beneficia fundamentalmente os potentados locais.

Cangaceiros: homens livres da ordem do coronel

O cangaceiro²⁴ pode valer-se de suas relações prévias para se proteger de seus perseguidores. Gustavo Barroso dirá mesmo que ele tem sempre um patrono (um ricoço, parente ou compadre), “sob quem se acouta nas épocas de penúria”. A assertiva tem validade para o caso de Lampião, mas é preciso, desde já, estar atento para o fato de que o acolhimento por parte do aliado não implica na sujeição necessária com relação a ele. Ao contrário do jagunço, coube ao cangaceiro promover por sua própria conta sua defesa e decidir suas lutas; e foi justamente nas armas que repousou em grande parte esta sua capacidade. Lampião teria afirmado em Tucano, em fins de 1928, que embora querendo encontrar a proteção de algum coronel capaz de lhe oferecer, negava-se a depor suas armas, sob qualquer pretexto, de forma que continuava a depositar nelas sua própria garantia (Fontes, 1988:36). Por outro lado, o apoio recebido por parte de fazendeiros, no caso dos cangaceiros não configurou uma dependência, mas antes uma aliança que pressupunha posição de igualdade na relação. A autonomia do jagunço, relativamente superior à do cabra, não foi suficiente para assegurar-lhe uma posição equivalente a dos cangaceiros. Lampião terá recusado-se a renunciar sua autonomia absoluta, em favor da proteção continuada de um coronel ou de um chefe de jagunços. Se o fizesse, possivelmente alcançaria uma velhice tranqüila, e uma vida sem tantas perseguições; poderia ter-se radicado em algum lugar. Mas teria abandonado o cangaço, e se converteria em jagunço, senão em cabra, dobrando-se à vontade de outrem. A contrapartida de sua autonomia mais completa foi uma guerra perene.

O cangaço desdobrou-se noutras formas, diversas à versão que lhe deu Lampião, e que tiveram modos também particulares de relacionar-se com os diversos segmentos sociais sertanejos. As lutas de família proporcionaram a emergência de um tipo, caracterizado por uma liderança pertencente a uma facção em luta, que se entregava

²⁴ Sob a designação de “cangaceiro manso” reúnem-se cabras, capangas e jagunços, por oposição a de “cangaceiros brabos”, que abrangeria o cangaço vingador e profissional, conforme as distinções de Mello (1985:23-24). Para efeito desta pesquisa, o termo cangaceiro sempre se reportará ao sentido de “cangaceiro brabo”.

permanentemente à guerra, constituindo para o efeito um bando²⁵. Sua composição poderia incluir antigos cabras da família, inteiramente dedicados agora à luta, convertidos em cangaceiros. A lealdade ao chefe mantém-se, embora em termos mais ajustados às novas condições. Ramos tem razão quando, ao referir-se aos líderes de bando, adverte que estes cangaceiros estavam aliados a indivíduos que permaneciam na legalidade, e que a ligação rendia proveitos a ambos: asilo e quartel a uns, prestígio a outros (1961:130-131). Os proprietários teriam mesmo o amparo defensivo daqueles que, afinal, eram seus companheiros de classe (1961:152). A origem social corresponderia ao fator essencial de distinção entre este cangaço e aquele que, segundo Ramos, seguiu-se a ele. Na verdade, a associação dos bandos, sob suas formas variadas, com os proprietários e chefes locais é verificável, ainda quando o cangaceiro emerge de uma classe inferior. Os pressupostos sob os quais as relações foram estabelecidas, esses sim, podem variar. Mas os interesses de ambos os lados foram satisfeitos, respeitando a autonomia de cada um, ainda que a relação possa ter implicado um componente de tensão, particularmente ressaltado no cangaço de Lampião.

Não é raro que as diferenças expressas no cangaço de Lampião com relação à outras formas que o antecederam sejam debitadas à diversidade das classes que forneceram as lideranças (cf. e.g. Ramos, 1961:153; Cascudo, 1984:33). Importa frisar, no entanto, que a relação entre cangaceiros e as classes dominantes não deixou de repetir-se e, por mais perseguidos que aqueles tenham sido, jamais deixaram de ter seu lugar reconhecido na ordem social sertaneja.

É preciso romper com a noção evolutiva freqüentemente presente nas análises sobre o cangaço de Lampião. Em virtude deste tipo de abordagem, o fenômeno em questão foi concebido enquanto uma degradação - inclusive moral - de formas que lhe teriam antecedido e dado origem. Há sem dúvida um aspecto comum a todas as organizações guerreiras "ilegais" encontradas no sertão: elas articulam-se com os segmentos da

²⁵ A constituição de um bando é um aspecto particularmente ressaltado por Queiroz (1975:502) na sua proposta de definição em sentido estrito do termo "cangaceiro", isto é, "indivíduos componentes de um bando independente, vivendo de assaltos e de aventuras, em luta constante com a polícia". Tanto ou mais do que "jaguço", ao termo "cangaceiro" tem sido atribuído diversos significados, o que torna sua definição um problema de muito difícil resolução, sobre o qual se debruçou Queiroz no artigo referido. Para efeito desta pesquisa, emprego tal termo em sentido ligeiramente mais lato do que este, uma vez que considero tratar-se de cangaço (vingador) a organização guerreira de Sinhô Pereira. Para ele, o cangaço não correspondeu a uma vida entregue a assaltos, mas mais genericamente votada à guerra. Por outro lado, é o cangaço de Lampião, especificamente, o objeto de discussão no que tange ao cangaço profissional (ou independente, na terminologia de Queiroz).

“legalidade” e lhes seria impossível reproduzir-se sem tal ligação. Todavia, os termos em que são estabelecidas estas relações divergem. Na maioria dos casos geram dependência, enquanto no caso do cangaço de Lampião, sua autonomia é preservada; não dá lugar à subordinação a interesses alheios aos do bando. Ainda que os interesses de cada parte sejam intercambiáveis, eles tornam-se antes um objeto de negociação do que um fator de dependência. Não deve ser negligenciável, nessa perspectiva, o fato da chefia, no caso do cangaço, não ser exterior a um aparato de guerra, cujos objetivos confundem-se com a sua própria reprodução.

A questão da chefia e dos objetivos das organizações guerreiras sertanejas são aspectos muito importantes na distinção do cangaço de Lampião. A reprodução de seu bando é o sentido fundamental das ações dos cangaceiros, mesmo quando elas se concernem à defesa de causas alheias. Os cangaceiros de Lampião não alugavam ou vendiam sua força de guerra e muito menos concediam a outrem a sua liderança, mesmo que temporariamente. Tampouco se observa, no cangaço de Lampião, a manutenção ou pré-existência de uma liderança em tempos de paz, que caracterizaria a formação de milícias privadas: o cangaço não deixa margem a uma vida paralela e pacífica.

Mais delicada é a distinção do cangaço de Lampião com relação ao de Sinhô Pereira. Em ambos os casos, os próprios líderes definem-se enquanto cangaceiros, isto é, a chefia não é exterior ao aparato de guerra. Outro ponto em comum é a dedicação exclusiva e permanente de todos os membros do bando (líderes incluídos) à guerra. Mas no que toca aos seus respectivos objetivos, estas duas formas de cangaço diferem. A vingança é a finalidade primordial do cangaço de Sinhô Pereira. Tal causa é tomada como própria pelo bando comandado por ele. Mas a reprodução do aparato de guerra fica subordinada à sua causa; é-lhe secundária. Por sua parte, o cangaço de Lampião é um fim em si mesmo. Esta diferença trouxe repercussões importantíssimas nos termos das relações com os aliados efetuadas pelos dois cangaços, o que será objeto de discussão mais ampla no capítulo 4. Mas adiante-se que a constituição de um objetivo específico contribuiu para que Sinhô Pereira contasse com uma série de aliados que partilhavam de desígnios iguais ou afins aos seus. Das suas relações com os segmentos da legalidade não resultou subordinação.

Os aliados de Sinhô Pereira forneceram-lhe apoio logístico e eventualmente puderam ser compensados através de sua força guerreira. Neste sentido, a pertença do líder do bando à camada dominante da sociedade e à uma parentela da qual fazia parte da maioria de seus aliados é, sem dúvida, relevante. Porém, isto não é decisivo no que se refere à autonomia do cangaço, conforme Lampião demonstrou. Nas suas alianças há um caráter de negociação muito mais acentuado - que passa por ameaças, sem no entanto negligenciar os interesses de seus aliados -, embora muitas vezes latente, a impedir que tais relações redundem em dependência. Santos (1984:116-117) analisa o processo de estreitamento de relações entre os cangaceiros de Lampião e um coiteiro cognominado Sinésio Suassuna. De início, este viu-se obrigado a dar coito involuntário ao bando; mais tarde quis solicitar a Lampião uma vingança sobre salteadores da propriedade de um parente; e finalmente começou a intermediar, com bons lucros, o fornecimento aos cangaceiros de munição, entre outras coisas. Nas relações de aliança efetuadas por Lampião, o que compete a cada parte não é previamente definido; da mesma forma que são variáveis os objetivos parciais de tais ligações. Como Santos ressalta, a própria condição de protetor ou protegido é ambígua: a segurança do coiteiro era cuidada pelos cangaceiros e vice-versa. Em contrapartida, o pacto com cangaceiros podia comportar enormes riscos, em consequência de perseguições policiais.

Enquanto cabras, capangas, jagunços e, em larga medida, os cangaceiros de Sinhô Pereira ofereciam, àqueles com quem possuíam laços, a defesa pelas armas, o cangaço de Lampião tendia a trazer riscos. A sua defesa foi por vezes contra a ameaça exercida pelo próprio bando, isto é, as alianças freqüentemente eram travadas com Lampião no intuito de evitar ataques de cangaceiros. Ainda assim, houve margem para que tal aliança trouxesse benefício a qualquer uma das partes. Mais do que proteção, Lampião exigia uma certa cumplicidade, o que presidiu às suas relações com aliados.

3. Laços e Lutas de Família

O Poder da Dádiva

Sob o véu de seu prestígio, de seu poder, de suas regalias, de seu autoritarismo, o chefe de parentela esteve incumbido de enormes responsabilidades de caráter econômico, político, jurídico, social e até religioso. A parte que lhe tocou no desempenho de suas funções públicas e privadas constitui a base de todo mandonismo. No capítulo 1 foram apontadas algumas das incumbências dos colonizadores, e o quanto a empresa da colonização apoiou-se nas iniciativas individuais, embora controladas, mal ou bem, pela Coroa. Em plena República, não obstante a maior vulnerabilidade dos coronéis com relação a seus cargos, a vida pública seguiu apoiando-se nas mesmas bases.

Mais do que um poder de acúmulo, concentra-se no coronel um poder de redistribuição. Ele pode ser dono de terras, dos armazéns de estocagem de produção, das vendas, etc., fatores que decerto facilitam seu desempenho de redistribuidor, mas não são exatamente sua causa. O coronel distribui também a justiça, segundo suas regras pessoais, que não obstante toda parcialidade presumível, está muito mais vinculada àquela interpretação cultural, em que predomina a noção de honra, do que as dos códigos jurídicos nacionais. Ele também é um agente fundamental do acesso à religião, e não é à toa que alguns coronéis tenham sido padres. Independente disso,

“... é também o arauto de tôdas as manifestações religiosas de sua terra. (...) Hospeda ao padre e ao sacristão, além de servir de padrinho de Deus e o Mundo. De um modo geral, poder-se-á dizer dele: confessa, casa e batiza, tão elástica é a sua função na vida das cidades do interior, sobretudo nos centros onde as desobrigas rareiam pela falta de padres ou pela inacessibilidade das distâncias.” (Melo, 1985:111)

Na vasta literatura concernente ao mandonismo e ao coronelismo em particular, não é raro atribuir ao fenômeno uma causalidade fundiária (e.g. Leal, 1975; Lins, 1988:12). Mas a posse da terra só constitui uma condição, não a única, nem a principal, nem sequer necessária por definição, mas apenas favorável ao prestígio político encarnado por um chefe carismático. Certamente há um lado econômico que sustenta, em todos os sentidos do termo, a posição política de um líder sertanejo. Queiroz é muito mais precisa, na medida mesmo em que generaliza, no que se refere a tal aspecto: a posição econômica do chefe político local dava-lhe condições de fazer favores (1977:171). Mas é daí, dessa habilitação de prestação de favores de que é dotado, entre outras coisas, mediante seu poder econômico, que lhe advém seu prestígio. O fenômeno do mandonismo, neste

sentido, é de caráter muito mais político do que econômico. Na perspectiva que está sendo salientada aqui, é sobretudo micropolítico.

Teixeira (1988) subdivide o coronelismo baiano em cinco tipos, consoante sua distribuição geográfica, a saber, o do Nordeste do estado, o da Chapada, o sãofranciscano, o do cacau e o do Recôncavo. Apesar das singularidades próprias a cada um, uma segunda redução nessa tipologia é possível, e mais útil aqui. Predominaria nas versões do coronelismo ou o aspecto econômico, ou o político ou um híbrido entre os dois. O primeiro caso seria representado pelos coronéis do cacau, em cuja liderança Teixeira encontra finalidades econômicas; o segundo é constituído pelo coronel de Chapada, do Estado dentro do Estado, da autonomia política, de que Horácio de Matos seria o exemplo paradigmático. Mas político é também o coronelismo do Nordeste - das lutas de família, dos conchavos, que encontra um estímulo no cabra de coronel - e o coronelismo do Recôncavo, de participação sombria, mas efetiva na vida política estadual. O coronel sãofranciscano seria o tipo híbrido. Mas, ressalta Teixeira, nalguns casos individuais, de que é exemplo citado Franklin Albuquerque, reproduz-se naquela região o modelo do coronelismo político da Chapada. Retira-se dessa tipologia que a liderança do coronelismo político não se vê pautada por objetivos econômicos. Teixeira observa, um detalhe precioso, que

“o inventário de Horácio de Matos não espelha nem de longe a liderança que ele teve, um homem para quem o poder era uma busca em si mesmo e não um veículo para realização de bons negócios.” (Teixeira, C., 1988:39)

Além de tomar o coronelismo político como predominante dentro do contexto social sertanejo sobre o qual me debruço aqui, em particular a versão do nordeste, conforme a definição de Teixeira, com traços do coronelismo da chapada, em toda sua autonomia, considero ainda que o poder econômico nem é o objetivo por excelência dos líderes locais, nem a condição principal do mandonismo. Micropoliticamente, a redistribuição de bens e benefícios, isso sim, seria a chave do poder dos líderes locais, do que o coronelismo da Primeira República é uma das formas assumidas no sentido macropolítico. O poder econômico desses líderes é secundário com relação a seu modo de inserção social, a tudo que pessoalmente representa na vida da comunidade, o que é condicionado, por sua vez, pelo modelo vinculativo que vem sendo descrito até aqui. Noutras palavras, o poder econômico no contexto sócio político sertanejo, traduz-se

num poder de dar, fator que não deve ser negligenciável na análise do fenômeno do mandonismo.

A liderança é, no contexto sócio-político sertanejo, corolário de seu prestígio, saldo positivo das relações de reciprocidade de que é protagonista. Suas dádivas, sem dúvida, implicam dispêndio financeiro. Não é raro que as grandes obras comunitárias, tais como igrejas, estradas, instalações urbanas, tenham nos chefes de parentela os principais financiadores. As festas religiosas e profanas constituem também outra oportunidade para a redistribuição de bens por parte dos que dispuserem dos meios necessários. As eleições constituem um momento na vida pública tremendamente caro, custeado principalmente pelo chefe político do município. Dia de pleito é dia de festa. Transporte para os eleitores distantes, comida, diversão, favores, promessas, tudo é possível às custas dos líderes políticos locais (cf. Melo, 1985:112). A redistribuição também se verifica por ocasião das calamidades, no caso nordestino, as secas, momento em que os mais afetados sabem para onde acorrer, como se pode verificar através de uma carta endereçada ao diretor do *Diário da Bahia*:

"...não fosse o coração boníssimo do cel. Franklin Albuquerque já teriam tombado combalidos pela fome, causada pela terrível secca de tres annos consecutivos nestas paragens. Espetaculo horrivel tenho apreciado nesta terra, para onde ocorre centenas de flagelados, dirigindo-se a residencia do Cel. Franklin, immediatamente tomadas providencias para a alimentação dos mesmos, distribuindo-se remedios etc"(*Diário da Bahia*, 1º de janeiro de 1933).

Todavia, há muito o que distribuir sem grande custo econômico, principalmente num meio em que o dinheiro circulava muito pouco. A proteção, a justiça, o homizio, a permissão para o uso da terra inculta, a amizade, os bens de pequeno valor, a vingança, o apoio político e na guerra, em resumo, a solidariedade nos mais diversos sentidos, tudo isso é pago também com lealdade, que se sedimenta, cristaliza-se, pouco a pouco, rotineiramente. Os momentos espetaculares ou solenes da vida coletiva, vem a reforçar ainda mais o que já era previamente dado. A contrapartida do crédito social acumulado pelos chefes locais, seja a sua liderança político-administrativa, ou apenas de sua parentela, é o eterno compromisso da dádiva. É isso o que dele se espera. Naquele contexto local, antes que o voto, é o crédito que legitima tal poder (ou o prestígio dele derivado). Um crédito mais do que econômico. Onde quer que haja predomínio de uma versão burguesa da sociedade, da política e da economia, sempre baseadas em regras de conduta abstratas, impessoais, aquele mandonismo resulta impossível.

Todo o jogo político-administrativo no qual o coronelismo - e mais genericamente o mandonismo - inseriu-se, só encontra razão de ser, em última instância, nesse modelo vinculativo. A própria aliança com o poder central ou estadual traduz-se em prestígio localmente reconhecido e destarte num aumento potencial de arregimentação de lealdades. Por outro lado, é ainda o mesmo modelo vinculativo que está implícito quando é salientado que o fenômeno se deve à necessidade de legitimação política de um novo poder, como ocorre na República (cf. Faoro, 1976; Bursztyn, 1984). Ou simplesmente quando o chefe político, não importa o título que ostente, é o veículo de penetração do Estado numa certa região. Porque o chefe político local, mesmo quando passível de substituição por um concorrente, constitui uma espécie de materialização ou personalização de um conceito, abstrato, de Estado.

Do ponto de vista dos segmentos sociais sertanejos, a intervenção direta do Estado, por muito tempo, parece ter sido sempre desprovida de sentido quando não perniciosa, ou pelo menos com grande risco de o ser. Para as lideranças locais, significava uma interferência no que de certa forma considerava como patrimônio próprio. Para os demais segmentos, a introdução de um conjunto de obrigações cujo sentido nem sempre é evidente. Qual sentido pode haver numa justiça que não vinga, no pagamento de um imposto para uma entidade invisível, do serviço militar obrigatório²⁶? Qual será mesmo o sentido do voto? Como reconhecer uma autoridade, sem jamais ter visto o sujeito que a encarna? José Américo de Almeida relata uma passagem elucidativa nesse sentido. Era, na época, ministro da Viação, e nesta qualidade convidou um sertanejo para trabalhar numas obras. Mas, diante da proposta de emprego, este fica confuso. Quem lho oferece?

²⁶ Joffily já falava do ônus pessoal provocado pelo recrutamento militar, chamado "imposto de sangue", o que já diz tudo (cf. Joffily, s.d., nota 188). Ainda sobre o mesmo assunto, Melo conta uma anedota de que o coronel Bezerra e Manuel Aleixo, Coronel da Guarda Nacional e Presidente da Junta do Sorteio Militar em Currais Novos são os protagonistas. O segundo já se cansara de convocar os sorteados para se apresentarem, sem êxito. Adotara uma ordem de chamada que julgou conveniente: primeiro os moradores, a "cabroeira", como viria a explicar ao Coronel Bezerra, para que preenchessem de uma vez as vagas, depois "os filhos dos ricos". Mas, lamenta-se o Presidente, os fazendeiros que lhe asseguravam que lhe enviariam seus moradores, mandavam prontamente que eles fugissem, a fim de escaparem ao serviço militar. Por si só, essa atitude já é bastante reveladora da natureza dos vínculos que prendiam os dois segmentos um ao outro e do baixo custo de certas generosidades do patrões. Mas a história prossegue. Acabou chegando a vez do vigésimo primeiro sorteado, o próprio neto do chefe político. Muito pesaroso ele ficou, mas Aleixo tratou de remediar o caso da melhor forma que pôde. Telegrafou repetidas vezes à Junta de Natal, avisando que estava em perseguição do vigésimo sorteado. Pura invenção, destinada a fazer com que o prazo do sorteio expirasse. Claro que foi o que aconteceu, o que deixou o Coronel Bezerra "radiante de alegria e contentamento. Se Aleixo já lhe merecia alguma coisa, não obstante aquelas independências fóra de uso, dali por diante passaria a merecer muito mais" (1985:83-84).

Um major? O ministro, diz ser tenente. Mas isso não tem qualquer significado para o indivíduo familiarizado apenas com o valor social adquirido pelas antigas patentes da Guarda Nacional, então já extinta. Como último recurso o sertanejo procura trocar em miúdos, nos seus miúdos, a alegada autoridade de seu interlocutor: “é casado na família Carneiro²⁷?”

Se para os segmentos sujeitados o poder só se definia mediante sua personificação, foi porque as lideranças foram sempre pessoais, em todas as esferas da vida social. Correspondia portanto ao modo de constituição do poder dos segmentos dotados de autoridade. Para estes, a interferência do Estado é muito mais dificilmente digerida. E é mesmo em virtude de ser um mal inevitável, que se vai construir, ao longo do tempo, um modo de acomodação entre poder local e central ou estadual, de modo a tornar tais relações pelo menos toleráveis, ainda que em certos momentos e em certos casos possam ter-se tornado até muito vantajosas. Quanto a esta questão, vale a pena retornar um pouco no tempo.

Quando o Estado toma parte numa relação de prestação de serviço, sua posição de credor social e político permanece, por definição, inabalável. Assim, não obstante todo seu empenho e dispêndio, o colonizador não se torna um credor da Coroa, que não perdeu oportunidade de demonstrá-lo ao longo da história. É certo que sabe até ficar reconhecida aos seus súditos fiéis, concede-lhe títulos e prerrogativas, torna-os prestigiosos, honoráveis, nobres. Mas, sua posição com relação a eles permanece muito clara. Tolerava até à conveniência seus arbítrios; para além de limites, que é ela quem estabelece, a punição. Sua posição é inapelável. Mas como ficam aqueles homens, que arriscam seu patrimônio, seu sangue, o de sua família? Como tolerar a presença estranha dessa entidade que tão pouco fez para a realização daquela obra, afinal de contas a sua obra pessoal? Como abdicar de consagrá-la sua?²⁸ Na verdade, o que o privatismo do poder local demonstra é que os líderes não abdicaram de todo, sendo antes uma extensão de caráter político da sua concepção de propriedade. A idéia latente a todo mandonismo

²⁷ Terá sido próximo a Pombal, na Paraíba, o lugar onde o tal diálogo foi travado. José Américo de Almeida explica que aquela cidade era dominada pela família de Rui Carneiro, que seria mais tarde Interventor da Paraíba, nomeado por Vargas (cf. Camargo et al, 1984:215).

²⁸ A questão da constituição de um poder de caráter pessoal, a partir do empenho também pessoal nas diversas esferas da vida pública é desenvolvida por Franco, cujo livro *Homens Livres na Ordem Escravocrata*, é da maior importância para a compreensão deste e de diversos outros aspectos da sociedades sertaneja.

sertanejo é a de que o governo não tem nada que interferir num patrimônio particular - e familiar. Um dos aspectos da história política do sertão nordestino, desde a perspectiva local, pode ser resumida na eterna experimentação efetuada pelos líderes políticos, para verificar até onde podem ir, ou até que ponto as instâncias governamentais dispõem-se a acatar suas arbitrariedades. Mas o Estado é insistente, faz lembrar a todo momento a seus cidadãos, que está acima deles. Pode fazer concessões, bajular seus filhos diletos, acariciar-lhes o ego, cansou de fazê-lo, delegando poder de mando, omitindo-se, fechando os olhos aos desmandos. Todavia, com sua presença fantasmagórica, espreita e interfere.

Quando o inimigo é demasiado poderoso, melhor é aliar-se a ele. Esse é o resultado da velha relação entre os líderes sertanejos e as instâncias de poder acima das suas. Como os governos brasileiros até souberam ser dádivosos, maleáveis com suas regras, atentos aos interesses que os líderes locais satisfaziam, a aliança rende proveito a todos. Mal ou bem, o colonizador veicula a presença da Coroa nos sertões remotos, os coronéis da Guarda Nacional auxiliam a legitimação e o fortalecimento do Império contra todos os seus opositores (cf. e.g. Pang, 1979:26; Luna & Barbalho, 1983:130), e os coronéis da República Velha, além de legitimá-la, elegem os governadores dos estados. Isso tudo sem contar com o apoio militar ou paramilitar que oferecem nas guerras ou nos movimentos rebeldes. A compensação é sempre a mesma, o reconhecimento, via delegação, de sua autoridade local. Foi sempre o mesmo, aliás, que aqueles líderes desejaram.

Com o advento da República, porém, novas regras são introduzidas no jogo político que resulta naquela legitimação, até certo ponto recíproca. Chega-se a afirmar que a diferença entre o mandonismo colonial e dos dois reinados com relação ao republicano é, neste último caso, a tomada de partido pelo governo de uma das facções locais em luta. O apoio a um chefe proporcionaria a união de sua milícia privada com a Força Pública estadual (Lins, 1988:13). Até então, com efeito, abundam as informações do uso das milícias privadas, ou bandos armados formados pela parentela e escravos em apoio a desígnios centrais. Militão Antunes apresenta-se assim acompanhado na Junta de Cachoeira, prontificando-se a contribuir na luta pela Independência (Lins, 1988:10); os Pereira assentem em auxiliar, conforme pedido do Governador da Província José Mariano de Albuquerque Cavalcanti, no combate aos rebeldes de Pinto Madeira. Mais

tarde, por sua conta, massacram os fanáticos da Pedra Encantada, sempre ao lado dos seus aliados, mobilizados internamente (Parreira, s.d.:46;83). Estes são apenas alguns exemplos, que trilham a mesma esteira da contribuição privada periodicamente mobilizada para atender a interesses nacionais.

Durante a República Velha e pelo menos até o Estado Novo, não se verifica exatamente uma inversão nessa relação de prestação de auxílio. Mas a descentralização política acabou por promover uma intensificação das relações governamentais a nível estadual e local, principalmente. Sem dúvida, o aparato eleitoral concedeu aos chefes municipais um poder de barganha inaudito, e é virtualmente em unanimidade apontado como fundamento da política oligárquica daquele período (e.g. Leal, 1975; Queiroz, 1977; Faoro, 1976). Essas relações intensas que espacialmente entre o litoral e o interior do Nordeste, reflexo da política estadual e dos municípios sertanejos, dos governadores e dos coronéis resultam, no entanto, de uma suscetibilidade também inaudita, de ambas as partes. A permanência no poder dependia principalmente da capacidade de articulação das lideranças nos dois âmbitos do poder público. Por mais que naquela relação o interesse estadual possa prevalecer, estando dotado de poderes para substituir a qualquer tempo as lideranças locais, conforme observam alguns analistas (e.g. Bursztyn, 1984; Faoro, 1976; Pang, 1979), a descentralização política trás a reboque um reforço do mandonismo local. O caso do período aciologista no Ceará é sem dúvida especial, pela sua omissão voluntária na política local, deixando que os coronéis resolvessem por sua conta suas querelas intestinas. De sua política resultaria indiretamente o Pacto dos Coronéis, presidido pelo Padre Cícero em pessoa (cf. Cava, 1977; Faoro, 1976:641-643; Montenegro, 1955:253-261). O poder local bem alimentado pela omissão de Acioli, com um apoio mais que espiritual do sacerdote, contando ainda com combatentes cangaceiros, faria Franco Rabelo amargar uma derrota esmagadora, em função de sua tentativa anti-aciologista de redução dos coronéis rivais do interior, a pretexto da perseguição ao cangaço, de que ele mesmo acabou por servir-se (cf. Faoro, 1976:403; Montenegro, 1973: 264-265). Noutros estados nordestinos, o intercâmbio de interesses municipais e estaduais não se estabelecem segundo esse esquema de não interferência, tornando-se mais complexos.

Localmente, as disputas pelo comando, já há muito refletidas pela adoção de partidos opostos (mesmo que possa ter importado bem pouco o caráter ideológico da filiação

partidária), perfeitamente misturadas às rixas de família, privadas, passam a contar com um colaborador do porte do governo do estado, revigorando-se em certos casos, com a própria contribuição de Forças Públicas estaduais, como ocorre nas guerras de João Duque contra João Alkimim e de Franklin Albuquerque contra Francisco Leobas. Isso não garantia em definitivo a vantagem de ninguém, porque mudando governo, aqueles mesmos antigos combatentes aliados poderiam simplesmente vir a reforçar as fileiras inimigas (cf. Lins, 1988:13-17). O que fica minado, em função das novas conjunturas políticas, é aquele esquecimento antigo e recíproco, apontado por Teixeira entre o poder local e central (1988:34), que mais valia manter o mais possível, para evitar aquelas desgastantes e incômodas interferências, tão inconvenientes ao privatismo local.

Ao mesmo tempo fortalecido e instabilizado, o líder local manterá com o governo do estado as relações que sabia manter com aliados e inimigos. As articulações entre as duas esferas de poder político, vagam ao sabor dos interesses e rivalidades, acordos e querelas, simpatias e azedumes pessoais. O que resta de controle pessoal de sua posição política - e a margem não é pequena - é atualizado através de alianças segundo moldes bastante semelhantes aos que presidiam localmente. Diante de um inimigo comum, até antigos rivais podem vir a apoiar-se mutuamente, e a todo momento, novos acontecimentos podem modificar por inteiro um panorama de domínio político. Alguns exemplos falam por si mesmos.

Na rivalidade entre Chico Leobas, de Remanso, e Franklin Albuquerque de Pilão Arcado, o governador Góes Calmon apóia este, enquanto seu secretário de Segurança Pública toma o partido do primeiro. Embora complexa, a situação estava aparentemente definida, até a ruptura de Calmon, com seu antigo aliado, Raul Neves, figura de destaque na política de Sento-Sé. Somente Leobas atende ao pedido de auxílio do governador, e invade aquele município. No entanto, o chefe político de Sento-Sé, João Nunes Sento-Sé, era amigo de infância de Franklin Albuquerque, que não se nega a enviar-lhe ajuda em homens e munição, deixando as relações pessoais falarem mais alto. O conflito eminente entre o governador e o chefe de Pilão Arcado, até então seu aliado, só é evitado pelo episódio da passagem da Coluna Prestes no Nordeste, um inimigo comum, combatido também pelo exército de jagunços de Franklin Albuquerque. Este acaba sendo felicitado pelo governador subsequente, que manteve Madureira Pinho na Secretaria de

Segurança Pública. Aquele panorama regional retorna então ao ponto de partida (cf. Lins, 1988:13-15).

Na Paraíba, o governo de João Pessoa aparentemente instaura uma ruptura neste tipo de relacionamento entre litoral e sertão, arriscando estraçalhar com a máquina que ao fim e ao cabo lançou-o na presidência do estado. No entanto, vários dos episódios do conflito entre o poder estadual e municipal revelam bem, sendo isso que interessa aqui, o método político das lideranças sertanejas, e o modo como inserem-se na política do estado. Epitácio Pessoa desde cedo fazia advertências moderadoras a seu sobrinho por carta:

“já te disse mais de uma vez: ninguém pode extirpar num instante vícios arraigados desde anos. (...) Não me parece acertado surpreender os chefes políticos com decisões radicais, lançando entre eles a perturbação e o descontentamento (...)”.

E dando mostras de como é que os problemas deviam ser resolvidos, aconselha João Pessoa:

“se estão praticando atos contrários às boas normas da administração e da política, parece-me que o verdadeiro é chamá-los e proibir que continuem a proceder assim, ou determinar que revoguem seus atos etc. Se a medida suasória não produz efeito, então sim, repressão pronta e enérgica”. (*Obras Completas de Epitácio Pessoa*, vol. XXXIX, Rio de Janeiro INL, 1962, apud. Camargo et al., 1984:120-121. Grifos do original.)

O conflito previsto por Epitácio Pessoa é encabeçado por João Pessoa e o Coronel José Pereira Lima, de Princesa, ligado a Suassuna e aos Pessoa de Queiroz, de Pernambuco. Estes, parentes do presidente do estado, o outro, antigo correligionário: todos descontentes com as medidas profiláticas da presidência do estado, conforme José Américo de Almeida dá conta. João Pessoa terá deixado de atender a todas as sugestões para nomeação de cargos locais, até para o magistério, vindo da parte dos chefes municipais. Começou a agir drasticamente com relação à cobrança de impostos, coisa sempre dominada por interesses pessoais dos situacionistas. Os Pessoa de Queiroz sentiram-se então particularmente prejudicados com a cobrança de tributos interestaduais, uma vez que seu ramo de negócio repousava justamente no intercâmbio comercial entre a Paraíba e Pernambuco. Mesmo que as atitudes de João Pessoa não tenham sido de caráter pessoal, não havia como ser interpretadas de outra forma por José Pereira. Para cúmulo, seu irmão é afastado da administração da mesa de renda. José Pereira faz um último esforço de reconciliação quando vai ao palácio do governo, para ter uma conversa pessoal. Ali, José Américo de Almeida, presenciando o momento em

que João Pessoa chamou José Pereira de cangaceiro, tenta conter os ânimos deste último. O desabafo de José Pereira a José Américo de Almeida, que o narra, demonstra toda sua indignação, toda a personalização que pautava suas relações com o governo. Não há nas suas palavras o mínimo teor ideológico: “Não posso mais. Ele é hostil de todas as formas. Não posso continuar a manter relações com esse homem. Vou afastar-me.” (cf. Camargo et al., 1984). Pouco tardaria para o levante de Princesa.

Ainda que o coronelismo se inscreva na singularidade das relações entre poderes local, estadual e federal ajustadas na República Velha, sua base estava há muito e solidamente fincada na esfera social e micropolítica. Por mais avultado que se tenha tornado o fenômeno, sua potência dependeu da força arregimentadora dos líderes locais, que esteve vinculada, naquela conjuntura da política nacional, a sua capacidade de angariação de voto e de recrutamento de exércitos, para mencionar os dois fatores mais apontados naquelas articulações políticas. Na verdade, esses são momentos em que o poder do coronel mais se evidencia e choca os forasteiros. Mas ele se calca em relações muito menos visíveis e informais, de onde seu poder emerge. Tudo o que a relação com as outras esferas governamentais poderá trazer, é um reforço, um poder suplementar, do que o líder vai em busca utilizando-se dos mesmos métodos que vigoram localmente. Age como se estivesse em sua própria casa. Ele mesmo não se dispõe a operar segundo regras impessoais, que não lhe fazem em geral muito mais sentido do que aos seus dependentes e aliados. Uma antiga aliança pode ser suficiente para romper com toda a idéia de direito, justiça, aliança partidária, que só lhe diz respeito indiretamente, quase como uma concessão para que seu poder seja reconhecido e portanto exercido. Um líder político sertanejo tampouco é independente, imerso que está, como todos os outros, nas teias de aliança que estabelecem primeiro seus rumos políticos individuais. Ele não existe isoladamente, e provavelmente jamais o desejou.

Seria inadequado concluir que não se fazia sentir localmente as mudanças de regime introduzidas no país ao longo dos séculos. Adaptações a elas foram necessárias, e o risco de não reconhecer a introdução de novas variáveis é o do enfraquecimento ou perecimento político de um certo grupo. O que se manteve inalterado, apesar de tudo, foi o esquema de dominação, todo fundamentado nas relações pessoais. Da colônia à República elas resistem, incrementam-se, reforçam-se, promovem a coerência interna, social, cultural e política sertaneja.

O vínculo e a guerra possuem implicações recíprocas no contexto político sertanejo: alimentam-se mutuamente. A guerra sertaneja, que compreende sempre um caráter privado, é sempre um assunto de aliados, no sentido mais lato, que engloba parentes, amigos, dependentes, etc., tendo início toda vez que a aliança não é possível nem desejável ou, quando os sujeitos nela incluídos são incontornavelmente afrontados, seja em seu poder, seja em sua honra pessoal. Os sertanejos sempre souberam de antemão onde encontrar aliados para todo conflito, toda vez que se tornaram inevitáveis.

No caso do conflito entre Montes e Feitosas assistiu-se a exércitos privados compostos de grupos indígenas. Trata-se de um exemplo de importância crucial, porque demonstra o oportunismo dos líderes locais em mobilizar pessoal numa guerra que absolutamente não lhes diz respeito. Por sua vez, Pereiras e Carvalhos não deixaram de demonstrar sua formidável capacidade recrutamento de homens em armas. É verdade que ali os pequenos cercos, as emboscadas, os assassinatos individuais dominam o cenário da luta. Mas o fato é que após a emboscada que deu fim ao Padre Pereira em 1907, os Carvalho moveram um cerco a São Francisco com mais de trezentos homens recrutados na zona, que terá durado dias, graças a defesa empreendida pelos Pereira, em número muitas vezes inferior (cf. Ferraz, 1978:42; Parreira, s.d.:176; Macedo, 1980b:47). Classicamente, os recrutados das guerras privadas são parentes, aliados, seus homens de confiança, mas não raro jagunços - figura também muito associada às lutas de famílias -, cangaceiros e bandidos em geral. Consoante a natureza e o alcance do conflito e das suas próprias lideranças é que se vai determinar onde serão recrutados os combatentes. Os cabras e capangas poderão não dar conta de um conflito de maiores proporções, sendo no entanto os mais indicados para os cuidados rotineiros e imediatos dos interesses dos seus patrões. Mas podem não dar conta de questões extraordinárias, para o que os jagunços oferecem uma força indispensável, com a vantagem de colocarem-se sob o controle de seus líderes ocasionais como prestadores de serviços, embora seu recrutamento possa ser dispendioso. Sua utilização não implica necessariamente numa aliança prévia ou extensível para fora do conflito, podendo encerrar-se tão logo tenham satisfeito as necessidades para as quais foram convocados. Substituem em parte a confiança que é depositada no próprio cabra pela eficácia como homens especializados nos serviços das armas prontos a seguir ordens. Reunidos como

exército privado, ficam à mercê das alianças que não lhes dizem respeito diretamente. Já o recrutamento de cangaceiros deverá obedecer a seus interesses particulares. Constituem uma força armada valorizada, inteiramente votada à guerra, mas não passível de apropriação e neste sentido distingue-se de todas as demais.

É notável como diante de um conflito toda sorte de aliados vêm-se implicados, e eventualmente não sendo o bastante, outras forças entrarão em auxílio. Em 1897, Silvino Ayres reúne um bando com o intuito de atacar Teixeira, na Paraíba, por ser subdelegado ali um seu inimigo ferrenho, Manoel Dantas de Góes Júnior. Os Ayres e os Dantas já eram inimigos acérrimos há muito. Para isso, afirma Barroso (1930a:83) pede apoio do Coronel Manuel Inácio, junta-se a seu irmão Pompeu, que já chefiava um bando de cangaceiros, que é também engrossado com os irmãos Gadelha e os filhos de um antigo agregado de sua família, um parente distante do Coronel Manuel Inácio (cf. Barroso, 1930a:74 e segs.). Trata-se de Batistão; um de seus filhos se tornaria o primeiro “rei dos cangaceiros”, Antônio Silvino²⁹. Após o ataque, que provocou a fuga do subdelegado, o bando passa a perambular, seus membros dispersam, fazendo-se proteger por diversos fazendeiros (Barroso, 1930a:88).

A região sãofranciscana proporciona múltiplos exemplos de guerras políticas alimentadas e sustentadas por relações privadas, exprimindo a seu modo como os vínculos sociais pressupõem a solidariedade na guerra. Quando Militão de França Antunes vê-se incontornavelmente afrontado por seu inimigo Bernardo Guerreiro, inicia imediatamente o recrutamento de seus homens, entre parentes, amigos e escravos, que não tardam a sair à caça do inimigo. Como Bernardo Guerreiro sabia o que havia provocado, foge para Portugal, aconselhando a seus filhos que também abandonem o cenário. Deixando-se demorar mais do que o devido, estes tiveram de enfrentar as forças de Militão, que chegou com duzentos homens. As forças dos irmãos contariam somente com 20 homens. Estes terão perdido oito homens, enquanto Militão terá perdido oitenta, durante a perseguição que ordenou³⁰.

A proporção de combatentes e baixas não só revelam a fúria de Militão Antunes, mas sobre o que assentava seu poder na região. Na época que precedeu o episódio das lutas,

²⁹ Após a dispersão dos homens que se seguiu a esta luta, Luís Mansidão reconvoca o bando, de que se fará mais tarde herdeiro Antônio Silvino (cf. Mello, 1985:90). Doravante, sua força guerreira será mobilizada em causa própria.

³⁰ Dados de Geraldo Rocha (*O Rio São Francisco*, apud Lins, 1952:49-51).

Bernardo Guerreiro empenhou-se em romper a autoridade daquele líder. O meio principal e básico de que se valeu, foi o enfraquecimento das relações de aliança do inimigo, ao mesmo tempo em que tratou de fortalecer as suas próprias, demonstrando enorme habilidade política. Antes da concessão das patentes da Guarda Nacional em Pilão Arcado, em 1832, praticamente o estopim da luta armada, Militão teria promovido um crime atroz, por motivos passionais. As famílias tradicionais da região chocaram-se ante o assassinato e esquartejamento de Pedro Costa, justamente num momento de agitação política, que teria acabado por culminar na queda de D. Pedro I (cf. Lins, 1983:46). Momento, portanto, extremamente delicado, visto que os poderes locais apoiavam-se e eram delegados pelo Imperador. Bernardo Guerreiro, apoiado pelas famílias descontentes com os excessos de Militão Antunes, consegue que seu amigo, o coronel Antônio Joaquim da Costa, comandante da Guarda Nacional em Santo-Sé e encarregado da organização da de Pilão Arcado, interceda favoravelmente a suas ambições. Apesar do tal crime dizer respeito à pessoa de Militão, foi alegadamente o que embargou a concessão de patentes entre os França Antunes (1983. 47). O artifício de Bernardo Guerreiro consistiu, em última análise, em infiltrar-se nas redes de aliança já montadas, articulando-as em seu benefício. Mas não terá Bernardo Guerreiro servido de mero instrumento para as outras famílias? Como se o caso da distribuição de patentes não fosse suficiente, o testamento de Dom Félix Castelo Branco vem a dar a prova definitiva da boa imagem conquistada pelo forasteiro. A família Castelo Branco, uma das implicadas no episódio da distribuição das patentes, possuía antigas ligações com os França Antunes. Mas é a Bernardo Guerreiro que Dom Félix incumbe como tutor de seu rico herdeiro Medrado Castelo Branco (1983.:48). Toda dúvida com relação à real importância de Bernardo Guerreiro naqueles acontecimentos e à posição de liderança que assumiu então naquela rede de alianças, pelo menos episodicamente, fica assim dissipada. Isso não significa que ele tenha definitivamente conquistado o lugar que cabia a Militão. Talvez seu erro, que logo reconheceu, tenha sido o de subestimar o inimigo, ou de ter confiado demais nas suas novas alianças e portanto no seu poder. Militão não tardou a esmagar seu inimigo, nas pessoas de seus filhos. O exército que recrutou não deixa também margem a dúvidas acerca de seu poder vinculativo.

Quase um século mais tarde, Pilão Arcado vai assistir a emergência de um novo líder forasteiro. O panorama político e econômico então está bastante alterado, com a

abolição da escravatura, a República e a introdução da cultura da maniçoba que atraía levadas de trabalhadores, vindos de outras regiões sertanejas em busca de enriquecimento (Lins, 1983:59-61). Estes, embora deparassem com um regime econômico mais aberto, não eram tão bem-vindos na vida política, a qual as velhas famílias pretendiam manter inflexivelmente sob seu controle. Mas os forasteiros não deixaram de reproduzir os velhos arranjos de aliança sobre os quais a vida política calcou-se tradicionalmente. Algumas observações de Lins permitem concluí-lo: por um lado, alguns deles descendiam de famílias tradicionais, arruinadas noutra parte, inclusive em função de perseguições políticas, devido à queda do antigo regime (1983:59), o que demonstra uma intimidade prévia com os arranjos do poder; por outro, na nova terra, não deixavam de se aliar com os desfavorecidos locais (1983:62). O certo é que alguns chefes de novas famílias tornavam-se poderosos, além de enriquecidos; um deles foi Franklin Albuquerque, de família tradicional de Pau dos Ferros, no Rio Grande do Norte (1983:60).

O novo quadro estava dado, e nele figurava novos personagens. Mas até que ponto eles introduzirão modificação real no cenário político? Quando Franklin é assaltado em seu maniçobal - crime atribuído ao filho do líder dos Correia (1983:63-64) - ele de certa forma reproduz, em maior escala e com agudo senso de oportunidade, o que Bernardo Guerreiro havia feito décadas antes noutras circunstâncias políticas. Constituiu um exército privado e alia-se à facção política opositora aos Correias, que vem a assumir o poder. Nestas condições, esteve apto para atrair a si as alianças daquelas velhas famílias, descontentes além de tudo, conforme assinala Lins (1983:65), com a liderança de caráter burguês que os Correias representavam. Ao contrário de seu opositor local, Franklin invertia os lucros de sua empresa na compra de novas terras, naquelas adjacências. Embora a família Correia fosse proprietária de fazendas na região, acrescenta Lins, nenhum de seus membros era vaqueiro. Sendo assim, Franklin reproduzia em novas condições, todo um modo de dominação com o qual estavam familiarizados seus novos aliados, da velha oligarquia. Quando em 1915 a oposição reassume o poder, a liderança de Franklin já estava inteiramente consolidada. Embora ameaçado pelos adversários agora novamente situacionistas, que assaltaram sua casa, seus aliados mantiveram o apoio. Lins adverte, com razão, que era de praxe os novos opositores serem massacrados pelos adversários, toda vez que a conjuntura política

passava a ser-lhes favorável. Mas Franklin mantém-se politicamente ativo por décadas, malgrado todos os percalços que sofreu. O cenário local, nestes termos, não sofreu tanta alteração, continuando a fundamentar-se nos mesmos tipos de relações pessoais. O modelo de solidariedade e sua repercussão política permaneceram incólumes: as variações são apenas circunstanciais. Segundo Lins, o caso de ascensão de Franklin não foi o único: as velhas famílias, noutras partes, também uniram-se e ajudaram a formar novos líderes da envergadura de um João Duque e mesmo de um Horácio de Matos (1983:65). Todos eles deverão ter incorporados as novas regras introduzidas pela República, rearticulando-as nos mesmos arranjos tradicionais de aliança. Ao contrário dos antigos líderes, tiveram de lidar com certos fatores que não estavam sob o controle desejável, em virtude mesmo do reforço do poder dos estados. Não obstante isto, concentraram em si um imenso e inquestionável poder pessoal, que se conservou inalterável ante as vicissitudes políticas.

O Valor da Dívida

No quadro sócio-político sertanejo figuram lado a lado, indissociavelmente o poder, o prestígio, a violência, os três calcados nos vínculos de solidariedade, conforme foram descritos. A honra constitui um outro fator não desprezível, capaz de mobilizar a violência, e de legitimá-la. Mais do que isso, constitui a resposta socialmente adequada toda vez que a dignidade de um homem é de alguma forma ferida. Na forma como é concebida no contexto sertanejo, a honra relaciona-se a todo aquele modelo vinculativo em dois sentidos pelo menos. Primeiramente, ela constitui um patrimônio familiar e não somente pessoal: uma afronta perde seu caráter individual na medida em que sua mácula atinge a família, a quem cabe defendê-la. Mas em virtude da importância que a família adquire ali, consoante a posição social e de prestígio do agredido, além do caráter do agravo, o assunto passa a concernir também aos seus dependentes e genericamente aos seus aliados. Em segundo lugar, ela constitui um aspecto da moral que sustenta as relações de lealdade. Isto se verifica no próprio critério de recrutamento para os exércitos privados, além de ser um fator fundamental na relação entre chefes e acólitos. Os Feitosas já serviam-se de tais critérios, conforme salienta Koster. Embora recrutassem

assassinos e criminosos, “o ladrão era repellido e mais ainda aqueles que, para entregar-se ao saque, tinham tirado a vida de outrem” (1942:177).

Quando um homem é induzido a cair na ilegalidade, ele oferece a melhor oportunidade de se fazer julgado quanto a seus princípios, seu caráter, seu valor pessoal. Não reagir a uma afronta sugere ausência ou perda de virilidade e de todos os outros adjetivos que dão o sentido que o primeiro assume naquele contexto. O vingador é bravo, valente, respeitável, confiante em si mesmo, etc. Em consequência de tais atributos, acumula normalmente outros, que implicam uma mediação do reconhecimento social de seu valor pessoal, como a vaidade, o orgulho, a confiabilidade. A permanência na legalidade, num tal momento, não é fator de nenhum mérito reconhecido ao agredido, muito menos justificaria sua passividade. Ao contrário, consistiria numa espécie de ultraje à família. Roberto, personagem de *Os Coiteiros*, de José Américo de Almeida, sente a premência da vingança do seu pai, como uma cobrança não deste, mas do mundo. “Quando me perguntam quem matou meu pai e eu digo o nome de um homem que ainda vive, sinto vergonha de não ser bom filho”. O reitor do seminário em que estudava, acata imediatamente sua decisão de vingança. “O amor filial é mais sagrado do que todas as religiões”. (cf. Orechionni,1979:220;212). Este drama de Roberto não é ficcional: muitos sertanejos experimentaram a agonia do dever de vingança.

“A vingança era um dever sagrado. Um dever que filhos herdavam de qualquer pai assassinado. E seria vergonhoso, seria desonra inominável, numa família enlutada pelo homicídio, não aparecer o vingador.

“O próprio povo atiçava o ódio: ‘você não é homem’. ‘Não há homem na sua família’. Ai de quem não se vingasse. Iria passar a infância ouvindo isso e ver nascer-lhe os bigodes, ainda ouvindo”. (Nobrega, 1960:32)

Mas uma reação desmedida não traz muito melhor sorte a seu sujeito. Defender sua honra, inclusive com impiedade, é o que dele se espera; mas abusar do uso violência, este direito que legitimamente adquiriu (ou dever a que se viu obrigado), é indesculpável. Assim, a vida na ilegalidade, à parte todos os percalços que provoca, consiste no melhor momento para que um homem altere seu prestígio, grande condicionador das suas relações pessoais. Nessa grande prova de fogo, o custo a ser pago por aquele que sucumbe ou que se nega injustificadamente a submeter-se a ela, é a provável segregação social ou pelo menos moral, potencial já no momento em que sofreu o agravo, como um seu efeito. O sucesso proporcionará a sua reabsorção, possivelmente noutras condições,

até melhores. De toda forma, seu valor pessoal será reconhecido e um lugar lhe caberá na sociedade. De posse de todos os atributos que o código de honra prevê aos homens valorosos, ele estará apto a travar as relações vinculativas, em todos os seus privilégios e deveres, ainda que em conformidade à sua classe. Mesmo que um cabra não venha a ser rico, seu prestígio de homem valente, ou “disposto”, bem poderá trazer-lhe, por efeito das suas relações pessoais, uma melhoria em sua vida material, com que usualmente são favorecidos os homens de confiança.

Nas guerras de família é que as questões de honra emergem mais amiúde. Vidal (1944:61) chega mesmo a afirmar que qualquer investigação sobre o tema acaba por deparar sempre com “um rapto de moça, um cumprimento não respondido, terras tomadas, uma surra no morador do vizinho, a morte de uma rez”. O princípio moral que apoia as relações pessoais, e envolve-as dando-lhes consistência, mostra-se ao mesmo tempo como o elemento mais frágil, no sentido de apresentar a maior suscetibilidade. O sentimento de honra, como corolário deste princípio moral, teria um valor por demais acentuado, de forma que qualquer interferência contrária estaria pondo-a em xeque. Qualquer agressão seria capaz de produzir efeitos nefastos. Neste sentido, o mesmo fator que serve de base às relações solidárias, serve também como motivação da guerra, numa inversão absoluta. Voltando aos motivos dos agravos que Vidal encontra na origem de tantas crueldades, encontra-se toda uma autoridade local ou familiar a ser desafiada, uma aliança a ser rompida ou negligenciada, junto a uma relação de proteção a ser desrespeitada. Sob estes aspectos podem ser incluídas, de certa forma até os atentados às propriedades; a morte de uma rez, decerto, não justificaria em si mesma a deflagração de uma luta armada. Mas uma dignidade ferida certamente é motivo mais do que suficiente. Como a honra envolve-se nesta intrincada trama de relações vinculativas - quem sabe se justificando-a ou sendo a sua causa ou ainda seu efeito - a sua defesa torna-se também um assunto coletivo. Uma agressão sofrida por um dependente pode ser agravo também ao protetor: sua autoridade, e até sua invulnerabilidade pode estar sendo posta em questão. Pelo mesmo motivo, consoante a natureza e a importância do ato, os aliados podem ver-se implicados numa querela indiretamente. Seja por dever, por lealdade, por desejo de manter e reforçar a aliança, ou mesmo por sentir-se também agredido em seus brios por um desacato. Assim, as relações agonísticas e afiliativas, a aliança e a guerra, opõem-se de fato, mas como faces opostas da mesma moeda. Complementam-se ao

mesmo tempo, justificando-se uma à outra. A guerra mobiliza e incrementa alianças; seu reforço aumenta a potência de guerra num contexto em que esta última é condição em si mesma de poder.

O grande erro de Bernardo Guerreiro, que talvez tenha demonstrado subestima ao poder de Militão ou demasiada confiança em sua própria posição naquela rede de alianças, ocorreu na Câmara de Pilão Arcado, justamente numa audiência em que se discutia as disposições do testamento de Dom Félix Castelo Branco. Ânimos acesos, todos os velhos rancores parecem ter encontrado então o momento de deixarem-se aflorar. A cena culmina com Bernardo esbofeteando o rosto de Militão, fazendo sua cartola rolar pelo chão. Militão limita-se a lançar um olhar frio sobre ela. Do alto de sua dignidade era-lhe impossível inclinar-se para recuperá-la. Jura diante de todos e do próprio Bernardo que exterminaria toda sua família e retira-se (cf. Lins, 1983:48). Militão havia suportado sem revide tudo o que as artimanhas de que Bernardo Guerreiro pôde lançar mão foram capazes de proporcionar em seu prejuízo. Mas seu rival, mesmo estando em posição tão vantajosa, descontrola-se. Desmorona-se em poucos segundos tudo aquilo que levou anos para construir, desde sua chegada à região. Não havia mais aliança que lhe valesse e só a mais completa indisposição das velhas famílias contra Militão justificaria deixar de apoiá-lo. Bernardo agora cometera um atentado à honra. Mesmo que o velho potentado nutrisse o desejo de armar uma guerra contra o inimigo, durante bom tempo ele correu o risco de atrair para si ainda mais disposições reprovadoras entre seus antigos aliados. Agora, tudo ficava diferente: se é que já procurava, encontrou mais do que um motivo, uma obrigação de deflagrá-la. Muito provavelmente Bernardo teria de enfrentá-lo só, quase sem apoio. Era como se um só bofetão doesse no rosto de todos. Militão, tendo imediatamente dado início ao recrutamento de seus soldados logo cercaria os filhos do inimigo foragido e, não contente, pilharia Pilão Arcado. A desproporção entre o número de soldados de Militão e o da força de defesa dos filhos de Bernardo Guerreiro, mesmo dotados de títulos da Guarda Nacional, evidencia toda reviravolta ocasionada por um único gesto errado, que se revelou muito mais grave do que o crime bárbaro cometido por Militão, que tanto revoltara seus aliados. A vingança deste foi realizada plenamente e o futuro deu mostras de que todo seu poder foi recuperado e até revigorado. Levado a júri em Juazeiro, tanto pelo assassinato de Pedro Costa quanto pelo crime contra os irmãos Guerreiro (todos os

três vieram a perecer na luta), foi absolvido. O promotor, que se evadiu da cidade, fez constar na acusação escrita a absoluta falta de garantia como justificativa de sua fuga. Militão veio a ser condecorado, posteriormente, com a comenda da Ordem da Rosa (Lins, 1983:54-55). Sua honra foi lavada; seu poder, fortalecido. A guerra tem a faculdade de fazer os homens esquecerem suas antigas desavenças para se unirem em torno de um inimigo comum, e a vitória em si mesma constitui uma força centrípeta com relação às alianças³¹.

Merecem ainda toda atenção as conseqüências de cada um dos agravos cometidos na história de Bernardo e Militão. Um bofetão ao lado de um assassinato seguido de esquartejamento: um provoca a censura dos aliados, que repercute em perda de prestígio; outro, o massacre, não do agente da ofensa, mas de seus filhos. Mas não respectivamente. O esbofeteador vê-se banido, o assassino condecorado. Alegar que a impunidade do pior agressor esteve apoiada no seu exército não seria exatamente errado, mas seria redutor. O exército terá sido convocado em função do bofetão em público. A causa da guerra era portanto socialmente aprovada. Mesmo que a história eventualmente conte com fantasias, ela revela a subjetividade que justifica a diferença colossal entre conseqüências geradas por atitudes inversamente proporcionais. A agressão de Bernardo foi injustificável, consistiu numa desonra gratuita, efetuada, além de tudo, contra um homem do prestígio de Militão, até muito pouco tempo antes o líder político da região. O golpe desferido por Bernardo atingiu por reflexo o código de honra que dá sustentação às próprias alianças: foi moral e politicamente suicida. O assassinato de Pedro Costa por Militão Antunes foi um crime passional. Ele era amante de Sancha, por quem Militão apaixonou-se, tendo-a colocado a seu lado. Sua atitude foi excessiva e seu excesso foi reprovado gravemente. Mas dentro da concepção sertaneja de honra, o crime não era de todo injustificável. Koster, que foi contemporâneo de Militão, quase em

³¹ Segundo a versão de Ferraz, quando São Francisco foi atacado pelos 300 homens dos Carvalho, Antônio Pereira, o líder da defesa muitas vezes minoritária, só conseguiu furar o cerco quando chegou reforços comandados por Pereira da Caiçara, com quem até então Antônio Pereira tinha uma rixa, esquecida por ocasião do enfrentamento do inimigo comum (cf. Ferraz, 1978:42-45). A versão de Sinhô Pereira sobre esse ataque é um pouco divergente. Segundo ele, a defesa terá sido liderada por seu irmão Né Pereira ou Né Dadu, ao lado de pouco mais de vinte homens. "O resto era um pessoal sem traquejo". O ataque terá começado na manhã de uma terça-feira e somente na tarde do dia seguinte chegaram reforços liderados pelo Coronel Manoel Pereira Lins, o "Né da Carnaúba" junto a 40 homens e por Antônio Andreolino Pereira, filho do Barão do Pajeú. O ataque ainda durou até o dia seguinte (Macedo, 1980b:47).

cumplicidade, dá conta sinteticamente do que ele observou durante suas viagens por terras sertanejas.

“A moral dos homens não é muito severa e é natural que influa desfavoravelmente no espírito feminino, mas os sertanejos são muito ciumentos e há o decuplo das mortes e desavenças por este motivo que por qualquer outro. Essa gente é vingativa. As ofensas muito dificilmente são perdoadas e, em falta da lei, cada um exerce a justiça pelas próprias mãos. É um terrível estado social sem dúvida alguma e não pretendo justificá-la, mas, examinando as causas dos assassinatos cometidos e dos golpes dados, verifica-se que a vítima recebêra justamente o que bem merecia.” (Koster, 1942:205)

Assim, a legitimação da violência passa pela questão da honra. Quando um sertanejo é abordado, sendo solicitado para dar sua opinião sobre o emprego de violência, não é raro que emita um julgamento benévolo com relação a valentões, vingadores, jagunços e até certos cangaceiros. No trabalho de Ferraz (1978:33-34), é claramente perceptível a condescendência com relação a cangaceiros do riacho do Navio, possuidores de noções de cavalheirismo em combate, e o total desprezo pelos bandidos da serra de Uman. A finalidade e o alvo da violência eram suficientes para acatá-la sem maior problema ou para repeli-la. A indiscriminação do uso da violência pelos bandidos da serra de Uman, mais do que o uso em si mesmo, é que justifica seu julgamento negativo pelos vizinhos, enquanto estes partilham com aqueles cangaceiros do mesmo código de honra. Assim, “um sertanejo que numa estrada podia cruzar com um cangaceiro do Navio sem nada temer, evitava, ao contrário, quaisquer contatos com os bandidos da serra”.

A mesma indulgência é manifesta no Coronel Jerônimo e em Zé Ramos, com relação aos jagunços.

_ Antônio Cajuí morava no município de Jaguarari. *Ele não chegava a ser um bandido.* Ele tinha homens assim que se prestavam a esse trabalho. Ele não ia matar ninguém, não ia roubar fazendeiro; ele mantinha [...] como se fosse um destacamento militar.

_ Não ia matar nem roubar ninguém, *só nas missões que era chamado.*

Cajuí esteve envolvido numa guerra de família entre dos fazendeiros: o Coronel João Félix Martins e dona Martinha Ferreira. O conflito foi desencadeado por uma questão de gado, que Martinha teria confiado ao filho de Félix para procriar, o que evidencia relações de confiança anteriores aos desentendimentos. Dona Martinha contratou Cajuí para defender seus interesses e foi bem-sucedida. Tendo vencido Félix, ele levou toda sua criação como botim de guerra. Para Zé Ramos, ele “recebeu o dinheiro do trabalho dele”.

Os feitos de guerra de Cajuí são o traço mais marcante de sua reputação. A violência não é passível de nenhum tipo de censura. Muito ao contrário, ampara os atributos valorosos de seus agentes em muitos casos. Zé Ramos conta uma passagem da vida em armas daquele chefe de jagunços, fazendo-o de forma visivelmente excitada. Afinal, um homem de guerra fala de outro:

“O João Pele teve uma encrenca com ôtu fazendeiro daí mesmo. Então ele arranhou uns jagunços pra casa dele pra garantir e os ôtu foru buscá o Cajuí. Aí o pau cumeu e o cara empurrou a bala dentro da boca do ôtu. Tinha Napoleão que era muito valente. O Cajuí disse: vô metê uma bala na boca do fuzil de Napoleão. E aconteceu eles entrincheirado, naturalmente ele viu donde tava saindo os tiro (antigamente as parede das casas tinha uns buraco, chamava trincheira); aí ele acertou na boca do fuzil de Napoleão”.

Nessa moral guerreira, matar não é necessariamente crime e os requintes de crueldade não são *a priori* conotados de pura malvadeza, torpeza ou psicopatia. O próprio Zé Ramos testemunhou o degolamento de três cadáveres de cangaceiros no sertão baiano, por outro soldado da volante de que fazia parte. Terá Zé Ramos assistido à decapitação ou preferido manter-se à parte? A pergunta soou absurda: “E eu ia perder?!” Não se pense que a operação é rápida, de um golpe só, à moda oriental. Com gestos, Zé Ramos mostrou ser muito mais próxima do corte de um animal abatido, com a faca roçando na carne: “é só acertar na junta”, ele explica. A história do cangaço foi fértil em passagens tétricas, freqüentemente atraindo a atenção popular e não raro sua aprovação: exposição de cabeças, inúmeros sangramentos³², castrações, etc. Não há coincidência necessária entre o que consta nos códigos jurídicos como crime e o que os sertanejos reprovam. Menos acordo existe com relação à gravidade dos delitos. No sertão, por exemplo, o roubo é muitas vezes mais grave do que um homicídio cometido por questões de honra. “Quando eu era advogado - conta José Américo de Almeida - o júri absolvía quase todos os crimes de homicídio, mas ladrão de cavalo não absolvía não” (Camargo et Al. 1984:110). Ocorre que o homicídio pôde ser conotado de punição e vingança. Apossar-se de bens alheios, o que segundo um ponto se vista externo configuraria saque, pilhagem e roubo, podia ter no sertão, onde vigorou um código francamente guerreiro, o caráter de botim, como demonstra o comentário de Zé Ramos sobre Cajuí, quanto este levou a boiada de Félix consigo. Mas o rigor na distinção entre o ladrão e o guerreiro, parece ter sido muito maior do que entre este último e o homicida. Só em condições

³² Sangrar uma pessoa, neste contexto social, consiste em fazer penetrar um punhal desde sua fossa clavicular até atingir-lhe o coração.

muito especiais o “roubo” é desculpável, enquanto o assassinato incorpora um aspecto punitivo num código rigoroso ao extremo: o defloramento, o roubo, o desacato, numa palavra, a desonra, é passível da pena máxima sertaneja. Ao vingador cabe o louvor, ao assassino indiscriminado, o terror e o desprezo, ao ladrão, a pura abjeção.

Ramos (1961:129) entende que o roubo de gado é o maior dos delitos sertanejos porque o gado consistiria ali na maior riqueza. Essa observação tem um caráter redundante. Se o gado é a maior riqueza, é perfeitamente compreensível que seja roubado e que seu desaparecimento seja particularmente temido, principalmente levando em consideração que tal riqueza locomove-se por si mesma, num sistema de criação extensivo que facilitava bastante a ação do mal intencionado. Já José Américo de Almeida, refere o roubo de cavalo especificamente como o grande delito: o cavalo seria muito mais raro do que no sul e portanto mais valorizado. Não pretendo negar que o rigor do julgamento do roubo implique um aspecto econômico³³. Todavia, entendo que também opera neste contexto outro aspecto pelo menos tão importante quanto aquele. O fato do gado ser a principal riqueza importa muito na relação entre o fazendeiro e seu vaqueiro, que historicamente teve todas as condições de lesar o primeiro na parte que lhe toca. Não o fazer, porém, constitui uma retidão de caráter que fundamenta as relações de lealdade, cuja importância extrapola o âmbito puramente econômico. Assim, a lisura acaba por constituir um valor em si mesmo basilar, a partir do qual os delitos são também julgados. O fato dos homicídios serem tão amiúde aprovados não significa negligência, permissividade ou indulgência gratuitas, em virtude se serem economicamente menos importantes. Ao contrário, é em função do rigor do código de honra sertanejo que eles se multiplicam, não gratuitamente, mas como medida de punição. Daí sua maior aceitação e portanto menor gravidade em relação ao roubo. Além disso, o ato do roubo não confere ao delinqüente os predicados viris, enobrecedores dos guerreiros.

Em certos casos complica-se sobremaneira o dever de violência ante a dignidade ferida. Ora, a honra fundamenta as relações vinculativas. Como resolver situações em

³³ O risco de sobrevalorizar o aspecto econômico como fundamento do julgamento social dos crimes e negligenciar a importância da honra no mesmo sentido é chegar a uma conclusão bem sintetizada na seguinte frase: “O fundamento dessa sociedade, no mato ou na rua, era a crueldade, a brutalidade, o nenhum respeito pela vida alheia, que tais senhores haviam adquirido na convivência com o gado abatido e sangrado”. (Macedo, 1980a:34)

que é no interior dos blocos de solidariedade que ela é atingida? Justamente em seu reduto máximo, entre os sujeitos incumbidos de defendê-la, compartilhada que é entre todos. Os Feitosas tiveram de enfrentar casos destes, em sua pior escala: a desonra partindo do interior da própria família, arquétipo de toda união solidária sertaneja. Se a guerra tem a potência de reforçar os vínculos, ela o faz mediante o confronto com o outro, que a união habilita a combater. Mas numa guerra intrafamiliar, o outro é o mesmo, ou melhor, o mesmo transforma-se em outro. Os contornos ainda ficam mais nebulosos em função da endogamia.

Iaiá era uma moça reincidente em adultérios cometidos com membros da família Feitosa. Ela era casada com um neto de José Alves Feitosa, José do Vale Pedrosa, conhecido como Nô. No dia 21 de setembro de 1885, seu marido mata seu amante, Leandro Custódio de Oliveira Castro, sobrinho daquele mesmo capitão-mor. Iaiá era sobrinha de ambos. Sem dúvida, a posição de Nô era delicada. Ele tinha de lavar a sua honra. Mas foi desastrado, e sua história pregressa de marido traído confirma que não correspondia nada bem ao que se esperava de um homem honrado. Tudo que tinha a fazer, seguindo os preceitos da ordem moral sertaneja, era cortar o mal pela raiz, em vez de apenas um de seus efeitos: era Iaiá que devia ser assassinada. Como Chandler bem observa, a mulher era a principal culpada nos casos de adultério e tinha status inferior: e tudo seria mais facilmente resolvido se ela fosse o alvo da punição de Nô (cf. Chandler, 1981:118). Uma sedutora por definição, a mulher, particularmente a jovem, estaria pronta a manchar de vergonha a honra familiar, conforme reza a velha tradição mediterrânea à que as famílias sertanejas aparentemente não deixaram de dar continuidade. Mais grave ainda, sua leviandade natural arriscava trazer ao seio da família a dissensão, já latente em virtude da própria endogamia, de que Nô fez-se instrumento, em toda sua inépcia.

De imediato a família Feitosa dividiu-se em duas facções, buscando defender interesses diversos no interior do mesmo grupo. Pedro Alves Feitosa e Vale incumbiu-se de proteger Nô, seu irmão e genro, assassino de seu cunhado. Lourenço Alves de Castro liderava a outra facção e não estava menos envolvido com os criminosos. A vítima era seu irmão, o assassino seu cunhado, e o pivô de tudo aquilo, Iaiá, sua sobrinha, tal como, aliás, a esposa de seu irmão assassinado, Maria. Dois outros membros da família cuidavam de evitar mais derramamento de sangue. Depois de três dias e três noites de

discussão, o problema mantinha-se insolucionável. Foi quando entrou em cena o poder conciliador de Ana de Castro, uma matriarca da maior respeitabilidade, que soube ser a guardiã da honra familiar. Estava mais intimamente relacionada, no que se refere ao parentesco, com a vítima do que com o criminoso, o que certamente teve importância fundamental. Era também irmã de Leandro, ao mesmo tempo sua sogra, e tia da adúltera. Sua atitude foi generosa e simples: Não seria unanimemente absolvido pelo júri, mas condenado pelos parentes ao exílio perpétuo dos Inhamuns³⁴. Ana demonstrou toda sua ponderação. Se a decisão fosse tomada com maior severidade seriam os próprios Feitosas, de qualquer um dos lados, que sairiam prejudicados. Uma guerra seria motivada, afinal de contas, por um simples caso de adultério e pela inabilidade de um marido traído. Fundamental é também a decisão de absolvição unânime. Não seria nada desejável que um conflito interno e privado fosse publicamente punido, como se não bastasse toda a atenção do povo voltada para aquele escândalo familiar. A severidade relativamente menor e a opção por lavar a roupa suja em casa parece ter sido a solução adotada toda vez que uma crise familiar séria surgisse entre os Feitosa, como assinala Chandler, deixando para o tribunal a suave tarefa de sancionar as decisões já tomadas.

Em 1912 outro assassinato abala a velha família. Desta vez os motivos são menos claros e menos passionais. Envolve política estadual e proteção a um morador. Segundo os dados colhidos por Chandler (1981:122-127), Francisco das Chagas Cazé, um Feitosa, acobertou Antônio Preto, assassino de José Bizarria, por quem Cazé nutria inimizade, não obstante fossem parentes. O filho do criminoso havia deflorado e fugido ao casamento com uma jovem, como ele e seu pai moradora na fazenda de um terceiro Feitosa. Por este motivo, o rapaz havia levado uma surra do patrão. De forma não explicitada, Bizarria estava também ligado ao problema. Cazé não se indis pôs com a família à toa, nem só para proteger Antônio Preto e sua honra: aderira aos rabelistas, enquanto a maioria de seus parentes era aciologista ferrenha. Pelo agravo moral e político que cometeu, acabou sendo também assassinado menos de dois meses após Bizarria, por três jagunços. Veio-se saber, graças a sobrevivência imprevista de um dos assassinos, que este segundo crime fora encomendado por seus parentes. O Coronel Lourenço Alves Feitosa e Castro, líder da família, parece ter aprendido bem a lição de Ana de Castro, sua tia. Incumbido da defesa de tantos criminosos, teve êxito absoluto: os cinco parentes que

³⁴ Os dados sobre esta história são fornecidos por Chandler (1981:116-122).

teriam planejado o assassinato de Cazé e dos jagunços, mais outros três parentes que com outros três agregados teriam assassinado os dois jagunços foram sem exceção inocentados pelo júri, composto por membros da família. Do mesmo modo, o jagunço sobrevivente foi absolvido, por unanimidade.

Os crimes intestinos dos Feitosas revelam que sua solução é mais uma variante de práticas semelhantes adotadas costumeiramente, toda vez que o transgressor tem o apoio de indivíduos poderosos. Os mesmos fatores entram em jogo: inocentação pública, proteção (o acoitamento é uma de suas formas), vingança. Simplesmente os delitos assumem um caráter mais delicado por ameaçarem agudamente a união interna, para o que colaboram todas as paixões que afloram em situações semelhantes. As decisões, por este motivo, carecem de muito mais cuidado e, como de resto em qualquer caso, é melhor que o ponto de vista do todo prevaleça sobre o das partes. Os crimes intrafamiliares também apresentam-se como casos particulares de um fenômeno geral, no sentido do acionamento da violência com objetivos profiláticos. Assim pode ser entendido o assassinato de Cazé, um traidor da família, e igual destino deveria ter Iaiá, caso Nô tivesse agido em conformidade aos pressupostos consuetudinários. Certamente, as atitudes adotadas para solucionar as querelas e os crimes envolvem todo um aspecto de corrupção, que acabou sendo preferencialmente posto em evidência nas análises históricas e políticas sobre o sertão. Mas o risco de ter em atenção somente este lado mais escandaloso da questão é cegar-se ante o que considero seus fundamentos micro-políticos e sociais que culturalmente legitimam toda subversão da legalidade.

Se o bojo da família dá também lugar à violência, não surpreende sua difusão por todos os outros ambiente sociais. Onde a bravura é cantada em verso e prosa, a coragem e a valentia são os mais louváveis atributos humanos, o convívio com a violência nem é raro nem incomoda muito, desde que discriminadamente utilizada. Mas o que por suposto é um recurso legítimo de profilaxia acaba por ser objeto de uma inversão, que constituiria a base, no contexto do cangaço de Lampião, do que Mello (1985:59-94) designa por “escudo ético”. Ou seja, atribui-se à violência do cangaceiro um agravo à honra original, que o lançou na vida de banditismo. De forma mais genérica, o processo é simples, com todos os pré-requisitos culturalmente disponíveis. Para induzir a aceitação social do uso da violência, basta alegar uma questão de honra como seu motor. Nem sempre o desencadeamento de guerras foi diretamente legitimável, e certamente a

opinião pública acerca da justiça dos atos individuais ou coletivos não terá sido homogênea. Mas uma sociedade tão subjetivamente predisposta a acatar toda sorte de brutalidade não se convence muito facilmente acerca da justiça dos atos violentos. Isso proporciona boa margem a uma manipulação oportuna da própria legitimação. Se Militão já estava descontente havia muito com a ascensão de seu adversário, não lhe deve ter caído tão mal assim o bofetão: era tudo que precisava para declarar guerra aberta ao inimigo. O que não faltou a nenhuma facção das lutas de família foram razões de honra para justificarem tanto sangue derramado. Na confusão que vigora entre o público e o privado, a fronteira entre a vingança e a ofensa visando interesses de outra natureza tampouco é demarcada. O agravo sofrido é constantemente invocado como justificativa, mesmo quando vantagens de outra ordem são também evidentes. O desinteresse das facções com relação aos resultados políticos dessas guerras é inadmissível. Testemunhada ou atribuída, a desonra original aparece como causa, por exemplo, no massacre dos filhos de Bernardo Guerreiro, no ataque a Carinhonha e Correntina de João Duque, no esmagamento até a desapareição dos Montes pelos Feitosa. Isso não significa que o sentimento da honra seja falso e puramente manipulável ou que não constitua a motivação verdadeira da violência. Apenas pode ser, em certos casos, tão verdadeira quanto outra qualquer; e na medida em que a honra confere legitimidade, torna-se passível de ser invocada, superdimensionada, como a motivação fundamental, senão a única.

O cangaço de Lampião acentuou ao máximo esta manipulação da legitimidade. Mello (1985) demonstra - não obstante tantas alegações acerca das motivações originais daquele líder dos cangaceiros - que ele não deixava de manifestar seu apreço pela vida que levava³⁵, além de não ter mostrado o esforço devido no sentido de eliminar os principais ofensores, que supostamente o teriam lançado indiretamente na vida de crimes.

“Ao invocar as tais razões de vingança, o bandido, numa interpretação absurdamente extensiva e nem por isto pouco eficaz, punha toda a sua vida de crimes a coberto de interpretações que lhe negassem um sentido ético essencial. A necessidade de justificar-se aos próprios olhos e aos de terceiros levava o cangaceiro a assoalhar o seu desejo de vingança, a sua missão pretensamente ética, a verdadeira obrigação de fazer correr

³⁵ O apreço pela vida de cangaceiro a que se entregava Lampião não era sequer omitido por ele, conforme sua declaração em entrevista concedida a *O Ceará*, em março de 1926, por ocasião de sua estadia na Juazeiro do Padre Cícero. Esta passagem é também mencionada por Melo (1985:61) no sentido de demonstrar como o cangaço passou a ser encarado como uma profissão, um meio de vida. Tais considerações de Mello corroboram a assertiva feita no capítulo anterior acerca do cangaço de Lampião encontrar finalidade em si mesmo.

sangue dos seus ofensores. (...) Concretizada a vingança, por um imperativo de coerência estaria aberta para o cangaceiro a obrigatoriedade de abandonar as armas, deixar o cangaço. Já não teria mais a socorrer-lhe a imagem o escudo ético por ela representado. Como estão realizar esta vingança, se o cangaço era um bom meio de vida?" (Mello, 1985:67)

Questões de honra podem ter efetivamente induzido muitos homens ao cangaço, como à guerra. Mas não deixaram de ser invocadas, principalmente por parte daqueles dotados de uma inteligência mais aguda, como era o caso do próprio Lampião, ainda que o passado de legalidade já estivesse demasiado longe e o retorno a ele não fosse mais desejável. Curiosamente, o mesmo argumento foi intelectualmente apropriado, desde cedo, e infinitamente reproduzido, na justificativa do cangaço - não mais como destino pessoal - como fenômeno social. O indulto de Volta-Seca relatado por Estácio de Lima, em 1950, exemplifica este processo. O "menino cangaceiro" foi acusado do assassinato de três soldados e da co-autoria em mais quatro homicídios. Tendo sido condenado a 30 anos de prisão, sentença que começou a cumprir em 1937 na penitenciária de Salvador, fugiu "espetacularmente" em fevereiro de 1944. Estácio de Lima alega em sua defesa o seguinte:

"Viu o irmão ser apunhalado numa feira, teve uma irmã deflorada por um cabo de polícia e veiu [viu] a Justiça diante de tudo isto cruzar os braços; resolveu então com a fibra indômita do sertanejo, tirar vingança porque do contrário seria uma indignidade."

Como extensão desta idéia, o fenômeno do cangaço, e seu poder de atração foi tendencialmente atribuído à força e à opressão do meio social. O cangaceirismo das classes pobres aparece como variação do dos ricos, mas nascido da injustiça social. "Só havia uma defesa do pobre contra o rico: o crime", afirmaria José Américo de Almeida (cf. Orechionni, 1979: 211). Ainda sobre Volta Seca, o discurso de Macedo exemplifica o desenvolvimento da explicação. Naquele caso especificamente, convém levar em consideração que ele já era um criminoso antes de entrar para o bando e não estava em busca de homiziar-se. Já se tinha vingado.

"Os meninos cangaceiros foram atraídos por Lampião e seu grupo, não porque o bando de Virgulino Ferreira fosse uma sucursal do seu lugarejo ou do seu lar, mas porque se contagiaram ou delinqüiram pressionados ou em função do próprio meio em que nasceram e começaram a viver. E mesmo porque, ao contrário do que ocorre com a criança marginalizada urbana, o menino sertanejo só um pouco tarde pode ou não desenvolver a inteira compreensão da miséria que o cerca e uma conseqüente capacidade de revide". (Macedo, N., 1982:22)

Processos judiciais demonstram como a mesma idéia esteve em voga, bem aceita pela sensibilidade pública, a ponto de servir de argumento a um indulto. No entanto não

passou despercebido o lado menos opressivo e mais aliciante do cangaceirismo de Lampião. Ele apenas foi incluído na mesma linha de raciocínio, isto é, da compulsão de um meio que faz dos pobres suas vítimas. Outro cangaceiro, também ingresso bem jovem no bando, onde permaneceu por apenas um mês e meio, antes de ser preso, foi também beneficiado pelo mesmo tipo de discurso, conforme consta na autuação de 1936 das peças de seu processo:

"...conhecido, entre os companheiros, pelo apelido de Passarinho, que lembra a vida do cangaço a que muito jovem se entregara, no meio propício, de gente de rude mentalidade, empolgado pelas façanhas dos bandos errantes de malfeitores de chapeo de couro, debruado de fita e ornado de medalhas, cinto de balas e fuzis de bandoleiros caprichosamente enfeitados de ilhós"

"...[de um lado] as constantes aventuras dos bandos chefiados por Lampião empolgavam o caboclo nordestino, doutro a má orientação da campanha que a polícia lhes movia [criando], muita vez um meio de opressão contra todo aquele que lhe caía no desagrado, tornou-se o fato que mais contribuía para engrossar as hordas do banditismo" (carta de guia do DR. Antonio Ferreira de Oliveira Brito, Juiz de direito da comarca de Geremoabo, Ba, constando no processo de indulto de João José Ribeiro, o cangaceiro "Passarinho")

O próprio Volta-Seca costumava atribuir à atração que sentiu pelo cangaço, com sua riqueza, estética, abundância e autonomia, o seu destino de cangaceiro. Em entrevista concedida ao Pasquim, ele conta que quando encontrou Lampião e tomou parte em seu bando, trabalhava numa fazenda colhendo melancia e plantando feijão. Os cangaceiros estavam com montarias e um fato impressionou vivamente o menino pobre, na época com 11 anos: "Os cavalos tomavam banho com sabão eucalóí, vidro de loção!..." O próprio Volta-Seca não gozava de semelhantes privilégios. Mas para consagração mais completa da nova vida, a que se viu inexoravelmente impelido, Lampião lhe teria dito: "Eu sou o chefe que manda aqui. Mas, aqui, também vocês, tudo manda."

A honra não se isola de uma série de outros valores, afins, aos quais sertanejos tradicionalmente estiveram afeiçoados, tais como o orgulho, a vaidade, a bravura, a coragem, a autonomia, a confiabilidade da palavra empenhada. Cada um deles cuidadosamente cultivados; todos eles servindo de suporte à sustentação e à defesa da honra. Articulados, todos estes valores encontram nexos, ganhando consistência um a partir do outro. Neste sentido, compreende-se a sua importância para além do âmbito puramente individual: eles fundamentam, em parte, a inserção social do indivíduo, competindo com aspectos econômicos, familiares e políticos, estes em grande medida

fora do controle individual. Do ponto de vista das camadas mais sujeitas à dependência, a manifestação individual de tais valores, que remete a uma idéia de nobreza, pode implicar em benefícios de várias ordens em seu favor. Também os sujeitos das classes dominantes fizeram uso da mesma tábua de valores. Num ambiente tradicional mas não impassível de mobilidade social, tanto no sentido da ascensão quanto no da decadência, sempre mediada pelas relações pessoais, a honra, e todo comportamento e sentimentos que desencadeia, foram essenciais. Nesse campo, as diferenças de classe podiam ser abrandadas, o prestígio compartilhado. Esse patrimônio coletivo que é a honra, em certa medida constitui um capital individual, de uma maneira ou outra articulado de modo a potencializar ao máximo as chances sociais, políticas e econômicas em cada segmento da sociedade sertaneja.

SEGUNDA PARTE

4. Domínios de Cangaceiros

O Legado de Sinhô Pereira

São meros detalhes circunstanciais os acontecimentos conflituosos entre os Ferreira e José Saturnino da Pedreira - vale dizer os Nogueira -, fazendeiros vizinhos no sertão pernambucano, que estiveram na origem da conversão do jovem Virgulino no mais temível cangaceiro da História. As versões do conflito são inúmeras¹: inútil procurar a mais próxima da verdade. São chocalhos roubados e amassados, animais abatidos, cerca rompida e acima de tudo muita animosidade de parte a parte. Quantas vezes tudo isso terá repetido-se antes que o sertão viesse testemunhar as tropelias de Lampião? À parte sua história pessoal, que é a de tantos outros sertanejos, e do momento econômico, político e social vivido no sertão, Lampião é filho de suas próprias qualidades pessoais, que lhe gabaram tanto seus admiradores quanto seus inimigo. Inteligente, hábil, criativo, valente, sério, um tanto calado - menos dado a gabarolices que a maioria de seus rapazes - profundamente carismático; são tantos os seus adjetivos e tamanho seu êxito que não faltou quem lhe atribuísse poderes místicos: Lampião teria pacto com Deus e com o Diabo. Certo é que tinha pacto com homens, muitos deles, notáveis da política e da sociedade, célebres nos sertões e também nas capitais. Consta entre eles até o Interventor de Sergipe, Eronildes de Carvalho. Contando com aliados em todas as classes, parece ter-se decidido por não se curvar a ninguém, irredutivelmente. Essa sua postura indômita, a par de um refinado senso de sociabilidade foram características pessoais inseparáveis do alcance do movimento que liderou. Sinhô Pereira, recorda do rapaz a quem passou a liderança de seu bando, não muito tempo depois de haver nele ingressado, ao lado de seus dois irmãos:

“Lampião parecia cordato. Livino era muito grosseiro, um bruto, um verdadeiro selvagem. Antônio, um cara-amarrada, não dava confiança a ninguém. Não tinha simpatia. Pressenti, contudo, onde Virgulino poderia chegar - e de fato chegou.”
(Macedo, 1980b:51)

É fascinante a personalidade de Lampião, merecedora inclusive de estudos dedicados a ela exclusivamente². Aqui, no entanto, interessa antes o seu modo de se articular

¹ Este assunto é mencionado em grande parte das obras sobre o cangaço no período de Lampião. Entre as versões mais detalhadas estão os trabalhos de Chandler (1981:76 e segs); Oliveira (1970:28-35) Ferraz (1978:102 e segs.); Lira (1990:26 e segs).

² De um modo geral, detalhes da personalidade de Lampião aparecem espalhados nas obras dos pesquisadores dedicados ao fenômeno do cangaço e ao período daquele líder em particular. O trabalho

socialmente, de exercer sua liderança, suas estratégias de aliança, o que considero terem sido fatores fundamentais ao incremento de poder daquele cangaço que comandou e que não pôde perdurar sem seu líder³. Lampião soube travar boas relações, contando muito com suas habilidades diplomáticas, que foram sendo cultivadas ao longo de sua vida de cangaceiro. Nesse sentido, o momento do engajamento no bando de Sinhô Pereira foi crucial.

Seu novo líder pertencia a uma das famílias dominantes no sertão pernambucano, contando o Barão do Pajeú entre seus membros. A partir de sua integração àquele bando, Lampião esteve ligado a grandes potentados de uma forma muito mais favorável. O cangaço praticado por Sinhô Pereira, que não foi um caso isolado, derivou-se da guerra de família, constituindo uma espécie de variação na organização guerreira, voltada aos velhos objetivos de vingança, especificamente os dos seus líderes. Em linhas gerais, pode-se dizer que esse cangaço mobiliza uma milícia permanente e móvel. Ao invés dos combatentes saírem do espaço em que habitam para efetuar uma operação designada e retornar após seu cumprimento, formam um bando sem sede única, sempre pronto para os combates que se multiplicam em função da perseguição que suscita e do próprio recrudescimento guerreiro que atualiza e que esteve, ao mesmo tempo, na origem de sua formação. Para o indivíduo ingressado no cangaço a perspectiva de retorno ao lar, é virtualmente nula, muito menos plausível, por exemplo, do que para o valentão, o cabra, o jagunço que compoem as hostes de um fazendeiro envolvido em lutas. Mesmo líderes como Sinhô Pereira e Luís Padre, tiveram de abandonar sua terra natal e o palco de seus combates, indo para Goiás quando decidiram abandonar o bando,

de Mello (1993) destaca-se tanto pela sistematização biográfica a que se consagra, como pela abundância de detalhes e peculiaridades relativos a Lampião, em alguns casos inéditos.

³ Não foi apenas Lampião e outros dez cangaceiros que tiveram fim em 28 de julho de 1938 no cerco a Angico. Os principais chefes de grupo remanescentes, Zé Sereno, Labareda e Corisco, logo perceberam ser inviável dar continuidade ao cangaço: cerca de um mês após a perda do principal líder reúnem-se na vila de Pinhão para combinar a entrega para a polícia. O local onde estavam, com alguns policiais foi cercado. Conseguindo escapar ao cerco os três grupos se separam. Apenas Zé Sereno, junto a outros 26 cangaceiros a quem lidera, mantém a decisão de entregar-se (cf. Araújo, 1987:110 e segs.). Foi apenas o primeiro passo para o desmantelamento total do cangaço, com entregas, prisões e deserções. Labareda e Corisco resistem, em condições precárias (Araújo, 1982a, 1982:113 e segs.). Quando a volante de José Rufino frustra a fuga de Dadá e Corisco, estes já não deveriam ser considerados cangaceiros. Corisco estava aleijado dos dois braços, de cabelos cortados, em nova figura. Eram retirantes, mesmo que de fato carregassem, como alegou Dadá, os 300 contos de réis e dois quilos de ouro. O cangaço, moribundo, já havia então dado seu último suspiro.

para levar uma vida pacífica⁴; quando o fizeram levaram consigo alguns de seus seguidores fiéis. Esses dois líderes do bando, embora tenham renunciado a uma sede durante todo o tempo em que estiveram atuantes como cangaceiros, não deixaram de manter contato com seus familiares e aliados. Ao contrário, a continuidade do bando dependia do fornecimento de munições, principalmente, cuja aquisição direta tornou-se impossível, nas quantidades necessárias. Toda sua atuação fica então vinculada ao apoio oferecido por indivíduos estreitamente ligados às lideranças do bando. “Munição eu comprava e muita gente dava para nós. Quem mais fornecia eram meus irmãos e o major José Inácio⁵”, diria Sinhô Pereira a Amorim (*Jornal do Brasil*, fevereiro de 1969). É oneroso o sustento de um bando armado, cuja especialização na vida guerreira impede qualquer outra atividade produtiva. Não é casual que uma tal organização tenha suas lideranças nas classes social e economicamente dominantes.

A distribuição dos seus inimigos e aliados, esses quase sempre parentes, deram ao bando de Sinhô Pereira e Luís Padre a sua circunscrição espacial. Se for excluído o combate no estado do Piauí, contra o Tenente Zeca Rubens, quando estavam já abandonando o palco de suas lutas, a atuação guerreira do bando restringe-se praticamente às zonas fronteiriças de Pernambuco, Paraíba e Ceará. A perda de sede única esteve na origem de deslocamentos frequentes, mas não houve propriamente uma dessedentarização. Mais precisamente, tratou-se de uma “plurissedentarização”, já que a perda de uma sede única correspondeu a sua multiplicação. Algumas observações dão o indício. O Sr. Hermenegildo Siqueira, filho de um primo de Sinhô Pereira, casado com a filha de uma sobrinha e prima do mesmo, relatou ao repórter José Leal:

“Sinhô, depois que se tornou cangaceiro, jamais dormiu em sua própria casa ou em casas alheias, a não ser de parentes: preferia passar as noites em lugares ermos e desconhecidos, longe das balas dos ‘macacos’⁶, pernoitando nas caatingas, nas locas de pedra, ao lado das cobras”. (Macedo, 1980b:84. O grifo é meu.)

Segundo o Sr Siqueira e sua filha, a casa de Totonha Maranhão era uma verdadeira fortaleza. De portas sempre abertas ao líder de guerra dos Pereira, lá Sinhô sentia-se

⁴ Sinhô Pereira declarou em entrevista a Osvaldo Amorim que no ano de 1935, na interventoria de Agamenon Magalhães, sua família mandou chamá-lo de volta. É que ela voltou à situação no governo: o pai do interventor era primo direto da mãe de Sinhô. Mas este prefere não retornar ao palco de tantas lutas, permanecendo onde finalmente encontrou paz.

⁵ O Major José Inácio era um chefe político do Cariri cearense. Era aparentado com Sinhô Pereira.

⁶ “Macaco” designa, na linguagem dos cangaceiros, os soldados de polícia.

seguro, confiado na valentia de Totonha (cf. Macedo, 1980b: 87; 96). Mas nenhum outro lugar foi tão importante do ponto de vista estratégico do que a fazenda Barro. O próprio Sinhô Pereira fez a seguinte declaração:

“... mudamo-nos para o Barro, no Cariri do Ceará, onde ficamos com o Major José Inácio de Souza (Zé Inácio do Barro), que tinha uma filha casada com um primo nosso. Vivemos no Barro, acostados ao major, de 1917 a 1919, quando Luís Padre e eu resolvemos abandonar o cangaço” (Macedo, 1980b:32)

Desde já, nota-se que a adoção do cangaço como meio de vingança implicou numa mudança de sede imediata. Conforme o roteiro de sua vida narrado ao repórter Osvaldo Amorim, tão logo Sinhô se viu envolvido na contingência de vingar o assassinato de seu irmão Né Dadu foi necessário abdicar de sua moradia, tendo início a uma intensa mobilidade espacial. Após combates em São Francisco, ele se decidiu por vender as terras e o gado que possuía para sustentar seu aparato de guerra. Juntou-se depois ao seu primo Luís Padre - ainda não vingado do assassinato de seu pai Padre Pereira. Os dois reuniram homens e organizaram um ataque a fazenda Piranhas, pertencente a seus inimigos. Esse primeiro ato encerra-se com a retirada do bando para Alagoas. Por dois meses os primos deixaram-se ficar em Pedra de Delmiro, levando vida pacífica, e lá permaneceriam se cumprissem a vontade de Delmiro Gouveia. O retorno ao Pajeú, como decerto sabia, significaria a retomada das lutas. Mas os jovens Pereira decidiram-se pela guerra. Inaugura-se então para eles um padrão de deslocamentos, que se pode apreender da sequência do roteiro de sua vida de lutas, fornecida ainda por Sinhô Pereira ao mesmo repórter.

“Aí fomos avisados de que um dos jagunços que ajudaram a matar o Padre Pereira estava numa fazenda, perto do comércio de São João do Barro Vermelho. Chegamos na casa de noite. Ele correu. Nós atiramos. Depois fomos dormir. No outro dia, seguimos o rastro dele pelo sangue. Quando nos avistou, ele correu com a carabina na mão. Luís Padre o matou com um tiro.

“Depois fomos para o Barro, a fazenda do Major José Inácio, no município de Milagres, no Ceará, a umas 50 léguas de Serra Talhada. Lá ficamos uns dois meses. Depois voltamos para o Pajeú, à procura dos Pedros, gente dos Piranhas⁷. (...)”

“Logo de imediato atacamos Queixada (hoje São João do Campo, um comércio dominado pelos Carvalhos e Piranhas. (...)”

“Daí, voltamos para o Barro. Então Sindaro e Mocinho reuniram um grupo para, na fazenda “Tabuleiro”, atacar Praxedes e um irmão. Ele não estava em casa. Fizeram depredações e a mulher mandou avisar a Praxedes que, com auxílio de sobrinhos, filhos,

⁷ Por “Piranhas” Sinhô Pereira designa um grupo de aliados dos Carvalhos e Nogueiras, a eles aparentados. O nome vem de uma fazenda pertencente à família, já referida aqui.

genro e alguns rapazes, saiu em perseguição do grupo, que correu. Atacaram Praxedes de novo, quatro dias depois. Atacaram e fugiram.

“Meu irmão mandou me avisar, no Barro. Fui com uns nove homens. Praxedes ficou no “Tabuleiro”, e eu em São Francisco, fazendo lutas. Lutas pequenas. (...)”

“Aí eles fomentaram por lá e vieram com uma força de 90 soldados e mais de 100 jagunços. (...) A força foi para São Francisco e os jagunços para a “Tabuleiro”, a fazenda do meu irmão, a menos de duas léguas dali.

“Enquanto o grosso do nosso pessoal estava com Luís Padre, eu e mais nove homens demos a volta e começamos a atirar por trás dos soldados. A polícia apavorou, achando que estava chegando gente de fora, e correu. (...)”

“_ Depois da retirada, fomos para a “Tabuleiro”. Quando chegamos, a jagunçada dos Piranhas apavorou e correu. (...) Coincidiu que, quando estávamos chegando de um lado, chegou do outro lado um grupo de oito homens para socorrer Praxedes, mandada por minha irmã Benvenuta Pereira, casada com João Nogueira, aparentado com os Piranhas. Entre eles, tinha um filho e um neto dela.

“_ Depois disso, eles implantaram uma perseguição danada. Botavam a polícia em cima de nós. Eles mesmos ficavam quietos, enquanto fugíamos de um lugar para outro.

(...)

“Quis ir embora, para recomeçar vida nova, longe das questões de minha terra e da minha família, mas o destacamento de soldados e paisanos do Tenente Zeca Rubens não me deixou passar. (...)”

“_ Então achei que devia retornar ao Pajeú e continuar a luta. Era o ano 20. Daí para frente, fiquei transando entre Vila Bela e o Barro do Major José Inácio. (...) Foi nessa altura dos meus dias que Lampião apareceu. Ele e os irmãos. (...)” (entrevista a Osvaldo Amorim, *Jornal do Brasil*, 26 de fevereiro de 1969).

Percebe-se a existência clara do que se pode entender por postos avançados, isto é, as fazendas de parentes que os acolhem, e de um quartel-general, a fazenda Barro, do Major José Inácio. De lá avançam para o palco das lutas, quando solicitados, onde permanecem em deslocamento, conforme os focos de ofensiva e defesa e a distribuição de parentes que lhes dão cobertura contra os perseguidores. Retornam ao Barro periodicamente, como consta no seu roteiro: já foi indicado que lá era uma fonte de reabastecimento das mais importantes. Esse padrão tem continuidade quando do ingresso dos irmãos Ferreira e seus companheiros, tendo apenas sido interrompido anteriormente pela primeira tentativa de fuga, bem sucedida para Luís Padre, mas frustrada no caso de seu primo. Isso não significa que Sinhô Pereira ia somente de fazenda em fazenda de aliados, confiando aos seus a sua própria defesa. Sua marcha foi quase permanente durante seus anos de luta e as muitas noites dormidas ao relento valeram-lhe um reumatismo precoce, segundo ele a causa imediata de sua retirada da região. Mas é importante observar o quanto seu bando esteve apoiado em aliados que assim já se

definiam antes de sua conversão em cangaceiro, o que repercutiu em suas novas relações espaciais.

Na entrevista a Amorim, Sinhô Pereira esclarece também que seus homens não eram pagos. “Quase todos os homens que andavam comigo tinham os mesmos inimigos que eu. Outros entravam para o grupo porque eram perseguidos⁸”. Similarmente explica a Macedo porque os irmãos Ferreira o procuraram:

“(…) Os inimigos de Lampião eram meus inimigos - os Saturninos e José Lucena⁹. Este até eu não conheci não. Mas sei que era um cabra muito perverso”. (Macedo, 1980b:52)

O dado é importante para avaliar a composição daquele bando. Foi visto no capítulo 2 que as lutas de família arregimentaram homens que faziam parte das milícias privadas. Na organização guerreira desse cangaço voltado para a vingança, eles continuaram sob o comando do mesmo líder ou foram recrutados junto a algum de seus aliados, como no caso do bando de Silvino Ayres, por exemplo. Sob essa perspectiva, a afirmação de Sinhô Pereira torna-se um tanto ambígua. Será que todos os seus companheiros de luta

⁸ O cangaço proporcionou aos perseguidos uma espécie de coito móvel, uma alternativa ao indivíduo que de outra forma deveria abandonar a região ou procurar homiziar-se sob a proteção de um fazendeiro. É o que Mello denomina de “cangaço-refúgio”, por oposição ao “cangaço-meio de vida” e “cangaço de vingança”, cujos exemplos paradigmáticos seriam, respectivamente, Lampião e Sinhô Pereira (1985:38-39). Zé Grande, o assassino de Né Dadu, fez aquele tipo de alegação para se infiltrar em seu bando, tendo desferido-lhe um tiro quando dormia. Consta que agiu a mando dos Carvalhos (cf. Macedo, 1980b:48; Ferraz, 1978:46).

⁹ Os “Saturninos” na verdade correspondem aos Nogueira que apoiaram José Saturnino, genro de João Nogueira. Como foi visto no capítulo 2, eles integravam a facção dos Carvalhos, contra quem Sinhô Pereira e Luís Padre moveram seu bando de cangaceiros. José Lucena foi o policial responsável pela perseguição da família Ferreira no estado de Alagoas. Somente os três irmãos mais velhos, Antônio, Virgulino e Livino, estiveram empenhados nas retaliações aos seus inimigos naquela época; seus demais familiares apenas fugiam às perseguições cada vez mais acirradas. Foi por isso que mudaram-se para Água Branca, onde alugaram a fazenda Olho d’Água, ficando sob a proteção do coronel Ulisses Luna. Segundo a documentação examinada por Chandler, os Ferreira ao lado de Antônio Matilde invadiram Pariconhas, saqueando e destruindo lojas, causando um prejuízo avaliado em 18 contos, em 9 de maio de 1921. Uma das casas comerciais pertencia ao delegado, que ao lado do Chefe de Polícia da comarca havia prendido João Ferreira, outro irmão de Virgulino que nunca se engajou no cangaço, e depredado as casas de Antônio Matilde e dos Ferreira. Foi portanto um assalto por retaliação e esse foi também o motivo do cerco movido à fazenda de Fragoso, próximo a Mata Grande, onde se hospedara José Ferreira, pai de Virgulino, e seus filhos não cangaceiros, em nova fuga, a que se viu obrigado pelos acontecimentos recentes. Lucena e o Chefe de Polícia, nesta ocasião, mataram Fragoso e José. (1981:43-45). Segundo algumas fontes, entre elas, a que acaba de ser citada, a mãe de Virgulino teria morrido dias antes; noutras, a ordem foi inversa, de que é exemplo a entrevista de Sinhô Pereira a Macedo. Ele teria dito que a mãe morreu 19 dias depois do pai, por desgosto (1980b:53). De qualquer modo, há consenso no tocante ao fato da morte de ambos os progenitores ter sido atribuída a José Lucena, diretamente com relação ao pai e indiretamente no caso da mãe. O ataque a Pariconhas e o cerco à fazenda de Fragoso são intervalados por apenas 9 dias segundo o Processo contra Antônio Matilde que serviu de fonte a Chandler.

juntaram-se a ele da mesma forma que os Ferreira? Algumas observações adicionais permitem concluir que não. Quando decidiu deixar a região, Sinhô Pereira terá avisado aos companheiros: “Quem não for comigo, fica com Lampião!”. E acrescenta a Macedo: “Alguns desertaram na hora. Outros foram para os sertões dos Inhamuns. Dispersaram-se outros mais”. Ele diz mesmo ter notado uma ‘friagem’ nos companheiros, quando fez seu aviso (Macedo, 1980b:51). Seu comentário não é muito lisonjeiro a Lampião, mas é muito esclarecedor. Se o bando foi organizado com a finalidade de combater inimigos comuns a seus integrantes, ainda que a nova liderança não fosse das mais apreciadas, seria de esperar que a luta tivesse continuidade, mesmo que fosse levada a cabo de forma diversa. Mas foi o próprio Lampião, com seus irmãos e outros 14 ex-companheiros de Sinhô Pereira, quem ficou incumbido da tarefa¹⁰. Os desertores abandonam, em sua maioria, aquela vida de luta, dispersando-se ou acompanhando o antigo comandante, como foi o caso de Vicente e Lavandeira. Tempos antes, quando da primeira fuga, Luís Padre e Sinhô Pereira estavam acompanhados de seis de seus homens. Sinhô e quatro deles malograram, dentre os quais Coqueiro, que mais tarde decide-se por manter-se junto a Lampião (cf. Macedo, 1980b: 57; 34). Esse fato e o da dispersão dos recrutados do bando de Silvino Ayres e seu irmão, dá indicações de que o vínculo pessoal com Sinhô Pereira e seus aliados motivavam tanto ou mais o engajamento no bando, em certos casos, do que a luta contra inimigos comuns propriamente dita. Ou pelo menos, de que a vida em armas fica condicionada a um comandante que apoiam; eliminado do cenário, finda o motivo das lutas. Tudo isso sugere uma desigualdade, por menos formalmente que possa estar estabelecida, no interior do bando desse tipo de cangaço. Uma reprodução do poder pessoal manifesto em outras esferas da vida social sertaneja é presumível também nesse contexto. O cangaceiro permanece sob as ordens de seu chefe, abnegadamente até, pois o “cangaço de vingança” não se caracterizou pelos lucros avantajados alcançados pelo movimento liderado por Lampião.

As deserções não denigrem a capacidade de comando de Lampião. Ao contrário, sua capacidade de aliciamento é assinalável, levando em consideração o número de combatentes que decidiram, pelo menos inicialmente, ficar a seu lado. Dentre eles apenas

¹⁰ Sinhô Pereira teria dito a Lampião:

“_ Vou deixar umas brasas acesas por aí. Trate de apagá-las.” (Macedo, 1980b:58), referindo-se a alguns inimigos que pretendia que fossem eliminados. Luís Gonzaga, cujo assassinato por Lampião já foi referido no capítulo 2, foi um deles.

três já ingressaram naquele bando junto aos irmãos Ferreira (cf. Macedo, 1980b:52;57). Por outro lado, as deserções sugerem que certos componentes de um bando como o de Sinhô Pereira tem sua participação justificada pelo vínculo ao líder, extra-guerreiro inclusive¹¹, enquanto outros, mais autônomos, juntam-se mais estritamente por uma comunhão de interesses. Dentre estes, sem dúvida alguma, constam os irmãos Ferreira. Note-se ainda que Virgulino só passou a integrar o bando cerca de um ou dois anos antes de tornar-se seu chefe¹². Sua chegada parece ter operado uma mudança notável. Logo se fez reconhecer como um líder, merecedor da confiança de Sinhô Pereira, que lhe passa o comando. Na primeira fuga, os homens que não acompanharam os líderes dispersaram (cf. Macedo, 1980b:35), e agora não foi um companheiro antigo a ser o objeto da incumbência de dar seqüência às suas vinganças, embora alguns tenham dado continuidade às suas vidas de cangaceiros (cf. Mello, 1985:134-5; 139). As recordações de Sinhô Pereira apontam sempre no sentido de Lampião ter demonstrado o perfil adequado à sua sucessão. As relações internas do bando colaboram para reforçar essa idéia.

“Eu tratava eles bem, mas usava de muita energia. Eles me respeitavam muito. Brincava muito com eles, mas quando dava ordem, todos obedeciam.” (entrevista a Osvaldo Amorim, *Jornal do Brasil*, fevereiro de 1969, apud. Macedo, 1975:43)

No entanto, Lampião já detinha uma posição privilegiada entre seus homens, que foi mantida no bando de Sinhô Pereira, conforme ele expressa, na mesma entrevista, tê-la confirmado em seu bando:

“ _ (...)Esses homens gabavam muito o Lampião. Diziam que ele era de muita coragem. (Até era esquisito: ele eram mais novo e ficou chefiando os outros). Eu considerava Lampião como um chefe também”. (apud. Macedo, 1980b:52)

A relação entre eles era então especial. Lampião se fez chefe, apesar de pertencer a uma classe social muito diferente da de Sinhô Pereira. Aliás, este conhecia já sua família:

¹¹ Segundo Wilson, o bando de Sinhô Pereira teve início quando este viajou ao Ceará, após a morte de Né Dadu, para visitar um parente. De lá voltou com Luís Padre, seu primo, acompanhados de 18 homens. (Wilson, L., *Vila Bela, os Pereira e outras Histórias*, 1974, p.308, apud Chandler, 1981:31). A arregimentação do bando parece então ter seguido, inicialmente, a norma vigente para outros tipos de milícia sertaneja, independentemente do fato de se tratar, neste caso, de um bando de cangaço. Sendo assim, as relações vincuativas observadas nas milícias privadas sertanejas, tal como foram descritas no capítulo 2, devem também ter validade nesta outra organização guerreira.

¹² Há divergência entre os autores acerca dessa data. Sinhô Pereira afirmou ter sido em junho ou julho de 1920 (cf. Macedo, 1980b:50). Chandler, ao contrário, concluiu ter sido em 1921(1981:50). Ele examinou um processo movido contra Antônio Matilde em Água Branca, que menciona a data da morte de José Ferreira, e notas em jornais sobre o ataque a Pariconhas. Esses acontecimentos são sempre mencionados como antecedentes à entrada dos irmãos Ferreira no bando de Sinhô Pereira. Todos eles se deram, segundo tal documentação, em maio de 1921 (1981:45).

“Lampião era de uma família humilde, mas não era ‘arrebentado’ não. José Ferreira, o pai, eu conheci muito. Conheci até o pai dele, Pedro Ferreira. Nossas famílias até eram ligadas: a mãe dele era a filha de meu pai. O pai dele era afeito de batismo de Tio Padre (Manoel Pereira Jacobina), pai de Luís Padre. Ele nasceu a umas três léguas de São Francisco, onde eu morava e seu pai fazia a feira e batizava os filhos. Conheci Lampião desde menino. Ele e seus irmãos eram independentes e muito trabalhadores”. (Macedo, 1980b:53)

As relações travadas entre os Ferreira e os Pereira não deixam dúvidas acerca da diferença das respectivas posições sociais, perfeitamente expressas naquelas relações de compadrio, tendo em mente as observações feitas no capítulo 2. Se a classe de origem fosse restritamente um fator determinante na ascensão individual à liderança, o sertão jamais teria assistido a emergência do maior dos cangaceiros. As aptidões pessoais para dar continuidade às lutas foram o fator suficiente para assumir o comando num bando cangaceiro. Nem por isso o cangaço constituiu um movimento desarticulado do restante da sociedade na qual esteve inserido. Não são exclusivamente as faculdades guerreiras que garantem o sucesso de um líder cangaceiro: as relações travadas com a população em geral também contam muito neste aspecto. O fato de seus componentes pertencerem a uma classe ou outra trazia implicações nas suas relações com os segmentos sociais não engajados naquele movimento, que por sua vez influíram sensivelmente na trajetória de um cangaceiro. As relações com os diversos segmentos sociais dão ao cangaço sua própria possibilidade de existência, porque oferecem-lhe tanto os adversários quanto os novos combatentes, coiteiros (incluindo aí não apenas aqueles que de algum modo acobertam o bando frente a seus perseguidores, como também os fornecedores do que fosse necessário) ou, genericamente, aliados. Lampião não contava com nada disso no início de sua vida de fora-da-lei. Sua união a Sinhô Pereira constituiu o grande salto de sua carreira.

“Não foi só experiência no campo de batalha que Lampião aprendeu com Sebastião Pereira. Aprendeu também como se comporta um bandido profissional, principalmente em seu relacionamento com as comunidades maiores. Foi apresentado a todos os parentes, amigos e protetores de Pereira, alguns dos quais lhe prestariam muitos favores no futuro”. (Chandler, 1981:51)

Mas logo Sinhô Pereira se afasta do cenário. A partir daquele momento, Lampião esteve entregue à sua própria habilidade. O fato de poder desfrutar das vantagens que lhe foram oferecidas ao lado daquele chefe não assegurava de antemão que elas teriam continuidade na sua ausência. As alianças tiveram de ser cuidadosamente cultivadas por Lampião, e foi bem isso o que aconteceu. Uma das mais preciosas foi travada com

Marçal Diniz e seu filho Marcolino, que era casado com a filha de José Pereira Lima (cf. Mello, 1985:147), o chefe político de Princesa, do qual alguns traços biográficos foram apontados no capítulo 3. Marçal foi coiteiro de Sinhô Pereira desde 1919 (cf. Melo, 1985:148), tendo conhecido Lampião por seu intermédio. Provavelmente, os dois foram apresentados cerca de dois meses depois da entrada dos irmãos Ferreira no bando¹³. É possível avaliar o investimento de Lampião naquela amizade através de uma passagem de um dos depoimentos do ex-cangaceiro e ex-volante Miguel Feitosa a Mello:

“Fazia pouco tempo, questão de meses, que eu estava de junto a Lampião. A gente já era amigo desde os tempos de menino (...). Por isto, quando me desmantelei¹⁴ e fui procurá-lo no cangaço contra a vontade da minha família, que tinha alguma influência no Pajeú e no baixo Moxotó, desde o começo tive certos privilégios. A amizade velha não podia deixar de valer. *Mas ele andava, de 22 para 23, tão ocupado com a amizade que reforçava com o coronel Marçal (Marçal Florentino Diniz), das Abóboras, e o filho dele, também coronel, Marculino (Marculino Pereira Diniz) (...), sendo homem padre de rico, que era difícil a gente poder conversar melhor*”. (Mello, 1985:202. O grifo é meu.)

Essas poucas palavras de Miguel Feitosa permitem vislumbrar o valor da amizade em diversos aspectos da vida de cangaceiro, tanto na arregimentação do bando quanto nas suas relações com coiteiros. Naquele início de vida no cangaço, era natural que Lampião, em virtude da fragilidade de sua posição social de origem, estivesse muito mais ocupado com os grandes coiteiros e aliados que permanecessem na legalidade, sem deixar de se mostrar receptivo aos velhos amigos que entravam em seu bando. A sua amizade com Marçal e Marcolino marca toda uma etapa de sua carreira, indissociável de sua evolução estrondosa como cangaceiro. Alguns acontecimentos destacam-se no processo de estreitamento de vínculos entre eles. Marcolino mata, em 30 de dezembro de 1923, em público, o juiz de Direito Ulisses Wanderley, sendo preso por conta disso. Seu pai pede auxílio a Lampião para libertá-lo, que o atende com facilidade e presteza. Poucos meses depois, foi a vez de Lampião pedir socorro aos seus agradecidos amigos. Estava na serra das Panelas, com um ferimento grave no calcanhar que, quase desfeito, ameaçava

¹³ Na entrevista a Amorim, para o *Jornal do Brasil* (fevereiro de 1969), Sinhô Pereira relata os primeiros combates que viveu junto a Lampião, oferecendo ao mesmo tempo, a trajetória e o intervalo entre um e outro encontro com inimigos. O quarto combate se deu justamente na fazenda Abóboras, de Marçal Diniz. A casa teria sido cercada pelo Capitão Zé Cactano, os Tenentes Bigode, Ibraim e Geraldo, que fugiram após quase cinco horas de tiroteio. Antônio Ferreira foi, nessa ocasião, vítima de um ferimento no ombro e outro na coxa, provocados por tiros de fuzil. Aparentemente, a amizade foi iniciada num momento particularmente propenso a atitudes solidárias.

¹⁴ Desmantelar significa nesse contexto cair na criminalidade, passar a ser perseguido por forças legais

gangrenar. Envia então um *positivo*¹⁵ dando conta de sua situação a seus amigos. Prontamente eles formam um grupo de 60 homens comandado por Sabino Gomes para ir resgatá-lo e trazê-lo para a vila de Patos (atual Irerê), na Paraíba, onde os doutores José Cordeiro e Severiano Diniz, também chamados por eles, já o esperavam quando de sua chegada (cf. Mello, 1985:148; 1993:151; Chandler, 1981:61-63).

Esse episódio proporcionou ainda uma nova amizade a Lampião, dessa vez com Sabino. Este era um filho bastardo de Marçal, nascido na fazenda Abóboras, de sua propriedade. Bastante turbulento - adjetivo que de resto deve ser estendido a seu meio-irmão, Marcolino - suas desordens e pilhagens, cometidas nos arredores de Triunfo, em Pernambuco, e de Cajazeiras, na Paraíba, tinham garantia de impunidade em virtude das amizades de seu pai e seu meio-irmão nas suas respectivas áreas de influência (cf. Mello, 1985:112; 148). A longa convalescença de Lampião sob a proteção de Marçal Diniz (cf. Chandler, 1981:63) deu tempo mais do que suficiente para a nova amizade ser estabelecida. Doravante, Sabino liga-se definitivamente a Lampião, embora vez por outra saísse com seu grupo em arremetidas de sua própria conta (cf. Mello, 1985:148). Foram significativamente reforçadas com tal união as fileiras do bando. A fase áurea do cangaço aproximava-se.

O Investimento de Lampião

A ligação de Lampião com Marçal e Marcolino era tão sólida, que desde 1922, e principalmente em 1923 e 1924, testemunhou-se com frequência a presença assídua do primeiro nas proximidades da zona de influência dos outros dois. Miguel Feitosa relata a Melo que a fazenda Abóboras era o 'quartel-general do bando', e isso já em 1922 (1981:132). No entanto, a polícia parece considerar mais tardiamente Triunfo como a área privilegiada por Lampião. Em suas memórias, Lira (1990:122) considera aquele município o centro de operações do bando a partir da emboscada armada por Lampião

¹⁵ Positivo é "pessoa que leva recado, mensageiro", conforme consta no glossário organizado por Araújo (1987:143). Segundo Mello, o ferimento ocorreu na serra do Catolé, município de Belmonte, durante um combate contra Teófanés Torres (1985:148; 1993:151). Chandler situa esse acontecimento na comarca de Vila Bela (atual Serra Talhada), próximo à fronteira com a Paraíba. Este autor fornece alguns dados adicionais. Lampião esteve por doze dias completamente só e ferido. Durante aquele combate, afastou-se dos companheiros, que vieram a se dispersar. Todas as tentativas de encontrá-lo, partidas de seus irmãos, foram frustradas. Até que uma mulher passou por perto de Lampião, que pediu seu auxílio. Foi por intermédio dela e de seu marido que a mensagem de Lampião chegou a seus amigos (1981:62-63).

contra uma força volante no lugar Enforcado, em Vila Bela. Esse episódio ocorreu em setembro de 1923 (cf. *Jornal Pequeno*, 21 de setembro de 1923). Corrobora a assertiva de Lira os dados relativos aos locais de atuação de Lampião e onde sua presença foi testemunhada, compreendidos no período ora tratado, que pude obter através da imprensa e da literatura sobre o cangaço. Mas vale acrescentar que em 1922 a região fronteira dos estados de Pernambuco e da Paraíba já era conhecida como valhacouto de bandidos. O *Jornal Pequeno* publicou em 26 de outubro de 1922, portanto menos de uma semana após o assassinato de Luís Gonzaga por Lampião, ocorrido no município de Belmonte, que Triunfo, sede do município vizinho, fora saqueada por bandidos. Estes foram refugiar-se na fronteira com a Paraíba, “onde gozam de inteira proteção”. A notícia não menciona nomes, mas a posição geográfica do valhacouto aponta Marçal, Marcolino e José Pereira como os principais suspeitos da delegação da tal proteção integral.

Não são muitas as notícias de Lampião naqueles primeiros meses como líder do bando que fora de Sinhô Pereira. Mas as existentes dão indícios da abrangência espacial de suas atuações. Lampião parece ter-se mantido atuante na região privilegiada por seu antigo chefe, particularmente no centro norte pernambucano e em região paraibana vizinha. Na medida em que Lampião esteve incumbido do que Sinhô Pereira chamou de “apagar brasas deixadas acesas”, ou seja, de resolver pelas armas as pendências decorrentes das lutas entre os Carvalhos e Pereiras, o foco de suas arremetidas estava dado. Da mesma forma, os pontos de apoio fornecidos por parentes e aliados de seu antigo chefe, entre os quais estão incluídas as propriedades de seus novos e influentes amigos foram também herdadas, o que também contribui para a definição do espaço de sua atuação. Mas o *Jornal Pequeno* publica em 28 de setembro que em Bodocó, no noroeste de Pernambuco, acampara cerca de um mês antes o grupo de um certo “Severino ‘Lampeão’”. Em junho daquele ano deu-se também o saque a casa da Baronesa de Água Branca, em Alagoas, um feito da maior ousadia que rendeu notoriedade ao novo chefe de bando. Conforme afirma Chandler, Lampião passa a atuar por várias semanas nos sertões alagoenses. Terá então, também em Água Branca, assassinado Manoel Cypriano, pessoa indiretamente implicada no morte de José Ferreira (1981:53-54). Reingressado em Pernambuco, cometerá em outubro o assassinato de Luís Gonzaga. Assim, não obstante a escassez dos dados, percebe-se que embora Lampião e Sinhô Pereira tenham

partilhado a mesma área, este último não circunscreveu espacialmente as atuações do outro. Desde muito cedo tem início a extensão dos limites territoriais do cangaço de Lampião.

Tão vertiginosa foi a atuação de Lampião nos primeiros tempos como chefe de bando que em junho de 1923 João Nunes, o Comandante da Força Pública de Pernambuco já promovia um encontro com os chefes de polícia do interior para planejar operações de combate ao banditismo em certos municípios, de onde recebia muitos pedidos de providência “contra um grupo de bandoleiros dirigido pelo afamado cangaceiro Lampeão” (cf. *Jornal Pequeno*, 9 de junho de 1923). Em janeiro daquele ano, seu bando moveu ataque a Tibúrcio Santos, o “Negro Tibúrcio”, no município de Floresta, resultando em renhido tiroteio (Ferraz, 1978:161-163; Chandler, 1981:55-56; Mello, 1985:155). Tibúrcio estava ligado a José Saturnino, como um combatente dos mais valorosos. Um ataque dirigido, em última instância, aos Nogueira, e de tamanha violência, já seria motivo suficiente para preocupar autoridades policiais, mas não foi o único. O futuro se encarregaria de demonstrar não ter sido desproporcional ou alarmista a atitude daquele comandante da Força pública, por anos dedicado ao combate a Lampião.

Já em 1923, ano que Chandler considera como de relativa calma para Lampião, este andou pelo menos pelos municípios de Triunfo, Flores, Floresta, Vila Bela, em Pernambuco, além de ter estado no sul do Ceará (cf. *Jornal Pequeno*, 8 de junho de 1923) e na área de influência de José Pereira. Mas a sua dispersão espacial, ainda assinalável em 1923, não tem correspondência em 1924, quando o raio de suas atuações diminui sensivelmente. Lampião passou a gravitar em torno do reduto de José Pereira, desde o segundo semestre do ano anterior, por aproximadamente um ano. Rodrigues de Carvalho chega a afirmar, com provável exagero, que entre 1923 e 1924 Lampião passou mais de seis meses acampado no município de Triunfo (1974:199). Nesse período, Lampião fazia sortidas, tendo-se ferido numa delas, inclusive. Mas retorna ao acolhimento de seus amigos. Por vezes, aquele coito parece funcionar verdadeiramente como uma base de operações, similarmente ao que significou a fazenda Barro para Sinhô Pereira. Segundo Lira, terá sido para Patos de Princesa que o bando dirigiu-se após um dos ataques movidos contra Clementino Furtado (ex-integrante do bando), conhecido como Quelé, em sua fazenda Santa Cruz, no mesmo município (1990:123). Lampião

permanece à sombra daqueles seus coiteiros durante todo o período de sua convalescença, até o saque a Sousa, que lhe foi atribuído, apesar de não ter participado nele pessoalmente. O assalto propriamente dito, ocorrido na madrugada de 27 de julho, foi liderado por Sabino, Antônio Ferreira e Chico Pereira (cf. Chandler, 1981:64) e o lucro nele alcançado pelo bando foi avultado. Oliveira computa em 200 contos os prejuízos avaliados na época (1970:201). Todavia, esse ataque pode ser considerado um novo marco na vida de Lampião, tendo implicado na sua renúncia quase definitiva àquele coito seguro até então.

Chandler comenta que José Pereira Lima ficou afrontado com essa ousadia, recusando-se a manter a proteção aos cangaceiros (1981:65). Seria compreensível tal atitude, inclusive do ponto de vista político: acobertar bandidos capazes de semelhante ato poderia não ser uma atitude bem vista até pelos próprios correligionários. O acoitamento de Lampião em sua área de influência era sobejamente conhecido, ainda que a Marcolino e Marçal - ligados a José Pereira parental e politicamente - tenha sido mais freqüente e diretamente imputada tal atitude. Não terá sido casual que, em virtude do saque a Sousa, a polícia tenha passado a vigiar os trechos entre Lavras e Cajazeiras (reduto de Marcolino) e de Serra Negra a Patos (reduto de Marçal), como consta no *Diário de Pernambuco* de 5 de agosto de 1924. Mas segundo Mello, questões financeiras foram o real motivo da desavença entre José Pereira e Lampião. Este ficou muito descontente com o modo como o outro aplicou os lucros que lhe couberam naquele assalto, datando daí a ruptura definitiva entre eles (1985:25). O chefe político de Princesa passou então a perseguir o bando de Lampião. Sem a sua cobertura, Marçal e Marcolino Diniz não puderam manter por muito tempo sua proteção.

O ano de 1924, com o rompimento com José Pereira, representa um momento de impasse na carreira de Lampião. Permanecer naquela área que claramente privilegiou por essa época significaria certamente perder sua autonomia, deixando de ser um protegido e aliado, para converter-se em dependente. Seu destino, no entanto, foi diferente. Não houve maior hesitação de sua parte em abdicar de tão valiosa proteção, em nome de seus interesses próprios; nesse sentido, é de menor importância as razões imediatas da ruptura com o chefe político de Princesa. Situações não muito diversas viriam a se repetir futuramente. O risco de ter sua força guerreira apropriada por algum potentado político foi permanente. Com efeito, tendo em mente a formação de milícias privadas tal como

foram verificadas historicamente no sertão (conforme foi referido no capítulo 2), a tendência seria justamente essa. Talvez Lampião tenha surpreendido seus poderosos aliados, acostumados a extrair muitas vantagens de seus braços armados, escolhendo a forma mais conveniente para a retribuição. Todavia, nas suas relações de aliança, Lampião recusou a condição de devedor, estando mesmo sempre alerta para não se deixar dominar. Na entrevista por ele concedida ao correspondente de *O Ceará* (17 de março de 1926), por ocasião em que esteve no Juazeiro do Padre Cícero, refere-se a José Pereira como “homem perverso, falso e desonesto” e não perde a ocasião para declarar publicamente que prestou a ele “os mais vantajosos favores”. Nessa passagem, fica claro que Lampião tinha plena consciência do que tinha a oferecer e do valor de seus serviços. Também não estava alheio ao peso político das intrigas pessoais, medindo bem o impacto de suas palavras, aproveitando-se para lançar algumas farpas a seus inimigos. José Pereira não foi seu único alvo. Chamou o Comandante Geral da Polícia de Pernambuco de “velho frouxo” e de “corredor” a Optato Gueiros: “ele nunca fez diligência de encontrar com nós, nós é que matemos alguns soldados mais afoitos”.

A passagem por Juazeiro, a que *O Ceará* tratou de dar a publicidade merecida, constituiu um momento muito favorável para a compreensão da noção que Lampião tinha a respeito de si mesmo. Em alguns trechos da entrevista, suas respostas têm a aparência de uma sinceridade que resvala na ingenuidade. No entanto, toda a matéria publicada revela um homem com aguda consciência de si mesmo e de sua posição naquele ambiente sócio-político. O repórter refere que ele não riu e não largou do mosquetão durante todo o encontro. Sabino Gomes esteve de pé, nas proximidades, também em atenção constante. O estado de alerta em que Lampião permaneceu evidencia-se ainda na carta intimidativa endereçada ao Comandante do Destacamento de Polícia de Juazeiro, publicada no mesmo jornal no dia 31 de março, com a assinatura já precedida da patente de capitão, que não deixaria mais de utilizar.

"Illmo. sr. José Antonio

Eu lhi faço este, ate não devia me sugeitar a ti escrever porem mando ti avizar, pois eu soube que vc, nodia que eu cheguei ahi na fazenda vc., esteve prompto para vir me voltar porem, eu sempre lhe digo que você crie juizo, e deixi de violencias, a pois eu venho chamado é por homem, e mesmo assim, vc. com zuado não me faz medo., Eu tenho visto, é, couza forte, e não me assombra, por tanto vc. deve ir tratar de fazer amigos não para fazer como vc. diz. Sempre lhe aviso que é para depois vc. não se arrepende e nada mais, não se zangue, isto é um consêlho que lhe dou.”

Este seu comportamento verificou-se numa ocasião em que a chegada do bando de 50 homens na cidade causou verdadeiro *frisson* na população que, segundo consta na matéria do dia 17, fez romaria à casa onde estava hospedado. Sua austeridade contrastava, inclusive, com o referido entusiasmo de seus companheiros ao falarem de seus feitos. A atribuição das patentes militares tem provocado reações de desconcerto¹⁶, mas não se deve por isso superdimensionar uma eventual ingenuidade da parte de Lampião. É preciso ter em consideração que, naquele ambiente vivido por Lampião e seus homens, tal arranjo não contrariava as práticas normalmente adotadas. Os governos repetidas vezes valeram-se dos braços armados dos chefes políticos que, por sua vez, habilitaram-se historicamente a apropriar-se da força guerreira de criminosos e bandidos para reduzir seus adversários. Agora, tratava-se de combater a Coluna Prestes, guerra de interesse nacional, mais uma vez apoiada pelas articulações políticas e militares locais. Se os jagunços de Franklin Albuquerque tomaram parte, por que não Lampião? Dada a sua importância relativa, no meio da violência não oficial, por que não ser contemplado com a patente de Capitão? Se houve malogro na sua participação oficial, ele se deveu à sua indiscutível popularidade e autonomia. Fosse Lampião um jagunço de um potentado interessado em combater a Coluna Prestes e seguramente teria seu lugar nas fileiras de combatentes, embora não tão alardeada, e tampouco discutida. Como sua inclusão nos Batalhões Patrióticos acabou sendo frustrada e, portanto, Lampião não mais seria compensado da forma que lhe interessava, a Coluna Prestes deixou de ter nele um inimigo. Foi tão simples para o cangaceiro retirar seu apoio ao governo, quanto fora para colocá-la a seu serviço.

O episódio de Juazeiro é comparável ao rompimento com José Pereira. Decerto, Lampião foi um prestador de serviços aos coronéis; soube oferecer-lhes as vantagens proporcionadas pelo seu modo de vida. Em contrapartida, desfrutou e cultivou ao máximo a proteção e os benéficos que eles puderam assegurar-lhe, cuidando, no entanto, para que em nenhum momento fosse perdida a condição de igualdade com que se relacionava com seus coiteiros mais poderosos. Suas relações de aliança refletem-se espacialmente. Num e noutro caso a reação de Lampião foi a retomada de sua rotina

¹⁶ Pedro de Albuquerque Uchôa viu-se obrigado pelas forças das circunstâncias a assinar o documento em que as patentes militares eram atribuídas a Lampião, Antônio Ferreira (Primeiro Tenente) e Sabino Gomes (Segundo Tenente), segundo narra a Leonardo Mota (1930) num tom jocoso, que foi transposto para a obra deste último. Possivelmente por influência de sua obra, tantas vezes citada, é que o episódio tenha sido conotado de uma comicidade, que ainda prevalece.

deambulante e guerreira, de forma mais acentuada. Largamente compensado por ter atendido ao chamado do padre Cícero, Lampião deixou Juazeiro renovadamente armado, equipado e municiado, às custas dos Batalhões Patrióticos, o que sustentou sua audácia guerreira redobrada. À intensificação das atuações dos cangaceiros, entregues a saques, combates, violências de várias ordens, correspondeu, em ambos os casos, uma maior mobilidade espacial e um aumento do alcance dos deslocamentos comparativamente a um período anterior.

Assim como as relações de aliança exprimem-se espacialmente, o alcance dos deslocamentos pode converter-se em índice das relações de Lampião com seus aliados. A tendência acentuada de gravitar em torno de um ponto reflete relações vinculativas, efetivamente verificadas quando Lampião habitou o reduto de José Pereira. A polícia pernambucana esteve atenta a tal correlação, que veio mais tarde a fundamentar sua estratégia de repressão ao cangaço. Em telegrama dirigido ao chefe de polícia de Pernambuco Souza Leão, de 22 de novembro de 1927, Teófanos Torres¹⁷ presume que pela falta completa de notícias, era provável que Lampião se encontrasse escondido em locais conhecidos por seu célebre coiteiro Ângelo Lima, o Ângelo da Jia. Providências foram tomadas: no dia 30, Souza Leão menciona, também em telegrama, uma força estacionada na fazenda Poço Ferro, em Tacaratu, uma das propriedades do coiteiro. No dia 6 de dezembro, Teófanos Torres revela ao chefe de polícia suas suspeitas de que Luís Lima, filho de Ângelo da Jia e coletor estadual, podia ter incumbido gente sua de revelar segredos policiais aos cangaceiros. Informado dos rumos tomados por Lampião entre 10 de novembro e 3 de dezembro, presume que ele tenha passado “forçosamente pelo domínio de Ângelo da Gia”, no Poço Ferro Mirim - um dos pontos vigiados pela polícia, “passando essa temporada oculto em logares que Luiz Lima devia saber”. Quatro dias depois foi a vez de Souza Leão exprimir suas suspeitas: Lampião demorava-se em Águas Belas, portanto devia estar sendo acoitado por algum protetor. Malgrado todos os esforços, as buscas a Lampião foram infrutíferas naquele mês de dezembro de 1927. Talvez por isso Teófanos Torres tenha afirmado em telegrama do dia 27 que o

¹⁷ Teófanos Torres, responsável pela prisão de Antônio Silvino, foi nomeado Comandante Geral das Forças que operavam contra o banditismo em novembro de 1926, pelo Governador de Pernambuco Julio de Mello. O objetivo maior dessas forças era, expressamente, combater Lampião, conforme consta no *Diário de Pernambuco* de 12 de novembro de 1926.

cangaceiro tinha protetores em Buíque, Águas Belas, Paulo Affonso (atual Mata Grande) e Santana do Ipanema.

Embora não sejam descabidas as suspeitas daquelas autoridades policiais, não se deve concluir que o vínculo funda no espaço, necessariamente, um ponto de gravitação. De outra parte, a sua ruptura também não introduz no mesmo ponto uma força centrífuga. A multiplicação dos pontos de aliança tem como efeito a neutralização do poder de atração exercido por um ou muito poucos pontos de apoio e proteção, dotados de demasiada importância, em virtude mesmo de sua restrição numérica. Assim se explica as últimas conclusões de Teófanos Torres perante sua própria confusão, motivada pela imprevisibilidade do paradeiro de Lampião, em tão vasta extensão espacial. Mas a multiplicação dos pontos de apoio e proteção também anula a repulsão que se exerceria eventualmente num ponto em virtude de um pacto rompido.

A correlação entre alianças de Lampião e suas relações espaciais auxilia a compreender as modificações verificadas nos primeiros anos como líder de bando. A presença persistente em Triunfo e Princesa evoca a adoção de um padrão de deslocamentos muito similar ao de Sinhô Pereira e exprime o estreitamento gradativo da amizade com os potentados daquela região. Rompido o pacto com José Pereira, Lampião tende a se dispersar novamente, recuperando um raio de ação de dimensão muito maior, evocando aquele verificado já em 1922. Mas o rompimento com José Pereira não impediu a aproximação de Lampião, em diversas ocasiões futuras, do reduto de seu inimigo, cujo poder não o intimidava. Seus procedimentos sugerem que o ponto qualitativamente fundado no espaço, através do pacto, ganha novo sentido na ruptura, não desaparecendo nem lhe sendo atribuído um poder inverso, ou seja, de repulsão.

Já em 1925, por exemplo, o *Diário de Pernambuco* (15 de setembro) noticia combates do seu bando contra o sargento Guedes, um dos quais se deu justamente na fazenda Abóboras de Marçal Diniz¹⁸. No início daquele ano, refere Lira, uma das fazendas de José Pereira é incendiada e seu gado é morto por Lampião (Memórias: 173). Em fins de janeiro de 1926, ano em que o cangaço alcançou seu apogeu, o *Jornal do Commercio* de Pernambuco noticia um ataque de Lampião ao lugar Santa Cruz, a cinco quilômetros de Triunfo. No dia 13 do mesmo mês, o *Diário de Pernambuco* refere um

¹⁸ O fato de Sabino Gomes permanecer ao lado de Lampião também sugere a manutenção da aliança com Marçal e Marcolino Diniz.

combate travado entre o bando e forças da Paraíba e Pernambuco, na fazenda Barreiras, pertencente ao “ex-prefeito de Triunfo”. Um telegrama de próprio José Pereira, de 19 de abril, publicado pelo *Diário de Pernambuco*, no dia 25 do mesmo mês, indicava a presença de Lampião e seu então numeroso bando próximo à fronteira de Princesa, após terem assassinado três pessoas nos municípios de Belmonte e Salgueiro, não distantes dali. O *Diário de Pernambuco*, em suas edições de 4 de agosto e 14 de setembro refere também a presença de Sabino naquela região, sendo que em 30 de julho a fazenda Abóboras voltou a ser palco de um combate entre ele e forças policiais, que resultou na morte dos cangaceiros Jurity e Vicente da Penha. Nota-se a manutenção de certo apoio dos antigos coiteiros de Lampião, ainda que tenha sido mediante suas ligações com Sabino.

Há muitas menções à presença de Lampião em áreas próximas ao reduto de José Pereira também em 1927, conforme consta nos telegramas trocados entre o Comandante Geral das forças contra o banditismo, Teófanos Torres, e o Chefe de Polícia de Pernambuco, Souza Leão. Dessa correspondência depreende-se, ainda, que embora Lampião tenha acentuado seus laços de amizade na região de Triunfo e Princesa, as alianças com os parentes de Sinhô Pereira não se desfizeram por completo quando Lampião assumiu a liderança do bando, apesar de seu cangaço não mais corresponder aos objetivos daquela família. No dia 22 de outubro, Teófanos Torres passa um telegrama a Souza Leão com o seguinte conteúdo:

"Lampião vendo impossibilidade viajar montado território Pernambucano devido distribuição rigorosa forças e emboscados todos os logares ontem desenhove horas abandonou montadas na fazenda Pitombeira pertencente a Izidoro Conrado membro família Pereira vg onde se internou caatinga PT Durante toda a tarde ontem grupo viajou atravessando propriedades família Pereira que se diz inimiga bandidos”.

Na mesma noite Souza Leão é informado de que Lampião e Sabino tomaram as montarias na serra da Bernarda, no município de Triunfo, outra vez nas cercanias do município paraibano de Princesa, por onde o bando terá viajado toda a noite anterior “em marcha forçada”. Os cangaceiros estariam com a polícia no encalço a pouca distância durante esse percurso, mas não houve combate. Souza Leão usa um tom enérgico em seu telegrama de 1º de novembro, quando recomenda a invasão a fazenda Pitombeiras para capturar coiteiros e apreender armas e munições. Em resposta a seu lacônico telegrama do dia seguinte - reduz-se à pergunta: “E Lampião?”- Teófanos Torres

apressa-se em situar o bando novamente na fronteira da Paraíba, em caatingas completamente desertas. Num segundo telegrama do mesmo dia diz que na noite anterior Lampião esteve no município de Vila Bela, onde voltou a tomar montarias. Com elas percorreu seis léguas mudando constantemente de direção.

Levando em consideração que a perseguição a Lampião alcançou naquele ano o auge, em Pernambuco, sua presença na região foi de uma ousadia assinalável. A delicadeza daquele período subsequente ao cerco de seu bando à cidade de Mossoró, no Rio Grande do Norte, colocava em xeque a oferta de proteção quase incondicional de que dispôs em alguns momentos de sua vida. Mas nem por isso deixou de recorrer ao apoio pontual de seus antigos aliados, ainda dos tempos de suas andanças ao lado de Sinhô Pereira. Na fase crítica em que se encontrava agora, pôde desfrutar das alianças que não deixou de respeitar, mesmo quando sua segurança parecia certa. Lampião parece ter-se negado sempre, consciente ou inconscientemente, a se fiar num único aliado, ou a não se contentar com o que ele, sozinho, podia oferecer-lhe, pouco importando a importância relativa que alguns foram assumindo em sua vida em diversas fases.

Não puderam seguir sendo exatamente os mesmos os pressupostos que regulavam as relações com aliados no caso de Lampião, por comparação ao de Sinhô Pereira. Apesar deste não ter negado favores de sua força guerreira a seus aliados, a sua entrada no cangaço supunha, concomitantemente, a conversão de integrantes da rede de aliança em que estava inserido na sua vida legal em coiteiros ou aliados na nova modalidade de guerra que passou a efetuar. Desde este ponto de vista, o cenário de sua vida em armas já estava armado, e as alterações posteriores são circunstanciais. São diferentes as circunstâncias da conversão em cangaceiro no caso de Lampião. Não havia motivo por antecipação para que grandes protetores dessem-lhe sua cobertura e, ao mesmo tempo, dá-la seria meio caminho trilhado para a apropriação da sua força guerreira. Há uma diferença entre a natureza das relações entre Sinhô Pereira e o major José Inácio e entre Lampião e seus aliados de Triunfo e Princesa. Seus interesses são diversos, embora articuláveis. O que permitiu a Sinhô Pereira fazer da fazenda Barro o centro de suas operações, sem razão para temer converter-se em jagunço - sua própria origem social constituía de antemão um obstáculo à sua dependência em relação a outrem - foi justamente uma fusão dos interesses de ambos. O fato de José Inácio ter vindo a buscar refúgio junto a Luís Padre corrobora a idéia de que sua relação com aqueles líderes

cangaceiros pressupunha igualdade entre as partes. Mas Lampião e seus irmãos já haviam aderido ao bando de Sinhô Pereira, segundo seu relato a Amorim (*Jornal do Brasil*, 25 de fevereiro de 1969), quando, a chamado de José Inácio, juntou seus homens aos dele para ajudá-lo a resolver pela via das armas um conflito surgido entre seu aliado e Padre Lacerda¹⁹. Esse tipo de procedimento veio a ser o mais viável a Lampião, que intercambiava com seus aliados favores que atendiam a interesses bastante diversos dos seus próprios, correspondentes às posições distintas que ocupavam na sociedade. O prestígio e o poder de seus amigos que aumentavam em seus redutos, inclusive em função da sua temerária amizade, tinha como contrapartida a preciosa proteção para que pudesse atuar mais folgadoamente. Proteção que poderia concretamente ser realizada sob a forma de fornecimento de esconderijo, materiais necessários à sua vida de guerreiro, limitação das ações policiais, em caso de aliados situacionistas, no sentido de dar pouca ênfase à perseguição de cangaceiros, etc. Tendo em vista serem esses os termos das relações de dependência no sertão nordestino, como foi discutido no capítulo 2, a situação de Lampião no que se refere à aliança com José Pereira, Marçal e Marcolino Diniz, parece ter estado a um passo do jaguncismo, principalmente em 1924. Foi isso que Lampião acabou por evitar, ainda que pondo em risco da sua ligação a José Pereira, com a ousadia de um ataque a uma cidade como Sousa ou questionando o investimento do capital através dele levantado. Nos primeiros anos de cangaço, na qualidade de líder de bando, as fazendas de seus amigos foram mais que um centro de operações (que se efetuavam não raro muito longe dali e obedeciam a seus próprios interesses): foram também um reduto para férias, onde Lampião foi realizando seu rápido aprendizado acerca de como lidar, do que tinha para oferecer e do que devia temer e podia desfrutar dos segmentos sociais dominantes. O rompimento com José Pereira não significou uma decadência na sua vida. Muito ao contrário, Lampião estava já preparado para a fase mais intensa da história do cangaço e para enfrentar as perseguições subseqüentes.

Antes que uma perda de território, a desavença definitiva com José Pereira provocou a sua reampliação em outras direções, sem que Lampião tenha abdicado por completo da região que um dia tanto privilegiou. Chandler nota que, de imediato, Lampião tratou de aproveitar-se de uma notícia de sua morte, desaparecendo por algum tempo do cenário

¹⁹ Em 21 de janeiro de 1922, o *Diário de Pernambuco* noticia um assalto em Milagres por 250 cangaceiros de Sinhô Pereira e Cicero Costa, cujo objetivo seria matar o padre Lacerda.

de suas lutas. É provável ter recorrido a outros aliados, que puderam mantê-lo escondido. De toda forma, seguiu-se logo ao ataque a Sousa um confronto com a polícia em Pelo Sinal. Livino Ferreira liderava o bando nesse combate que durou duas horas (*Diário de Pernambuco*, 10 de agosto de 1924). Em fins de agosto, a imprensa já anunciava o interesse de José Pereira em auxiliar a campanha contra o banditismo (*Diário de Pernambuco*, 29 de agosto de 1924). Talvez, no período imediatamente subsequente, tenha sido necessário a Lampião uma pausa em suas atividades, para efetuar sua reorganização. Pausa que não se estende em demasia. Logo no início de 1925 sua presença é assinalada no Piancó, na Paraíba²⁰. Duas fazendas de José Pereira foram incendiadas (cf. Lira, 1990:171) e em seguida, ainda em janeiro, a cidade de Custódia, em Pernambuco, é visitada pacificamente pelo bando²¹. Tendo saqueado e matado o proprietário da fazenda Barra, passam a acompanhar o curso do rio Moxotó, quase alcançando Samambaia, quando desviam-se para leste e, chegando ao lugar Mulungu, cometem um assassinato cruel contra um vaqueiro a quem não conheciam (cf. Rodrigues de Carvalho, 1974:305-6). Esse percurso ziguezagueante, sem rumo perceptível desde um ponto de vista exterior acabará por conduzir o bando, após três semanas de marcha, a Alagoas, estado jamais perdoado por Lampião, por ter ali perdido seus pais. Os habitantes de Pariconhas, onde Lampião exigiu roupas e dinheiro dos comerciantes, e do município de Paulo Afonso (atual Mata Grande) voltam a estremecer ante a aproximação dos cangaceiros. De retorno a Pernambuco, já em fevereiro, trava-se um dos combates mais célebres de Lampião, no sítio Serrote Preto, contra forças paraibanas e pernambucanas que vinham seguindo em seu encalço ao longo do percurso. Nesse combate, a força paraibana, posicionada entre três fogos (o que partia da casa de taipa onde Lampião e parte de seus homens aguardaram a chegada da tropa, o de Livino, que comandou um ataque pelo flanco esquerdo, e o da força pernambucana, que situou-

²⁰ Esse dado é fornecido por Chandler (1981:67). Curiosamente, o *Jornal do Recife*, em 29 de janeiro, transcreve uma notícia do *Jornal de Flores*, denunciando o envio de cartas por Lampião exigindo uma quantia em dinheiro - exigência prontamente cumprida - aos coronéis Barros, João Neco e ao Tenente-Coronel Richamer Barros. Este seria empregado federal na cidade de Princesa, filho do Coronel Barros, que também era sogro do então prefeito de Flores. A ousadia da ato torna mais intrigante o fato do *Jornal* afirmar que Lampião estaria então, “calma e traçoiramente [sic]” hospedado numa fazenda pertencente a José Pereira Lima, a oito léguas da cidade de Flores. As outras fontes de que dispus não confirmaram essa notícia. De todo modo, a posição geográfica de Lampião naquela época é refutada.

²¹ Segundo Rodrigues de Carvalho, a única despesa não paga por Lampião foi a referente ao envio de um telegrama desaforado ao Governador Sérgio Loreto. Nenhum cidadão sofreu prejuízos individuais portanto. A presença na cidade foi prolongada: 24 horas segundo este autor (1974:304-5) e quase dois dias, segundo Chandler (1981:67)

se na retaguarda) foi quase totalmente dizimada. Segue-se a essa vitória fragorosa do bando seu desaparecimento que, segundo Rodrigues de Carvalho (1974:323), durou dois meses. Mas ao longo do mesmo ano registrou-se a presença do bando de Lampião nos municípios de Cabrobó, Floresta, Flores, Triunfo e São Caetano (atual Betânia), onde passou o natal, como teria feito também em 1924 (cf. Lira, 1990:171), em Pernambuco. O município de Princesa foi novamente visitado em setembro, mais precisamente Caboré e Alagoa do Serrote. Chandler (1981:72) registra sete mortos e vários feridos. Mello destaca aí o assassinato cruel de um velho de 96 anos e um jovem de 12 (1993:74). Seria uma reação de Lampião pela morte de seu irmão cerca de um mês antes, no encontro com forças paraibanas (por trás da sua atuação estaria José Pereira) no sítio Tenório, no município pernambucano de Flores (cf. Oliveira, 1970:199-200). Não terá sido só para cometer os assassinatos que Lampião conduziu seu bando naquela direção. A fazenda Abóboras, em momento de tão acirrada perseguição, foi outra vez cogitada como esconderijo. Lá se dá, efetivamente, a emboscada à volante comandada pelo sargento José Guedes. Em outubro, Chandler refere a presença de Lampião nas proximidades de Maurity, no Ceará, onde fica por algumas semanas, solicitando dinheiro aos coronéis (1981:73).

O alcance dos deslocamentos de Lampião é assinalável, principalmente comparado à timidez que marcou seus movimentos em 1924. Mas o ano de 1926 revelar-se-ia ainda mais dinâmico, tanto no que se refere aos combates quanto às andanças do bando. Os sertões do Ceará, Alagoas, Pernambuco e Paraíba voltam então a ser percorridos pelos cangaceiros de Lampião. Mal iniciara o ano, quando foi travado o combate na fazenda Barreiras entre o bando e as forças coligadas da Paraíba e de Pernambuco. Ao fim do mesmo mês de janeiro, o lugar Santa Cruz sofreria um ataque que resultaria na morte de quatro pessoas (*Jornal do Commercio*, 29 de janeiro de 1926). Em 23 de fevereiro, na fazenda Serra Vermelha, em Vila Bela, mata José Nogueira, cunhado de José Saturnino²². No mesmo dia o bando combate a Coluna Prestes, por equívoco: os cangaceiros pensaram estar diante da polícia.

²² Chandler obteve de Genésio Ferreira a informação de que Lampião viu uma carta em posse de um dos moradores da fazenda, em que José Nogueira denunciava vários coitos do bandido e ainda oferecia munição. A carta era endereçada aos Flor, que compunham as hostes dos nazarenos, inimigos ferrenhos de Lampião (1981:76).

A Coluna Prestes havia trazido mais um elemento de turbulência nos sertões nordestinos, tendo gerado no entanto uma mobilização muito mais portentosa das tropas públicas e privadas, montadas para seu combate. Momentaneamente, os cangaceiros deixaram de ser os alvos preferenciais das perseguições policiais²³; a expulsão dos Revoltosos era muito mais urgente. A isto dedicou-se inteiramente o Coronel João Nunes que, tendo ido ao Piauí, forçou-os a se retirarem para Valença. De retorno a Pernambuco, no entanto, pôs-se novamente em perseguição a Lampião, tendo recebido notícias de sua aproximação do município de Alagoa de Baixo (*Jornal do Commercio*, 10 de fevereiro de 1926). O próprio coronel José Pereira Lima, também esteve empenhado na defesa de seu reduto contra a Coluna Prestes, tendo arregimentado 500 homens para este efeito (*Jornal do Commercio*, 12 de fevereiro de 1926). Mas não deixará de estar por trás, oportunamente, das perseguições a cangaceiros movidas por forças volantes da Paraíba, dentro e fora daquele estado. A passagem da Coluna Prestes desviou para si as atenções dos sertanejos que, por um breve período, deixaram de ver em Lampião a maior das ameaças às suas vidas e patrimônios. Desvio rápido, mas eficaz e suficiente para gerar iniciativas afoitas e oportunistas no que se refere às articulações efetuadas no sentido de combater a Coluna Prestes. Os chefes locais apressaram-se a prestar seus serviços à pátria, um elemento importante nas barganhas políticas do ponto de vista dos poderes locais. Num desses arranjos teria entrado Lampião, que não deixaria de lucrar com a iniciativa. Dias depois do referido encontro e combate casual com os Revoltosos, Lampião chegaria a Juazeiro, no Ceará, a chamado do padre Cicero, acompanhado de 49 cangaceiros, prontos para se converterem em fiéis defensores da ordem legal. Deixam a cidade a 8 de março, ingressando novamente em território pernambucano. Lampião é visto no povoado de São Francisco, em Vila Bela, estarrecendo os parentes e outros moradores, pela sua farda militar (cf. Chandler, 1981:83). Dirige-se então ao rio São Francisco, na altura de Cabrobó, com a finalidade de dirigir-se à Bahia. Mas a polícia pernambucana não reconhece sua patente.

²³ Em relatório de 1926, o Governador Sérgio Loreto refere o aumento da audácia de Lampião por ocasião da invasão dos Rebeldes dos sertões nordestinos. O cangaceiro teria aproveitado para entrar em Nazaré, reduto de figadais inimigos que a sua vida em armas produziu. Ferraz (1978:227-229) descreve o cerco efetuado pelos cangaceiros. Sua tática consistiu em evacuar todos os habitantes das cercanias do povoado, num raio de 40 Km. Lampião tencionava impedir o abastecimento dos nazarenos. No entanto o cerco foi rompido por almocreves que, arriscando a própria vida, mantiveram o fornecimento de cereais. Daí o malogro dos cangaceiros. O volume dos "Relatórios dos Presidentes de Província" de Pernambuco encontra-se no Arquivo Público de Recife.

O breve e enganoso retorno à legalidade conferiu uma previsibilidade nos deslocamentos dos cangaceiros, similarmente ao que se passara anos antes, quando era sobejamente conhecido seu homizio junto a Marçal e Marcolino Diniz. Eles dirigiam-se a Bahia, porque ali estava o novo foco de seus combates. Desfeito o equívoco, seus deslocamentos destituem-se, novamente, de um foco de gravitação. Lampião e seu bando fazem um *demi-tour*. Não demora a ser notada a presença do bando em Salgueiro²⁴. Um pouco mais de um mês depois da primeira passagem do bando, a cidade vizinha de Juazeiro, Barbalha, inquieta-se novamente com sua chegada. Afirma Chandler (1981:84) que Lampião desejava apenas pedir a benção do padre Cícero, que no entanto não permite sua entrada em Juazeiro, conforme ele mesmo declararia à imprensa da capital cearense²⁵. O bando então retira-se do Ceará e passa a transitar novamente pelas áreas contíguas da Paraíba e de Pernambuco até abril, cometendo saques, depredações e violências contra os habitantes. Sérgio Loreto declarou que os cangaceiros foram repelidos em Custódia e Jeritacó, mas lograram invadir o povoado de Algodões²⁶, em Pernambuco, onde foram praticados “os crimes mais hediondos”. Conforme prossegue o governador Sérgio Loreto em seu relatório, uma volante que partiu em sua perseguição desde Custódia teve um encontro com os cangaceiros no município de Jatobá (atual Petrolândia). A partir de então os cangaceiros internaram-se em regiões desertas, para só voltar a aparecer em Alagoas. Esses acontecimentos, certamente, deram-se entre os meses de março e maio.

Alagoas volta a ser atacada pelo bando nos primeiros dias de junho. As andanças do bando pelos municípios de Paulo Afonso (Mata Grande), Água Branca, Pão de Açúcar, Piranhas, Santana do Ipanema e Olho d’Água das Flores são acompanhadas de saques, depredações, violações, assassinatos e seqüestros a resgate²⁷, tudo isso em questão de

²⁴ Em seu relatório de 1926, Sérgio Loreto afirma que os cangaceiros terão arrebanhado animais para lhes servir de montaria, a exemplo dos Revoltosos. Do município de Salgueiro teria rumado para o de Alagoa de Baixo (atual Sertânia) (cf. “Relatórios dos Presidentes de Província”, de Pernambuco). Segundo Chandler, o bando terá capturado dois revoltosos em Salgueiro, tendo-os enviado para Juazeiro (1981:84).

²⁵ As declarações do padre Cícero foram negadas por um comerciante de Barbalha, que se disse convicto da nova entrada de Lampião em Juazeiro. O cangaceiro teria sido visto às 21:30 do dia 8 de abril nas imediações da cidade (*O Ceará*, 18 de abril de 1926).

²⁶ As declarações de Sérgio Loreto constam nos “Relatórios dos Presidentes de Província”. A invasão ao povoado de Algodões deu-se na segunda metade do mês de abril (cf. Chandler, 1981:87; Melo, 1988:208).

²⁷ Um dos seqüestrados foi Genésio Luna, irmão do Coronel Ulisses Luna, protetor da família Ferreira quando da sua tentativa de radicar-se em Alagoas, após a querela com José Saturnino. Genésio foi capturado no dia 6 de junho e solto dias mais tarde, sob o pagamento de um resgate de 5 contos de réis.

dias (cf. Chandler, 1981:88-91; *Diário de Pernambuco*, edições de 23 de junho a 4 de julho de 1926). Os prejuízos provocados pelos cangaceiros foram tão avultados que os comerciantes locais decidiram organizar uma campanha para angariar 150 contos de réis para remediar os colegas mais afetados por aquela onda de destruição (*Diário de Pernambuco*, 9 de julho de 1926)²⁸.

Vila Bela e Triunfo voltam a contar com a presença sempre turbulenta de cangaceiros em fins de julho e início de agosto. Um filho de José Nogueira resistiu ao lado de 3 companheiros a um tiroteio de três horas contra 85 cangaceiros, na mesma fazenda em que seu pai havia sido assassinado meses antes. Cercos semelhantes sucedem-se no município de Floresta ainda no mês de agosto, mais precisamente na fazenda Favela, no dia 18 (cf. Mello, 1985:208) e na fazenda Tapera, dias mais tarde (cf. Chandler, 1981:92-93; Mello, 1985:208; *Diário de Pernambuco*, 1º de setembro de 1926). Nesta última, treze pessoas da mesma família, a dos Gilo, foram dizimadas pelos cangaceiros, em virtude de uma ardilosa intriga de Horácio Novais, membro de uma família influente naquele município, que aderira dias antes ao bando. Passados poucos dias, o bando, então com 105 homens, já entrava em Cabrobó, onde pôde desfrutar de horas pacíficas e boa recepção dos habitantes, que se alvoroçaram desde a véspera, com o anúncio telegráfico de sua chegada (cf. Oliveira, 1970: 218;)²⁹. Mas a trégua foi curta. As peripécias do bando têm continuação e ainda em setembro trava-se combate renhido na fazenda Tigre, no município de Floresta, onde Lampião é levemente ferido. Seu irmão Antônio assume a liderança do bando e é visto em Jacaré, rumando em direção a São Caetano (em Flores), no dia 27 (*Diário de Pernambuco*, 28 de setembro de 1926). O

(cf. *Diário de Pernambuco*, 1º de julho de 1926). De acordo com Ferraz (1978), Ulisses Luna negou proteção a Antônio Matilde e aos irmãos Ferreira quando informado dos ataques promovidos por eles em Pernambuco, antes da adesão dos Ferreira ao bando de Sinhô Pereira. Aí reside a provável explicação para tal seqüestro.

²⁸ O sobressalto da população daquela região alagoana é passível de avaliação através das notícias provenientes daquele estado, publicadas pelo *Diário de Pernambuco*, ao longo dos meses de agosto e setembro, quando Lampião estava já distanciava-se dali. Por meio desses informes Recife pôde acompanhar o crescimento espantoso do bando nesse período, que tanto inquietava os sertanejos de Alagoas. Em setembro, o bando deve ter atingido os 100 componentes (cf. *Diário de Pernambuco*, 12 de setembro de 1926), o dobro dos cangaceiros que estiveram em Juazeiro em março. Em novembro, o número aumenta para cerca de 120, o limite máximo jamais atingido por um bando de cangaceiros (cf. *Diário de Pernambuco* de 28 de novembro de 1926).

²⁹ Oliveira contou com o depoimento de sua mãe, professora da escola local, que terá chegado a trocar algumas palavras com Lampião, para efetuar a descrição dos acontecimentos relativos à presença de Lampião em Cabrobó. O fato não foi amplamente divulgado pela imprensa. Não deve haver exagero da autora quanto ao número de efetivos do bando, levando em conta as observações da nota anterior.

bando não se deixa intimidar pelo ferimento do líder maior. Em 1º de outubro, 126 cangaceiros põem a força paraibana em fuga, nas proximidades de cidade de Floresta (Mello, 1985:208). Até o fim do ano, os cangaceiros transitam pelos municípios de Floresta e Vila Bela, atuando ousadamente. O seqüestro de dois caixeiros viajantes, um da Standard Oil Company e outro da Souza Cruz, é o acontecimento ao qual a imprensa destinou maior destaque. A perseguição da polícia motivada por esse seqüestro culminou no combate de Serra Grande, em que o bando com cerca de 90 homens desferiu uma derrota vergonhosa às forças policiais: eram 260 soldados nessa ocasião. Vinte foram mortos e outros trinta terão sido feridos naquele dia 14 de dezembro.

5. Nomadismo, Alteridade e Domínio

Laços Cangaceiros

O aumento alarmante do número de ocorrências registradas, relativas à presença e aos ataques do bando de Lampião nas diversas localidades, expressa cabalmente a intensificação da atuação dos cangaceiros. Mas curiosamente não corresponde a esta intensificação um alargamento proporcional do alcance dos seus deslocamentos. É certo que a área abrangida pelas andanças dos cangaceiros aumentou de modo assinalável por comparação ao que foi verificado em 1924. No entanto, seus limites no apogeu do cangaço não diferem do modo tão expressivo, pelo menos não como se poderia esperar, daqueles válidos para o ano de 1922. Ou seja: para os cangaceiros, andar muito não significou necessariamente ir para mais longe. O aumento indiscriminado do raio de ação, aliás, não lhes trouxe como contrapartida maior êxito nas suas campanhas, como veio a demonstrar a incursão desastrosa ao Rio Grande do Norte em 1927.

Há então um impasse aparente: seria tão prejudicial, na perspectiva dos cangaceiros, atuar numa área muito restrita quanto numa excessivamente grande? Creio que o problema situa-se menos na dimensão, do que na produção espacial, como reflexo das relações sociais. Da entrega da proteção a um só grupo de aliados e da abstenção de proteção decorreram, no cangaço de Lampião, riscos proporcionais.

A área de atuação do bando podia ser indefinida, mas não indiscriminada. O alargamento e a indefinição dos limites são fruto da multiplicação dos pontos no espaço e da neutralização causada pelo poder de atração exercido individualmente por cada um deles. A regularidade dos deslocamentos de Lampião não se expressa pela presença de um eixo prévio aos seus percursos, nem pela existência de um ponto de retorno, mas justamente pela ausência de ambos a par de uma paradoxal recorrência a vários pontos de aliança, de abastecimento e de combate.

Seria redutor entender a produção espacial do cangaço de Lampião como mera decorrência das fugas às perseguições por ele suscitadas. As organizações guerreiras que lhes precederam, dotadas de sedes únicas ou múltiplas, já constituiriam uma evidência nesse sentido. Mas em virtude do caráter propriamente nomádico do cangaço de Lampião, isto é, da ausência de eixos prévios aos seus deslocamentos, verifica-se uma tendência a estabelecer uma associação simplista entre sua intensa mobilidade e a fuga. A

dificuldade de compreensão do nomadismo induz com frequência o analista a atribuir uma casualidade - ou a sua própria confusão - à natureza dos deslocamentos dos cangaceiros. Santos (1958:45) certamente traduziu o pensamento de muitos quando afirmou que eles “não têm rumo certo, porque incerta é a marcha dos cangaceiros. O rumo do cangaço é ao deus-dará”.

Ausência de eixos prévios ou fixos não significa deslocamento desordenado. Dificilmente o cangaço teria durado tanto tempo se não obedecesse a alguns princípios. Aqueles guerreiros não podiam deixar de ter estratégia na forma como se deslocavam. Algumas delas são de conhecimento geral: evitar estradas (abdicar, em consequência, embora não absolutamente, ao uso de montarias); recorrer a informações; fundar locais de acoitação, de fornecimento; privilegiar o uso da caatinga, etc. Põe-se desde logo em questão a arbitrariedade das decisões relativas a quando, como, por onde, para onde se deslocar. Se o espaço dos cangaceiros não é dotado de eixos, ele é por outro lado pontuado. Em glossário, Araújo (1984:387) define “ponto”, para os cangaceiros, como “lugar onde escondiam armas, munições, remédios. Lugar de encontro”. A sobrevivência dos cangaceiros também dependia dos pontos de água, de uma orientação eficaz, do conhecimento da topografia da região, dos terrenos, etc., tudo que viabilizasse seu abastecimento, fugas rápidas, esconderijos, etc. Esses pontos de aliança e abastecimento, em que se incluem as cidades, conferem uma heterogeneidade ao espaço do cangaço. São análogos, nesse sentido, aos pontos de água e às pastagens móveis no espaço beduíno do deserto. Como neste contexto, os pontos são móveis e, muitas vezes, efêmeros. Não configuram centros de convergência no espaço.

A dificuldade de compreensão da espacialidade nômade vem na verdade a se acrescentar a uma problemática muito mais ampla relativa à noção antropológica de espaço social. Profundamente influenciado pelo conceito de fato social total de Mauss, Condominas (1977) propõe como definição de espaço social, “l'espace déterminé par l'ensemble des systèmes de relations, caractéristique du groupe considéré”. Com tal formulação, Condominas pretende colocar em relevo aspectos da espacialidade dos diversos grupos sociais, muitas vezes negligenciados nas delimitações espaciais a eles associados em estudos antropológicos. A justificativa de uma proposição tão sintética é justamente a intenção de elaborar um conceito o menos restritivamente possível, que levou o autor a se apoiar, declaradamente, no sentido mais lato de espaço. Assim, o

espaço geográfico, o habitat, mas também o aspecto dinâmico introduzido pela idéia de “espaço de tempo”, por exemplo, são abrangidos em sua concepção. Poder-se-ia pensar que à custa de sua conceitualização incorporar uma indefinição, ela poderia não ser operatória. Mas são tais condições que permitem a abrangência de relações espaciais de diversas ordens, que seriam excluídas caso o conceito fosse mais delimitativo. A identificação do espaço ao habitat, à circunscrição territorial de uma aldeia, para utilizar alguns exemplos apresentados por Condominas, implicaria ignorar a espacialidade expressa mítica e ritualmente, e também aquela decorrente de sistemas de intercâmbio de bens, das relações de parentesco e vizinhança, de comunicação.

Também as relações espaciais dos sertanejos não tendem a reduzir-se às fazendas ou às cidades em que fixam suas residências. Consta no “conjunto de seus sistemas de relações características”, as relações vinculativas da parentela, que possui, como já foi referido, implicações nas de vizinhança, na política, na economia. Contam ainda, muitas vezes de modo articulado com estas relações, os deslocamentos com objetivos de visita, de peregrinações religiosas, de comércio (as idas às feiras, as viagens dos almocreves, as conduções de boiadas, etc., que promovem localmente, e ao longo dos percursos, relações mais que comerciais.), de guerra, de festas.

Por comparação às produções espaciais características na sociedade sertanejas, situa-se com maior clareza a diferença introduzida pela produção espacial nômade, peculiar ao cangaço. A constatação da intensa mobilidade espacial dos diversos segmentos sociais sertanejos, incluindo aí a polícia, pode induzir a enganos. Muita mobilidade não expressa necessariamente nomadismo. Para compreender essa diversidade vale esboçá-la à luz do instrumental da geometria euclidiana, isto é, o ponto, a linha e o plano, modo eficiente, ainda que imperfeito, pela intimidade adquirida por ele no ocidente³⁰. Uma representação do espaço dos cangaceiros fatalmente diferiria da dos sedentários, em virtude, primeiramente, da relação entre pontos e linhas. Não constituindo, genericamente, centros de convergência no espaço, os pontos fundados pelos cangaceiros são antes, como propõem Deleuze e Guattari (1980:489), etapas das trajetórias, subordinados a elas. Assim, ao invés de uma reta entre dois pontos, (entre a partida e o objetivo da

³⁰ A aplicação desse instrumental da geometria clássica apoia-se na proposta de Deleuze e Guattari em “O Liso e o Estriado”. Não há intenção aqui de fazer uma transposição do trabalho desses autores, mas apenas de aproveitar neste contexto alguns aspectos de sua análise.

viagem), que representaria o deslocamento do sedentário, obter-se-ia neste outro contexto, um ponto entre dois segmentos de reta. O viajante nômade preenche suas jornadas de pontos, enquanto o sedentário tende a penar o vazio do intervalo entre seu ponto de partida e o de chegada: para ele é a trajetória que se subordina aos pontos. Estes pontos dos sedentários relacionam-se ainda com funções identificadas aos objetivos dos deslocamentos, isto é, ao comércio, à visita, à guerra, à festa, etc. No caso do nômade, as diversas funções (abastecimento, guerra, proteção, etc.) são facultadas no decorrer da trajetória. Mas é também diferente num e noutro caso a relação dos pontos e das linhas com o plano. O modelo proposto por Rassestin (1980), por exemplo, só teria maior validade para o espaço propriamente sedentário. Aí, os pontos estão distribuídos num espaço fechado, são fixos, ligados um a outro por linhas de comunicação, que formam uma malha. É sempre por referência a eles que o viajante sedentário se desloca, para mais longe ou mais perto de seu ponto de partida. Correspondentemente, o sertanejo obedece às trajetórias previstas nessas malhas de comunicação, às suas eventuais rotas comerciais ou religiosas, utilizando-se dos pontos pré-fixados, pelas cidades, pela distribuição de sua parentela, pelas feiras, etc., que delimitam sua circunscrição espacial, dão-lhes referência e impõem ao mesmo tempo condutas a eles também previamente associadas.

Mas no caso dos cangaceiros, onde estão as delimitações de seu espaço? Para onde vão e qual é o local de retorno? As fronteiras do cangaço não são nítidas, e não há porque supor sua existência *a priori*. Não há nem mesmo uma separação bem delineada entre espaço de ação e espaço de esconderijo, que caracterizaria outros movimentos de banditismo³¹. Seu deslocamento não implica retorno. Não porque os pontos não voltam a ser utilizados, mas, em virtude da ausência de centros no espaço, porque o movimento deixa de ser relativo, tornando-se absoluto. Por seu intermédio é que os pontos podem ser fundados.

Apesar dos cangaceiros terem podido superpor o seu espaço ao dos sertanejos, pode-se dizer que eles não o compartilham da mesma forma. Do ponto de vista os últimos, a chegada dos primeiros é sempre, pacífica ou não, uma invasão. Introduzem uma desordem num espaço ordenado, dotado de delimitações, que criam ou refletem

³¹ Para os clássicos salteadores de caminhos, as cidades eram suas fontes de abastecimento, as estradas seus pontos de ataque e as montanhas seus esconderijos. Seu território é claramente repartido.

condutas coletivas no tempo e no espaço (cf. Rassestin, 1980). Oliveira (1970:218-228) relata detalhadamente os efeitos da chegada do bando de Lampião na cidade de Cabrobó, quando a rotina é de imediato interrompida. As ruas ficam desertas, as janelas fecham-se. Como efeito mais contundente da quebra da ordem, os três policiais do destacamento - em que se concentraria a função de garantia do ordenamento espacial, como prevê Rassestin (1980) -, a pedido dos próprios moradores, retiram-se, entregando a cidade às transformações que presidem à chegada dos cangaceiros.

O espaço mais intimamente associado aos cangaceiros é o da caatinga, por tanto tempo alheia às modificações, ordenamentos ou domesticação do homem. Muito menos do que os colonizadores, os cangaceiros parecem ter teimado em não permitir sua alteração. Daí os atos de vandalismo praticado por eles contra toda tentativa de expansão de redes de comunicação e estradas. O corte sistemático de linhas telegráficas e toda sorte de danos causados às obras rodoviárias e aos trabalhadores engajados nessa atividade respondem à preocupação cangaceira em manter uma qualidade do espaço que se relacionava com um modo de ocupação que lhe era exclusivo. O que para o resto da população constituía um obstáculo a ser vencido, mediante operações de recortes efetuados pelas malhas de comunicação, foi para os cangaceiros o seu meio privilegiado de vida. Montenegro (1973) chegou a atribuir à estrada de rodagem e à proliferação dos veículos automotores o fim do banditismo nos sertões nordestinos. Sem dúvida ocorreu uma alteração qualitativa do espaço no sertão ou, para utilizar a terminologia de Deleuze e Guattari (1980), o seu estriamento. Segundo estes autores, uma das características do espaço estriado é a sua homogeneização, visto que a sua repartição, enquanto operação, implica mensurabilidade, que por sua vez implica quantidades homogêneas. Em oposição, a heterogeneidade caracteriza o espaço liso, não repartido. É este o espaço nômade: ele é ocupado, ao invés de ser repartido pelos homens.³² Da mesma forma que o espaço pode sofrer estriamento, é também possível alisá-lo, ou seja, anular as circunscrições ou delimitações prévias. O movimento absoluto dos cangaceiros, seus procedimentos no sentido de impedir que o espaço que privilegiaram fosse recortado correspondem a um alisamento espacial.

³² Notar como o processo de colonização envolveu como medida fundamental a repartição do espaço em sesmarias, que habitualmente mediam três léguas em quadro e a abertura de caminhos. A defesa das fronteiras entre as fazendas foram objeto privilegiado das lutas sertanejas. O processo de civilização do sertão e as lutas contra o índio exemplificam claramente o esquadramento do espaço.

Se os cangaceiros efetuam um alisamento espacial, a questão do limite retorna: o espaço do cangaço é aberto. A partir do trabalho de Bonne-Maison, acerca dos big-man das Novas Hébridas, obtém-se um exemplo distante, mas de grande valor no que toca à problemática dos limites num espaço aberto (cf. Paul-Lévi, 1983:48-49). Os big-man têm ali um estatuto especial, escorado num prestígio só alcançado mediante uma vida errante. Eles promovem as principais cerimônias nas aldeias, visita-as constantemente, a fim de reforçar seu prestígio que, no caso dos mais proeminentes, é reconhecido até em outras ilhas. Como consequência alguns big-man chegam a não ter moradia particular em sua própria terra natal. Andando de aldeia em aldeia, dorme sempre nas casas dos moradores locais, pelo que passa a ser, paradoxalmente, objeto de escárnio de seus inferiores.

O exemplo dos big-man oferece auxílio na compreensão do espaço dos cangaceiros em dois sentidos. Primeiro, pelo fato de seu poder consolidar-se na medida em que ele vaga, fazendo-se conhecido, atuando em momentos fundamentais da vida social. Por sua vez, os cangaceiros associavam-se aos poderes locais ou impunham-se contra eles; resolviam, à sua maneira, querelas e pendências conflituosas; promoviam festas; distribuíam riquezas, etc. Em segundo lugar, as fronteiras do cangaço, como a dos big-man, são tênues. No lugar de um espaço fechado, os cangaceiros têm um raio de ação que é expandido em várias direções e em contrapartida pode sofrer retrações locais. Tais limites parecem estar sempre mais além; seu espaço de atuação parece ser menor e maior ao mesmo tempo.

* * *

O nomadismo efetuado pelo cangaço faculta, ao longo das trajetórias percorridas pelo bando, o surgimento de oportunidades para travar novas alianças, voltadas para objetivos diversos e muitas vezes pontuais. Todavia, elas não são necessariamente interrompidas após a passagem dos cangaceiros. Ambas as partes podem vir a valer-se uma da outra em momentos futuros. A reprodução ao infinito desse tipo de relação, ao mesmo tempo que obsta o surgimento de dependência da parte de Lampião com relação a um único coiteiro ou grupo de coiteiros, aumenta, por fragmentação na contribuição que podem oferecer-lhe, a disponibilidade dos recursos de todos os tipos, mais ou menos necessários à continuidade de seu movimento. Todos os segmentos da população têm potencialmente algo com que favorecer o bando de cangaceiros, podendo em

contrapartida ser também beneficiado por ele, proporcionalmente ou não. É certo que o fornecimento material, de esconderijo, de proteção, de víveres e de bens materiais em geral podem implicar uma certa condição econômica e até política (por exemplo, o controle local da polícia). Correspondentemente, Gueiros (1953:33) salienta que coiteiros propriamente ditos, isto é, aqueles que mantinham negócios com os cangaceiros, eram em “número resumido”. Mas a rotina do cangaço esteve alicerçada também no auxílio pontual a que estavam aptos a prestar virtualmente todos os segmentos sociais sertanejos, dos mais aos menos abonados. A própria amplitude espacial adquirida no movimento tornou indispensável o recurso maciço a informações, a serem dispensadas por todos aqueles que tivessem em melhores condições do que os próprios cangaceiros para acessá-las. Informações relativas, por exemplo, à posição das forças policiais volantes, ou mesmo de outros membros do bando ou de algum de seus grupos componentes, e até de onde e junto a quem obter auxílios de outro tipo, inclusive os mais prosaicos. O sr. Francino contou como Lampião foi parar na fazenda onde seu pai era vaqueiro, para pedir almoço para si e seu bando.

“Quando ele saltou ali Pernambuco pra Bahia tinha um povoadozinho por nome Algodão; aí encontrou um rapazinho lá que era chofer de um padre: Zé Sozinho. E disse a Zé Sozinho: ‘você vai me levar no Tucano’. Quando ele chegou na fazenda, na estradinha prá Tucano, fazenda Canabrava, ele perguntou, tava com fome, disse: ‘será que tem algum homem aqui que possa nos dar um luz?’ Aí Zé Sozinho disse: ‘aqui não conheço. Tem ali dá uma voltazinha no Cabrito esse pode’. (...) Aí chegou o carro. ‘Eh Zé Cabrito! Vem cá vê Lampião! Vem na sua casa.’ Aí meu pai pensava que era os rapazes aqui de Tucano acostumado a ir tocar violão. ‘Bota esse danado prá cá que eu quero conhecer...’ Ele veio saltou, saltou no chão pegado no fuzil. Pegou meu pai, abraçou. Diz Zé Sozinho: ‘Zé Cabrito esses homens vêm com fome, cê pode dar uma luz?’ ‘Posso, matei um carneiro hoje, demora a cozinhar’. Ele tinha deixado cinco homi num ponto do rio do Masseté. Voltou foi ver os outros. Chegaram, meu pai esquentou o almoço, almoçaram. Quando foi de tarde foi levar ele no Tucano. Aí ele conversou muito mais meu pai. Esse Zé Sozinho era muito amigo dele”.

Um sertanejo poderia cumprir pontualmente também, entre outras coisas o papel de *positivo*, de guia - nas regiões desconhecidas pelos cangaceiros -, de comprador transportador de mercadorias adquiridas nas cidades, nas inúmeras vezes em que o acesso direto era comprometido pela presença de inimigos. Assim, tornou-se difusa a disposição espacial dos pontos de apoio ao cangaço, que pelo menos a nível mais imediato esteve disponível em toda parte. Nessas condições, não há um comprometimento espacial na possibilidade de atuação do bando - sua passagem nas mais débeis condições para a Bahia, em 1928, onde Lampião jamais havia estado

enquanto cangaceiro, demonstra bem isso - como poderia haver, caso suas necessidades pontuais não pudessem ser satisfeitas em qualquer situação. Em contrapartida, a amplitude máxima do raio de atuação do cangaço dota-o, proporcionalmente, de poder de aliciamento de aliados, outra vez pertencentes aos mais diversos segmentos sociais, atentos e de alguma forma interessados em seu poder bélico, sua prosperidade, seu modo de vida, ou tão somente em escapar às suas ofensivas.

Ao multiplicar seus pontos de apoio, através dos arranjos de aliança locais - porque viabilizados pelo percurso - o poder de Lampião ampliou-se e facultou o alargamento espacial do cangaço. Foram as alianças com segmentos sociais das camadas inferiores que fortaleceram o chefe dos cangaceiros o suficiente para que ele pudesse manter relações com os representantes das camadas dominantes em condições de igualdade. Já não há um pressuposto de dependência, pelo menos de sua parte. Por mais valiosos que sejam os préstimos oferecidos por um coiteiro política e economicamente poderoso, Lampião estava apto a renunciá-los, porque os mesmos proventos, de alguma forma, poderiam ser obtidos por ele alhures. Um outro coiteiro em situação semelhante ao renegado poderia fazê-lo ou, senão, uma pluralidade de coiteiros menos poderosos; o fornecimento apenas passaria a ser fragmentado.

Em virtude das ameaças que representavam Lampião e seu numeroso bando, não era conveniente negar-se a um pacto com ele. Se porventura certos coiteiros confiaram na sua defesa privada, negando-se a atar laços com o cangaceiro, muitos outros decidiram por tomar o caminho inverso. Ou porque o esforço para proteger-se de Lampião trazia maiores danos e despesas do que a aliança poderia acarretar, ou porque constataram e apreciaram o fato de que nem só prejuízos trazia a sua amizade. O coronel Petronilo Reis valeu-se dela. Consta que em sociedade com ele Lampião terá comprado fazendas (Machado, 1978:78)³³. Certo é que não tardou que fosse dado a conhecimento público o homizio de Lampião em suas terras. Menos de um mês após a chegada do cangaceiro em terras baianas *O Imparcial* (4 de setembro de 1928) já divulgava essa notícia, obtida através do depoimento ao secretário de polícia de Quindu, ex-integrante do bando. Entretanto o coronel Petro aparentemente subestimou o poder de seu aliado. Quis desfalcá-lo - ou negou continuar concedendo-lhe proteção - e veio a articular-se também

³³ É normalmente mencionado ainda hoje no sertão baiano que Lampião terá comprado fazendas para Petro, como Petronilo Reis ainda é conhecido.

com a polícia. Em março vaqueiros seus envolveram-se na captura de dois cangaceiros³⁴. Aí sim, seus prejuízos foram avultados. No ano seguinte suas fazendas começaram a sofrer terríveis depredações, sendo incendiadas e tendo o gado abatido. Os assaltos às suas fazendas continuaram, periodicamente. Ainda em 1931, *O Imparcial* noticiava novo saque, desta vez à sua fazenda Careta (16 de março de 1931).

Com efeito, o fornecimento fragmentário de tudo o que demandava em grande quantidade o cangaço de Lampião³⁵ - armas, munição, gêneros alimentícios, vestuário, e também objetos de luxo, ou pouco recorrentes no meio sertanejo, adequados a uma afirmação ostensiva de sua força guerreira ilegal, fator não menos importante do fenômeno - era também um pressuposto. Num território tão vasto, como o que foi incorporado ao cangaço, a existência de um ponto único de fornecimento tolheria inconvenientemente os deslocamentos: um ponto de gravação emergiria. Todo movimento acabaria por supor um centro, para o qual os cangaceiros necessariamente teriam de acorrer a fim de se reabastecerem. No mínimo, isso corresponderia a um risco excessivo, ao introduzir uma forte previsibilidade nos deslocamentos dos cangaceiros, o que facilitaria enormemente o trabalho da polícia. Desde outro ponto de vista, o constrangimento dos deslocamentos e o decorrente estreitamento do território encerraria potencialmente, tendo em conta toda a discussão acima, uma vulnerabilidade dos cangaceiros. Seriam menos coiteiros possíveis, menos pontos de ataque e, correspondentemente, maior probabilidade de dependência. A fragmentação do fornecimento em vários pontos associa-se então com a produção espacial do cangaço.

Fazer aliados durante os percursos permitiu a Lampião criar pontos no espaço, convertendo-o desta forma em seu território. Sua presença na Bahia constitui um momento privilegiado para a compreensão do processo de territorialização. É verdade que já havia estado naquele estado anos antes, mas na condição de almocreve. Os percursos de Virgulino, encarregado do transporte de couros para Delmiro Gouveia, diferem daqueles de Lampião, chefe de cangaceiros. Neste último caso, a rota é traçada concomitantemente aos deslocamentos - e não mais em antecipação a eles, como no caso

³⁴ Chandler (1981:160-161) e Fontes (1988:223-227) oferecem um quadro mais completo dos acontecimentos envolvidos na ruptura de Petro com Lampião.

³⁵ A aquisição de todos os bens podia tanto ser efetuada através do saque, quanto através de extorsões ou doações de aliados. Eronildes de Carvalho, por exemplo, presenteou Lampião com uma garrafa térmica, no primeiro encontro entre eles em 1929 (Macedo, 1975)

dos almocreves, afamados conhecedores dos caminhos sertanejos - sabendo-se de antemão que as trajetórias eventualmente planejadas podem ser alteradas a todo e qualquer momento, pelas inúmeras vicissitudes próprias à vida no cangaço. É nesse sentido que o recurso à informação por parte de Lampião assume maior relevância. Prata (s.d.:44) refere que os primeiros tempos daquele cangaceiro na Bahia foram marcados por suas andanças apressadas. “Parece ter ânsias de ver aquela desconhecida para seus olhos”, afirmou o autor. Em 23 de dezembro de 1928, divulgou-se n’*O Imparcial* que Lampião conhecia “‘palmo a palmo’ os sertões”, estando “associado a muitos sertanejos”, visto que “montou um serviço rápido de comunicações”. Lampião procedeu a um reconhecimento de terreno e sua atitude não tardou a ser percebida. Mas o recurso à informação não foi um artifício fugaz, apenas utilizado durante os primeiros tempos que se seguiram à travessia do São Francisco. Quando Benjamim Abraão finalmente encontrou o bando de Lampião, em 1936, após meses de busca insistente, percebeu que o líder já tinha conhecimento de que estava sendo procurado (*Diário de Pernambuco*, 27 de dezembro de 1936). Desfeitas as dúvidas que restavam sobre suas reais intenções de filmar e fotografar os cangaceiros, foi então plenamente aceito entre eles (cf. Queiroz, 1977:156; Chandler, 1981:326).

A rapidez com que Lampião passou a agir habilmente na margem direita do São Francisco provocou, todavia, conclusões por demais apressadas. Foi o caso de uma nota publicada n’*O Imparcial*, segundo a qual a desenvoltura com que Lampião recorria às caatingas baianas para fugir à polícia devia-se ao seu conhecimento prévio de tais zonas, adquirido no tempo em que fora tropeiro de Delmiro Gouveia (18 de setembro de 1928). Não é convincente que os caminhos trilhados pelo almocreve Virgulino tivessem a mesma serventia para o cangaceiro Lampião. Da mesma forma que é inverossímil uma tropa de mulas ser conduzida, ordinariamente, pelas caatingas. Isso não significa que de nada valeu a Lampião suas experiências anteriores ao cangaço. A amizade com os Brito de Sergipe e Alagoas datava daí e teve prosseguimento nessa nova etapa do cangaço de Lampião. Mas suas experiências passadas tiveram de sofrer adaptações, do contrário não fariam sentido no novo contexto.

Lampião pode bem ter-se valido não dos caminhos, mas de seus contatos pessoais anteriores com habitantes do novo espaço integrado ao cangaço. Mas, sobretudo, valeu-se de sua capacidade de recolher e organizar informações, muitas vezes obtidas ao longo

de seus percursos e encontros. Com efeito, alguns sertanejos desconcertavam-se, como aconteceu a seu Zeca Mendonça - comerciante de Itumirim cujo estabelecimento foi visitado pelos cangaceiros em junho de 1929 - pelo fato de certos detalhes pessoais seus serem do conhecimento de Lampião. Este já chegara à sua venda com a informação de que seu Zeca Mendonça possuía dois cavalos e um rifle, devidamente anotada num caderninho³⁶ (Fontes, 1988:72). Outra evidência da organização da informação efetuada por Lampião encontra-se na edição de 6 de dezembro de *O Imparcial*. Sem maiores explicações seria dado a conhecimento público que no interior de seus embornais constava um arquivo³⁷.

As informações acerca da distribuição dos potenciais pontos de apoio, dos prováveis inimigos, dos próprios cangaceiros (dispersos em grupos menores a partir, principalmente, da década de 30) era, compreensivelmente, da maior importância para uma organização como a do cangaço de Lampião e esteve intimamente associada à sua configuração territorial. Assim, os percursos vão alargando os limites territoriais do cangaço não apenas por efetuarem-se em novas regiões, mas porque também, a nível local, promovem oportunidade de obtenção de informações necessárias em outros pontos, por vezes não percorridos. As fronteiras do território cangaceiro são portanto virtuais, fluidas. Parecem diluir-se, constituindo um limite sempre além, sempre possível, aberto portanto. Móvel como os cangaceiros.

Não são meras marcas ou traços deixados pela trajetória os pontos fundados por Lampião e seu bando durante suas passagens. Embora possam jamais vir a ser novamente percorridos ou utilizados no futuro, eles modificam um espaço que desconhecido é neutro. Tal como é o espaço liso da caatinga, cujo aspecto físico, aos olhos daqueles que não fazem dela seu território, caracteriza-se pela total ausência de

³⁶ A montaria que foi tomada de empréstimo - Zeca Mendonça informou Lampião de que havia vendido um de seus cavalos - terá sido, provavelmente, a que Labareda contou a Lima ter servido por algum tempo a Virgínio, conhecido no cangaço como Moderno, cunhado de Lampião (1965:229).

³⁷ A informação baseava-se em acontecimentos do dia 25 de novembro, quando os cangaceiros entraram triunfalmente, em carro aberto ao lado do prefeito, na cidade sergipana de Capela. Lampião esteve tão à vontade ali que pôde assistir a um filme no cinema local. Foi nesse ambiente particularmente descontraído que Lampião concordou satisfeito com a pesagem de seu equipamento: 27 quilos, conforme o jornal. Prata (s.d.:97) também faz menção a esse acontecimento. Em sua versão seria de 29 quilos o peso do equipamento, excluídas as armas e vazia a "borracha" (recipiente de couro para água). É verossímil, diante da boa recepção que Lampião encontrou em Capela, que tenha havido comentários acerca do conteúdo dos seus embornais (o "saco" que levava às costas, segundo o jornal). Além do tal arquivo, ali também estaria guardados, segundo a mesma fonte, o "cofre" e a "farmácia" do chefe dos cangaceiros. De fato, os cangaceiros costumavam conduzir consigo medicamentos e objetos de valor.

referenci agravada pela proliferação de trilhas falsas, que pode levar o transeunte à perda total de orientação. Preencher esse espaço com pontos, corresponde a introduzir nele a diferença, a heterogeneidade, fazendo-o perder a sua neutralidade inicial para os agentes que os fundam. Esse foi o procedimento de Lampião no que diz respeito à fundação de pontos num espaço novo, seja ele de caatinga ou não. Se a passagem de Lampião para o outro lado do rio São Francisco fê-lo deparar-se com um espaço neutro, a sua atuação nele correspondeu ao que se pode compreender como um alargamento de seu território cangaceiro em nova direção.

Como referiu o sr. Francino, corroborando os dados colhidos por Fontes (1988), Lampião demonstrou nos primeiros tempos de sua presença na Bahia a intenção de agir pacificamente. Mas durante esses primeiros meses não deixou, bom estrategista que era, de obter informações preciosas acerca da distribuição de fazendas pertencentes a potenciais aliados, dos mais aos menos importantes. De acordo com o informante, aquele almoço fornecido na fazenda onde seu pai era vaqueiro, quando o convívio entre a Bahia e os cangaceiros era pacífico, foi apenas o primeiro de uma pequena série de auxílios do mesmo tipo que se seguiu posteriormente. Nas últimas três vezes em que a mãe de sr. Francino voltou a servir almoço a Lampião e seu bando, aquela família já seria, inclusive, proprietária da fazenda onde os novos encontros se realizaram, ocorrendo portanto após 1931³⁸, data referida como a da compra da propriedade onde vieram a ocorrer os novos encontros.

“Ele passou na fazenda do meu pai três vez. Na fazenda que meu pai era vaqueiro ele passou duas vez.

“Ele passou na fazenda de meu pai (aí já num eram mais vaqueiro). Ele passou três vez. Todas três vez nunca encontrou meu pai. Encontrava minha mãe. (...) Ele já conhecia ela: “dona, é fácil a senhora me arrumar um almoço?” Às vez ele passava com 18 homi.(...) “É capitão, uma demorazinha, se arranja o almoço.” Tinha uma quixabeira grande, mandava tudo prá lá, [os cabras] se assentava tudo na porta, ali, ninguém entrava. Ela matava, tinha resto de carne, jogava no feijão, matava umas quatro, cinco galinha, cozinhava, quando aprontava botava dez prato. Botava a mesa na varanda, dizia: ‘Capitão, chama dez’. Ele chamava dez cabra, almoçava ...”

³⁸ Nem sempre as datas alegadas pelos informantes, relativas às ocorrências referentes a episódios da vida de Lampião são precisas. O sr. Francino situou a passagem de Lampião para a Bahia em 1921 - quando é sabido ter sido em 1928 - e as três vezes em que pediu almoço na fazenda de seus pais a partir de 1937. Sua imprecisão é compreensível, visto aqueles acontecimentos se terem dado há tanto tempo, quando o informante ainda “era menino”, como ele mesmo definiu. Além do mais, trata-se de acontecimentos furtivos. Considero que a data da compra da primeira fazenda da família, pela importância que pode implicar nas vidas de seus membros, constitua um marco no tempo mais confiável, porque mais memorável.

Nota-se assim, o investimento de Lampião no sentido de fundação de pontos, que nem sequer são necessariamente fixos. Nesse contexto, são as relações de sociabilidade que criam os lugares os quais que, nessas condições, são muito mais do que uma porção do espaço físico. O meio para estabelecê-la não foi exclusivamente a ameaça. A despeito do perigo representado pelo encontro com cangaceiros, que pairava em todos os recônditos sertanejos, Lampião e seus rapazes costumavam agir amistosamente com as pessoas que lhes oferecessem auxílio. Nos fragmentos de relatos acima citados, percebe-se uma sorte de atitude gentil da parte de Lampião para com aqueles que de alguma forma o acolheram e a seus homens. A solução para o terror provocado pela presença de um bando de cangaceiros numa região foi costumeiramente o evitamento do encontro. Multiplicam-se os comentários dos sertanejos contemporâneos ao cangaço de Lampião acerca de famílias que se abandonavam às caatingas, em busca de esconderijos, diante de boatos sobre aproximação dos cangaceiros. Antes que enfrentá-lo, preferiam que o perigo desaparecesse por si mesmo. Dona Mariá, a esposa do sr. Francino, explicou como se reagia diante de tal ameaça:

“Quando Lampião chegava não ficava ninguém na cidade, corria todo mundo para o mato.

“Eu nasci em 27, eu era pequena, eu corri de Lampião também. Mandava os empregado fazeri uma estrada dentro do mato, fazia um rancho. O que tinha dentro de casa de roupa, de dinheiro, a gente fazia um buraco e enterrava. Todo mundo se assombrava”.

É nesse momento que sr. Francino intervém: “Quem tratasse ele bem, ele não fazia nada”. Não pertencesse o sr. Francino a uma família que pôs em prática essa tese e certamente ela poderia ser confundida com uma consideração leviana de sua parte. Mas o fato é que as cinco vezes em que sua família foi visitada por Lampião comprovaram que tratá-lo bem era verdadeiramente a atitude mais sábia. E fazê-lo implicou, numa das vezes, em mandar um irmão de sr. Francino, de nome Virgílio, servir de guia para o bando, em direção a Serra Negra. Seu dever era conduzir o bando até onde conhecesse os caminhos. Desenrolou-se pacificamente a primeira parte da viagem, que serve como exemplo da forma como auxílios externos eram introduzidos nos percursos dos cangaceiros.

“Eles viajaram a noite todinha. Quando era perto do dia amanhecer o Virgílio dixe: ‘capitão, daqui prá diante eu num sei de nada’. Ele disse: ‘você tá cum medo?’ Ele disse: ‘não sinhô, é porque num sei, num cunheço nada daqui prá frente.’ ‘Não, quando o dia amanhecer, é primeira pessoa que eu encontrar eu mando você voltar’ (...).

“Eles pegaru ele aí no Cabrito, aí foram durmir na Taboa. Ele vinha montado num burro muito bom, ele era dum fazendeiro, pegou esse burro acima de Juazeiro da Bahia sete légua. [Na Taboa:] ‘Capitão, seu burro num se levanta’. Aí ele [Lampião]: ‘olha, já vi duas coisa boa, Lampião e este burro’. Aí disse a Virgílio: ‘olhe, tome cuidado com esse burro. Num deixe morrer. Porque eu vou avisar ao fazendeiro. O lugar que eu deixar vou avisar ele. Então cê trate do burro, que os homi procura’. Virgílio ficou com esse burro seis meses (...)”

Tão corriqueira quanto a prática de seqüestro de guias e de montarias foi a de misturar as ameaças com gestos de simpatia, bom humor e até generosidade nas relações que os cangaceiros travavam com os sertanejos que se viam forçados a contribuir de algum modo com o bando. Nos relatos dos seqüestrados é bastante usual a menção de certos cangaceiros que os aterrorizavam ao lado de outro que tratava de protegê-los ante seus camaradas. No presente caso, sr. Francino esclareceu que José Baiano tomou camaradagem com seu irmão durante a viagem. Dias depois, foi a vez de Labareda (Ângelo Roque) salvar uma moça de ser estuprada pelo próprio José Baiano e um irmão de Lampião, Ezequiel, conhecido pelo apelido de Ponto Fino (Lima, 1965: 227-228).

De outros cangaceiros também poder-se-ia esperar atitudes perversas e generosas. Na incursão do bando ao Rio Grande do Norte, que resultou num ataque frustrado à cidade de Mossoró, houve uma série de seqüestros. Os prisioneiros acompanharam o bando durante vários dias, antes e depois do cerco àquela cidade. Entre eles estava D. Maria José. A intenção do bando era então exigir resgates em troca de cada um dos prisioneiros. Foi publicada em 3 de agosto de 1927 uma entrevista concedida por ela ao correspondente do *Diário de Pernambuco*, que revelava uma perspectiva rara, de alguém que partilhou estreitamente - arriscando sofrer as conseqüências mais nefastas dessa proximidade - maus e bons momentos vividos pelo bando. D. Maria José estava acampada junto a alguns cangaceiros durante o assalto a Mossoró, presenciou um baile e um banquete oferecido pelo prefeito de Limoeiro e, com todo o peso dos seus 63 anos³⁹, viu-se obrigada a fugir, junto com seus céleres seqüestradores, da acirrada perseguição de que se fizeram alvo naquela ocasião. Sua penosa experiência de 15 dias como seqüestrada permitiu-lhe considerar o bando indisciplinado, exceto durante os combates. Lampião era, segundo ela, o mais calado dentre os cangaceiros, além de ser um homem de muita coragem. Dias antes, em Limoeiro, ela pôde constatar que ele não apenas contentara-se com os dois contos que lhe foram entregues, no lugar dos dez previamente

³⁹ Sua idade foi registrada no diário de Antônio Gurgel, outro seqüestrado, cujo relato será abordado a seguir.

exigidos, como também distribuiu esmolas com fartura entre os pobres do lugar⁴⁰. Finalmente, Sabino foi classificado como o mais perverso de todos. D. Maria José evidenciou surpresa com relação aos comportamentos desses dois cangaceiros: para ela, Sabino mais parecia chefe do que Lampião. Todavia, quando foi decidido que o bando não tinha mais condições de manter os prisioneiros junto a si, foi o mesmo Sabino que distribuiu dinheiro entre eles para que pudessem retornar, sem terem sofrido maus tratos, aos seus lares. Ao Coronel Antônio Gurgel, que deveria render 21 contos de resgate, Sabino entregou pessoalmente a quantia de cem mil réis e também ela recebeu 60 mil réis das mesmas mãos⁴¹.

Graças ao diário de Antônio Gurgel⁴², escrito durante o pesadelo por ele vivido ao lado de seus seqüestradores, obtém-se mais detalhes da ambigüidade das relações entre prisioneiros e cangaceiros naquela ocasião. A tensão já suposta em tal circunstância era ainda mais agravada com o desencadeamento das perseguições policiais durante o retorno desde Mossoró, rumo ao Sul. Como signo de catástrofe iminente, na noite que antecedeu o dia em que Antônio Gurgel e D. Maria José foram finalmente libertos, os cangaceiros mantiveram seus “arreios” ou “cangaços”, sem deles se desvencilharem para repousar. Constrangido de todas as formas, ameaçado pela demora do seu resgate, cujo portador não conseguia alcançar o bando dada a velocidade com que este se locomovia, tendo assistido aqueles homens a quem chamou “feras”, “demônios” e “bestas” nas páginas de seu diário entregues a saques e depredações, ainda assim foi-se “familiarizando com o bando”. No dia 15 de junho, pediu a Coqueiro que lhe devolvesse seu cinturão, tomado junto com sua pistola. O cangaceiro decidiu devolver ambos, coisa que segundo ele nunca havia feito na vida, porque simpatizara com Gurgel. Pinga-Fogo, “rapaz de 24 anos, alvo, muito simpático, maneiroso” foi destacado para vigiá-lo. Não

⁴⁰ D. Maria José afirmou, nessa entrevista, que Lampião depositara 600 mil réis no cofre de Santo Antônio e que, tendo espalhado seus níqueis no patamar, um só aleijado foi capaz de recolher 100 mil réis (cf. *Diário de Pernambuco*, 3 de agosto de 1927). Se suas contas estiverem corretas, a entrada em Limoeiro não foi muito lucrativa, o que se deve, certamente, à boa receptividade encontrada pelo bando por parte das autoridades locais.

⁴¹ A diferença de quantias talvez se explique pelo fato do Coronel Gurgel ter sido considerado “bem parecido” pelo bando, como referiu Jararaca, um cangaceiro aprisionado em Mossoró. Jararaca afirmou que por esse motivo aquele prisioneiro era bem tratado. (cf. *Diário de Pernambuco*, 3 de julho de 1927).

⁴² Os registros diários de Antônio Gurgel, desde seu seqüestro até sua libertação e retorno já em liberdade a Mossoró, entre os dias 12 e 28 de junho, consta na obra de Nonato (1965:176-194) sob a forma como foi publicado pelo jornal carioca *A Notícia*, entre os dias 22 e 29 de março de 1930.

lhe deu razão para queixas: “Trata-me muito respeitosamente e mostra-se muito afeiçoado a mim”. No dia 19, Gurgel confessa ainda em seu diário:

“Graças a Deus, continuo a ser muito bem tratado. Até hoje, não ouvi a menor pilhéria de nenhum dos bandidos apesar de haver entre eles verdadeiras bêstas, tipos hediondos e tarados. Sabino sempre que vai ‘boiar’ faz questão que eu ‘boie’ com êle - coisa que muito me contraria, devido ao mólho de pimenta forte que êle deita na comida - e quer que eu coma para êle rir quando o excessivo ardor do tempêro me faz chorar.”

Também no sertão de além São Francisco, Lampião espalhou o terror e a esperança entre a população. Esperança, no mínimo, de não ser maltratado, em caso de encontro, principalmente. No município de Campo Formoso, na Bahia, o fazendeiro Ulisses Gonçalves da Silva, a 3 de julho de 1929, foi um anfitrião sereno para Lampião e outros dez cangaceiros que o acompanhavam. Por isso, e apesar de dois de seus empregados terem fugido quando ordenou que fossem buscar montarias para serem dadas aos visitantes, o encontro foi marcado por um ambiente amistoso. O cangaceiro Mourão chegou a montar uma mula não amestrada, que o derrubou. Quando fez menção de matá-la, Lampião interferiu, tendo-lhe dito: “Arrespeite a fazenda onde estamos sendo bem tratados, homem!” (Fontes, 1988: 76-79). Quatro dias antes, segundo datas fornecidas por Fontes (1988:71), o bando esteve presente no povoado de Itumirim (atual Juacema). Lá, comeram e beberam na venda de José Mendonça Filho, memoravelmente⁴³. Mas Zeca Mendonça, como era conhecido o comerciante, declarou a Fontes que Lampião foi bom para ele. Ao contrário das forças volantes, cujo consumo nunca era pago, Lampião deu-lhe 50 mil réis, quantia nada desprezível na época, por conta das despesas de seus homens (Fontes, 1988: 74). Quanto ao cavalo de sua pertença que levaram, foi devolvido, conforme o prometido (1988: 73).

Malgrado o comportamento intempestivo que os caracterizava, observa-se uma atitude regularmente amistosa da parte dos cangaceiros para com os paisanos que de algum modo lhes prestavam auxílio ou acolhida. Ante esse quadro, o relato de sr. Francino sobre as experiências de sua família com Lampião, bem como sua conclusão acerca da conduta correta no relacionamento com ele são absolutamente consistentes. Mas nem por isso o sertanejo devia sentir-se a salvo na presença de Lampião. A simplicidade da lacônica fórmula de Sr. Francino, o “quem tratasse ele bem, ele não fazia

⁴³ A passagem pela antiga Itumirim foi marcado pelo incêndio ateadado à estação ferroviária local. O cangaceiro Labareda relata a Lima que haviam bebido muito conhaque ali (1965:229).

nada”, tem como contrapartida enormes riscos, em situações em que manter a calma era uma prova de fogo. Ou, como admitiu seu Francino, de uma ingenuidade infantil.

“Seguiram pra Mirandela. Foi nesse dia que eu vi ele, nunca tinha visto ele. Ele era novo ainda. (...) Nesse tempo eu era mininu, num tinha medo de nada. Eu disci assim a calçada e falei: ‘já vai capitão?’ Ele pegou a minha mão, eu mais um primo meu. O rapaz tinha uma instalação, um olho perdido, ele disse: ‘esse rapaz é cumu eu, só tem um olho’.

O bom-humor e a tolerância de Lampião pouco revelavam da sua disposição bélica, demonstrada naquele mesmo dia de natal de 1929.

Em Mirandela Virgílio pediu: ‘capitão, hoje tem muita gente, meu pessoal, tão tudo aí. É dia de natal. Eu quero que eu vá avisar. Ele disse: ‘pode ir. Avise e diga ao delegado que tire os soldados que tiver que eu levo dinheiro muito miúdo prá dar de esmola e não brigo com ninguém’. Aí Virgílio chegou lá, ao meio dia, foi pra casa do delegado⁴⁴ e dixe: ‘Lampião tá ali’ (...). Aí mandou chamar o sargento: ‘sargento Lampião tá ali, quer entrar.’ ‘Então diga a ele que pode ele vir rezando, cair na bala’. As mulé se alvorçaram, as mulé dava ataque, os marido pegava, jogava pra dentro de casa e aquela confusão. E eles ali do alto gritando ‘chiqueiro bode, chiqueiro bode’. Lampião. Virgílio disse: ‘o sargento disse que o sinhô pode se preparar que é pra brigar mesmo’.

Foi o suficiente. Deflagrou-se um tiroteio que resultou na morte de dois contratados⁴⁵, conforme consta na narrativa de sr. Francino⁴⁶. Um deles chamava-se Jeremias e, conforme refere o sr. Francino, era amigo de Virgílio. Este foi repreendido por um dos cangaceiros quando se aproximou para lhe endireitar o corpo, após o fuzilamento, e se exibiu com um pano preso ao cano do fuzil, em pedido de paz: “que que cê quer com esse macaco, cê quer que a gente faça o que fez com ele com você? É seu parente?”, teria perguntado. Novamente José Baiano intervém em favor do guia, aconselhando-o a afastar-se dali. Foi ele também quem sugeriu a Virgílio pedir a Lampião que impedisse seus homens de causar danos a “um filho duma viúva”, no que foi prontamente atendido.

Assim, em pleno terror, o sertanejo contou com uma margem de manobra no sentido de induzir Lampião a poupar sua vida e a dos seus. Em certos casos, um saldo mais vantajoso favorecia o aliado de cangaceiros. Além da imunidade com relação a eventuais ataques, quem se mostrasse fiel e suficientemente solícito poderia contar com um protetor, um vingador, um sócio até, em Lampião. Cuidando dos interesses dos outros,

⁴⁴ Esse delegado, chamado José Calasans, conhecido por Dedé Calasans, era parente do Sr. Francino e seu irmão Virgílio.

⁴⁵ Pelo termo “contratados” são designados os civis contratados pela polícia. Tiveram grande importância na perseguição ao cangaço, sendo normalmente sertanejos, acostumados àquele terreno, normalmente muito mais aptos à tarefa que se lhes impunha do que oficiais enviados do litoral.

⁴⁶ Informação que se confirma a partir de outras fontes (cf. Lima, 1965:227; Fontes, 1988:167).

este foi capaz de assegurar a própria reprodução do cangaço, absolutamente dependente dos vínculos estabelecidos com membros da sociedade legal.

Foi visto como Sinhô Pereira contou com sua parentela no que se refere ao fornecimento de tudo quanto era materialmente necessário à reprodução da organização guerreira que liderou. A tarefa primeira de Lampião foi a de criar condições semelhantes, engendrando assim seu território, de modo a estabelecer relações minimamente confiáveis através das quais pudesse prover a reprodução de seu bando. Fazê-lo implicou insinuar-se em meio aos segmentos sociais que permaneciam na legalidade não somente como uma ameaça, mas como um possível cúmplice, mesmo que essa cumplicidade pudesse resumir-se a livrar seus aliados dos próprios constrangimentos que o movimento que liderou pudesse trazer-lhes.

Dificuldades adicionais impuseram-se à carreira de Lampião. Não lhe bastou criar laços com um grupo solidário monoliticamente, como seria o caso de uma parentela, em decorrência da fragilidade de sua posição no interior de uma delas, a dos Pereira, por exemplo. Se numa parentela os deveres de reciprocidade são basicamente conhecidos e pressupostos na relação entre os membros que a compõem, no conjunto de aliados de Lampião e seus cangaceiros, novas regras e novas condições para o estabelecimento de relações de reciprocidade tiveram de ser impostas.

Até que ponto poderiam ser impostas regras de reciprocidade que satisfizessem as ambições de um líder cangaceiro, mantendo ao mesmo tempo a sua autonomia com relação aos seus aliados da legalidade? Se nem sempre os benefícios experimentados por uma das partes refletisse na outra, ou se pudessem resultar até mesmo em seu prejuízo, em nome de quê a aliança poderia manter-se? O bem dos parentes poderia justificar um sacrifício individual. A manutenção da proteção de um coronel certamente compensaria atuações mais tímidas da parte de um cabra, um jagunço, um capanga, relativas à prosperidade que uma vida guerreira poderia oferecer, através dos saques e botins. Como um efeito do prestígio, a dominação de uma das partes - aquela que se apropria da força guerreira em compensação à proteção oferecida, numa sociedade em que mal ou bem o emprego da violência é legalmente constrangido e disciplinado - constitui-se como o meio necessário para que vigore um critério de regulação da reciprocidade. Sem dúvida, a dominância de uma das partes não exclui a satisfação de necessidades e

interesses da outra. Trata-se, no entanto de submetê-la ou condicioná-la às próprias necessidades e exigências.

A ambigüidade que caracterizava o relacionamento de Lampião com os paisanos volta à tona, nesse contexto, como um elemento fundamental. A eterna ameaça, muito mais do que sintoma de perversão, foi fator de domínio. Sua contraparte foi a esperança. Esperança de ter a vida poupada, mas também de outros benefícios. Lampião foi também um redistribuidor de bens e de benefícios. Financiava casamentos e festas. Os bailes promovidos ou com os quais os cangaceiros contribuíam eram marcados pela abundância de cachaça e de samba. Criavam na rotina sertaneja um momento especial, que acabava por se traduzir no fascínio exercido pelos cangaceiros nas povoações que os acolhia bem. Como a indumentária, a ostentação de objetos considerados de luxo, todos os sinais de riqueza e poder, a festa produzia admiração, voltando o olhar dos sertanejos em direção aos cangaceiros. Encontrando neles alguém a quem respeitar e temer, mas também admirar, não foi possível a muitos sertanejos evitar ceder à atração a que foram submetidos. Por vezes porque viram nos cangaceiros a possibilidade de redenção de seus males, uma via de fuga. Juntam-se a eles por terem cometido crimes, por terem sido molestados pela polícia ou por alguém mais poderoso. O caso de Arvoredo é bastante ilustrativo nesse sentido, conforme consta no pedido de indulto de seu pai, preso e condenado por trinta anos como coiteiro de Lampião:

“Vítima de perseguição por ‘questões políticas locais’ [que] o incompatibilizaram como chefe que - alega - desencadeou constante perseguição contra o 1.438 e toda a sua família ocasionando logo a adesão de um de seus filhos, (mais tarde cognominado Arvoredo) ao grupo de Lampeão”.

“Na ausência do suplicante, foi sua casa evadida (sic) pela polícia, ali foi violentamente deflorada, duas de suas filhas, espancada e forçada a sua própria esposa e ainda assassinado barbaramente dois dos filhos do paciente, ambos de menor idade: por isso quando, de passagem por sua fazenda o bandoleiro Virgulino, conhecido por Lampeão, a este o suplicante narrou o sucedido, por ele foi o responsável castigado, daí por diante foi o suplicante taxado como coiteiro e não pode mais viver em paz, acusado como amigo de Lampeão e por fim como criminoso além da perseguição queimaram a sua residência e mataram a tiros todo o gado.”⁴⁷

Nem sempre, entretanto, a ligação foi estabelecida simplesmente em virtude do comprometimento da permanência na legalidade. Tampouco foram apenas novos aderentes os que sucumbiam ao fascínio e ao desejo de partilhar de mais perto o brilho

⁴⁷ Processo de pedido de indulto de Faustino Gomes da Costa. O documento encontra-se no Arquivo do Conselho Penitenciário do Estado da Bahia.

dos adereços, das armas, da presença, enfim, de Lampião. Com ele os *paisanos* estreitaram laços de outras formas, fazendo dele seu compadre. Foi o caso da coiteira D. Delfina e de seu genro Rosalvo, com relação a Lampião e Zé Sereno (cf. Araújo, 1982b:15).

Entre o coronel e seu cabra, o compadrio celebra uma aproximação que tem por modelo laços que o parentesco supõe. De forma similar, Lampião concentra em si a função de padrinho, na medida em que dispõe, como o coronel, da violência e da benevolência, da punição e da graça. Ele constitui um poder, por meios tão próprios, dotado de características similares ao do coronel, permitindo que nele também fosse reconhecido, pelos sertanejos, um potencial protetor. Lampião foi um outro, mas um outro que evocava elementos conhecidos, passíveis de serem incorporados ao cotidiano. Apesar de diferente, os sertanejos absorveram-no, criando com Lampião laços de proximidade, estendendo-lhe relações definidas no seio da parentela. Nessas relações, cabia incontestável e reconhecivelmente a Lampião, pelo poder por ele exercido de forma contextualmente inteligível, uma posição de dominância.

O fato de Lampião e seus homens travarem pactos individuais não lhes assegurava absorção na parentela do pactuário. Mas como contrapartida a uma certa imunidade extensível ao grupo solidário deste último, abriam-se portas para o desencadeamento individual de novas alianças. Foi por intermédio do coronel Antônio Caixeiro que seu filho Eronildes de Carvalho - governador de Sergipe em 1934 e interventor federal em 1937 - veio a conhecer e travar aliança com Lampião, em 1929 (cf. Macedo, 1975:191). Algumas famílias poderosas acabaram por constar como integralmente relacionadas aos cangaceiros. É nesses termos que a ex-cangaceira Sila refere-se aos Britos de Alagoas e Sergipe.

Mas Lampião não passava a ser considerado, por isso, um parente. A posição derivada de seus pactos não é idêntica a de Sinhô Pereira na sua parentela. Por outro lado, os cangaceiros de seu bando também não logravam sempre a mesma receptividade. O coronel do exército Liberato de Carvalho não deixou de perseguir os cangaceiros pelo fato de ter parentes que os acoitava. Como a relação com *paisanos* nem sempre era espontânea e desinteressada, um cangaceiro em posição de inferioridade podia tornar-se vítima de um coiteiro aparentemente confiável. Quando o cangaceiro Novo Tempo

procurou o vaqueiro Antônio José da fazenda Pau Preto, de Antônio Caixeiro, confiava que junto a ele encontraria o socorro necessário a seu grave ferimento. Equivocou-se. Traído, sobreviveu milagrosamente ao outro tiro que sofreu, desferido pelo vaqueiro em sua cabeça, que cobiçava tomar-lhe objetos de valor (cf. Araújo, 1987:58-59; depoimento de Sila).

Apesar das relações entre coiteiros e cangaceiros serem inspiradas nos códigos sociais sertanejos, elas não supõem equivalência entre as partes. Não é somente no sentido hierárquico que a diferença caracterizou tal relação por comparação àquelas mais regulares. A desigualdade de posições sociais relativas não impediu o estreitamento de laços nem a absorção de indivíduos nas parentelas sertanejas. Entre cangaceiros e coiteiros, a diferença parece situar-se no plano da alteridade. Nesse contexto, a hierarquia dissolve-se. Pródigo em amabilidades, Lampião não perdeu oportunidade de demonstrar que sua dominância situava-se para além de qualquer hierarquia. Na ocasião em que se conheceram, Lampião apresentou-se a Eronildes de Carvalho como “capitão Virgulino Ferreira Lampião”. Eronildes de Carvalho respondeu-lhe um tanto zombeteiramente:

“ _ Então como devo chamá-lo: capitão ou coronel? Porque eu também sou capitão e deve haver aqui uma hierarquia - como oficial do exército não posso ser comandado pelo senhor, de patente igual a minha.”

Lampião replica:

“ _ Após desde já o senhor está promovido a coronel”⁴⁸

Lampião dá nova prova de sua aguda inteligência, de modo muito similar, em 1935, quando veio a conhecer outro de seus coiteiros declarados, o coronel Joaquim Rezende. Tudo começou com uma carta em que Lampião pedia-lhe quatro contos de réis. Pelo mesmo portador, o coronel mandou dizer a Lampião que só entregaria a importância pessoalmente. Munido de um agrado adicional - três litros de conhaque, como sabia ser de gosto do cangaceiro - chegou pontualmente ao local marcado (Rocha, 1988:91-92). Após três horas de espera, à uma hora da madrugada, o encontro finalmente aconteceu. O receio que o coronel Joaquim Rezende confessou ter sentido, a espera, o conhaque em abundância, são signos claros da posição de inferioridade em que se encontrava. Ainda outro se encontra presente em sua narrativa: oferecendo a bebida a Lampião, o coronel

⁴⁸ Foi o próprio Eronildes de Carvalho quem narrou seu diálogo com Lampião a Macedo (1975:191).

prontificou-se a bebê-la primeiro, a fim de fazer dissipar qualquer suspeita de tentativa de envenenamento. Encarando-o firmemente, Lampião responde:

“Concordo em que o senhor beba primeiro, mas não por suspeita e sim porque o senhor é um moço decente e eu sou apenas um cangaceiro”. (Rocha, 1988:92)

Indubitavelmente, Lampião tinha plena consciência que seu poder não repousava na sua patente, mera expressão social - dessa sim ele mostrou fazer questão - de sua força guerreira. É notável como sua humildade gentil contradiz as práticas por ele adotadas no sentido de mobilizar um reconhecimento social, traduzido inclusive hierarquicamente. Fez-se capitão, bebia o melhor conhaque português disponível no mercado (o Macieira “cinco estrelas”); da França vinha-lhe o tafetá de sua *jabiraca*⁴⁹ e o perfume “fleur-d’amour” (Mello, 1993:41); recobria-se de ouro, que dava mais brilho a todo seu aparato bélico e seu equipamento de cangaceiro, minuciosamente escolhidos. Se Lampião era o outro, esse outro era superior.

Mas já não foi dito que o poder bélico pessoal não foi suficiente para assegurar uma posição de dominância no seio das parentelas sertanejas, como demonstram os cabras, capangas e jagunços dos coronéis? Outra vez o nomadismo deve ser apontado como o principal ingrediente da diferença do cangaço de Lampião com relação às demais organizações guerreiras. Além de ter facultado a multiplicação de aliados, conforme já foi discutido, a especificidade da produção espacial do cangaço de Lampião impediu, também pela inconstância da presença, a plena absorção do cangaceiro numa parentela. O fator tempo é da maior relevância na relação dos cabras com seus patrões. É o que permite compartilharem da intimidade um do outro, celebrada no compadrio, rompendo-se em parte a diferença de posições de dominância, junto com a distância suposta pela hierarquia.

Curiosamente, num contexto social em que a mobilidade espacial é tantas vezes apontada como característica, a fixação no espaço promove localmente para as camadas médias e baixas da população uma real possibilidade de melhoria de condições de vida, mediante os vínculos com representantes das camadas superiores. Sedentarização não significa completa imobilidade: os vínculos pessoais, como bem ressaltou Queiroz (1977), são reforçados por visitas, fator de coesão das parentelas, que implicam

⁴⁹ Lenço que envolvia o pescoço dos cangaceiros, normalmente de cores berrantes, geralmente presos à frente com um anel de valor. Uma descrição detalhada do equipamento e dos adereços dos cangaceiros encontra-se em vídeo de Mello (1988).

deslocamentos. Pela regularidade de seus trajetos os tropeiros, almocreves, tangerinos⁵⁰, habilitam-se a criar laços de amizade pelos caminhos, certamente importantes para que tenham êxito na profissão: podem fazer-se conhecidos e confiáveis. O relato de Koster (1942) e de outros viajantes registraram há muito a importância do acesso às pastagens, principalmente quando rareiam, nas secas, facultado pelos moradores das beiras das estradas, ou seja, das adjacências das rotas. Mas o vaqueiro, personagem por excelência ligado ao patrão, símbolo da civilização sertaneja, é marcado pela fidelidade - e fixação - a uma propriedade. Mais do que os moradores e agregados das fazendas entregues a muitas mudanças de terra e de empregador ao longo da vida, o vaqueiro é um protegido, e serão todos aqueles que constituírem vínculos profundos e prolongados com seus patrões.

Para o pequeno proprietário, a fixação espacial prolongada pode não ser suficiente para adquirir uma condição socialmente mais estável. Não estando vinculado a uma parentela influente, ele se torna particularmente vulnerável. Nota-se que embora Sinhô Pereira conhecesse os Ferreiras havia muito, e houvesse até entre as duas famílias laços de compadrio, nem o fato de terem um inimigo comum foi suficiente para que os Pereira prestassem socorro bélico aos Ferreira. Não eram bastante importantes para que fosse mobilizada uma milícia. Talvez porque não fosse condizente com sua posição social ou porque se teriam recusado à sujeição implicada, o fato é que os Ferreira tampouco foram abrigar-se junto aos Pereira. Migraram, como muitos em circunstâncias semelhantes fizeram. E puseram-se sob o abrigo do coronel Ulisses Luna, alugando-lhe uma fazenda.

Não terá sido também casual que justamente para quem a fixação no espaço não foi fator de proteção conveniente, que o nomadismo foi atualizado de modo a garantir uma posição vantajosa na relação com membros das camadas sociais dominantes. Numa dupla contrariedade à regra, a mobilidade gerou proteção, sem gerar dependência. A irregularidade da trajetória e das visitas, junto a uma multiplicação dos pontos de aliança, garantiram a Lampião, por quase vinte anos, proteção, autonomia e o obstáculo à dependência.

⁵⁰ "Paravam todos nos lugares de pousada, *previamente determinados*, uma vez que o sol tivesse alcançado o zênite e, depois, à tardinha, para a alimentação e descanso dos homens e do gado. O rancho era escolhido sempre nos pontos onde houvesse água e pastagem" (Santos, 1994:10; o grifo é meu). O êxito comercial dos condutores de tropas dependia de seu conhecimento prévio daquilo que os difíceis caminhos sertanejos poderiam oferecer, ainda no final do século passado e nas primeiras décadas deste, a que se refere o autor da passagem citada.

Será que a solidariedade interna das parentelas não foi articulada de nenhum modo no que se refere às relações entre cangaceiros e paisanos? Seria de fato abusiva uma negativa radical. A parentela dos coiteiros e as dos cangaceiros não se dissociam de forma absoluta nesse contexto. No caso dos coiteiros, além dos parentes mais próximos e notadamente os vaqueiros das fazendas estarem implicados nas relações com Lampião, a unidade solidária pode também beneficiar-se do pacto com cangaço. Houve mesmo casos em que uma vida a ser eliminada por Lampião acabou por ser poupada em virtude de um pedido de aliado. Um deles foi narrado pelo coronel Joaquim Rezende.

“(…) fui informado de que ele estava empregando esforços no sentido de matar o Sr. José Alves Feitosa, ex-prefeito de minha terra que, como eu, o esperava muitas vezes ali, a fim de fazer-lhe frente, pois foi das mais terríveis a ação de Virgulino em nosso município. Tratando-se de um amigo meu o homem que estava destinado a morrer às mãos de Lampião, procurei um pretexto para me avistar com este e não me foi difícil encontrá-lo. Todavia, após uma série de considerações, em que fui até exigente demais, Lampião, dizendo ao mesmo tempo que só fazia tal ‘sacrifício’ para me satisfazer, prometeu-me sustar a realização de sua sanguinária intenção, declarando-me naquele momento que já tinha em campo dois homens para fazer o ‘serviço’ lá mesmo na cidade de Pão de Açúcar, já que o visado andava resguardado, não saindo para parte alguma.” (Rocha, 1988: 92-93)

Em entrevista, Edeval Simão, de Afogados da Ingazeira, declarou que seu pai, o comerciante Fernando Simão da Silva, foi seqüestrado em Samambaia, no município pernambucano de Custódia, quando almoçava na casa de sua irmã, onde parou no intercurso da viagem que fazia então. Quando ela avistou um grupo de cangaceiros aproximando-se, seu irmão pegou seu cavalo e correu. Mas o animal não se prestava para corrida, e por isso caiu. Estando também montados, os cangaceiros cercaram-no. Lampião então perguntou: “por que você correu?” “Eu pensei que eram os revoltosos” - respondeu o comerciante. Foram tomados o dinheiro, a sela e o cavalo. “Você vem comigo”, terá dito Lampião. Seguiram por uns dois quilômetros. Mas, segundo narrou seu filho, o prisioneiro reparou que, durante a marcha,

“atrás ia ficando um pretinho. O pretinho falou: ‘você não tá me conhecendo? Eu vivi muito na casa de seu pai, quando era pequeno’. Ele disse: ‘vou falar com o capitão’. Ele foi lá, falou com capitão. Falou para descer. O capitão não falou nada. Parece que meu avô o recebia na casa dele. Depois chamou-se de coiteiro. Mas meu avô evitava falar.”

Assim, as relações de parentela revelam-se de duas formas nessa narrativa. O cangaceiro que intervém em favor do prisioneiro justifica sua atitude pelo vínculo que possuía com o pai da vítima. Lampião, por sua vez, tinha motivos particulares para

assentir, não lhe convindo molestar seu coiteiro, por menos significante que ele lhe tenha sido.

O engajamento de um homem no cangaço traz alterações também para sua família e, como evidencia-se na passagem acima, tem conseqüências para todos aqueles com quem possui relações vinculativas. Nem sempre são positivas as modificações assim determinadas. Os familiares dos cangaceiros foram duramente perseguidos. O irmão de Lampião, João Ferreira, chegou a ser preso, sem jamais ter participado das aventuras do cangaço (cf. Chandler, 1981:101-102). Não foi, sem qualquer dúvida, o exemplo mais contundente dos danos causados pelos perseguidores dos cangaceiros. A família de Hortêncio, o cangaceiro Arvoredo, foi muito mais duramente castigada. Seu pai também foi acusado de coiteiro e cangaceiro, como se pode verificar em seu indulto.

"No fim da existência um filho seu cognominado 'Arvorêdo', ingressa no bando de 'Lampeão', e só por isso, Faustino Gomes da Costa, foi o objeto das sanhas e façanhas da força policial. Assassinarão-lhe quatro filhos, dois rapazolas e duas crianças, em represália as tropelias de 'Arvorêdo'. Por fim submetem-no a um processo acusando-o aos 70 anos de idade, como bandido, deflorador, estuprador e finalmente coiteiro de 'Lampeão'".⁵¹

Em virtude da represália policial às famílias de cangaceiros, estes encontravam-se com os seus o mínimo possível. Os parentes nem sequer eram contemplados com os filhos das cangaceiras. Estes deveriam ser entregues a coiteiros que tivessem meios de defender-se contra eventuais perseguições. Um filho de Corisco e Dadá foi entregue em Santana do Ipanema ao Padre Bulhões (cf. Rocha, 1988:65-66). Em depoimento a Rocha, Manuel Cândido, autor do livro *Fatores do Cangaço*, declara ter sido seqüestrado por Lampião e salvo por Maria Bonita. Ela compadeceu-se no momento em que ele teria lamentado morrer por causa de sua filha de apenas 6 anos. Sua narrativa contém imprecisões, principalmente referentes a certas declarações por ele ouvidas da parte dos cangaceiros. Talvez estivessem dissimulando - o segredo foi compreensivelmente um fator importante na organização do cangaço. Mas o fato é que a Manuel Cândido foi confiada a guarda do filho recém-nascido de Moita Brava, conforme se verifica através de uma carta que acompanhou a criança, enviada pelo cangaceiro ao ex-prisioneiro (1940:81-83).

⁵¹ Processo de pedido de indulto de Faustino Gomes da Costa.

Um filho de Sila foi entregue a Galdino Leite (cf. Souza, 1995:45), cunhado do Tenente Liberato de Carvalho⁵². Esse fato é revelador da complexidade das relações pessoais e de parentela no sertão nordestino, que tanta relevância tiveram no cangaço de Lampião. Por muito tempo considerei muito intrigante o fato de Sila e Zé Sereno terem entregado o próprio filho à família de Liberato de Carvalho, apesar de, em contrapartida, um de seus irmãos, João Maria, ter sido um grande coiteiro de Lampião. O fato da criança ter morrido com apenas alguns dias de idade também não contribuiu para diminuir minha perplexidade. Afinal, tive oportunidade de perguntar diretamente a Sila pelo motivo da escolha. De início argüi se Liberato de Carvalho tomou conhecimento de tudo.

“Soube. Ele era meio coiteiro também, sabe? Eu fui criada no Poço, mas minha irmã casou, o cunhado dele era vaqueiro de João Maria, que era irmão do coronel Liberato. E eu fiquei lá em Serra Negra. Arranjei um namoradinho, aí que era sobrinho do coronel Liberato. Quando Zé Sereno me carregou eles ficaram revoltados porque eles queria... e tinha um menino que era filho de Nanã que era irmã do coronel Liberato, né? - o Paulo, ele era garotinho - esses menino que a gente se engraça quando era moça, num sabe? Ele escondia atrás da igreja, mandava rosas prá mim e diz que era meu namorado - aí quando eu saí com Zé Sereno ... E todo mundo me cunhicia. Aí eu em vez de dar pra um desconhecido, eu preferi dar pra eles, né?”

Mas Sila foi mais longe ainda na sua resposta, tornando ainda mais nítida a forma como o cangaço esteve tão intimamente articulado com a sociedade sertaneja no que se refere ao seu sistema vinculativo. As parentelas podiam abarcar, e de fato abarcaram, os dois lados antagônicos do fenômeno: cangaceiros e policiais, operando uma síntese entre elementos díspares.

“Se o Zé Rufino, quando ele vinha pra me pegar, eles não me mataria. Eu tenho certeza que eles não fariam nada comigo. Porque tinha muito contratado que era meu parente.”

Teria sido mais ou menos esse o teor de parte da última conversa entre Sila e Maria Bonita: uma presunção da volante sob o poder da qual era melhor cair, em vista das relações pessoais e parentais de cada uma com seus componentes. Relações que se punham acima da condição circunstancial de perseguidor e perseguido.

⁵² Liberato de Carvalho era um oficial do exército engajado na campanha contra o cangaço. Labareda o considerava valente. “Dizia os pôvo qui êle era duro di ruê. I era mesmo. Brigava cuma gente grande, i marvado cumo minino. Mas porém, valente cumo u capêta.” Ocorre que alguns membros de sua família eram coiteiros, inclusive importantes, de Lampião. Labareda continua: “Di nada sirvia a gente gostá i tratá com coidado um mano qui êle tinha na SERRA NÊGA” (1965:265; as maiúsculas são do original).

De outra forma as relações familiares dos cangaceiros articulam-se com o cangaço. Foi vulgar o engajamento de parentes em bloco (cf. Queiroz, 1968: 174). A família de Sila é um exemplo bastante claro. Também aderiram ao bando três de seus irmãos, conhecidos como Marinheiro, Novo Tempo e Mergulhão (Souza, 1995:29-30). A família de seu marido, o célebre chefe de grupo José Sereno, foi das mais férteis fornecedoras de cangaceiros. Eram seus primos o temerário ferrador de mulheres, José Baiano e, como a compensar a bravura dos parentes, o notoriamente covarde Manoel Moreno. Eram tios de Zé Sereno Cionário, Cirilo e Antônio de Ingrácia, os “Ingrácia”, grupo de cangaceiros filiado ao de Lampião (cf. Araújo, 1987). Sabonete é ainda apontado por Araújo (1982a:62) como primo de Zé Baiano. Outro célebre chefe de grupo de Lampião, Corisco, também se fez acompanhar de vários primos: Arvoredo, Beija-Flor, Jurema e Ferrugem. (Araújo, 1982a:29). Parente de Arvoredo era também Dadá, que veio a desposar Corisco. Dadá tinha ainda um irmão, Avião, e um primo, Limoeiro, no grupo de seu marido. Dele também fizeram parte os irmãos Xexéu e Jandaia, Carrasco e Moita Brava, Vereda e Medalha, Atividade e Velocidade (Araújo, 1982a:87-93). O fato desses pequenos núcleos de parentes, em boa parte dos casos, permanecer unido no mesmo grupo, é mais uma evidência da manutenção, também no cangaço, da solidariedade característica da família sertaneja.

Ao mesmo tempo, como a compensar laços de solidariedade abruptamente seccionados pelo afastamento decorrente da adesão ao bando de Lampião, o cangaço reproduziu fragmentariamente e em arranjo diverso certas relações semelhantes às familiares em seu interior. Como uma espécie de redenção pelo mal sofrido com o abandono do lar e dos parentes, o cangaceiro tem a possibilidade de ter alguns de seus familiares junto a si. Por vezes o cangaço apresenta-se como uma via, quando toda uma vida é destroçada por alguma querela, com a polícia, por exemplo. Definitivamente perdida a possibilidade de retomar uma vida no seu modo anterior, o bando representa o meio de dar continuidade a existência em novo contexto. De algum modo viabilizou a reintegração num bloco solidário. Em seu depoimento, Sila chegou a considerar o bando como uma família. As relações no interior do bando pautavam-se numa cumplicidade não só voltada para os aspectos específicos da guerra, das fugas ou dos saques. Em alguns de seus aspectos, a organização da parentela reproduzia-se ali. Havia o líder maior, associável ao chefe de parentela, cuja função extrapola as questões internas ao grupo,

incumbindo-se da atração de aliados. Do ponto de vista interno ao grupo, vale mencionar a associação de sua imagem a de um pai, feita por Dadá⁵³. Havia os chefes de grupo, que sintomaticamente chamavam-se de compadres uns aos outros e também a Lampião. Também nesse contexto, o compadrio apresenta o duplo sentido de expressar uma igualdade e o reconhecimento da superioridade, no caso a de Lampião, o líder incontestável de todos. Apesar dele afirmar, segundo Volta-Seca, que no seu bando todos eram chefes, era a sua a mão beijada pelos companheiros, e de nenhum outro. Também na tentativa de exprimir o igualitarismo da relação entre os cangaceiros e Lampião, ou por outra, de enfatizar a autonomia dos primeiros perante ele, Sila proporcionou dados de admirável clareza para a compreensão do duplo sentido da relação de compadrio, em que a atualização de autoridade é mitigada pela afetividade:

“...o povo pensa que Lampião, dizia que eles se ajoelhava pra dar a benção à Lampião, que Lampião era quem mandava. Não era nada. Lampião mandava na pessoa dele e na mulher dele. Dava [benção] porque a gente respeitava ele. Respeito assim, e ele foi o primeiro cangaceiro. A gente gostava muito dele e de Maria”.

Noutro momento da conversa, Sila argumentou:

“...tinha muito homem valente. Porque uma andorinha só não faz verão. Lampião era valente, mas *os capanga dele* era valente também. Lampião confiava muito nos outros também. Não era só ele que brigava pra defender o mundo todo, não. Ele era muito influente, que todo mundo respeitava ele. Sem ele no mato talvez fosse o fim do cangaço, né?”

A figura de Lampião ganha claros contornos das dos líderes sertanejos de que era contemporâneo e com quem conviveu intensamente. O cangaço liderado por Lampião rompeu, decerto, uma série de códigos sertanejos, a todo momento resgatados no entanto, dispostos sob uma nova configuração que, embora diversa, evoca o substrato cultural de onde foram extraídos. Diante do cangaço, seja na condição de cangaceiro ou de *paisano*, era possível ao sertanejo reconhecer seus próprios códigos, estando em larga medida apto a adotar comportamentos ou efetuar julgamentos em conformidade a um contexto diverso daquele no qual se inseria de ordinário. Códigos de convivência com as classes dominantes. De resto, certos pressupostos vinculativos no interior das parentelas são válidos também aí.

Núcleos solidários menores, representados tanto por parentes que junto entraram no bando, quanto por pequenos grupelhos, formados a partir de afinidades pessoais ou por

⁵³ Tal declaração encontra-se no filme “A Musa do Cangaço”.

convivência mais prolongada, são associáveis aos núcleos familiares locais que compõem uma parentela. Sila afirma que os grupos eram formados livremente, e que ninguém era obrigado a manter-se fiel a um deles, podendo transitar entre um e outro. Apesar disso, eles mantiveram uma regularidade razoável em sua composição. Os companheiros de Zé Sereno puderam sair do grupo vez por outra, como aconteceu com Balão que, no fim do cangaço, chegou a chefiar um minúsculo grupo, com apenas três componentes. Mas a todo momento voltavam a unir-se. Depreende-se dos depoimento de Sila, tanto o que foi diretamente prestado, quanto os que constam nos livros concernentes à sua biografia (Araújo, 1987; Souza & Orrico, 1984; Souza, 1995), que a afinidade conduzia os indivíduos a cultivarem uma maior proximidade com um ou outro de seus companheiros. São recorrentes suas referências a certos cangaceiros além de Balão, como seus irmãos, Criança e sua mulher, Dulce, Pitombeira, entre outros, que se não pudessem ser considerados como integrantes do grupo, no mínimo devem ser reconhecidos como visitantes regulares. Por outro lado, Sila e Zé Sereno não partilhavam muito da companhia de Corisco e de Dadá: havia certas reservas com relação ao outro chefe de grupo, com quem aliás Zé Sereno chegou a manter maior proximidade nos primeiros tempos de seu ingresso no bando. Os grupos também passaram a atuar em áreas diversas, de modo que Sila jamais conheceu Corisco, tendo vivido em torno de dois anos como cangaceira. Veio a conhecer Dadá quando já haviam abandonado aquela vida.

Seria abusivo concluir ter havido uma transposição direta da organização das parentelas para cangaço de Lampião. Todavia, há evidências de que certos elementos dessa organização presidiram às relações pessoais entre cangaceiros. O bando não foi internamente homogêneo ou indiferenciado, nem as relações em seu interior absolutamente igualitárias. Elas cumpriram um papel essencial, como também no interior da parentela onde se justapõem à função atribuída à posição relativa que um indivíduo ocupa frente aos demais membros. Por meio de tais relações pessoais, um cabra torna-se compadre e por vezes um parente torna-se um inimigo. A adesão ao cangaço apresenta similaridades ao ingresso de um cabra numa parentela e, no interior do bando, apesar de prevalecer uma função solidária, surgem discordâncias e desigualdades. Sila explica:

“Quando estava junto era todos amigos, não brigava; quando um não gostava - gente é gente, né? - saía e ia ficar com outro. Porque não podia brigar no mato cangaceiro com cangaceiro.”

Certas vozes erguiam-se sobre as demais e, mais alta de todas, ouvia-se antes a de Lampião. O bando esfacelara-se, principalmente após inclusão do sertão baiano e sergipano no território cangaceiro. Os grupos passaram então a agir quase independentemente. Mas isso não permite concluir haver uma insubordinação. Aquele cangaço era, continuava sendo, o de Lampião.

Lutas Cangaceiras

Em torno de Lampião e, conseqüentemente, do grupo que liderava imediatamente, gravitaram os grupos liderados por outros chefes. Curiosa gravitação exercida por um ponto espacialmente móvel. O esfacelamento do bando em grupos pequenos, de menos de uma dezena de integrantes, caracterizou o cangaço espacialmente a partir dos anos 30 (cf. Macedo, 1975:207). Mas a congregação de uma série de grupos ocorria antes, e com bastante freqüência. Casa Velha, um ex-integrante do bando de Sinhô Pereira apoiou Lampião em algumas de suas façanhas mais ousadas, sem deixar de ambicionar liderar um bando próprio (cf. Mello, 1985:139). Outro ex-colega dos tempos em que acompanhou Sinhô Pereira foi Cícero Costa⁵⁴, o cangaceiro Asa Branca, também chefe de grupo e aderente a Lampião (Mello, 1985:134). O sucesso precoce do maior dos cangaceiros proporcionou-lhe atrair para junto de si o apoio de vários grupos satélites, principalmente a partir de 1924. Foi o caso daqueles chefiados por Sabino, Horácio Novaes, Tenente, Mariano, Antônio Rosa, Jararaca, Massilon Benevides, Chico Pereira e ainda os grupos conhecidos como dos Melões, dos Godês e dos Pequenos, por exemplo. Alguns dos homens de Lampião também formavam seus grupos próprios, desligando-se de seu antigo líder, como foi o caso de Tenente (que agia por sua conta intermitentemente), de Beija-Flor, Bom-de-Veras, os irmãos Lua Branca e Vinte e Dois (cf. Mello, 1988: 131 e segs; Ferraz, 1978:127). A reunião de grupos em torno a um comandante permitiu que fossem reunidos numerosos combatentes para ações mais ousadas, podendo desagregar-se quando não se mostrasse vantajoso permanecer em união.

⁵⁴ Cícero Costa terá sido um dos líderes do ataque ao padre Lacerda, a pedido do major José Inácio, conforme foi mencionado acima.

Em matéria publicada em *A Província* (17 de junho de 1927), calcula-se que Lampião comandasse um bando de 120 homens, não incluídos os grupos dos Godês, Marcelinos, Jurema, Jararaca, Patriota, Manoel Rodrigues e Sypaubas, cada um deles contendo entre 20 e 30 bandidos. O cálculo é superestimado, tanto quanto ao número dos imediatamente comandados por Lampião, quanto ao dos companheiros dos demais chefes. O assalto a Mossoró, mobilizou 52 homens, embora estivessem implicados 4 chefes de grupo, incluindo Lampião. A referência evidencia, no entanto, o conhecimento da polícia, ainda que inexato, de que Lampião agia ao lado de outros chefes, os quais procuravam já identificar. O regresso da tentativa de assalto a Mossoró deu-se num momento de perseguição irrefreada aos cangaceiros⁵⁵. Nesse período, muitos deles desertaram e o bando tendeu a desagregar-se em diversos agrupamentos menores. Vários ainda foram capturados ou mortos pela polícia. A perseguição é tão intensa que, conforme consta em telegrama de 7 de novembro de 1927, do Tenente Higino ao chefe de polícia de Pernambuco, Lampião não tomava nem veredas, preferindo sempre o abrigo das caatinga. O mesmo telegrama indica que foi Lampião ao lado de 12 homens quem em 2 de agosto prendeu Francisco Trovão obrigando-o a fazer compras para o grupo, em Terra Branca, a 9 léguas de Flores. No dia 18 de agosto são avistados 26 homens na fazenda Bom Nome, em Monteiro na Paraíba, dirigindo-se para Serra Teixeira. O grupo é liderado por Sabino. No dia 12 de setembro seguinte, o chefe de polícia de Pernambuco despacha uma circular para seus colegas dos outros estados nordestinos, incluídos no convênio de combate ao banditismo, anunciando que dias antes Lampião havia sido reconhecido em Moradas. Mas adverte que pessoalmente ele crê tratar-se de Moreno e Jurema, sabidamente desligados do bando no Cariri. Pelas notícias anteriores, Lampião estaria demasiado distante do lugar indicado. Assim, a intensificação da perseguição deu lugar a uma fragmentação mais continuada do bando, ainda que em momento futuro pudesse novamente haver uma reunião. Teófanos Torres telegrafa a

⁵⁵ O recrudescimento da campanha contra o banditismo, em território pernambucano culmina com a redução do bando a apenas seis homens, que juntos atravessaram o rio São Francisco em direção à Bahia em 21 de julho de 1928, em precárias condições. Eram eles: Lampião, seu irmão Ezequiel, o "Ponto Fino", seu cunhado Virgínio, o "Moderno", Mariano, Mergulhão e Luís Pedro. (cf. Fontes, 1988:28). A travessia terá sido oportuna e conveniente para todos, inclusive para os perseguidores. Mello afirma que o tenente Arlindo Rocha, através de Sebastião Paulo, um primo de Lampião, fez chegar ao líder dos cangaceiros a proposta de entrega, acompanhada da devida garantia de vida. Sabendo com quem estava lidando, no entanto, Arlindo Rocha terá adicionado uma alternativa: que Lampião abandonasse Pernambuco e fosse para a Bahia. O cangaceiro contorna a situação, pedindo ao primo que fosse dizer ao tenente que não havia sido encontrado, mas poucos dias depois, Lampião iria para a Bahia (1985:212).

Souza Leão em 3 de novembro de 1927, dando conta que no dia anterior foram vistos Sabino, Lampião e outros oito cangaceiros no município de Vila Bela. No fim do mesmo mês Lampião é novamente visto em Manary. Referiu-se, na época, que se fazia acompanhar de 13 ou 16 homens⁵⁶. São avistados 14 cangaceiros no dia 1º de dezembro. Assim, novas reuniões ocorreram, mas o número de integrantes continua relativamente baixo, tendência que se manterá daí por diante. O poderio de Lampião, recuperado após a penetração no estado da Bahia, jamais veio a traduzir-se numa congregação tão numerosa de homens, como se assistiu em período precedente⁵⁷. A tendência foi oposta, isto é, de fragmentação. Labareda observa:

“Pru êsse tempo as persiga tava danada! Cumpade Lampião tava cum seus cabra noutas banda, i ôtu si mexendo cumo podia. Quanto mais volante, mais us grupo da gente divia sê menó, pru orde di Lampião. Us grupo di pôco pessoá facilitava nós si mexê” (Lima,1965:245)

De um modo geral, as ligações dos bandos autônomos a Lampião eram um tanto intermitentes. Quando ocorria, o comando geral cabia a Lampião. Mas a razão última normalmente atribuída à congregação era uma ação conjunta determinada, portanto externa a organização do grupo (cf. Mello, 1985:128 e segs.). A tendência é outra após a travessia do São Francisco. Ao invés de bandos autônomos unidos, têm-se mais claramente grupos que em conjunto compõem o bando de Lampião, como resultado da sua fragmentação. A diferença é sutil, dada a liderança reconhecida a Lampião em ambos os momentos, concomitante a uma maior ou menor autonomia dos outros chefes, também válida em ambos os períodos. Mas ao invés de sua liderança tender a se voltar

⁵⁶ A presença de Lampião em Manary foi noticiada ao chefe de polícia através de diversos telegramas enviados de diferentes municípios do sertão. O número de cangaceiros que acompanhava o chefe varia entre 13 e 16 (telegramas de Buique, 2 de dezembro e de Jatobá, de 4 de dezembro de 1927 respectivamente). Os telegramas são acordes com relação ao rumos do bando: o município de Águas Belas. O telegrama enviado de Jatobá, de 2 de dezembro, foi passado por Luís Lima, coletor estadual, filho de um dos maiores coiteiros de Lampião, Ângelo Gomes de Lima, conhecido como “Ângelo da Jia”. Luís Lima deve ter-se convertido numa sorte de agente duplo, satisfazendo tanto as solicitações da polícia quanto as de Lampião. A polícia não depositava cega confiança nele. No dia 29 de dezembro de 1927, Optato Gueiros telegrafa a Souza Leão dando conta de que Luís Lima deixou de entregar mais dois contos de réis (2:445\$000) aos praças do destacamento. No dia 11 do mesmo mês é o próprio Luís Lima que telegrafa ao chefe de polícia advertindo que estava ameaçado de morte por Manoel Neto, outro célebre comandante de força volante engajado na luta contra Lampião. No dia 20, noutro telegrama, Luís Lima reclama a Souza Leão pelo fato de ter sido suspenso pelo secretário da fazenda. A resposta do chefe de polícia, também em mensagem telegráfica, data do dia seguinte. Adverte que nada tem a ver com o caso da suspensão, mas que poderia intervir em seu favor, caso suas promessas fossem cumpridas...

⁵⁷ Como exemplo excepcional de congregação numerosa de cangaceiros, na década de 30, destaca-se o ataque de Lampião a Paripiranga em setembro de 1936, ao lado de 33 cangaceiros (cf. Chandler, 1981:219).

sobretudo ao comando das ações, ela passa a exercer-se de modo mais permanente, ainda que de modo pouco nítido, principalmente para os outros chefes de grupo. Não deixou de haver deserções e há menção de separações prolongadas do grupo de Corisco com relação a Lampião e o resto do bando⁵⁸. Não há no entanto desvinculamento definitivo entre esses dois chefes. Por outro lado, os demais chefes de grupo também agiam por sua própria conta, sendo inclusive responsáveis pelos proventos próprios. Tendo sido feito portador de 5 contos de réis para Lampião pelo genro da dona da fazenda Quixaba, Labareda disse ter-se sentido à vontade para reter a quantia consigo:

“...eu nun intreguei, pru qui tinha percisão, i achei qui naquela hora podia fazê isso, depois nós pudia, naqueles tempo ‘trabaiá’ cada quá, prá cada quá” (Lima, 1965:202)

O fato de cada um *poder* trabalhar em benefício próprio já é um indicador de que de alguma parte as ordens eram emitidas. Tratando-se de chefes de grupo, só podiam obedecer a Lampião. Mas qual seria, mais precisamente, a sua função? Ele parece ter-se incumbido de uma gestão geral do bando. Principal, quando não único, conhecedor das grandes fontes de abastecimento de munição e dinheiro, grande responsável pelas alianças mais fundamentais à continuidade do bando, Lampião mantinha também sob seu controle as ações dos chefes de grupo, ainda que sem as dirigir inteiramente, apenas intervindo da forma como considerasse mais apropriada. Sila nega que houvesse interferência de Lampião nos negócios dos outros chefes, exemplificando, naturalmente, com o caso de seu marido:

“O grupo de Sereno ele tinha as amizades dele. Os coronéis mandava dinheiro, mandava munição, as coisas pra ele. E Lampião já era outra pessoas, né? Quer dizer, Lampião não pedia aos coronéis de Zé Sereno e Zé Sereno também não pedia aos de Lampião.”

Mas evidências contrárias são fornecidas por uma seqüência de cartas de cobrança enviadas ao coiteiro José Gonçalves (cf. Mello, 1993:144-145). Em curto período, os cangaceiros Virgínio, Balão, José Baiano e o próprio José Sereno terão individualmente enviado seus pedidos de dinheiro, somando 5 contos e quinhentos mil réis. O coiteiro recebera ainda do próprio Lampião o pedido de que enviasse um “agrado” a seu companheiro Luís Pedro, que não determinava quantia. A situação tornou-se compreensivelmente insustentável e José Gonçalves decide apelar a Lampião, cuja

⁵⁸ Um motivo para separação teria sido uma alegada incompatibilidade entre Maria Bonita e Dadá (cf. Araújo, 1982a:62).

mensagem de resposta vem fechar aquela seqüência. Seu conteúdo denota autoridade com relação aos companheiros, e a certeza de não ser contestado:

“Am° José Gonçalvis recebi um recado seu. Vou providenciar aos cangaceiro todos para que não lhi abureçam m^s. Si pur acauso receber carta di alguém não resposte com dr°, mandí dizer qui se entendam commigo. Faça tudo com este portador e a seu dispor.

Do am°

Capitão Lampião”

Em seu depoimento direto, Sila explicou que nos anos em que foi cangaceira encontrava-se amiúde com o grupo de Lampião, em reuniões previamente marcadas em determinados lugares. Acrescentou ainda que, pela direção do barulho dos tiros, sabia-se que grupo estava combatendo:

“A gente já sabia: fulano deu tiroteio. Sabia até o lugar. Era tudo uma família unida, sabe? Porque a gente já tinha aqueles coito certinho, quando dava tiroteio a gente sabia. Já sabia pra onde ir pra encontrar com os outros.”

Assim sendo, é perceptível o cuidado com a distribuição espacial dos grupos de cangaceiros, freqüentemente monitorado por Lampião, que se mantinha ciente das ações de seus companheiros. Centralizando ainda toda uma rede de informações, ele tinha plena condição de manter sua gerência sobre os grupos ainda quando muito distanciados. O ex-cangaceiro Candeeiro não omitiu a perplexidade que ainda sente, após tantos anos passados, pelo fato de Lampião ter tomado conhecimento, no mesmo dia em que se sucedera, da morte de seu cunhado Virgínio, o cangaceiro Moderno. Lampião estava então em plena caatinga, no estado de Alagoas. A ocorrência situara-se na fronteira de Pernambuco com a Paraíba.

Essa função gerenciadora de Lampião articula-se com sua produção territorial. A distribuição dos homens no espaço contribuiu muito para o que Prata chamou de ubiquidade dos cangaceiros:

“...Ubíquo, inimigo está a vinte léguas e surge de repente, numa volta de estrada, pela frente, na retaguarda, nos flancos, mas sempre invisível, misterioso, feito assombração.”
(Prata, s.d.:46)

Certamente essa faculdade dos cangaceiros muito deveu à sua tecnologia de viagem, desenvolvida pelos anos de experiência em silenciar passos, omitir todos os sinais de passagem, vencer agilmente os terrenos mais acidentados. Mas a fragmentação do bando veio a contribuir sobremaneira para essa ubiquidade, com a ocupação concomitante de uma área muito mais ampla. Desde 1933, Lampião não voltaria mais a penetrar o interior

da Bahia, percorrendo apenas áreas fronteiriças do estado. Seus homens, no entanto, cuidavam de manter aquele território sob domínio do cangaço. Em compensação, Alagoas volta a ser mais assiduamente percorrida por Lampião a partir de 1934, quando, desde o segundo semestre, inicia uma prolongada visita ao estado. Em 1935, enquanto Lampião realizava suas extorsões ali, Labareda, Mariano e Corisco agiam na fronteira de Sergipe e Bahia, Cirilo de Ingrácia e Jurema atuavam no interior deste último estado (cf. Chandler, 1981:217). Em 1936, o bando dispersou mais assinalavelmente. Até a Paraíba voltou a ser palco dos ataques de Lampião, na segunda quinzena de maio (cf. *Diário da Bahia*, 26 e 28 de maio de 1936), ao lado de Virgínio e Luís Pedro (Chandler, 1981:218). No dia 7 de junho, José Baiano e outros três cangaceiros de seu grupo foram traiçoeiramente assassinados na Bahia pelo coiteiro Antônio de Chiquinha (cf. *O Imparcial*, 29 de junho de 1936). Certamente a divisão do bando em grupos pouco numerosos facilitava o apoio a ser prestado por paisanos e implicava em maior agilidade e menor visibilidade durante as movimentações. Mais ágeis, invisíveis, espalhados num imenso território, facilmente auxiliados, podendo eventualmente unir esforços para uma ação conjunta, os cangaceiros ainda acabavam por embarçar a ação policial.

* * *

Para além do aspecto político, isto é, da posição de dominância que os cangaceiros conseguiram assumir nas suas relações com os diversos segmentos sociais sertanejos, o nomadismo encerrou naquele contexto uma estratégia guerreira. Mas o reconhecimento do valor estratégico do nomadismo não é uma novidade. Tampouco é o misto de intolerância e incompreensão que os sedentários desenvolvem com relação ao nômade, como evidenciam as observações de Herckmans a respeito dos indígenas da capitania da Paraíba, no século XVII, mencionadas no capítulo 1. Mas Hartog (1979) percebe em Heródoto o mérito dele entender o nomadismo de forma positiva, ao contrário do que rezava o senso comum grego. Para ele, o nômade - conceito correspondente, como um sinônimo, ao lugar dos Escitas no imaginário grego - não denotava apenas um povo de costumes bizarros. Antes, tratava-se de um povo cuja estratégia guerreira impunha um modo de vida.

Na narrativa de Heródoto, a ação do exército de Dario de transpor o espaço dos escitas é dramatizada através da construção de uma ponte (*póros*) com este objetivo.

Ocorre que a transposição dessa ponte não correspondeu um acesso dos persas ao espaço escita. Não porque não o alcançaram, mas por tal espaço ser-lhes ininteligível, inapreensível, pois, como explica Hartog,

“il est impossible de se battre (il sont *ámachoi*) avec des gens qui n'ont ni villes, ni murailles, ni labours, car ils sont inaccessibles (*áporoi*): aucun *póros* ne conduit vers eux. Sans villes, en effet, les Scythes ne possèdent pas non plus de territoire (l'un n'allant pas sans l'autre) et leur espace n'est que terrain de parcours, insaisissable. La Scythie est donc un espace de l' 'autre et le chiffre de son alterité est le nomadisme.” (Hartog, 1979:1142)

Portanto, *áporoi* em Heródoto traduz-se numa inconversibilidade de tipos de espacialização. Mas como se expressou naquele contexto a impossibilidade de transpor, compreender, apreender, enfim, decifrar aquele espaço? Através da completa incapacidade do exército de Dario orientar-se ali e, mais ainda, de estabelecer relações inteligíveis com os escitas, mesmo em se tratando de uma relação aparentemente universal como a guerra. Aquela travada entre persas e escitas mais parecia uma caça, sendo que o caçado, jamais feito presa, acabou por tornar-se caçador, sem que o primeiro o soubesse. Antes porém, deu mostras de que só se deixava alcançar quando bem desejava (Hartog, 1979:1142-3). Quando finalmente os papéis foram trocados, e os escitas decidem perseguir os persas, demonstrou-se que a ininteligibilidade de espacialização era recíproca entre os dois povos. Eles não conseguiram alcançar os exército de Dario simplesmente porque este não se deslocava da maneira apropriada ao espaço escita. Para escapar-lhes, os persas retornaram - num espaço sem retorno, acrescenta Hartog - pelo mesmo caminho percorrido na ida, seguindo as próprias pistas. Supondo que teriam tomado o caminho mais curto, os escitas acabam chegando muito antes à ponte, saindo em seguida para procurá-los nos pontos onde encontrariam água e pastagem, onde evidentemente não estavam. Foi apenas quando permitiu a fuga, a passagem para um espaço inteligível, que a ponte finalmente constitui um *póros* (1979:1144).

A produção espacial do cangaço constituiu também uma aporia. Conforme foi mencionado, o seu vaguear fez supor, a olhos estranhos, um movimento ao acaso, que expressa confusão, mais do que uma ordem diversa. É certo que o cangaceiro foi um outro bastante mais próximo para o sertanejo do que os escitas para os gregos. Mas ainda com relação a este aspecto, as observações de Heródoto, segundo a interpretação de Hartog, parecem ajustar-se a um objeto tão diverso. Para ele, o nomadismo dos

escitas não é um gênero de vida, aberrante, ao qual se juntou uma estratégia guerreira que consistia em impedir que qualquer agressor os atingisse e ao mesmo tempo lhes escapassem. O nomadismo em Heródoto é primeiro uma estratégia e em seguida um gênero de vida ou uma estratégia que impõe um gênero de vida (Hartog, 1979:1150). E sob qualquer uma dessas perspectivas, eles são *áporoi*; a aporia constitui a sua estratégia, e portanto, seu modo de vida. Não é casual que o nômade seja ininteligível. Os sertanejos e principalmente a polícia, como perseguidora dos cangaceiros, vieram a experimentar a aporia dos cangaceiros.

A polícia vivia sob a constante ameaça de um inimigo invisível, presente em todas as partes, mas sem pertencer a lugar algum. Uma distração de sua parte podia ser fatal, como algumas emboscadas dos cangaceiros vieram a provar. No dia 4 de julho de 1929, no lugar Brejão no município de Campo Formoso, vindas de uma árdua caminhada desde Bonfim, duas forças volantes decidiram pernoitar. No dia seguinte, uma delas deixou o lugarejo, permanecendo a outra (cf. Fontes, 1988:80). Os cinco praças que a compunham vieram a pagar com a vida sua distração, como dá conta o boletim do dia 9 do mesmo mês do Comando Geral da Força Pública do Estado da Bahia.

"Estas praças se achavam em perseguição ao terrível bandido e seu grupo, convindo notar que todas, e especialmente o cabo Antonio Militão da Silva, souberam se conduzir com dignidade, não obstante terem sido surpreendidos em um momento em que faziam refeição e em que estavam desarmados, por terem recolhido as respectivas armas a uma casa."

Meses mais tarde, em outubro do mesmo ano, outra força volante da Bahia é pega de surpresa em condições ainda mais penosas. Segundo Prata (s.d.:57), vinham de semanas de caminhada em perseguição infrutífera ao bando. A referência deste caso no boletim do Comando da Força Pública do Estado da Bahia comporta rara eloquência.

"Tendo (...) no dia 21, do citado mez, ás 10 hs. um dos contingentes volantes em perseguição ao sinistro grupo do bandido "Lampeão", cahido numa emboscada tendo o pessoal que compunha o dito contingente resistido 35 minutos, resultando a morte com um tiro certo do soldado contractado Olegario Correia da Silva e baleado, gravemente, o dito da Cia/I. Pantaleão da Silva, hontem promovido por tal motivo ao posto de cabo d'esq., e, não fôra a energia com bastante tactica do soldado do 1º Btl. José Ferreira, comt. do referido contingente, que com mais tres companheiros deram a retaguarda, teriamos fatalmente lamentar perda maior, louvo o cabo d'esq. Pantaleão da Silva e o sold. José Ferreira, por terem assim, revelado-se bons elementos e possuirem noções exactas dos cumprimentos dos deveres que devem ter os militares.

"O referido combate teve lugar nas caatingas entre o arraial de Bomfim e o de Varzea da Ema, no lugar denominado Lagoa do Mary, que dista daquelle 4 legoas e 5 do Municipio de Uauá.

"O motivo do alludido contingente cair na emboscada foi oriunda de uma traição de um dos coiteiros áquella força, tendo no mesmo combate o referido contingente perdido um fuzil ordinario e munição.

Prata não menciona coiteiros e sim um momento de distração confiada na distância de Lampião, tão duramente perseguido e nunca encontrado. Estropeados, os soldados não cogitam sua proximidade, deixando-se ficar, "apertando cigarros vadios".

"Repentinamente, porém, numa aparição de duende, Lampião surge e os ataca com violência. Pegada, assim, de sopetão, numa surpresa de estarrecer, a volante mal responde à agressão, tendo logo vários soldados fora de combate (...)." (Prata,s.d.:57)

Não é desmedida a observação de Prata. O capitão Bezerra que tem a seu favor a responsabilidade da façanha de ter armado o cerco de Angicos, não deixou de se surpreender com a presença fantasmática de Lampião, embora não tenha sofrido uma emboscada semelhante. Mesmo porque, conforme consta em suas memórias, era numeroso o destacamento que comandava na ocasião⁵⁹. Perseguiam Lampião atentamente. O já experiente Bezerra fora informado de que um homem havia sido aprisionado pelos cangaceiros, e resolveu enviar um de seus soldados para detê-lo quando estivesse de retorno a fazenda onde trabalhava. O objetivo era encontrar o rastro do bando, a fim de retomar a perseguição. A confiar nas informações recebidas, os cangaceiros já não estavam nas imediações. Mas outra vez a polícia equivocara-se. O prisioneiro de Lampião, caído agora em mãos da polícia, não pretendeu esconder nenhuma informação:

"Sem mais palavras, ele foi logo dizendo: honti di noiti êlis durmiru bem perto da Força.

Fiquei surpreso. Raciocinando, custei a acreditar no informante. Entretanto, rapidamente, reuni os meus homens, no total de 95, e marchei para o ponto indicado. Fiz uma marcha forçada de algumas horas até o ponto em que o ex-prisioneiro de Lampião afirmara ter o grupo pernoidado na noite anterior. De fato: os vestígios confirmavam a

⁵⁹ É de conhecimento comum que Lampião evitava ao máximo travar combates, muito especialmente em condições desfavoráveis, o que lhe valeu inúmeras acusações de covardia por parte de seus inimigos. Compreendendo bem a sua tática, seu Francino definiu-a de modo muito sucinto: "ele era valente, Lampião, mas quando via que não tirava partido, ele corria". Quando Lampião percebia que o encontro era inevitável sua tática era atrair o inimigo para uma emboscada. Foi o que aconteceu em Serra Grande, Serrote Preto, Maranduba, para citar apenas algumas das batalhas em que foi melhor sucedido. A invisibilidade era melhor defesa do que uma tentativa fadada ao insucesso de eliminar todos os inimigos, cada vez mais numerosos. Havia ainda o problema do desperdício de munição, que apesar de se ter tornado abundante com o decorrer do tempo, implicava dificuldades de obtenção a alto custo e risco, para cangaceiros e coiteiros. A economia nos tiros remonta aos tempos de comando de Sinhô Pereira, que afirmou: "Nas lutas, Lampião quase não atirava. Não gostava, como eu, de atirar à toa. Ficava aguardando uma oportunidade. Munição para nós era muito difícil. Por isso, ele se expunha muito, pois ficava querendo ver onde estava o inimigo, levantando muito a cabeça". (*Jornal do Brasil*, 25 de fevereiro de 1969).

assertiva do caboclo que me pareceu não ter gostado muito daquela companhia...”(1983:123)

Despreparada, a polícia baiana teve de aprender a custa da vida de seus soldados a combater um inimigo invisível e ubíquo, como bem assinalou Prata. Aos poucos foi compreendendo como lhe eram facultados tão valiosos atributos guerreiros. Nesse episódio, já imputa a um coiteiro, justa ou injustamente, a razão do sucesso do inimigo. Há alguns anos, Souza Leão já se concentrara na repressão aos coiteiros para efetuar a perseguição aos cangaceiros. Com a fragmentação do bando que caracterizou o cangaço de Lampião após 1928, era ainda necessário mapear a distribuição dos grupos, entendendo de alguma forma a dinâmica de sua articulação com os segmentos legais da sociedade. A ação repressora ao cangaço de Lampião dependeu do conhecimento cada vez mais minucioso dos termos das relações de aliança por ele travadas e da sua produção espacial específica.

Quando Lampião passou a açoiar os sertões nordestinos, a polícia já era razoavelmente experiente na perseguição a cangaceiros. Acostumados a enfrentar bandidos que se valiam da interdição das forças policiais para agirem nos territórios de estados vizinhos, os governos de Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará já haviam travado acordo, desde 1912, no sentido de atuarem conjuntamente na repressão aos criminosos. Em 15 de dezembro de 1922, os quatro estados participam de novo convênio policial, que enfatiza mais uma vez o resguardo das respectivas fronteiras.⁶⁰ Já em 1905, planejava-se proteger as fronteiras de Pernambuco com a Paraíba na intenção de dar perseguição a Antônio Silvino. Além deste cangaceiro ter recorrido sistematicamente às fronteiras estaduais, para escapar aos perseguidores, justificava-se seu êxito pelo fato dele ter “avassalado” a população sertaneja tanto pelo terror quanto pela fama e distribuição de donativos⁶¹.

Talvez pela experiência já relativamente longa e não inteiramente desprovida de êxito - Antônio Silvino fora preso em 1914 -, a polícia notou bem cedo estar lidando com uma ameaça grave na pessoa de Lampião. O Desembargador Arthur da Silva Rego, chefe de Polícia de Pernambuco em 1922, justificou o novo convênio policial daquele ano com o assassinato de Luís Gonzaga, ocorrido meses antes do encontro com seus colegas dos

⁶⁰ cf. Relatório dos Presidentes de Província, volume disponível no arquivo Público de Recife.

⁶¹ Essa observação consta no Relatório dos Chefes de Polícia, no ano de 1905. O volume referente a esses relatórios, entre os anos de 1866 e 1929, encontra-se no Arquivo Público de Recife.

outros três estados. Esse acordo, além da proteção à fronteira e interajuda e facilidades de penetração nos outros estados pelas forças policiais, previa, em sua nona cláusula, medidas penais contra “asyladores de bandidos e malfeitores”. A execução do plano não foi plena. Afinal, perseguir coiteiros de Lampião significava desafiar poderes locais que, ao fim e ao cabo, controlavam amplamente a polícia no sertão. Protegido pelo mais influente chefe político sertanejo na época, Lampião não foi tão perturbado pelo novo convênio quanto era pretendido.

Abre com tom perceptivelmente eufórico o seu relatório relativo ao ano de 1928 Eurico de Souza Leão. As primeiras linhas do texto denunciam mais do que o êxito da campanha: a importância adquirida por Lampião, principal objeto de preocupação deste chefe de polícia e de seus antecessores.

"O banditismo, podemos afirmar com toda segurança, não mais existe em Pernambuco. O derradeiro troço de bandidos, chefiado pelo famigerado Virgulino Ferreira, 'Lampeão', passou a última vez em nosso território vindo de Alagoas, no primeiro ano transacto. O grupo estava reduzido a seis homens, inclusive seu chefe."

"No começo do ano tivemos o prazer de constatar, *de visu*, os resultados satisfatórios que havíamos obtido na campanha contra o banditismo. Tendo saído do Recife nos fins de Janeiro, percorremos, em quinze dias, toda região sertaneja, antigamente devastada por 'Lampeão' e os inúmeros grupos então existentes no Nordeste."

Após anos de sucessivos fracassos na repressão ao banditismo, o governo do estado assumiu uma postura mais atuante. Não foi casual a nomeação do experiente Teófanos Torres para comandar as forças de operação contra o banditismo no interior, ainda no ano de 1926. A assiduidade da correspondência telegráfica entre ele e Souza Leão também dá provas do empenho pessoal do chefe de polícia naquela empresa. Mas o êxito da campanha é atribuído, naquele relatório, ao convênio de 1927, realizado através da Conferência dos Chefes de Polícia em fevereiro do mesmo ano. Além dos quatro estados participantes dos convênios anteriores, Alagoas e Bahia juntam-se para celebrar disposições alegadamente drásticas para o combate ao banditismo, que no caso de Pernambuco, segundo Souza Leão, assumia “proporções de verdadeira catastrophe”. Mas qual seriam essas disposições tão eficazes? Na verdade, nenhuma medida absolutamente nova, por comparação aos convênios anteriores, foi tomada. A ênfase deste programa governamental apenas assentava na perseguição aos coiteiros, há muito percebida como grande obstáculo ao sucesso das campanhas repressivas. Não por acaso,

esse mesmo relatório inclui a seguinte passagem de um discurso proferido pelo deputado Maciel Prado:

“A perversidade de uns, a covardia de outros e até mesmo o humano receio da vindicta de determinados fazendeiros sertanejos, tudo isso degenerava na profusão de *coiteiros* e protectores que os fascínoras possuíam por toda parte. A solução do problema estava, por isso, requerendo, além daqueles propositos honestos, uma inflexível energia na repressão, sem distinção e meios termos, senão para ser ainda mais inexorável contra os protetores, na medida das suas posições sociais...”(Relatório dos Chefes de Polícia - 1866-1929)

Em 11 de junho de 1927, *A Província* dava conhecimento público do andamento da campanha através de uma relação de 170 bandidos mortos ou capturados pelas forças sob comando de Teófanés Torres. Na lista consta 49 cangaceiros que a polícia reconhecia como tendo participado do bando de Lampião. Outros 14 pertenciam ou chefiavam grupos que ocasionalmente já se haviam juntado a ele. Assim, também naquela lista, Lampião era presente fantasmaticamente. A ação repressiva da polícia fora esmagadora, mas a raiz do mal não fora estirpada.

Mostraram-se improficuas as medidas anteriores de multiplicação dos efetivos policiais e de vigilância de fronteiras. Estas não tiveram para Lampião a importância dada por seus antecessores cangaceiros. As suas trajetórias forneciam-lhe esconderijo e possibilidade de ataque ao mesmo tempo. No cangaço de Lampião, a dualidade do espaço de ação e espaço de esconderijo, válida para tantos outros fenômenos de banditismo, não prevalece. É verdade que ele se serviu de esconderijos oportunos e até prolongados, mas a gravitação em torno deles deixou muito cedo de ser uma estratégia recorrente a Lampião. Um esconderijo equivaleria a um ponto de retorno, o que confere uma previsibilidade aos seus deslocamentos, contrária a estratégia por ele empregada. A sua atuação em território tão amplo quanto possível, além da multiplicação que proporciona aos pontos de homizio, proporcionou ao seu cangaço um coito móvel, assegurado pela imprevisibilidade de sua localização. Variável de pontos de aliança, os pontos de homizio podiam ser utilizados com maior ou menor frequência, por períodos mais ou menos prolongados. Mas permaneciam pontos de passagem, sem se converter em ponto de retorno.

A extrema mobilidade espacial associada à imprevisibilidade dos deslocamentos de Lampião ofereciam o maior obstáculo ao sucesso dos seus perseguidores. Por maior que fosse o contingente empregado, os cangaceiros eram exímios em despistá-los, sumindo

diante de seus olhos, sem deixar rastro. A polícia pernambucana parece ter-se dado conta da impossibilidade de capturar Lampião simplesmente trilhando seus caminhos. Privilegia então a perseguição aos coiteiros e aos coitos, esses pontos mais ou menos fixos do território cangaceiro. Seu trabalho passa a ter então um caráter mais cartográfico e, na sua caçada, multiplicam-se as presas. É notável como nos telegramas trocados entre Souza Leão e os comandantes dos destacamentos do interior enfatiza-se as menções aos coiteiros, em número aproximado àquelas feitas aos próprios cangaceiros. Ao longo do ano de 1927, nomes como João Senna, José França, Manoel Bola, Luís e Angelo Lima, Simpício Pereira Maranhão, Francisco Martins, José Freire e Joaquim Santana, figuram como os dos próprios cangaceiros. Por vezes, ao invés dos nomes, menciona-se apenas fazendas ou pontos de esconderijo ou de alocação de encomenda de munição. Os coiteiros passam a ser aprisionados, importando menos a confissão de seus crimes do que a sua eventual colaboração na interceptação de encomendas dos cangaceiros ou na informação de sua localização atual e possivelmente futura.

Como um caçador que passa a ter um conhecimento minucioso dos hábitos de sua caça, chegando a tomar-lhe de empréstimo certos comportamentos que facilitem sua apreensão, a polícia começou ela mesma a imitar hábitos dos cangaceiros. Com a autoridade de ex-comandante de força volante, Gueiros afirma ter sido deliberada a imitação dos perseguidores dos cangaceiros.

“Depois do martelar de longos anos, numa sistemática maneira de perseguição chegou-se à evidência de que se laborava em erro; concluiu-se que, para combater cangaceiros, seria necessário ser igual a eles, em tudo, menos nos crimes, está visto.”
(Gueiros, 1953:33)

A semelhança entre policiais e cangaceiros começava pela indumentária, com todos os aparatos necessários à permanência mais prolongada em terrenos desérticos e à guerra. Aproveitando-se da prática da imitação de seus inimigos, Lampião soube também tirar vantagem da semelhança aparente entre volantes e grupos de cangaceiros: fez-se passar por Manoel Neto, seu eterno perseguidor, quando penetrou em território baiano (cf. *O Imparcial*, 25 de agosto de 1928). Ver sem ser visto⁶² - ou sem ser reconhecido. O atributo da invisibilidade cangaceira foi outro elemento do qual a polícia procurou apropriar-se, embora de maneira menos eficaz do que os cangaceiros. O capitão Bezerra

⁶² Sila explicou que o grande temor dos cangaceiros era que ocorresse o inverso: ser visto sem ver. Por esse motivo evitavam ao máximo as estradas, lugares de grande circulação em que tal perigo aumentava.

comenta, em suas memórias, os cuidados em desviar a atenção dos coiteiros para um rumo diferente do pretendido pela volante e em não antecipar, nem mesmo para seus comandados, a rota a ser seguida em suas diligências. Tal secretismo respeitante aos percursos teve nos cangaceiros o modelo, conforme ele mesmo reconhece: “desviávamos as atalhas desses traidores usando dos mesmos recursos que eles” (1983:180-181). Com efeito, a cautela de ocultar dos paisanos, fosse quem fosse, a sua localização, era um hábito dos cangaceiros, conforme narrou Labareda:

“Mesmo cum us coitêro di cunfiança, nós nun costumava amostrá us pôso in qui nós ia demorá, i nem nós si isquicia di imboscá as volante, qui si chegasse na pirsiga ia logo cumeno fogo”. (Lima, 1965:263)

Segundo Labareda, também a nível tático os cangaceiros deram ensinamentos à polícia, tomando o cuidado de se fazer proteger durante os combates, aproveitando acidentes do terreno ou utilizando o que estivesse disponível como escudo (cf. Lima, 1965:261). Com efeito, Gueiros observa os cuidados de Lampião no sentido da escolha do cenário dos combates: “o terrível chefe-de-grupo, mui raramente disparava a sua arma em campo raso, só o fazendo bem entrincheirado” (1953:32)

Um longo, senão interminável capítulo do aprendizado da polícia sobre os hábitos de seus perseguidos concernia à elaboração dos cangaceiros de seu território e à forma como eram operados aí seus deslocamentos e a distribuição dos homens. Atentos à sua eterna marcha e aos pontos por eles fundados, os perseguidores puderam compensar a imprevisibilidade com uma compreensão relativa da forma como os cangaceiros se deslocavam e das trilhas por eles privilegiadas. É o que se depreende, por exemplo, do telegrama de 7 de setembro de 1927, do tenente Higino a Souza Leão, desde Custódia, em Pernambuco. O oficial afirma que no retorno da incursão ao Rio grande do Norte, Lampião não tomava nem veredas, “pois seu trajeto viagem tem sido feito por caatingas diferentes seus pontos antigos”.

Em 1926, sendo informado em Floresta da presença de Lampião em Itacorubá, às margens do São Francisco, o capitão Muniz de Farias envia uma volante comandada para cercar a fazenda Tigre (Ferraz, 1978:249). Tal designação pautava-se no evidente conhecimento de um ponto dos cangaceiros. Assim, uma extensão aparentemente neutra, percorrida de modo imprevisível, ganha uma heterogeneidade produzida pelos perseguidos, mas que passa a ser reconhecida pelos perseguidores.

“Sabia o capitão que na Fazenda Tigre, no lado sul de Itacurubá, entre Floresta e o rio São Francisco, moravam uns rapazes hábeis no artesanato de apetrechos de couro; era um local onde possivelmente o grupo passaria, pois Lampião tinha que receber uma encomenda solicitada e pretendia incumbir os artesãos de fabricação de novos objetos. O certo é que o cangaceiro gostava de se entender com os artífices que produzissem com perfeição objetos úteis ao bando.” (Ferraz, 1978:249)

Não fosse estar lidando com guerreiros tão experientes e dessa vez a polícia bem poderia ter sucesso.

“Sucedeu que a força, ao procurar ocupar alguns pontos mais estratégicos para aguardar a passagem dos bandidos, perdeu a oportunidade de armar uma tocaia na citada casa: estes foram chegando ao mesmo tempo que os militares, pelo lado posterior da residência, onde também procuravam efetuar tocaia.”(Ferraz, 1978:249-250)

Apesar do êxito ter sido relativo, o encontro com os bandidos demonstra a eficácia da estratégia policial. Nesse combate Lampião saiu apenas levemente ferido, mas as notícias divulgadas pela imprensa revelam esperanças renovadas em deter o cangaceiro. O *Diário de Pernambuco* divulgou no dia 24 de setembro um telegrama do dia anterior, no qual constava ter-se ferido gravemente Lampião, com um tiro no peito, o que teria resultado na divisão do bando. Quatro dias depois, nota-se ainda o efeito de euforia da suposta vitória da polícia. Afirma-se no mesmo jornal que Antônio Ferreira assumira o comando de parte dos cangaceiros, enquanto uma outra fração, vinda de Jatobá, sofrera novo encontro com a polícia. Esta, prosseguia a notícia, pretendia “tomar ‘pontos de passagem’ do bando”.

No processo da repressão ao cangaço incluiu-se o empenho policial na tentativa de tornar tão inteligível quanto possível a territorialidade cangaceira, o que foi executado mediante a compreensão das relações travadas entre o bando e indivíduos genericamente incluídos na categoria de coiteiro. Esse foi com toda certeza um passo decisivo no êxito da campanha. Foi o que proporcionou o incremento da eficácia da polícia pernambucana que tanto dano causou aos cangaceiros principalmente a partir de 1927. Infestado de perseguidores implacáveis aquele estado, Lampião acaba tomando novos rumos. Fazê-lo implicou em novo investimento no sentido de territorializar, ou de criar heterogeneidade num espaço ainda amorfo desde o ponto de vista dos cangaceiros, do outro lado do São Francisco. Mas também trouxe um período de calma. Terá dito mesmo ao pai de seu Francino, da primeira vez que o encontrou: “Eu vim descansar aqui na Bahia, porque lá na minha terra até as foia seca me odeiam”. Com efeito, a polícia baiana jamais veio a demonstrar a eficácia da pernambucana, chegando a conceber planos tão mirabolantes

quanto insanos, como aquele que decidia proibir a permanência dos sertanejos fora das cidade⁶³. Por outro lado, as mesmas premissas do programa levado a efeito em Pernambuco não deixaram de vir a ser utilizadas mais tardiamente. Nada é mais insistentemente enfatizado nas memórias do capitão Bezerra do que os métodos por ele empregados para induzir os supostos coiteiros a lhe revelarem tudo o que sabiam a respeito do bando de Lampião:

“...eu corria mais atrás de um vaqueiro do que no rastro dum grupo de bandidos. Mesmo traído não os abandonava; convivía, com eles, o maior tempo que podia fazendo crescer a nossa ‘amizade’.”(Bezerra, 1983:67)

Bezerra compreendeu que mediante uma tática “diplomática”, conforme ele mesmo adjectivou, podia obter informações em maior número e mais seguras junto aos coiteiros, a quem a polícia outra vez recorria na tentativa de encontrar o paradeiro dos cangaceiros. Todavia, não obtendo as respostas desejáveis, a polícia via-se “na dura contingência de agir com toda energia, fazendo sentir aos mentirosos o grau de cumplicidade existente entre eles e os bandoleiros” (Bezerra, 1983:62). Aproveitando-se da antipatia dos sertanejos maltratados, Bezerra dava início aos seus trabalhos de investigador, procurando sintomas da aproximação de cangaceiros. Para isso, aboletava-se

“...dias, semanas e meses no meio desses ‘padrinhos’ em pleno convívio amistoso até poder me assenorear das suas manhas, dos esconderijos, dos movimentos normais dos trabalhos nas fazendas, das maneiras de agir de cada um, observando, identificando os maiores amigos dos habitantes de cada região, enfim, percorrendo, estudando, sentindo tudo o que pudesse me habilitar na ação policial.” (Bezerra, 1983:68)

Mais útil do que perseguir literalmente os cangaceiros em sua marcha, as investigações policiais facultaram, novamente, uma maior inteligibilidade do território cangaceiro, fundamental para suas diligências. O grau de conhecimento adquirido não era suficiente para que se possa inferir que a marcha dos cangaceiros se tornou previsível; mas sem qualquer dúvida, a polícia teve uma assinalável evolução estratégica. Outra passagem das memórias do capitão Bezerra, situa bastante bem o alcance e os limites dessa evolução. Note-se que foi durante esta diligência que Bezerra veio a saber que Lampião pernoitara na proximidade da sua força volante, sem que nenhum dos soldados se desse conta.

“Ao despontar do outro dia marchei para Olho-d’Água, povoação intermediária entre Pão de Açúcar e Santana, em obediência às ordens do Comandante que reputava aquele

⁶³ Sobre detalhes deste conhecido plano cf. Chandler (1981:198-200).

povoado de grande valor estratégico no caso de Lampião pretender se embrenhar nas caatingas Cabeça de Boi, Calangro Verde, Riacho Grande, Baixa da Queixambuira, Serra do Taborde, Água Salgada, Tanque da Jibóia, Lagoa do Gavião, Serra da Melancia, Boa Vista, Canoas, Gravatá ou Marrecas, atacando de surpresa de um desses pontos, o povoado de Inhapi, no município de Mata Grande, tudo isso dentro de um mesmo eixo de marcha no complexo de uma mesma travessia.

Esse eixo mede 25 léguas, distância facilíma do veterano bandoleiro cobrir em menos de dois dias, mesmo enfrentando o terreno acidentado das caatingas agressivas ao caminhante naquela zona.” (Bezerra, 1983:122)

A utilização de soldados civis, os “contratados”, pela polícia para perseguir cangaceiros é outra evidência de como fazia parte do programa de combate ao banditismo de Lampião o conhecimento tão amplo quanto possível do espaço de que se serviam os cangaceiros. Lampião provocou toda uma reestruturação da polícia nos sertões, que acabou tornando-se uma alternativa econômica aos sertanejos; num meio em que os salários não eram, pelo menos habitualmente, efetuados em moeda, o soldo tornou-se um objeto de cobiça para os indivíduos das classes mais humildes. Sua importância fez-se sentir pelos cangaceiros, não só pela multiplicação de seus perseguidores, mas também por ter introduzido no seu cotidiano pausas de maior tranquilidade. Sila contou que para ela

“...o melhor tempo era de receber pagamento, aí eles iam todos receber, os macacos. Aí a gente ficava mais tranqüilo porque sabia que num tinha macaco. Ficava oito dias, quinze dias num coito, não em casa. A gente ficava parado. Mas isso era poucas vezes que acontecia. Aproveitava pra costurar, fazer bomal, fazer a roupa, descansar um pouco. Porque às vezes a gente entrava num coito e lá dava tiroteio”.

Sedento de aventura e não indiferente ao dinheiro por ela propiciado, Zé Ramos admitiu que chegou a pensar em se tornar cangaceiro, mas não encontrando Lampião, deixou-se ficar na polícia. Muitos sertanejos em condições semelhantes deram sua inestimável colaboração à campanha contra o banditismo. Melhor do que os soldados do litoral, esses contratados moviam-se com muito maior desenvoltura nas caatingas adustas. Mas seria precipitado concluir que por serem sertanejos aqueles homens tinham acesso sem dificuldade a todos os lugares. O mesmo Zé Ramos comentou que como um dos 17 integrantes da força de José Fernandes Vieira, chegou a entrar no Raso da Catarina.

“Tinha notícia de bandido lá. Nós entramos e ninguém achou pista. Aí a gente voltou e foi andando perdido e viemos sair na [fazenda] Cachoeirinha. (...) Cachoeirinha já é ponta de Raso, mas é fora”

Tal como os cangaceiro, o recurso empregado pelas volantes para penetrar num espaço desconhecido foi a utilização de guias.

“Nóis vinha com guia. O guia era de lá mesmo, o guia sabia. Pegava o guia, quando saia em outra fazenda deixava aquele e pegava outro dessas fazenda. Sempre levava um guia.”

É verdade que não raro os próprios cangaceiros recorriam a guias em extensões com as quais não estavam perfeitamente familiarizados, entregando em tais circunstâncias seu destino a terceiros, tratando de controlá-los mediante métodos já comentados. O sentido do uso de guias difere, no entanto, para cangaceiros e policiais, em virtude de sua produção territorial diversa. Mediante os guias, os cangaceiros puderam alargar os limites de seu território, adquirindo informações, travando novas alianças. A trajetória passa ela mesma a ser pontuada, ganha novos objetivos que como aquele a que se pretende chegar, são sempre parciais, não se encerrando em si mesmos. Prevalencia para os policiais a necessidade de alcançar o inimigo. As trajetórias são antes de tudo etapas a serem vencidas: o objetivo só articula-se com elas externamente, sem se confundirem com ela.

De diversas formas a polícia procurou incorporar nas suas estratégias as táticas dos cangaceiros, operando nova configuração dos elementos já reconfigurados pelos seus inimigos. Curiosamente, o cangaço associa-se estreitamente com a sua evolução e transformação. Lampião não foi apenas responsável pela emergência de seu próprio movimento; foi também o motor da organização que o combateu, que só teve sentido tendo ele por referência. A bem dizer, o aparato policial, na forma e na proporção assumidas naquele período, dependeu de Lampião. Não seria absurdo cogitar ter ele passado a tornar-se até desejável. A associação entre perseguidor e perseguido estreitou-se em demasia. Eliminar Lampião foi um gesto suicida. Sila apercebeu-se disso, com grande lucidez:

“Eles gostaria de matar, mas no íntimo deles eles gostaria de pegar todas as riquezas, o dinheiro e o ouro. Se pudesse pegar tudo isso e deixar eles vivo ... porque era o fundo de vida que eles tinha, os macaco. Acabou os cangaceiro, acabou as volante, acabou tudo.”

O mistério de Lampião fora eliminado sem ter sido verdadeiramente desvendado.

considerações finais

Por mais tímidas que tenham sido as modificações físicas sofridas; por maior que tenha sido a resistência oposta pelas caatingas a toda tentativa de penetração; e por piores os obstáculos oferecidos pelas secas, pelo tapuia, pelas feras, a marcha colonizadora introduziu transformações inexoráveis no espaço do sertão nordestino. Como elas se verificaram? Primeiramente, operou-se a uma divisão da terra, mediante a concessão de sesmarias, de dimensões tendencialmente regulares (três léguas em quadro). Em segundo lugar, o sertão foi recortado por caminhos. Desde logo, os rios transformaram-se em vias de comunicação; com efeito, eles ofereceram aos entradistas, por antecipação, os seus percursos. Mas eles mesmos foram repartidos, na condição de eixo (ou espinhaço), a partir do que se procedeu à repartição e distribuição das terras. Mas outras vias foram também sendo abertas, geometricamente, traçando, como diz Abreu, a hipotenusa de um triângulo, cujos catetos já eram trilhas. Com efeito, Abreu soube dimensionar adequadamente a importância dos caminhos na colonização e no povoamento do sertão. Eles foram um elemento primordial da expansão civilizadora colonial e, ao lado das sesmarias, demonstraram que tal processo consistiu num estriamento espacial. Currais e caminhos atraíram homens que fundaram núcleos populacionais, pontos ligados ao litoral, de onde procediam os bens e os homens, e para onde o gado escoava. Mas tais pontos também interligaram-se uns aos outros. A marcha colonizadora avançava sempre. Estabeleciam-se novos currais que mantinham alguma ligação com seu ponto de partida e por outro lado, a agricultura incipiente praticada nas "ilhas verdes" sertanejas abastecia o mar cinzento do sertão. Assim, os caminhos abertos ali formaram bem cedo uma rede, permitindo a ligação entre os pontos interiores, além da comunicação com o litoral. A marcha expansionista e a fixação do homem no sertão introduziram pontos dispersos porém interligados por uma rede de comunicação que proporcionava roteiros regulares e intensamente utilizados pelos viajantes (vale lembrar as especializações profissionais relacionadas com o transporte dos vários tipos de mercadorias) e o contato entre os moradores distantes e com os forasteiros.

No entanto, se o processo de povoamento do sertão traduziu-se na criação de centros interligados entre si e ao litoral, ele não pressupôs uma coesão entre os homens. A

empresa da conquista estimulava a dispersão, em vista do afastamento gradual de suas fronteiras, a que se conjugou a ambição de terras e de riquezas dos conquistadores.

A fundamental ação de estriamento resultou, ainda na colônia, na emergência de redutos familiares, como meio de garantia de predominância social, política, administrativa num certo espaço. Enquanto o processo de ocupação espacial implicou na divisão e concessão da terra, os indivíduos procuraram acentuar sua união, já por laços de parentesco, já mediante vínculos resultantes do cultivo de relações de reciprocidade, em larga medida inspirados nos laços de parentesco. Forjaram deste modo uma coesão social no seio de uma lógica de dispersão espacial que as entradas e o acúmulo de terras pressupunha. Vastos como reinos ou mais modestos, os redutos sertanejos foram-se criando ao longo do povoamento e da fixação dos agentes de expansão colonial, mediante, por exemplo, a anexação de sesmarias contíguas concedidas a um ou vários beneficiários aliados. E os limites e o domínio de tais redutos convertiam-se em objeto de disputas renhidas entre facções. Se a segmentação do espaço teve como contrapartida a separação dos homens, também esteve na base de sua coesão, de seus vínculos. Estes constituíram-se no elemento basilar da civilização sertaneja, que fincou o homem a uma fatia do espaço.

Os arranjos matrimoniais, as relações de vizinhança, de compadrio, de lealdade e proteção, promoveram vínculos de solidariedade que tanto ou mais do que a propriedade, aferraram os homens à terra concedendo-lhes uma referência espacial. Procurei esboçar a natureza desses vínculos, que parecem remontar ao processo de conquista, tendo perdurado por séculos, possivelmente vigorando ainda atualmente. Decerto, por si mesmo esse assunto merece ser objeto de mais investigações que melhor detalhem a forma como são e foram estabelecidos esses vínculos, a extensão e as relações no interior das parentelas sertanejas, que prerrogativas cumprem as alianças - por exemplo, aquelas produzidas através dos arranjos matrimoniais nos diversos segmentos sociais sertanejos e aquelas voltadas para guerras - e quais as repercussões das redes vinculativas nos diversos setores da vida social, ao longo do tempo. Aqui, serviram essencialmente para a compreensão das relações de dependência e de alianças em torno dos líderes, centros fundamentais das relações de reciprocidade, de redistribuição de bens e de benefícios e, por isso mesmo, centros de convergência espacial.

Muito mais do que a propriedade, os vínculos pessoais prendem o sertanejo à terra. Mesmo aqueles que não a possuem ligam-se aos proprietários pelos laços apertados da lealdade e da proteção, reforçados pelos deveres de reciprocidade. Laços que não os impedem de sair, mas impõem uma referência, um ponto de retorno, fundam seus lugares. Não raro determinam também o ponto a ser alcançado e mesmo o percurso que lhe dará acesso. Nesse sentido, convertem-se em centros no espaço sertanejo. Centros possivelmente alterados, ao longo da vida. As mudanças podem ocorrer: por mais apertados, os laços são passíveis de serem desatados e outros, de serem atados. Como foi visto, os criminosos com frequência viram-se na contingência de abandonar suas residências em busca de refúgio noutra parte - muitas vezes encontrando-o junto a outro membro da rede de aliados na qual estão incluídos. Os matrimônios também podem promover deslocamentos do centro na vida de um sertanejo. Mas pouco importa que eles sejam modificados: são usualmente apenas substituídos, temporária ou definitivamente, mas não se apagam.

A distribuição de aliados articula-se ainda com as dimensões espaciais que um sertanejo tem por referência. Constitui o principal fator de demarcação de seu espaço social, que não observa os limites geo-políticos, evidenciando um outro critério de estabelecimento de fronteiras. Essa configuração espacial sertaneja esteve intrinsecamente relacionada aos rumos da política do interior, alicerçando o poder dos potentados locais em seus conflitos e articulações com os poderes federal e estadual. A extensão das redes de aliança de um potentado repercute naturalmente no alcance de sua influência, que encontra expressão espacial.

Também nas guerras sertanejas confrontaram-se blocos de aliados, cuja dispersão espacial não constituiu obstáculo à arregimentação de combatentes. Essa dispersão deu, por outro lado, condições para a emergência de uma organização guerreira como aquela do cangaço de Sinhô Pereira. Como as milícias privadas ordinárias, tal organização esteve escorada numa rede de alianças. Mas uma peculiaridade notável foi também verificada nesse tipo de cangaço. Ao invés de constituir uma milícia aquartelada num ponto, para onde deveriam acorrer os eventuais auxílios bélicos, o bando de Sinhô Pereira tendeu a manter-se em deslocamento, utilizando-se de sedes fornecidas por aliados, à guisa de postos avançados. É possível detectar na espacialidade daquele cangaço, a presença de um centro predominante; mas a par deste, introduzem-se novos

centros, mais circunstanciais, que permitem um afastamento mais prolongado do ponto ao qual se deve retornar.

Lampião rompeu com a centralidade espacial e, ao mesmo tempo, articulou-se em aliança, já sem obedecer às redes prévias. Valeu-se delas - os Pereiras permaneceram ligados a ele, para além de sua guerra privada - mas não se limitou a uma rede já tecida. Eliminando os centros de gravitação, habilitou-se a multiplicar suas alianças ao infinito, ao longo de seus percursos, já não condicionados pela distribuição de aliados. Em virtude disso, os limites de seu espaço tornam-se indefinidos e móveis. Lampião subverte, portanto, a ordem usual de configuração do espaço mediante o nomadismo.

Em seu movimento todo retorno é impossível, porque seu espaço, embora pontuado, já não era dotado de centros nem, portanto, de um ponto de partida. Lampião deixa de deslocar-se de um ponto a outro para, ao contrário, pontuar seus percursos num espaço aberto. É compreensível que as linhas de comunicação previamente estabelecidas pelas trilhas e caminhos tenham sido objeto de um uso diverso para Lampião e por comparação aos demais sertanejos. A negação de centros correspondeu também a uma recusa aos caminhos que, em certos casos converteram-se nos verdadeiros obstáculos ao seu espaço, numa inversão absoluta do que significaram no processo de povoamento do sertão e continuaram significando desde então. O estriamento do sertão não se deteve na colônia, e como signos mais recentes desse processo, a abertura de estradas de rodagem e a modernização das vias de comunicação em geral foram alvos do poder de destruição de Lampião e seus homens. Ao efetuar uma organização que procurava eliminar centros e linhas de comunicação, Lampião operou um realisamento do espaço.

É notável como os atributos dos cangaceiros evocaram aqueles dos indígenas que, tanto quanto os primeiros, despertaram o ódio e a perseguição. O nomadismo comum a ambos foi apenas uma das características que os aproximou, mas relaciona-se com uma série de outras, nomeadamente a da resistência física, a habilidade guerreira, verificada nas emboscadas, a capacidade de suportar as penúrias, a entrega aos prazeres: as descrições de Koster e de Herckmans citadas no capítulo 1 poderiam ser quase integralmente transpostas aos cangaceiros de Lampião. Mas a renúncia ao nomadismo verificadas entre os índios do sertão, que esteve na origem de sua dependência, como preço de sua sobrevivência em liberdade, correspondeu, no caso de Lampião, a uma

recusa de um centro de gravitação, que produziu uma via de fuga sem retorno, como preço de sua autonomia mais plena. Dessa forma, Lampião fez-se o outro, como outrora fora o índio. Mas um outro cuja dominância era reconhecível.

O nomadismo de Lampião é espelho de sua autonomia e seu fundamento estratégico, remetendo-se nesse último sentido, à compreensão de Heródoto a respeito dos escitas. Introduz no cenário de guerra a imprevisibilidade e uma indecifrabilidade. Mas o nomadismo do cangaço incorpora um problema notavelmente distinto da situação dos persas frente aos escitas: foi, pelo menos em parte, no próprio espaço de seus perseguidores que Lampião introduziu a aporia, como se se tratassem de espaços superpostos sobre o mesmo suporte, semelhantes e diversos ao mesmo tempo, em virtude de seu uso diferenciado. Lampião e seus homens privilegiaram seções periféricas dos espaços sociais sertanejos e, ao mesmo tempo, recobriram os pontos já existentes de forma diversa, invasora, alisante. Desta forma, confundem seus perseguidores, emboscando-os ou desaparecendo diante de seus olhos.

Semelhantes e diversos foram também os procedimentos de Lampião por comparação aos demais sertanejos quanto às suas relações de aliança. Lampião foi um guerreiro, mas a sua força bélica tornou-se impassível de apropriação; usufruiu de proteção, sem se tornar dependente; fazia-se alvo de dádivas que por sua vez eram prodigamente redistribuídas; produziu vínculos que não pressupuseram a sua fixação no espaço; mobilizou os códigos de honra a serviço de seus interesses. Através de relações pessoais, atitudes pródigas, prestação de favores, muita diplomacia, Lampião reproduziu muitas das atitudes dos chefes locais, quando suas condições sociais em nada se assemelhavam a deles. Ao fazê-lo não constituiu redutos fechados, mas de certa forma fez-se centro, tal como os coronéis seus contemporâneos; um centro móvel de redistribuição de bens e benefícios. No contexto das suas relações sociais, a posição de dominância cabia a Lampião.

Nas relações de poder verificadas no sertão, o cangaço de Lampião gerou uma alternativa. Como cangaceiro encarnou em si uma nova ordem, a partir de um conjunto de signos preexistentes, rearranjados de forma a favorecê-lo. Ele impôs-se socialmente nestas condições. Seus atos e os de seus homens não foram isolados; tiveram uma coerência, representaram um novo status, em nome de que, mais do que de um

acontecimento ou uma insatisfação pontual ou de sua vontade individual, passou a agir. O abandono de uma certa posição na sociedade correspondeu, com o cangaço de Lampião, a uma inserção noutra segmento. Ainda que não oficialmente reconhecido enquanto tal, este segmento do cangaço teve reconhecimento social, de modo que dele podia-se esperar certas atitudes, a eles recorreu-se em certas situações e com ele estabeleceu-se certas relações. Assim, Lampião impôs uma alteração profunda nas relações sertanejas, dando um salto na hierarquia informal de domínio, de poder.

BIBLIOGRAFIA

- ABREU, Capistrano. de,
1930a - "Caminhos Antigos e Povoamento do Brasil" in *Caminhos Antigos e Povoamento do Brasil*, Ed. da Sociedade Capistrano de Abreu, Livraria Briguiet, 1930, pp:53-143 (1ª ed. 1889)
- 1930b *Povoamento do Brasil*, Ed. Da Sociedade Capistrano de Abreu, Livraria Briguiet, 1930, pp.:219-231 (1ª ed. 1889)
- ALBUQUERQUE, Ulysses L. de
1976 - "A Luta dos Pereiras e dos Carvalhos" in *Um Sertanejo e o Sertão*, Rio de Janeiro, José Olympio, (1ª ed. 1957)
- ALMEIDA, José A. de
1979 - *Os Coiteiros*, RJ, Civilização Brasileira, (1ª ed. 1935)
- ANDRADE, Manoel C. de
1964 - *A Terra e o Homem no Nordeste*, São Paulo, Brasiliense (1ª ed. 1963)
- ANTONIL, André João
1982 - *Cultura e Opulência do Brasil*, Belo Horizonte, ed. Itatiaia; São Paulo, ed. da Universidade de São Paulo (1ªed. 1711)
- ARAÚJO, Antônio Amaury C. de
1982a - *Gente de Lampião: Dadá e Corisco*, São Paulo, Traço
- 1982b - *Assim Morreu Lampião*, São Paulo, Traço
- 1984 - *Lampião: as Mulheres e o Cangaço*, São Paulo, Traço
- 1987 - *Gente de Lampião: Sila e Zé Sereno*, São Paulo, Traço
- BARROSO, Gustavo
1930a - *Almas de Lama e de Aço*, Rio de Janeiro e São Paulo, Melhoramentos
- 1930b - *Terra de Sol: Natureza e Costumes do Norte*, RJ, Francisco Alves (1ª ed. 1912)
- BEZERRA, João
1983 - *Como Dei Cabo de Lampeão*, Recife, Massangana, 1983 (1ª ed.)
- BURSZTYN, Marcel
1985 - *O Poder dos Donos: Planejamento e Clientelismo no Nordeste*, Petrópolis, Vozes (2ª ed.)

- CALMON, Pedro
1985 - *Introdução e Notas ao Catálogo Genealógico das Principais Famílias de Frei Jaboaão*, Salvador, Empresa Gráfica da Bahia, 2 vols.
- CAMARGO, Aspasia, RAPOSO, Eduardo, FLAKSMAN, Sérgio
1984 - *O Nordeste e a Política: Diálogo com José Américo de Almeida*, Rio de Janeiro, Nova Fronteira
- CASCUDO, Luís da C.
1984 - *Viajando o Sertão*, Natal, Ed. CERN (1ª ed. 1934)
- CAVA, Ralph della
1977 - *Milagre em Juazeiro*, Rio de Janeiro, Paz e Terra
- CHANDLER, Billy Jaynes.
1980 - *Os Feitosas e o Sertão dos Inhamuns: a história de uma família e uma comunidade no Nordeste do Brasil - 1700-1930*, Fortaleza, ed. UFC
1981 - *The Bandit King, Lampião of Brazil* (tr. br.: *Lampião o Rei dos Cangaceiros*, São Paulo, Paz e Terra)
- CHIAVENATTO, Júlio José
1990 - *Cangaço, a Força do Coronel*, São Paulo, Brasiliense
- CONDOMINAS, Georges
1977 - "Pour Une Definition Anthropologique du Concept d'Espace Social", *L'Asie du Sud-Est et le Monde Insulindien*, VIII, 2
- CUNHA, Euclides
1927 - *Os Sertões*, Rio de Janeiro, Francisco Alves (1ª ed. 1902)
- DELEUZE, Gilles. & GUATTARI, Felix.
1980 - *Capitalisme et Schizophrénie - Mille Plateaux*, Paris, Minuit, 1980 (tr. esp. José Vazquez Perez, Valencia, Pre-Textos, 1988)
- FACÓ, Rui
1963 - *Cangaceiros e Fanáticos*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira (6ª ed.)
- FAORO, Raymundo
1976 - *Os Donos do Poder*, Porto Alegre, Globo, 2 vols (1ª ed. 1958)
- FERRAZ, Marilourdes
1978 - *O Canto do Acauã - Das Memórias de Manuel Flor, Ex-comandante das Forças Volantes*, Belém, Falângola

- FONTES, Oleone C.
1988 - *Lampião na Bahia*, Petrópolis, Vozes, 1988
- FRANCO, Maria Sylvia de C.
1969 - *Homens Livres na Ordem Escravocrata*, São Paulo, Kairós
- FREITAS, Antônio G. de
1972 - *Inhamuns: Terra e Homens*, Fortaleza, Henriqueta Galeno
- FREYRE, Gilberto
1987 - *Casa Grande e Senzala*, Rio de Janeiro, José Olympio, (1ª ed. 1933)
- GARDNER, George
1959 - “Noites na Caatinga (De Aracati a Crato - 1838)”, extrato de *Viagens no Brasil in O Sertão, o Boi e a Sêca*, org. Diaulas Riedel, “Histórias e Paisagens do Brasil II”, São Paulo, Ed. Cultrix, (1ª ed. 1942)
- GUEIROS, Optato
1953 - “*Lampeão*”, *Memórias de um Oficial Ex-comandante de Fôrças Volantes*, Recife, s/n,
- HARTOG, François
1979 - “Les Scythes Imaginaires: Espace et Nomadisme”, *Annales - E.S.C.*, 34^{ème} anné, 6, nov-dec, pp.1137-1154
- HERCKMANS
1982 - *Descrição Geral da Capitania da Paraíba*, apresentação e atualização ortográfica de Wellington Aguiar e notas de Marcus Odilon Ribeiro Coutinho, João Pessoa, A União Cia. Ed., 1982
- HOBBSAWN, Eric
1972 - *Bandits*, London, George Weindenfeld & Nicholson (tr. fr. Paris, Maspero, 1966)
- JOFFILY, Irineo
s.d. - *Notas Sobre a Parayba*, Fac-simili da 1ª ed., prefácio de Capistrano de Abreu, apresentação e observações de Geraldo Irineo Joffily, Brasília, Thesaurus (1ª ed. 1892)
- KOSTER, Henry
1842 - *Travels in Brazil*, London, Pinter for Longman, Hurst, Rees, Orme and Brown, Paternoster Row, 2nd ed. (tradução e notas de Luiz da Câmara Cascudo, São Paulo, Cia. Ed. Nacional, 1ª ed 1817)
- LEAL, Vitor Nunes
1975 - *Coronelismo, Enxada e Voto*, São Paulo, Alfa-Omega

- LIMA, Estácio
1965 - *O Estranho Mundo dos Cangaceiros*, Salvador, Itapoã
- LINS, Wilson
1983 - *O Médio São Francisco: Uma Sociedade de Pastores e Guerreiros*, São Paulo, Ed. Nacional / Brasília, Instituto Nacional do Livro, Fundação Pró-Memória (1ª ed. 1952)
- 1988 - "Mandonismo e Obediência" in *Coronéis e Oligarquias*, Salvador, Ianamá UFB
- LIRA, João G. de
1990 - *Lampião: Memórias de um Soldado de Volante*, Recife, Fundarpe
- LUNA, Luiz & BARBALHO, Nelson
1983 - *Coronel Dono do Mundo*, Rio de Janeiro e Brasília, Cátedra/INL
- MACEDO, Nertan,
1967 - *O Clã de Santa Quitéria*, Rio de Janeiro, O Cruzeiro,
- 1970 - *Floro Bartolomeu: o Caudilho dos Beatos e cangaceiros*, Rio de Janeiro, Agência Jornalística Image
- 1975 - *Lampião: Capitão Virgulino Ferreira*, Rio de Janeiro, Renes (1ª ed. 1962)
- 1980a - *O Clã dos Inhamuns*, Rio de Janeiro, Renes (1ª ed. 1965))
- 1980b - *Sinhô Pereira: o Comandante de Lampião*, Rio de Janeiro, Renes (1ª ed. 1975)
- 1982 - *Volta Seca: o Menino Cangaceiro*, Brasília, Thesaurus
- MACHADO, Maria Christina M.
1978 - *As Táticas de Guerra dos Cangaceiros*, São Paulo, Brasiliense (1ª ed. 1969)
- MACIEL, Frederico B.
1979-80 - *Lampião, seu Tempo e seu Reinado*, Recife, ed. Universitária
- MAUSS, Marcel
1993 - "Essai Sur Le Don" in *Sociologie et Anthropologie*, Paris, PUF, 1950

- MELLO, Frederico P. de
 1985 - *Guerreiros do Sol - o banditismo no Nordeste do Brasil*, Recife, Massananga
- 1993 - *Quem Foi Lampião*, Recife/Zürich, Stähli
- MELLO, Maria Alba M.
 1988 - "O Coronelismo Numa Perspectiva Historiográfica" in *Coronéis e Oligarquias*, Salvador, Ianamá, UFB
- MELO, Manoel R. de
 1985 - *Patriarcas e Carreiros: Influência do Coronel e do Carro de Boi na Sociedade Rural do Nordeste*, Natal, Ed. Universitária (1ª ed. 1944)
- MENEZES, Djacir
 1970 - *O Outro Nordeste*, Rio de Janeiro, Artenova 1975 (1ª ed. 1937)
- MONTENEGRO, Abelardo
 1973 - "História do Cangaceirismo no Ceará" in *Fanáticos e Cangaceiros* Fortaleza, Henriqueta Galeno (1ª ed. 1955)
- MOTA, Leonardo
 1967 - *No Tempo de Lampião*, Fortaleza, Imprensa Univ. Ceará (1ª 1930)
- NONATO, Raimundo
 1965 - *Lampião em Mossoró*, "Coleção Mossoroense", Mossoró, Pongetti, (1ª ed. 1955)
- NOBREGA, Pe. Pereira
 1960 - *Vingança Não: Depoimento Sobre Chico Pereira*, Rio de Janeiro e São Paulo, Freitas Bastos
- OLIVEIRA, Aglae L. de
 1970 - *Lampião, Cangaço e Nordeste*, Rio, O Cruzeiro, 1970
- ORECHIONNI, Jean
 1979 - "Introdução e Crítica a *Os Coiteiros*", in *Os Coiteiros*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira (1ªed. 1935)
- PANG, Eul-Soo
 1979 - *Coronelismo e Oligarquia (1889-1943): a Bahia na Primeira República brasileira* (trad. bras. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira)
- PARREIRA, Abelardo
 s.d. - *Sertanejos e Cangaceiros*, São Paulo, Ed. Paulista (1ªed. 1934)

- PAUL-LÉVY, Françoise & SEGAUD, Marion
1983 - *Anthropologie de l'Espace*, Paris, CCP-CCI
- PINTO, Luís A. da C.
s.d. - *Lutas de Famílias no Brasil* "Brasiliana" MEC, 1949.
- PORTO, Costa
s.d. - *O Pastoreio na Formação do Nordeste*, "Os Cadernos de Cultura", s.l, MEC
- PRATA, Ranulpho
s.d. - *Lampião*, Ariel, s/e, 1934
- QUEIROZ, Maria Isaura P. de
1968 - *Os Cangaceiros - Le Bandits D'Honneur Brésiliens*, Paris, Julliard
1975 - "Notas Sociológicas Sobre o Cangaço", *Ciência e Cultura*, 27 (5), Maio
1977 - "O Coronelismo numa Interpretação Sociológica" in *História Geral da Civilização Brasileira*, Tomo III, V. 1, Boris Fausto (org.), São Paulo, Difel,
1982 - *História do Cangaço*, "História Popular", São Paulo, Globo
- RAMOS, Graciliano
1961 - *Viventes das Alagoas*, Rio de Janeiro, Record
- RASSESTIN, P
1980 - "Qu'est-ce que le Territoire?" in: *Pour une Géographie du Povoir*, Livrairies Techniques
- RODRIGUES DE CARVALHO
1974 - "*Serrote Preto*" - *Lampião e Seus Sequases*, Rio de Janeiro, Sedegra (1ªed. 1961)
- ROCHA, Melchiades da
1988 - *Bandoleiros das Caatingas*, RJ, Francisco Alves, 1940 (1ªed. 1940)
- SANTOS, Adolpho
1994 - "Delmiro Gouveia - depoimentos para um estudo biográfico" in *Revista do Arquivo Público Jordão Emerenciano*, vol. 41, n. 45, dezembro, Recife, Comunicarte

- SANTOS, Maureli da C.
1984 - *Folia de Rei: uma sociologia da vida e da morte do cangaço*,
Dissertação e Mestrado em Sociologia - UFPE
- SANTOS, Luís Cristóvão dos
1958 - *Brasil de Chapéu de Couro*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira
- SHAKER, Arthur Eid
1979 - *Pelo Espaço Cangaceiro, Jurubeba*, São Paulo, Símbolo
- SIMONSEN, Roberto
1957 - *História Econômica do Brasil*, São Paulo, Cia. Ed. Nacional (1ªed. 1937)
- SOARES, Renan M
1968 - "Aspectos Sociológicos da Pecuária Nordestina" in *Cadernos do Instituto de Ciências Políticas e Sociais*, nº 8, Recife, Imprensa da Universidade Federal de Pernambuco
- SODRÉ, Luís W.
1970 - *Formação Histórica do Brasil*, São Paulo, Brasiliense (5ªed.)
- SOUZA, Ilda R.
1995 - *Sila - Memórias de Guerra e Paz*, Recife, s/n
- SOUZA, Ilda R. de & Orrico, Israel A.
1984 - *Sila: Uma Cangaceira de Lampião* São Paulo, Traço
- SPIX, J.B. von & MARTIUS, C.F.P. von
1928 - *Através da Bahia* - exertos da obra *Reise in Brasiliens* por Dr. Pirajá da Silva e Dr. Paulo Wolf, Bahia, Imprensa Oficial do Estado (1ª ed. 1916)
- TEIXEIRA, Cid
1988 - "As Oligarquias na Política Bahiana" in *Coronéis e Oligarquias*,
Slavador, Ianamá, UNB
- VIDAL, Ademar
1944 - *Terra de Homens*, "Secção Livros", RJ, O Cruzeiro

HEMEROTECA

Jornal do Recife; Jornal Pequeno; O Imparcial; Diário de Pernambuco; Diário da Bahia; Correio da Manhã; O Ceará; O Conservador; O Estado da Bahia; Jornal do Comércio; Jornal do Recife; A Província; A Tarde; Jornal do Brasil

DOCUMENTOS

Boletim do Comando da Força Pública do Estado da Bahia; Volumes de Telegramas da Repartição Central de Polícia do Estado de Pernambuco; Boletins do Comando das Forças em Operação no Nordeste da Bahia; Relatórios dos Chefes de Polícia do Estado de Pernambuco; Relatórios dos Presidentes do Estado de Pernambuco; Relatório dos Serviços Prestados pela Repartição Central de Polícia Durante o Ano de 1927 Apresentado ao Exmo Sr. Dr. Secretário da Justiça e Negócios Interiores pelo Dr. Eurico Souza Leão; Convenio Celebrado entre as Polícias do Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Alagoas, Sergipe e Bahia em 12/7/1935; Relatório dos Serviços Prestados pelo 2º Sargento da Força Policial do Estado, Euclides de Souza Ferraz

DEPOIMENTOS

Sr. Jerônimo Ribeiro (Uauá); sargento José Ramos (Uauá); D. Mariá e Sr. Francino (Tucano); Cira Britto Bezerra e Paulo Britto Bezerra (Recife); Edeval (São Paulo); Sila (São Paulo)

AUDIO-VISUAL

O Cangaceiro: roupas e apetrechos, Frederico Pernambucano de Mello; *A Musa do Cangaço; Entre Heróis e Bandidos*, de Lisa Coradini.

ÍNDICE DE TEMAS

INTRODUÇÃO, 7

PRIMEIRA PARTE

1. O DOMÍNIO DO SERTÃO

A marcha dos conquistadores

antecedentes econômicos da conquista sertaneja, 14; linhas gerais da marcha da conquista, 17; sobre condições de concessão de sesmarias, 19; alianças dos agentes da conquista, 21; investimentos privados num empreendimento público, 22; rendimentos da conquista, 25

Fixação dos Sertanejos

o gado na fixação e na conquista, 26; as "manchas verdes" da caatinga, 28; inversão da economia litorânea, 29; o gado como fator de rompimento do isolamento sertanejo, 31; as novas figuras do sertão, 32; valor civilizacional do gado, 33; indígenas como obstáculos e aliados da conquista, 34; condições de aliança entre brancos e índios, 35; inserção dos indígenas no novo contexto social, 30; o problema da alteridade sob uma perspectiva racial, 38; o vaqueiro como agente de fixação, 40; associação da figura do vaqueiro ao indígena, 41; sobre o perfil social dos habitantes do sertão, 42; vínculo e solidariedade na colonização do sertão, 44

2. AS DIMENSÕES DOS PODERES

Redutos Familiares

constituição de redutos parentais, 47; conflitos e alianças nos redutos sertanejos, 49; critério gregário na distribuição espacial das famílias, 51; endogamia e repetição de alianças matrimoniais, 53; endogamia e exogamia como variáveis nos arranjos de poder, 58; alianças e conflitos familiares, 59; repercussões políticas de lutas de família, 62; sobre a dimensão do poder local, 64; público X privado, 65

Os Homens do Coronel

homens de confiança, 67; laços de compadrio, 68; dependência e afetividade, 64; a moral da dependência e do domínio, 72; prestígio como fator de dominância, 75; exércitos privados, 70; cabras e capangas, 76; especialização e prestígio da vida de armas, 80; sobre jagunços, 81

Cangaceiros: homens livres da ordem do coronel

autonomia cangaceira, 84; tipos de cangaço, 85; distinções preliminares do cangaço de Sinhô Pereira e de Lampião, 86

3. LAÇOS E LUTAS DE FAMÍLIA

O Poder da Dádiva

o chefe local como redistribuidor de bens e benefícios, 88; relativização do fator econômico na discussão do mandonismo político sertanejo, 89; a reciprocidade na relação entre poder local e o Estado, 91; relações pessoais na política, 95; do vínculo à guerra, 98

O Valor da Dívida

deveres de honra, 102; interpretações abusivas do código de honra, 103; honra e solidariedade, 104; legitimação da violência, 105; agravos de parentes, 110; manipulação da legitimidade, 112; discursos legitimadores da violência cangaceira, 113

SEGUNDA PARTE

4. DOMÍNIOS DE CANGACEIROS

O Legado de Sinhô Pereira

a importância dos vínculos de Lampião, 118; características do cangaço de Sinhô Pereira, 119; espacialidade do cangaço de Sinhô Pereira, 120; Lampião no bando de Sinhô Pereira, 123; uma nova amizade, 126

O Investimento de Lampião

repercussões espaciais dos pactos de Lampião (1922-1924), 128; gravitação, 130; espacialidade e vínculo no cangaço de Lampião, 133; intensificação da mobilidade cangaceira após 1924, 135; condições de aliança com os segmentos dominantes, 137; repercussões espaciais da multiplicação das alianças, 139; Lampião e a Coluna Prestes, 141; retorno à ilegalidade: nova intensificação na mobilidade, 142

5. NOMADISMO, ALTERIDADE E DOMÍNIO

Laços Cangaceiros

compreensão do espaço nômade, 145; expansão territorial e multiplicação de pontos, 148; pontuação dos percursos, 149; cangaceiros e paisanos: terror e esperança, 155; a regulação lampiônica da reciprocidade, 160; alteridade e dominância, 162; nomadismo e autonomia, 164; solidariedade das parentelas e as relações com cangaceiros; 166; igualitarismo e dominância no bando, 169

Lutas Cangaceiras

uma confederação cangaceira, 174; ininteligibilidade do espaço nômade, 179; evolução da repressão ao cangaço, 181; perseguição a coiteiros, 184; ensinamentos cangaceiros, 186

CONSIDERAÇÕES FINAIS 192

BIBLIOGRAFIA 198